

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANA JÚLIAN FACCIO

A GEOECONOMIA DOS COMPLEXOS PRODUTIVOS DE SUÍNOS E AVES NA
REGIÃO OESTE CATARINENSE

PONTA GROSSA

2025

ANA JÚLIAN FACCIO

A GEOECONOMIA DOS COMPLEXOS PRODUTIVOS DE SUÍNOS E AVES NA
REGIÃO OESTE CATARINENSE

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-
Graduação em Geografia, da Universidade
Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves
Cunha.

Coorientador: Prof. Dr. Eduardo von Dentz.

PONTA GROSSA

2025

F138g Faccio, Ana Júlian
A geoeconomia dos complexos produtivos de suínos e aves na região Oeste Catarinense / Ana Júlian Faccio. Ponta Grossa, 2025. 228 f.

Tese (Doutorado em Geografia – Área de Concentração: Análises Socioeconômicas e Dinâmicas Regionais e Urbanas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.
Coorientador: Eduardo von Dentz.

1. Agroindústria. 2. Complexo produtivo suíno-avícola. 3. Dinâmica Geoeconômica. 4. Região Oeste Catarinense (Brasil). I. Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. II. von Dentz, Eduardo. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Análises Socioeconômicas e Dinâmicas Regionais e Urbanas. IV. Título.

CDD: 636



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

ANA JÚLIAN FACCIO

“A GEOECONOMIA DOS COMPLEXOS PRODUTIVOS DE SUÍNOS E AVES NA REGIÃO OESTE CATARINENSE”

Ponta Grossa, 25 de julho de 2025

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Geografia, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha- UEPG (Presidente)

Augusta Pelinski Raiher - UEPG

Thiago Adriano Machado -UFRN

Carlos José Espíndola - UFSC,

Fernando Rodrigo Farias - UFMS



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alexandre Goncalves Cunha, Professor(a)**, em 01/08/2025, às 11:25, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Adriano Machado, Usuário Externo**, em 04/08/2025, às 17:35, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Augusta Pelinski Raiher, Professor(a)**, em 06/08/2025, às 01:59, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **carlos josé espidola, Usuário Externo**, em 09/08/2025, às 08:15, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigo Farias, Usuário Externo**, em 18/08/2025, às 11:07, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2693838** e o código CRC **434E7C84**.

25.000056337-3

2693838v2

**Dedico esta tese a todas as mulheres que
enfrentam diariamente tripla jornada de
trabalho, e que mesmo com todas dificuldades
conseguem manter-se em pé, mulheres que
abdicam, muitas vezes, de seus sonhos para
criar seus filhos. Entre estas mulheres, minha
bisavó, minha avó e minha mãe que abdicaram
de seus sonhos em prol da “família”, pois
viviam em um tempo onde a mulher não tinha
voz. Ainda querem nos calar, nos oprimir, e
sabemos que a nossa luta é diária.**

**“Que a liberdade seja a nossa própria
substância, já que viver é ser livre.”**

Simone de Beauvoir

AGRADECIMENTOS

Agradeço a mulher que me tornei, pois sem minha coragem e determinação esta tese não seria escrita. A Deus, pela paciência e sabedoria nos momentos de dificuldade.

Ao Professor Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, por ter aceitado ser meu orientador, pelo apoio durante a pesquisa e, principalmente, pela dedicação ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ao professor Eduardo Von Dentz, meu coorientador, pelo comprometimento com a ciência geográfica. Obrigada pela orientação e por ser um excelente professor; por estar sempre do meu lado nestes dois últimos anos de escrita da tese; e por ter contribuído enormemente na minha formação.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em especial ao professor Marcio Ornat, pelas discussões em aula e pela contribuição teórica para minha formação.

Meus agradecimentos, também, aos atores locais/regionais: Aurora Coop, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, Embrapa Suínos e Aves e agricultores da cidade de Concórdia/Santa Catarina. Muito obrigada pela contribuição, sem a qual esta pesquisa ficaria incompleta.

Agradeço o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, unidade de Chapecó/Santa Catarina, pelos dados fornecidos para este trabalho.

À Alfândega da Receita Federal do Brasil, em Dionísio Cerqueira/Santa Catarina, em especial o Servidor do Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária); ao senhor Paulo Ricardo Guimarães e sua equipe, que trabalham para a defesa agropecuária do Brasil; e à servidora da Receita Federal, senhora Simone Felício, aos quais possibilitaram conhecer o Porto Seco de Dionísio Cerqueira, além de disponibilizar os dados para a pesquisa. Muito obrigada! O trabalho de vocês é de extrema importância para a nação brasileira.

Meu obrigada, Vera Magro! Minha amiga do coração, que me acolheu e ajudou na pesquisa na cidade de Concórdia.

Ao meu amigo Geraldo Pastore; pelos contatos com os agricultores na cidade de Concórdia. Obrigada pelo apoio!

Agradeço, também, às pessoas que me deram apoio nesta caminhada. Em especial meu companheiro de vida, Vinicius Silva Moreira.

À minha filha Alícia, por ter escolhido ser minha filha e fazer parte da minha vida, me acompanhando no trabalho de campo em Concórdia, e por ficar admirada que a mãe estava escrevendo um “livro sobre porcos e galinhas”, animais que ela ama tanto. Obrigada filha! Te amo eternamente!

Agradeço à minha irmã Franciele, por ter ficado com minha filha Alícia para que eu pudesse fazer as disciplinas do doutorado; à minha mãe Ivete e ao meu pai Francisco, por também terem ajudado nos cuidados com a Alícia; e à minha sogra Mari, por se deslocar de sua cidade para cuidar da minha filha; ao meu irmão Gessiel, por ter me ajudando e acompanhado no trabalho de campo em Dionísio Cerqueira.

Ao meu colega de trabalho Giovani, pelo incentivo para iniciar o doutoramento.

Às minhas queridas colegas geógrafas, Natália, Simoni e Luyanne, pelos dias que convivemos e por compartilharem as angústias ao longo dos anos de pesquisa.

Ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul, pela possibilidade de afastamento para realização desta tese. Muito obrigada! Continuamos lutando pela educação gratuita e de qualidade.

Vida Longa aos Nossos Institutos Federais!

“Algum tempo atrás, talvez uns dias, eu era uma
moça caminhando por um mundo de cores, com
formas claras e tangíveis. Tudo era misterioso e
havia algo oculto; adivinhar-lhe a natureza era um
jogo para mim. Se você soubesse como é terrível
obter o conhecimento de repente - como um
relâmpago iluminado a Terra!
Agora, vivo num planeta dolorido, transparente
como gelo.
É como se houvesse aprendido tudo de uma vez,
numa questão de segundos.”

Frida Kahlo

RESUMO

A região Oeste Catarinense, localizada na região Sul do Brasil, tem sua formação territorial e geoeconômica atrelada a diferentes ciclos econômicos e a uma construção socioeconômica da produção suíno-avícola, que foi promovida pelo Estado e pelos primeiros empresários industriais. Nesse sentido, o objetivo central desta tese foi compreender a dinâmica geoeconômica dos complexos produtivos de aves e suínos na região Oeste Catarinense. Para compreender a dinâmica econômica dessa região, a periodização foi fundamental. Nos anos de 1920 até meados de 1950 teve o auge do ciclo econômico da madeira. A acumulação de capital ocorreu com a formação de pequenas propriedades mercantis. Na década de 1960, com a modernização da agricultura no Brasil, a produção de suínos e aves das propriedades mercantis passa a ser integrada com a indústria. Nas décadas de 1980 e 1990, o complexo produtivo suíno-avícola inicia uma reestruturação da produção e, a partir deste momento, a geoeconomia da região torna-se dinamizadora e complexa. Metodologicamente esta pesquisa seguiu diferentes abordagens: 1) revisão bibliográfica e documental; 2) trabalho de campo e visitas técnicas; 3) entrevistas e questionários; 4) levantamento de dados, com interpretação e análise desses dados apresentadas em gráficos, quadros, tabelas e mapas. Os resultados desta pesquisa corroboram que o complexo produtivo suíno-avícola se integrou à dinâmica capitalista, o que, por sua vez, integrou a região Oeste Catarinense no novo sistema produtivo. Este sistema, com diferentes atividades econômicas inseridas em um processo de reestruturação das forças produtivas e das relações sociais de produção, contribuiu decisivamente na dinamização da geoeconomia da região em Santa Catarina. Assim, a tese reafirma que o complexo produtivo de suínos e aves da região Oeste Catarinense se transformou em um grandioso sistema produtivo. Esse complexo de produção possui conexões com outros complexos produtivos que se alimentam mutuamente possibilitando diferentes integrações geoeconômicas.

Palavras-chaves: Agroindústria; Complexo produtivo suíno-avícola; Dinâmica geoeconômica; Região Oeste Catarinense (Brasil).

ABSTRACT

The western region of Santa Catarina region, located in the South of Brazil, has its territorial and geo-economic formation linked to different economic cycles and to the socio-economic construction of pig and poultry production, which was promoted by the state and the first industrial entrepreneurs. The main aim of this Dissertation was to understand the geo-economic dynamics of the poultry and pig production complexes in the western region of Santa Catarina. In order to understand the economic dynamics of this region, periodization was fundamental. From the 1920s to the mid-1950s, the timber economic cycle was at its peak. Capital was accumulated through the formation of small commercial properties. In the 1960s, with the modernization of agriculture in Brazil, pig and poultry production on market farms became integrated with industry. In the 1980s and 1990s, the pig and poultry production complex began to restructure its production and, from that moment on, the region's geo-economy became dynamic and complex. Methodologically, this research followed different approaches: 1) bibliographical and documentary review; 2) fieldwork and technical visits; 3) interviews and questionnaires; 4) data collection, with interpretation and analysis of this data presented in graphs, charts, tables and maps. The results of this research corroborate that the pig and poultry production complex has become integrated into the capitalist dynamic, which in turn has integrated the western region of Santa Catarina into the new production system. This system, with its different economic activities embedded in a process of restructuring productive forces and social relations of production, has made a decisive contribution to boosting the region's geo-economy in Santa Catarina. The Thesis thus reaffirms that the pig and poultry production complex in the western region of Santa Catarina has become a huge production system. This production complex has connections with other production complexes that feed off each other, making different geo-economic integrations possible.

Keywords: Agroindustry; Poultry and pig production complexes; Geo-economic dynamics; Western Santa Catarina region (Brazil).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização geográfica da mesorregião Oeste Catarinense....	21
Figura 2 -	Balseiros no Rio Uruguai I.....	33
Figura 3 -	Balseiros no Rio Uruguai II.....	33
Figura 4 -	Criação de suínos “à solta”.....	34
Figura 5 -	Gráfico da participação industrial da região sul no total do Brasil (1940-2010).....	40
Figura 6 -	Frigorífico da Sadia em 1959 - Concordia/SC.....	42
Figura 7 -	Surgimento das principais agroindústrias da região Oeste Catarinense.....	44
Figura 8 -	Complexo agroindustrial.....	47
Figura 9 -	Gráfico com número de galináceos no estado de Santa Catarina (1974-1990).....	52
Figura 10 -	Gráfico com número de suínos no estado de Santa Catarina (1974-1990).....	53
Figura 11 -	Atuação da BRF - Local/Global.....	77
Figura 12 -	Gráfico com número de galináceos e suínos no estado de Santa Catarina (1990-2000).....	83
Figura 13 -	Gráfico com número de suínos e de galináceos na mesorregião Oeste Catarinense (1990-2000).....	84
Figura 14 -	Organograma com agentes ou atores decisivos nas transformações.....	90
Figura 15 -	Organograma com agentes ou atores que atuam no complexo produtivo suíno-avícola.....	91
Figura 16 -	Organograma sobre a posição do Estado como indutor do desenvolvimentismo e neoliberalismo.....	93
Figura 17 -	Estruturação dos oligopólios na mesorregião Oeste Catarinense.....	110
Figura 18 -	Gráfico com número de suínos e galináceos na mesorregião Oeste Catarinense (2000-2023).....	111
Figura 19 -	Sistema de comedouros automático em chiqueirões.....	117
Figura 20 -	Sistema de aquecimento de aviários a lenha.....	118
Figura 21 -	Organograma das Cooperativas Filiadas no Sistema Aurora Coop.....	120
Figura 22 -	Localização das sedes das cooperativas singulares que formam o sistema Aurora Coop.....	121
Figura 23 -	Unidade da Aurora Coop em Chapecó.....	123

Figura 24 -	Unidade industrial da BRF S.A. na cidade de Concórdia/SC.....	126
Figura 25 -	Unidade industrial da BRF S.A. na cidade de Chapecó/SC.....	127
Figura 26 -	Localização das unidades industriais da Seara Alimentos no Oeste Catarinense.....	128
Figura 27 -	Organograma da estrutura e organização da Embrapa Suínos e Aves.....	132
Figura 28 -	Centro de Diagnóstico de Saúde Animal.....	135
Figura 29 -	Estação de tratamento de dejetos de suínos da Embrapa Suínos e Aves.....	137
Figura 30 -	Genética de Aves desenvolvida pela Embrapa Suínos e Aves.....	139
Figura 31 -	Genética de suínos desenvolvida pela Embrapa Suínos e Aves	140
Figura 32 -	Gráfico do cenário das exportações de Santa Catarina e produção da região Oeste Catarinense de carne de frango e carne suína no ano de 2024.....	144
Figura 33 -	Unidades industriais exportadoras da Aurora Coop.....	149
Figura 34 -	Gráfico com a exportação de carne suína pelos estados da região Sul do Brasil (2014-2023).....	150
Figura 35 -	Gráfico com a exportação de carne de frango pelos estados da região Sul do Brasil (2012-2023).....	151
Figura 36 -	Gráfico com o destino da produção brasileira de carne de frango (2012-2023).....	152
Figura 37 -	Gráfico com o destino da produção brasileira de carne suína (2014-2023).....	152
Figura 38 -	Gráfico com o efetivo de rebanho de galináceos nos principais municípios da região Oeste Catarinense (2015-2022).....	153
Figura 39 -	Gráfico com o efetivo dos rebanhos de suínos nos principais municípios da região Oeste Catarinense (2016-2022).....	154
Figura 40 -	Gráfico com principais municípios com participação em percentagem (%) na produção de aves em 2023 no estado de Santa Catarina.....	155
Figura 41 -	Gráfico com os principais municípios com participação em percentagem (%) na produção de suínos em 2023 no estado de Santa Catarina.....	156
Figura 42 -	Destino das exportações brasileiras de carne de frango em 2024.	157
Figura 43 -	Destino das exportações brasileiras de carne suína em 2024.....	158
Figura 44 -	Gráfico com destino das exportações de carnes de aves do Oeste Catarinense (2020-2023).....	163
Figura 45 -	Gráfico com destino das exportações da carne suína do Oeste Catarinense (2020-2023).....	164
Figura 46 -	Localização do eixo principal de exportação da região Oeste Catarinense.....	175

Figura 47 -	Localização das principais rodovias federais de escoamento da produção do complexo produtivo suíno-avícola.....	177
Figura 48 -	Gráfico com o volume médio diário anual de caminhões na BR/282 – trecho de Campus Novos a São Miguel do Oeste e São Miguel do Oeste a Campus Novos.....	178
Figura 49 -	Rodovia BR 282, entroncamento com a BR 480 na cidade de Chapecó/SC.....	179
Figura 50 -	Linhas marítimas – Ásia.....	181
Figura 51 -	Gráfico com o volume médio diário anual de caminhões na BR 153 – trecho de entre a SC 350 (para Caçador) e SC 150 (para Água Doce).....	182
Figura 52 -	Empreendimento públicos no estado de Santa Catarina (2024)...	183
Figura 53 -	Projeto do Traçado da Ferrovia “Corredor Leste-Oeste”.....	186
Figura 54 -	Terminal alfandegário – Porto Seco de Dionísio Cerqueira.....	187
Figura 55 -	Terminal alfandegário – Porto Seco de Dionísio Cerqueira (mercadorias para fins de exportação e importação).....	188
Figura 56 -	Acesso ao Porto Seco – BR 163.....	189
Figura 57 -	Rodovia BR 163 – trecho Dionísio Cerqueira/São Miguel do Oeste/SC.....	192
Figura 58 -	Obras na rodovia BR 163 – Guaraciaba/SC.....	193
Figura 59 -	Rede de Rotas de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano proposta pelo Subcomitê do Ministério de Planejamento e Orçamento.....	195
Figura 60 -	Rota 4 Bioceânica de Capricórnio.....	196
Figura 61 -	Gráfico com percentagem de mercadorias exportadas na alfândega da receita federal do Brasil porto Seco/Cargas - Dionísio Cerqueira/SC.....	198

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aquisição de empresas pelos grandes grupos agroindustriais do Oeste Catarinense (1970-1980).....	50
Quadro 2 - Aquisição de empresas pelos grandes grupos agroindustriais do Oeste Catarinense (1990/1999).....	82
Quadro 3 - Operações diretas e indiretas não automáticas contratadas com o BNDES – Seara Alimentos (JBS) e BRF (2010-2015).....	105
Quadro 4 - Operações diretas e indiretas não automáticas contratadas com o BNDES – Cooperativa Aurora (2015-2020).....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Receita bruta da Aurora Coop de 2021-2023.....	122
Tabela 2 - Acionistas da empresa BRF S.A. em 2024.....	125
Tabela 3 - Dados de Exportação por ano de “carne e miudezas, comestíveis”.....	197

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPA	Associação Brasileira de Proteína Animal
Acaresc	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
ACCS	Associação Catarinense de Criadores de Suínos
ACVA	Associação Catarinense de Avicultura
APL	Arranjo Produtivo Local
BADESC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BDE	Banco de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil)
BNDESPar	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações (Brasil)
BRDE	Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul (Brasil)
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
Cosiplan	Conselho de Infraestrutura e Planejamento
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Brasil)
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Empasc	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina
Epagri/Cepa	Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
Epagri	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
JK	Juscelino Kubitschek
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MBRF	Global Foods Company
OMC	Organização Mundial do Comércio

PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PIB	produto interno bruto
PNCT	Plano Nacional de Contagem de Tráfego
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento (Brasil)
PROCAPE	Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
RedeSis	Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
SGAS	Sistema de Gestão Ambiental da Suinocultura
SLOT	Sistema Local Territorial
VMDa	volume médio diário anual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A TRAJETÓRIA ECONÔMICA E TERRITORIAL DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA DO OESTE CATARINENSE.....	30
2.1 As disputas pela região Oeste Catarinense e o início da formação econômica e territorial.....	30
2.2 Os pioneiros da agroindústria na região Oeste Catarinense	36
2.3 Os complexos produtivos de aves e suínos na região Oeste Catarinense: anos 1970-1980.....	48
3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO OESTE CATARINENSE: O PROCESSO DE CAPITALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO PRODUTIVO SUÍNO-AVÍCOLA	54
3.1 Os processos industriais: do fordismo ao processo recente da globalização neoliberal	55
3.2 Globalização: a relação global-local.....	70
3.3 O processo de mundialização do capital da região Oeste Catarinense	78
3.4 As diferentes abordagens territoriais de desenvolvimento: a região Oeste Catarinense como complexo produtivo	85
3.5 O dualismo entre neoliberalismo e desenvolvimento.....	92
3.6 O apoio estatal para o desenvolvimento das agroindústrias.....	101
4 A GEOECONOMIA DOS COMPLEXOS PRODUTIVOS SUÍNOS-AVÍCOLA APÓS O ANO 2000.....	108
4.1 As fusões e as incorporações na região Oeste Catarinense	108
4.2 Os atores econômicos: BRF, JBS (Seara) e Aurora Coop.....	113
4.3 Os atores de pesquisa e desenvolvimento	130
4.3.1 Embrapa Suínos e Aves empresa pública de pesquisa e inovação	130
4.3.2 Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)	141
4.3.3 Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS) e a Associação Catarinense de Avicultura (ACAV)	144
4.4 O potencial comercial do complexo produtivo suíno-avícola: mercado interno e mercado externo	146

4.4.1 A relação Brasil/China: A importância para o complexo produtivo suíno-avícola	158
5 A DINÂMICA DA LOGÍSTICA TERRITORIAL E SUA INFLUÊNCIA NAS EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO PRODUTIVO SUÍNO-AVÍCOLA	166
5.1 As implicações da infraestrutura de transportes/logística para a geoeconomia do complexo produtivo suíno-avícola.....	166
5.1.1 O Porto Seco de Dionísio Cerqueira e a integração com o Mercosul e o Novo Projeto de Integração Sul-Americana.....	187
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS.....	208
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COOPERATIVA AURORA .	224
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS AGRICULTORES	225
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO ON-LINE PARA EMBRAPA SUÍNOS E AVES	226
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO ON-LINE PARA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE AVICULTORES.....	227
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO ON-LINE PARA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA	228

1 INTRODUÇÃO

A Geografia concebe a relação natureza/sociedade, em uma condição de apropriação e exploração; mas não somente isso, uma Geografia com relações sociais de produção (Suertegaray, 2017). Se a Geografia relaciona natureza/sociedade como meio e objeto de produção, logo, é uma apropriação e exploração do espaço e/ou território. Essa apropriação/exploração, resulta em um arranjo produtivo particular construído sobre uma base territorial historicamente determinada, em um determinado lugar. A discussão de Espaço Geográfico concebe a natureza como um recurso ao processo produtivo. Dessa forma, a natureza faz parte da Geografia como meio e objeto de produção (Suertegaray, 2017).

Para compreender as relações socioeconômicas dentro de uma região, temos que compreender a realidade concreta e as mudanças ao longo da sua formação espaço/temporal. Para Santos (1999, p. 6), “[...] cada modo de produção constitui uma etapa na produção da história e se manifestam pelo aparecimento de novos instrumentos de trabalho e novas práticas sociais.” Desse modo, as inquietações sobre como uma região afastada dos grandes centros industriais do país prosperaram e tornaram-se um complexo produtivo¹ agroindustrial de suínos e aves, apontaram a necessidade de investigações e busca por respostas. Pois, o espaço está sempre em transformação. Segundo Santos (1997, p. 49), “[...] o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele.”

Portanto, para estudar o espaço é necessário compreender sua relação com a sociedade, pois é ela quem determina a compreensão do impacto dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função, estrutura e processo², que são elementos básicos para entender a produção do espaço (Santos, 1997). Todos esses elementos estão interligados e relacionados no espaço social e

¹ Nesta pesquisa, entende-se como complexo produtivo a abordagem que irá envolver os processos produtivos e a interação com as agroindústrias, com os atores ou agentes necessários para entregar um produto final até o mercado consumidor.

² **Forma:** é o aspecto visível de uma coisa. É um arranjo ordenado de objetos. **Função:** tarefa ou atividade de uma forma. **Estrutura:** inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. **Processo:** pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. **Forma, função, estrutura e processo,** relacionados entre si, constroem uma base teórico-metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. Devem ser estatuidos concomitantemente (Santos, 1997, p. 50).

historicamente construído ao longo do tempo/espço. Assim como o espaço, a região também deve ser analisada partindo da interação desses elementos. Dessa forma, “[...] as regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional, baseada em racionalidades de origens distantes que se tornam o fundamento da sua existência.” (Santos, 1999, p. 15).

Pensando nessa perspectiva, além das categorias de análise de Milton Santos (1997), o recorte espacial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1990) será utilizado nesta pesquisa. Esse recorte regional do IBGE permite uma melhor análise regional, uma vez que o conceito de região será o foco e a mesorregião Oeste Catarinense³ será o objeto de estudo.

A mesorregião geográfica Oeste Catarinense (figura 1, a seguir) é definida como uma divisão administrativa e geográfica, estabelecida pelo IBGE. Com 118 municípios, a soma das riquezas destes municípios em 2021 foi de R\$ 71,6 bilhões, o que corresponde a 16,7% do total do produto interno bruto (PIB) catarinense (IBGE, 2021).

³ A questão da regionalização no Brasil teve três propostas ao longo do século XX, elaboradas pelos geógrafos do IBGE: a primeira, em 1940, foi baseada em zonas fisiográficas; a segunda, em 1968, baseada nas microrregiões homogêneas; e a terceira, em 1989, com a divisão em mesorregiões e microrregiões geográficas (IBGE, 2017). No século XXI, em 2017, o IBGE propôs uma nova divisão regional do Brasil, em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (IBGE, 2017). A terceira proposta de divisão regional, de 1989, foi elaborada logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que aprofundou as competências dos estados e municípios e ampliou a participação da sociedade na gestão dos territórios (IBGE, 2017). A divisão regional em mesorregiões e microrregiões geográficas possibilitou a descentralização do poder do Estado. Nesta pesquisa, a classificação do IBGE de 1990 foi escolhida, pois permite melhor análise regional. Já que na classificação do IBGE de 2017 a rede urbana é o principal elemento, além de identificar a cidade – polo e os municípios que a ela estão vinculados (IBGE, 2017).

Figura 1 - Localização geográfica da mesorregião Oeste Catarinense.



Fonte: IBGE [2025?].

A região Oeste Catarinense tem como polo de hierarquia urbana a cidade de Chapecó, cidade que também é conhecida como a capital da Oeste Catarinense. Assim, as funções de maior complexidade, os fluxos de gestão privados e públicos partem deste polo hierárquico. A mesorregião Oeste Catarinense é formada por 5 microrregiões geográficas: São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba e Concórdia (IBGE, 1990).

Além dessas características, a região Oeste Catarinense apresenta dependência econômica do setor agroindustrial e, ao mesmo tempo, um dinamismo regional promovido por este setor. O processo histórico-geográfico que levou à formação da região Oeste Catarinense é marcado pela colonização da região por imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul, em especial da região norte e Serra Gaúcha, que trouxeram para a Oeste Catarinense a produção relacionada à agricultura familiar, baseada na pequena produção agropecuária, com características mercantis.

A produção agropecuária mercantil dos imigrantes evoluiu para uma produção agroindustrial de grande escala, resultado da instalação de estabelecimentos

industriais de abate e processamento de suínos e aves, com a integração dos produtores rurais a essas empresas, iniciando a formação de complexos agroindustriais. As transformações capitalistas do último quartel do século XX resultaram na transformação do complexo agroindustrial da região, com a integração dos empreendimentos industriais aos processos de formação de grandes corporações.

Com a aquisição dos empreendimentos locais por corporações nacionais ligadas ao agronegócio, ou pela fusão de empresas com o objetivo de formarem corporações, com maior competitividade de ampliar a atuação dos mercados nacionais para os mercados globais, o setor agroindustrial sofreu transformações que resultaram numa reestruturação produtiva para acompanhar o mercado global de alimentos impactado pela globalização, que é a nova fase de expansão do sistema capitalista.

Portanto, os processos mercantis que surgem na região marcam a base de sustentação das transformações das pequenas agroindústrias em complexos agroindustriais, quando surgiram as grandes transformações produtivas, econômicas e comerciais, que permitem abordar a concentração de atividades ligadas à produção de proteína animal derivada de suínos e aves. Podemos ter áreas (regiões) em que:

- a) as inovações podem ser imediatamente aceitas e integradas ao sistema;
- b) as inovações precisam passar por um maior número de distorções a fim de se integrarem ao sistema;
- c) as estruturas impostas (inovações) mantêm uma tão grande oposição relativamente às formas existentes, que estas nunca se acham inteiramente integradas ao novo; este e o velho operam lado a lado, embora não sejam duas entidades separadas e autônomas. (Santos, 1997, p. 49-50).

Dessa forma, a mesorregião oeste de Santa Catarina abriga um complexo produtivo com características próprias e especializada. As inovações foram integradas na região e empreendidas econômicas-territorialmente, com a produção de um complexo agroindustrial diversificado.

Diferentemente de uma vasta bibliografia que define agronegócio apenas ao que está ligado à produção de *commodities* e ao tamanho da área produtiva, definem-se, aqui, os agronegócios como uma cadeia produtiva “[...] que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários, pela transformação e pelo seu consumo final.” (Contini *et al.*, 2006, p. 6). Essa cadeia produtiva, “[...] envolve pequenos ou grandes produtores, agricultores

familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados [...]” (Jank, 2005), que fazem parte de um sistema integrado e produção de alimentos.

Cada região imprime suas características resultantes das suas atividades no território. A região reconfigura-se devido às novas transformações territoriais. As “regiões produtivas”⁴ devem ser compreendidas no presente, ou seja, como estão hoje, e no passado, com a reconstituição deste passado para compreender o presente (Santos, 1997).

Nesses termos, destacam-se as mudanças econômicas, territoriais e sociais na mesorregião oeste de Santa Catarina, que se devem à construção histórica e aos interesses distintos dos atores locais regionais, mas também ao processo de inovações aceitas e da globalização.

O processo de globalização tornou complexas as análises regionais e as relações com o território. Na mesorregião Oeste Catarinense, busca-se analisar as complexidades regionais e territoriais em uma perspectiva econômica.

A globalização é um processo de mundialização do espaço geográfico e transforma os territórios nacionais em espaços da economia internacional (Santos, 1994). As especializações produtivas também se acentuaram nos territórios, possibilitando a formação de complexos produtivos que organizam e regulam as regiões.

Na mesorregião Oeste Catarinense, a formação dos complexos produtivos fomentou a formação de monopólios e oligopólios⁵ de grandes agroindústrias nacionais que se tornaram multinacionais, como a Brf S.A. Global⁶. A formação de monopólios e oligopólios também é intrínseca à globalização. Essas empresas

⁴ Regiões produtivas é um conceito empregado por Santos (1997), que em suas análises enfatiza: “[...] o problema de conhecer e definir regiões produtivas é o de saber onde estão, o que são, qual o cimento regional produzido por toda uma gama de interações criadas pelo próprio processo produtivo ao longo do tempo e os agravos a esse crescimento regional, como resultado de processos produtivos novos, etc. O processo produtivo visto em sua evolução, é que nos dará toda a gama de relações que desejamos captar com a natureza e o passado, entre classes sociais, com áreas externas; tudo isso presidido localmente pelo processo imediato de produção, isto é, o trabalho para produzir o produto, diferente do que seria exigido para produzir o produto Y; diferente do que daria num outro momento histórico; diferente do que se efetuariá em outro lugar ou área. Somente assim, reconstituiremos a evolução de cada área e a de suas relações com outras áreas.” (Santos, 1997, p. 72).

⁵ Monopólios são a exploração sem concorrente sobre a venda de um produto onde uma única empresa detém o mercado. Oligopólios são o poder de poucos, ou seja, poder de poucas empresas sobre o mercado, elas dominam o mercado (Dean, 1983).

⁶ No Brasil, a companhia tem mais de 30 fábricas e 20 centros de distribuição. No exterior, opera nove unidades industriais na Argentina, uma no Reino Unido, uma na Holanda, cinco na Tailândia, uma na Malásia, uma nos Emirados Árabes Unidos e cinco na Turquia, além de 27 centros de distribuição.

mantêm relações supranacionais, ou seja, atuam como interlocutoras do capital mundial, articulando-se nas diferentes escalas: regional, nacional e global.

Desta forma, os complexos produtivos suíno-avícola, além de tornarem a “região produtiva” com características próprias, e com um grande dinamismo econômico, instigou diversos pesquisadores da Geografia a contribuir com pesquisas votadas à essa região.

Alguns geógrafos contribuíram com as pesquisas geográficas da região Oeste Catarinense e do estado de Santa Catarina, com enfoques diferentes. As análises deste estudo foram feitas a partir de dissertações, teses, livros e artigos científicos. Destacam-se os autores: Carlos José Espíndola (2002), Elison Antônio Paim (2006), Noeli Pertile (2008), Armem Mamigonian (2011), Ana Paula Zanella (2018), Crislaine Motter (2020), Carla Hentz (2021), Eduardo von Dentz (2022) e Rafael Senger (2023).

Carlos José Espíndola (2002) é pioneiro nos estudos da agroindústria de aves e suínos da região Oeste Catarinense, dedica sua tese à compreensão da formação socioespacial, à origem das agroindústrias de carnes (suínos, bovinos e aves) e à reestruturação dessas agroindústrias da região sul do Brasil, durante os anos 1990.

Elison Antônio Paim (2006) faz um debate sobre o conceito de região e a questão regional para, posteriormente, analisar a região Oeste Catarinense. Em seu trabalho, faz um resgate geo-histórico sobre esta região e sobre a cidade de Chapecó, que é considerada por Paim uma cidade polo regional.

Noeli Pertile (2008) enfatiza a questão da formação socioespacial na mesorregião oeste de Santa Catarina. Além de abordar a discussão do processo de formação do espaço agroindustrial de carnes de aves e suínos em Santa Catarina e as características socioespaciais, no trabalho de Pertile há um debate sobre os atores hegemônicos, entre eles o Estado e os empresários agroindustriais.

Armem Mamigonian (2011) possui diversos livros, artigos científicos e textos publicados sobre a geografia econômica e a formação socioespacial do estado de Santa Catarina, seu enfoque principal é a questão da indústria catarinense. O livro “Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social” (Mamigonian, 2011) traz diferentes abordagens sobre a indústria catarinense e suas especificações regionais. Nessas abordagens aparece o desenvolvimento da agroindústria no Oeste Catarinense.

Ana Paula Zanella (2018), em sua dissertação, buscou discutir de que forma acontece o processo de produção e circulação de mercadorias da região oeste de Santa Catarina para atender o mercado interno e as exportações, buscando analisar o desenvolvimento das agroindústrias exportadoras de aves e suínos da região, além de trazer para a análise os processos de fixos e fluxos no desenvolvimento das atividades industriais.

Crislaine Motter (2020), em sua tese, faz uma análise da região como “região produtiva do agronegócio”, os processos de reestruturação produtiva da agropecuária e a organização das redes agroindustriais, a partir da dinâmica territorial do agronegócio de carnes de aves e suínos.

Carla Hentz (2021), em sua tese, analisa as intermediações das relações entre o campo e a cidade, consolidadas pela forte dinâmica da agroindústria processadora de carnes (aves e suínos), da região Oeste Catarinense, com foco na microrregião geográfica de Chapecó; além de analisar os perfis dos produtores rurais inseridos nessa cadeia produtiva e as relações com os componentes de consumo produtivo em Chapecó.

Eduardo von Dentz (2022) traz grande contribuição para a região, o trabalho atual, desenvolvido na sua tese de doutorado, procura explicar as transformações econômicas da mesorregião geográfica Oeste Catarinense e as complexidades geoeconômicas da região a partir de 2003.

Em trabalho mais recente Rafael Senger (2023) destaca a articulação das dinâmicas econômicas nacionais e da mesorregião do Oeste Catarinense com as demandas chinesas, além de fazer uma análise a partir do estudo dos circuitos produtivos globais e regionais e sua articulação com a China e enfatizando a importância da relação comercial da China com a região Oeste Catarinense.

Dada a dinâmica geoeconômica⁷ apresentada pelo complexo produtivo suíno avícola, após o ano 2000, se justifica a pesquisa. Essa dinâmica é comprovada pelos dados do IBGE (2025) que mostram um aumento exponencial pós anos 2019 de galináceos e, também, um constante crescimento do número de suínos. No ano 2000,

⁷ A geoeconomia é caracterizada como um campo de estudo dos efeitos das ações políticas sobre o mundo econômico e vice-versa. Dentro desse conceito, a inter-relação entre Estados, empresas e investimentos ao longo do tempo vem sendo cada dia analisada como fundamental para o desenvolvimento das sociedades (Lucena, 2022). O conceito de geoeconomia nessa pesquisa está baseado no que diz respeito à busca de competitividade econômica, com foco no espaço econômico, considerando conectividade de transportes, comércio, investimento, redes produtivas e capacidade econômica e financeira (Yu, 2017 *apud* Baumann, 2025).

na mesorregião Oeste Catarinense, o rebanho de galináceos era de 98.604.214 milhões de cabeças e o rebanho de suínos era de 5.983.532 milhões de cabeças, já no ano de 2023 o rebanho de galináceos na região passou para 115.188.905 milhões de cabeças, e o rebanho de suínos passou para 7.336.350 milhões de cabeças (IBGE, 2025). De 2019 a 2023 o crescimento foi mais rápido e expressivo como demonstram os dados, o que gerou o efeito de encadeamento promovendo maior capacidade da região em geração de empregos nas áreas urbanas, ampliação e diversificação de plantas industriais e, conseqüentemente, crescimento econômico da região.

Além disso, formou-se na região Oeste Catarinense, um polo agroindustrial ligado não somente ao complexo produtivo suíno-avícola, mas também a outros produtos que direta ou indiretamente estão atrelados ao complexo suíno-avícola, como indústrias de equipamentos para aviários, chiqueirões, frigoríficos, entre outros.

Contribuições recentes sobre o complexo produtivo de suínos e aves na região oeste de Santa Catarina não abordam as significativas mudanças geoeconômicas, ocorridas no complexo a partir de 2000. Diante da análise realizada, destaca-se que há uma lacuna nos estudos regionais dos complexos produtivos de suínos e aves da região oeste de Santa Catarina, com o foco a partir do ano 2000 na compreensão da geoeconomia baseada nesses complexos. Dessa forma, qual o melhor caminho para escrever uma tese dentro desta perspectiva? Para entendermos a formação desses complexos produtivos, será utilizado a periodização. Nessa perspectiva, apresenta-se um resgate geohistórico, desde o início da ocupação da região, com o foco principal no ano 2000 e anos posteriores.

A busca da tese central tem sua gênese ligada a alguns questionamentos: como a trajetória da formação econômica e territorial da mesorregião Oeste Catarinense fomentou o início das primeiras agroindústrias? A trajetória de desenvolvimento regional da região oeste de Santa Catarina está atrelada à agroindústria de suínos e aves? Como os complexos produtivos de suínos e aves mudaram a dinâmica geoeconômica da região após o ano 2000? Como a logística territorial influencia na dinâmica do complexo produtivo de suínos e aves?

Conseqüentemente, o problema central desta pesquisa é: **como os complexos produtivos de aves e suínos impactam na dinâmica geoeconômica da região Oeste Catarinense?**

A hipótese desta tese é que o complexo produtivo suíno-avícola tem contribuído significativamente para a transformação da geoeconomia da região Oeste Catarinense, tornando a região dinâmica e complexa. A importância da resposta ao problema de pesquisa, está atrelada à relação de dependência econômica da região ao complexo produtivo⁸ suíno-avícola, que tornou essa região uma “região produtiva” especializada no ramo alimentício de suínos e aves, essa especialização deu à região significativa importância no mercado nacional e internacional. Nessa perspectiva, a tese dessa pesquisa é como o complexo produtivo suíno-avícola age como dinamizador da economia da região, com atuação de atores endógenos e exógenos que estabelecem importantes relações de produção e comercialização.

Assim, diante do referido problema de pesquisa, o objetivo principal da pesquisa é compreender a dinâmica geoeconômica dos complexos produtivos de aves e suínos na região Oeste Catarinense. No que tange aos objetivos específicos, cada objetivo irá contribuir na formação das seções deste trabalho. São eles:

1. Resgatar a trajetória econômica e territorial da ocupação à consolidação das cadeias produtivas (1940-1990).
2. Entender o desenvolvimento econômico da região Oeste Catarinense, com ênfase no complexo agroindustrial suíno-avícola (1991-2000).
3. Analisar a geoeconomia dos complexos de suínos e aves após o ano 2000.
4. Entender a dinâmica da logística territorial e sua influência nas exportações do complexo produtivo suíno-avícola.

Para atingir tais objetivos, a pesquisa está estruturada metodologicamente em:

1. Revisão bibliográfica e documental. Conforme Gil (2008, p. 44) “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Objetivando o aprofundamento e aprimoramento teórico referente à temática foram utilizados: livros, teses, dissertações, artigos e demais trabalhos que contribuíssem para a investigação do tema e do recorte territorial. O levantamento bibliográfico constituiu a primeira etapa da pesquisa realizada e foi essencial para apoiar a produção do conhecimento científico e nortear a pesquisa.

⁸ Nesta pesquisa, entende-se como complexo produtivo a abordagem que irá envolver os processos produtivos e a interação com as agroindústrias, com os atores ou agentes necessários para entregar um produto final até o mercado consumidor.

2. O trabalho de campo e as visitas técnicas possibilitam ao pesquisador conhecer *in loco* ao problema em estudo. No trabalho de campo, foram realizadas entrevistas informais e focalizadas, a primeira entrevista teve como objetivo a visão geral do problema e coleta de dados, já a segunda entrevista enfocou o tema específico. As entrevistas aconteceram com agricultores que trabalham no sistema integrado e com as empresas Aurora Coop, BRF e JBS. As entrevistas foram realizadas virtualmente ou *in loco* (Apêndices A e B – roteiros de entrevistas, f. 225-226). O trabalho de campo ocorreu nos municípios de Concórdia, Dionísio Cerqueira e Chapecó, em Santa Catarina. A escolha pela cidade de Concórdia foi devido a esta ser o berço da agroindústria de suínos e frangos no Brasil, além de ser sede da Embrapa Suínos e Aves, comprovando o apoio do Estado com suporte científico para o complexo produtivo suíno-avícola; já a cidade de Chapecó, foi escolhida por ser a cidade polo do Oeste Catarinense; e Dionísio Cerqueira foi escolhida por ser ponto alfandegário da região, por onde passam as exportações de suínos e aves principalmente para países como a Argentina, Paraguai e Chile. No trabalho de campo também foram aplicados questionários, respondidos na plataforma *Google Drive*. Os questionários tiveram perguntas abertas e fechadas (Apêndices C, D e E, f. 227-229), Conforme Gil (2008, p. 122), “[...] nas questões abertas solicita-se aos respondentes para que ofereçam suas próprias respostas. E para as questões fechadas pede-se aos respondentes para que escolham uma alternativa dentre as que foram apresentadas.”

3. Levantamento de dados, com interpretação e análise desses dados apresentadas em gráficos, quadros, tabelas e mapas. Conforme Gil (2008) “[...] classicamente, a interpretação dos dados é entendida como um processo que sucede à sua análise.” Os dados qualitativos e quantitativos foram coletados em diversas fontes de pesquisa. Os dados secundários foram coletados em meio virtual, tendo como principal fonte o IBGE. Dentre as outras fontes de pesquisa destacam-se: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA); Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS); além de publicações das empresas Aurora Coop, BRF e JBS. A tabulação dos dados quantitativos foi

realizada no programa *Microsoft Excel*, e as figuras foram confeccionadas no programa *Canva*.

A partir do referencial teórico e da metodologia estabelecidos, a organização do texto da tese foi estruturada em quatro seções de discussão, além desta introdução e das considerações finais.

Dessa forma, na segunda seção intitulada “**A trajetória econômica e territorial da mesorregião geográfica do Oeste Catarinense**” optou-se por trazer a contextualização da região em estudo, a formação territorial da região Oeste Catarinense e as mudanças geoeconômicas de cada período. Iniciou-se a análise nos de 1920 até 1990.

Na terceira seção, intitulada “**Desenvolvimento econômico da região Oeste Catarinense: o processo de capitalização e consolidação do complexo produtivo suíno-avícola**”, buscou-se entender o sistema capitalista e sua dinâmica global atuando sobre a região Oeste Catarinense, compreendendo o funcionamento do sistema de produção e as inovações desde o período fordista até o processo recente de globalização neoliberal contemporânea. O desmonte do Estado desenvolvimentista e a busca por parte das grandes corporações de recursos de um novo Estado, o Estado neoliberal, através de bancos de desenvolvimento regional (estaduais e federais).

A partir do que foi discutido na terceira seção, propõe-se, na quarta seção intitulada “**A geoeconomia dos complexos produtivos suínos-avícola após o ano 2000**”, entender a dinâmica da geoeconomia do complexo produtivo suíno-avícola pós o ano 2000. Dá-se ênfase ao processo de inserção do complexo suíno-avícola ao capital internacional, os principais parceiros comerciais internacionais, o processo de fusões e incorporações das agroindústrias locais, a atuação dos atores endógenos e exógenos na região Oeste Catarinense e a importância da China como parceiro comercial do Brasil e da região Oeste Catarinense.

Na quinta e última seção intitulada “**A dinâmica da logística territorial e sua influência nas exportações do complexo produtivo suíno-avícola**”, se buscou entender como as infraestruturas de transportes, circulação de capital e logística afetam diretamente na dinâmica geoeconômica do complexo produtivo suíno-avícola, como ênfase nos principais corredores de exportação que ligam a região oeste ao mercado interno e externo e aos principais portos e portos secos do estado de Santa Catarina.

2 A TRAJETÓRIA ECONÔMICA E TERRITORIAL DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA DO OESTE CATARINENSE

A formação econômica e territorial da região Oeste Catarinense está atrelada ao início da colonização. A primeira fase, nos anos de 1920 até meados de 1950, teve-se o auge do ciclo econômico da madeira; a segunda fase de acumulação de capital, deu-se com a formação do complexo agrocomercial; já na década de 1960, com a modernização agrícola no Brasil, iniciam-se também as primeiras agroindústrias na região, passando para a fase agroindustrial. As agroindústrias tornaram-se complexos econômicos que inseriram a região Oeste Catarinense no mercado internacional de alimentos. Dessa maneira, nesta seção, a formação econômica e territorial da região Oeste Catarinense será abordada a partir do início da colonização até 1990.

2.1 As disputas pela região Oeste Catarinense e o início da formação econômica e territorial

A região Oeste Catarinense teve sua formação por meio de diversas disputas territoriais, tanto nacionais quanto internacionais. “A ocupação do Oeste Catarinense, que se estendeu até os anos 50, faz parte do movimento geral da expansão das fronteiras agrícolas no Brasil no século XX.” (Goularti Filho, 2016, p. 5).

Vários conflitos envolveram a delimitação das divisas territoriais dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Uma das disputas envolveu a Argentina e o Brasil, pelos Campos de Palmas (oeste de Santa Catarina), que ocorreu no século XIX, e foi uma das mais marcantes disputas na fronteira entre os dois países.

A questão dos Campos de Palmas foi resolvida em 1895 e passou a pertencer ao Brasil. A disputa pelo território do Oeste Catarinense, entre Brasil e Argentina, ocorreu, entre outros fatores, também pela riqueza da erva-mate e araucárias (Bavaresco, 2003). A erva-mate e a araucária eram vendidas principalmente para a Argentina.

Enquanto ocorria a disputa pela região oeste de Santa Catarina, entre Argentina e Brasil, em São Paulo o complexo cafeeiro passava por transformações

que possibilitaram a criação de agroindústrias⁹. “Cria-se um setor artesanal de máquinas e equipamentos fora das fazendas de café, para produção de secadores, arados, etc” (Graziano da Silva, 1998, p. 12). Essa região, na década de 1940, se tornaria um importante mercado consumidor de produtos da região Oeste Catarinense.

Após o término do conflito entre Brasil e Argentina pelo território de Campos de Palmas, inicia-se a disputa territorial interna entre os limites dos estados do Paraná e Santa Catarina, que perdurará até o fim da Guerra do Contestado. Foi a partir desta Guerra (1912-1916) que o governo do estado de Santa Catarina conquistou a região oeste.

A Guerra do Contestado foi provocada pela construção da linha férrea Santa Maria/RS – Itararé/SP. O trajeto possibilitou a ligação da região sul com a região sudeste do Brasil, mas trouxe conflitos de terras na região do Oeste Catarinense, pois a empresa responsável pela construção da ferrovia tomou posse das terras de caboclos que viviam nessa região.

Portanto, o principal motivo da revolta foi a concessão de terras pelo governo brasileiro a uma empresa dos Estados Unidos, *Brazil Railway Company*, que ficou responsável pela construção da ferrovia, além de poder explorar a faixa de 30 quilômetros de terra ao longo da ferrovia.

A região oeste de Santa Catarina foi, de fato, uma área de muitas disputas. Inicialmente, entre Portugal e Espanha; num segundo momento, entre Brasil e Argentina e, num terceiro momento, entre Paraná e Santa Catarina, originando, inclusive, a Guerra do Contestado (1912-1916), quando só então se definiu que o território pertencia ao estado de Santa Catarina. Para manter o território conquistado do Paraná era preciso “povoá-lo”, para tanto, investiu-se num intenso processo de colonização. (Paim, 2006, p. 125).

O fim da Guerra do Contestado¹⁰, em 1916, após a repressão dos caboclos que viviam nessa região e a conquista do novo território que estava em disputa com o

⁹ Do complexo rural ao complexo agroindustrial, São Paulo foi o pioneiro na transformação dos produtos do campo para indústria. Anos mais tarde a região Oeste Catarinense passaria a fazer parte deste novo complexo, o agroindustrial. O termo “complexo rural” foi elaborado por Rangel (1990, p. 30 *apud* Espíndola, 2002, p. 28) para denominar o conjunto de atividades a que se dedica o camponês. A agricultura, num país subdesenvolvido, costuma ser simultaneamente: a) uma atividade primária na medida em que supre produtos agrícolas brutos e explora recursos naturais; b) uma atividade secundária, na medida em que elabora, para o autoconsumo ou para o mercado, aqueles produtos primários para construir a casa, o celeiro; e c) uma atividade terciária, quando se aplica aos serviços já indicados (Rangel, 1962, p. 30 *apud* Espíndola, 2002, p. 28).

¹⁰ Guerra do Contestado: revolta popular ocorrida entre 1912 e 1916 em uma parte do território catarinense disputada também pelo Paraná (Atlas de Santa Catarina, 2008, p. 29).

estado do Paraná, trouxe ao estado outra preocupação: povoar o ainda despovoado oeste. Segundo Goularti Filho (2001, p. 38), “[...] a região passa a ter destaque econômico pós 1916, com a inauguração do trecho ferroviário, e a colonização da região por imigrantes ítalo e teuto-brasileiros, provenientes do Rio Grande do Sul e com a exploração da madeira, da erva-mate, e as pequenas atividades agropecuárias.”

O processo de ocupação da região oeste está atrelado à chegada das empresas colonizadoras em Santa Catarina. Essas empresas colonizadoras passam a ter o domínio econômico e político na região, com o aval do estado de Santa Catarina, a partir da década de 1920. Várias empresas colonizadoras passam a atuar na região oeste, entre elas a Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., localizada em Passo dos Índios (Chapecó), e a Companhia Colonizadora Mosele (Concórdia). As companhias eram responsáveis pela distribuição dos lotes aos colonos, bem como o incentivo na produção agrícola baseada na pequena propriedade com mão de obra familiar. Para isso, incentivou-se a vinda de colonos do estado do Rio Grande do Sul para ocupar o território conquistado.

Os colonos que compravam as terras no Oeste Catarinense queriam que elas estivessem limpas, ou seja, sem moradores. Para a limpeza da terra os caboclos e os poucos indígenas que ainda viviam foram expulsos de suas terras, pois eram considerados improdutivos. Esses povos, ou foram sendo empurrados para áreas distantes nas matas, ou foram para as cidades, quando não foram literalmente eliminados. Com a vinda dos colonos, estabeleceu-se um sistema produtivo calcado na pequena propriedade, com predomínio da mão-de-obra familiar e de cultivos diversos para comercialização. Os colonizadores dedicaram-se principalmente ao cultivo de milho, cuja comercialização era difícil, uma vez que a fertilidade do solo e consequentemente a produção eram grandes. Para absorver o excedente, os colonizadores iniciaram a criação de suínos que, aos poucos, passaram a ser comercializados em Curitiba e São Paulo, constituindo-se a base para a agroindústria de carnes. (Paim, 2006, p. 127).

A base econômica da região no início da colonização era a extração da erva-mate e madeira. As companhias colonizadoras eram responsáveis também pela exploração da madeira, como relata Hass (1999, p. 30), “além do comércio de terras, dedicavam-se a exploração da madeira.”

Os colonizadores tinham na extração da erva-mate e da madeira uma renda que possibilitou acumular capital e realizar a comercialização para outros países, como relata Goularti Filho (2001, p. 58), “[...] a maior parte da produção da madeira do oeste era destinada ao mercado argentino e uruguaio, transportada por meio do

rio Uruguai, em forma de balsa, durante o período de cheias.” Como se vê nas figuras 2 e 3:

Figura 2 - Balseiros no Rio Uruguai I.



Fonte: Museu do Balseiro de Itá [19--].

Figura 3 - Balseiros no Rio Uruguai II.



Fonte: IBGE [2025?]

Além disso, conforme informações de trabalho de campo, para comercializar com a Argentina, as toras deveriam ter 4 cúbicicos. Em maioria eram usadas árvores de cedro e para carregar até o Rio Uruguai precisavam do terno de boi (10 bois) para carregar as toras de madeira.

O transporte da madeira via balsas durou de 1920 até os anos 1950, conforme relatos em trabalho de campo, “[...] no ano de 1930 saiu 8 balsas de Aurelino Paludo (um dos fundadores do frigorífico Seara), que deu um lucro de 77 contos de réis.” Este relato, confirma que a primeira fonte de acumulação de capital da região foi o ciclo da madeira. Se, por um lado o colonizador via nessa prática uma fonte de renda, por outro lado foi a mais predatória, pois nessa região a mata nativa era formada basicamente por espécies da Floresta Ombrófila Mista (mata araucária, cedro, erva-mate), que logo entrou em esgotamento. Ao mesmo tempo em que o colonizador derrubava a mata, iniciava o processo de plantio de trigo e milho, para a subsistência e a criação de suínos à solta (figura 4).

Figura 4 - Criação de suínos “à solta”.



Fonte: IBGE [2025?].

Vale destacar que no auge da ocupação da região Oeste Catarinense a fonte de renda e acumulação de capital era a madeira, que entrou em processo de

esgotamento na década de 1950, “[...] foram as atividades madeireiras que comandaram o processo de acumulação capitalista até os anos 50.” (Goularti Filho, 2001, p. 67). Essa acumulação possibilitou o início das pequenas propriedades mercantis. De acordo com as análises de von Dentz (2022, p. 51):

Por um lado, ocorria a acumulação de capital por parte das companhias colonizadoras, que retalharam as terras e vendiam a madeira, por outro lado ocorria a acumulação de capital para os colonos que fomentavam a pequena produção mercantil.

Com o processo de colonização e ocupação de terras do Oeste Catarinense pelos migrantes vindos do Rio Grande do Sul, a produção possibilitou a formação de pequenas propriedades e a acumulação de excedentes da produção gerou a comercialização, formando as pequenas propriedades mercantis, que comercializavam no mercado local a banha, o milho, o trigo, e, também, muitos colonos iniciaram com as pequenas serrarias.

Portanto, quase todo o estado de Santa Catarina teve como base a pequena produção mercantil¹¹, ligada aos imigrantes que ocuparam a região sul no século XIX. Dessa forma, reforça-se que a pequena produção mercantil é fator fundamental para entender o êxito da industrialização em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A pequena produção mercantil transplantada da Europa do século XIX, ocorreu nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e seu êxito industrial contrasta com a fraqueza da industrialização das áreas e pecuária extensiva (Campanha Gaúcha, Campos de Lages, etc.) [...]. Assim, a ênfase à interpretação shumpeteriana ¹² (o papel dos empreendedores), também nos parece limitada, pois a multiplicação de empreendedores não pode se dar numa sociedade de base latifundiária pastoril, com camponeses paupérrimos. (Mamigonian, 2011, p. 85).

Os imigrantes europeus tornaram-se empreendedores nas regiões por eles ocupadas, diferentemente das regiões de base latifundiária pastoril como os Campos de Lages/SC. A produção mercantil possibilitou o desenvolvimento industrial na região sul em algumas áreas específicas, como a região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina,

¹¹Mamigonian (2011), ao citar a pequena produção mercantil, remete-se à divisão social do trabalho que os migrantes, ao abandonarem a Europa, na segunda metade do século XIX, em consequência das crises do capitalismo industrial nos países como Alemanha, Polônia e Itália, trouxeram, uma diversificação à economia catarinense. Esses migrantes eram artesãos, operários, comerciantes e agricultores. Essa pequena produção mercantil foi responsável pelo êxito da industrialização no Rio Grande do Sul (Novo Hamburgo e Caxias do Sul) e em Santa Catarina (Blumenau e Joinville).

¹²Joseph Schumpeter (1883-1950) tratou especificamente da inovação como motor da dinâmica capitalista.

e a região da Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, e, posteriormente, a região oeste de Santa Catarina, com os filhos dos imigrantes ocupando este território e reproduzindo o modelo mercantil.

2.2 Os pioneiros da agroindústria na região Oeste Catarinense

A região Oeste Catarinense era habitada por pequenos proprietários policultores com tradição na pequena produção mercantil, além de pequenos comerciantes com produção comercial em pequena escala. Entre eles, Attílio Fontana (Fundador da Sadia), os irmãos Pedro e Angelo Ponzoni e Giovanni e Ricardo Brandalise (Fundadores da Perdigão). Esses indivíduos contribuíram significativamente para o desenvolvimento econômico e social da região, promovendo inovação da produção do setor alimentar de suínos e, anos mais tarde, de aves.

Attílio Fontana chegou à região Oeste Catarinense por volta de 1920, vindo de Santa Maria da Boca do Monte (atual Santa Maria/RS). Dois anos depois, em 1922, inaugurou um estabelecimento de comércio de alfafa e de compra e venda de suínos em Bom Retiro do Cruzeiro (hoje Joaçaba). Em 1927, estabeleceu uma parceria com Carlos Menck, em São Paulo, o que fez de Fontana um sócio em Santa Catarina devido à comercialização de suínos para o estado paulista.

No ano de 1938, Attílio Fontana foi convidado pelo prefeito de Concórdia para gerenciar o Frigorífico local. No entanto, Fontana optou por inicialmente transformá-lo em um moinho de trigo e somente depois de alguns anos é que se tornou um frigorífico especializado no abate de suínos.

Em 1943, depois de muitas conversas, Attílio Fontana adquiriu as partes dos investidores do Frigorífico Concórdia, fundando assim a S.A. Indústria e Comércio Concórdia - Sadia. “No dia 7 de junho de 1944, em Concórdia, meio-Oeste Catarinense, 27 acionistas, liderados por Attílio Fontana, assinaram a ata de fundação da Empresa.” (Dalla Costa, 1998, p. 115).

Os fundadores da Perdigão tiveram uma trajetória semelhante à de Attílio Fontana. A família Brandalise começou com um moinho de trigo e, mais tarde, estabeleceu uma mercearia na Vila Perdizes, hoje município de Videira/SC. Por sua vez, os irmãos Ponzoni possuíam uma pequena loja e um abatedouro de suínos. No entanto, foi apenas em 1934 que as famílias Brandalise e Ponzoni decidiram unir-se em sociedade.

Conforme Dalla Costa (2005, p. 6), “[...] na década de 1930, a Ponzoni, Brandalise & Cia. atuava na compra e venda de suínos adquirindo-os dos criadores locais e vendendo-os em São Paulo.” Em 1941, a sociedade tinha uma diversificada gama de produtos e com isso decidiu-se criar uma marca. Surge o nome Perdigão “[...] originários das perdizes e perdigões caçados nos campos da região e em homenagem a vila perdizes (atual Videira/SC).” (Dalla Costa, 2005, p. 6).

Destaca-se a atuação do governo federal para fomentar o início dessas agroindústrias. E 1930, o governo nacionalista e desenvolvimentista de Getúlio Vargas incentivou a pequena produção mercantil. Mamigonian (2011, p. 79) afirma que “[...] quando os latifundiários nacionalistas da campanha gaúcha, com Getúlio Vargas à frente, lideraram a revolução de 1930, favoreceram as regiões de pequena produção mercantil de São Paulo e do Sul do Brasil.” Assim, a política de industrialização nacional reforçou a expansão das pequenas indústrias no Oeste Catarinense. Mamigonian (2011, p. 87) reflete no sentido de que:

A terceira grande região industrial de Santa Catarina é o Oeste, onde se processou um forte sistema de integração e aprisionamento dos colonos aos frigoríficos (suínos, aves, perus, etc); o que acabou se concentrando nas mãos de três grandes grupos: Sadia, Perdigão e Seara.

A Sadia que surgiu na década de 1940, em Concórdia, tornou-se pioneira no processo de integração de produção¹³, conforme Espíndola (2002, p. 45):

A região Oeste, que contava, em 1937, com apenas 03 fábricas de banha instaladas em Caçador, 03 em Campos e duas firmas de salames em Caçador, direcionava esforços na exportação de suínos vivos (entre 1931 e 1935 Santa Catarina exportou 6.094.965 Kg de carne suína, sendo que 80% oriunda do Oeste Catarinense). Assim, o Oeste nasce especializado na oferta de animais.

A construção de estradas e da ferrovia também foi de grande importância para os imigrantes, tanto para desenvolver o mercado local como para integrar a região

¹³A produção integrada iniciou-se no Oeste Catarinense, na cidade de Concórdia, berço da Sadia. Segundo Espíndola (2002, p. 50), “[...] o sistema consiste em uma relação contratual entre a agroindústria e o produtor, em que a empresa garante a compra de toda a produção, fornecendo ao produtor a assistência técnica e parte dos insumos. A adoção do sistema de integração faz parte do projeto modernizante da agricultura, com o objetivo explícito de aumento da produção, da produtividade agrícola, novas relações de produção e dissolução da estrutura produtiva rural auto-suficiente, mediante a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos.”

oeste ao mercado nacional, principalmente para São Paulo¹⁴, que passa a ser o principal destino comercial dos produtos dessa região.

A estrada de ferro e as companhias colonizadoras podem ter contribuído para expandir o mercado e a diferenciação da produção, mas foi o desenvolvimento da pequena produção mercantil e a de um conjunto de produtos ligados inicialmente à agricultura e à pecuária que forjaram o desenvolvimento capitalista na região Oeste Catarinense. (von Dentz, 2022, p. 49).

A infraestrutura de transporte na região Oeste Catarinense, nessa época, era precária, com estradas sem pavimentação, sendo que o único meio de transporte dos produtos que sobravam das produções das pequenas propriedades e das pequenas indústrias de banha era por meio de ferrovias ou carroças. Tanto é que o fundador da Sadia se tornou conselheiro da cidade Cruzeiro (atual Joaçaba), em 1931, por recomendação do interventor do estado de Santa Catarina, possibilitando que Atílio Fontana destinasse recursos públicos para construção de estradas que beneficiassem seus negócios.

A partir do ano de 1950, o transporte ferroviário começa a entrar em decadência e não conseguia mais atender às necessidades das agroindústrias da região. Após a Segunda Guerra Mundial, a Sadia adquire aviões, para facilitar o transporte.

Com a aquisição de caminhões frigorificados e aviões (1952/1954) pela empresa Sadia, a abertura da BR 116, e a pavimentação de uma série de rodovias estaduais e federais, nas décadas de 1960 e 1970, houve a substituição do transporte ferroviário, decadente pelas rodovias. As estradas de rodagem, no Oeste, a exemplo de Santa Catarina e Brasil, passaram a ser a espinha dorsal do transporte de cargas. (Silveira, 2006, p. 62).

Até a década de 1950, a base comercial da região Oeste Catarinense era a madeira e erva-mate, bem como uma insipiente comercialização de banha, que gradativamente começou a se diversificar, com a produção de cereais (milho), e a criação de suínos (Graziano da Silva, 1998). Esta se torna a base da economia agrícola e comercial da região. Todo excedente (porcos vivos, banha, salames, entre outros) produzido nas pequenas propriedades eram vendidos aos comerciantes. Dá-se início à formação dos complexos agro-comerciais, ou seja, a base era o comércio dos produtos locais e regionais “o complexo agro comercial prevaleceu até os anos 1960.” (Graziano da Silva, 1998, p. 24).

¹⁴Em São Paulo o início da industrialização cafeeira possibilitou a formação de núcleos urbanos ligados a produção do café e com isso a necessidade de produtos alimentícios vindo de outros estados.

O desenvolvimento de indústrias ligadas à produção agrícola corroborou com o surgimento das primeiras cidades na região oeste, como é o caso de Chapecó e Cruzeiro (hoje município de Joaçaba). Estes municípios somente iniciaram desmembramentos e emancipações de seus distritos na década de 1930. E esses territórios foram o embrião da ocupação de toda a região Oeste Catarinense:

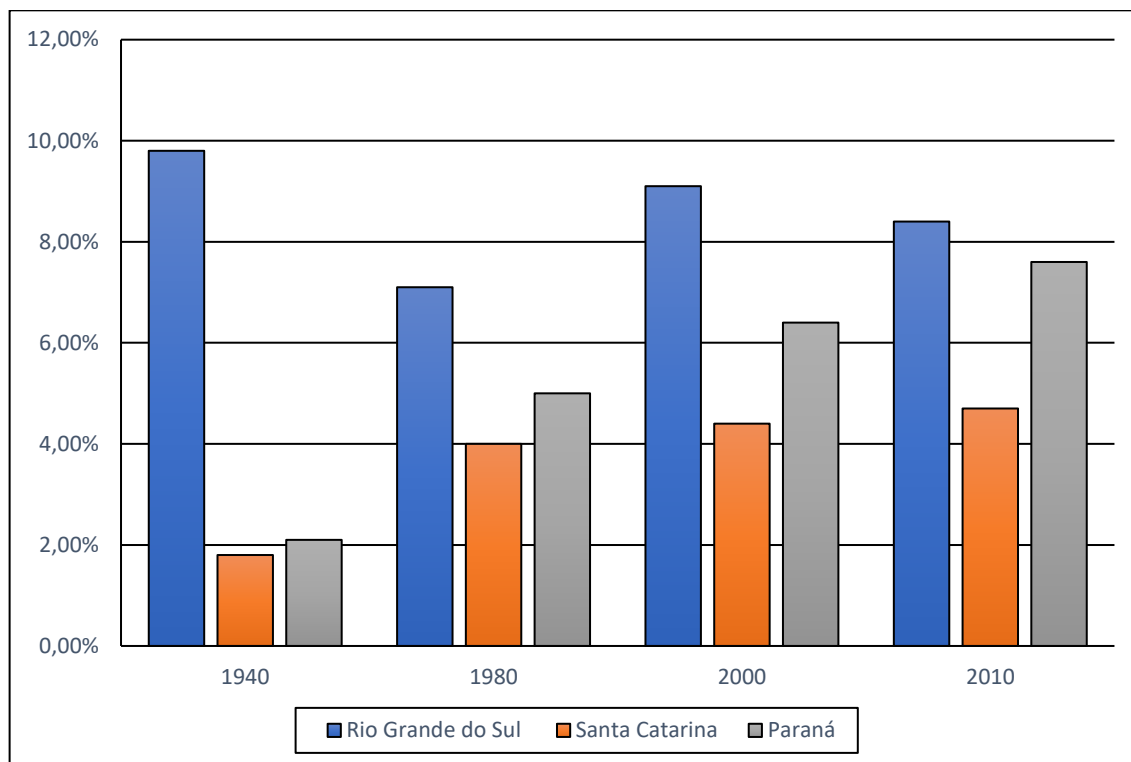
No início do século XX, os municípios de Chapecó e Cruzeiro representavam importantes pontos de passagem dos tropeiros para São Paulo e de remessas de erva-mate e madeira para o Rio Grande do Sul e Argentina. Somando-se a isso, a instalação das sedes desses municípios, com unidades escolares, paróquias e comarcas judiciárias, garantiu a base para continuar a ocupação da região. Esses dois municípios tornaram-se os embriões da ocupação de toda aquela região que formaria, posteriormente, a Mesorregião Oeste Catarinense e a nova fronteira agrícola para os migrantes procedentes do Rio Grande do Sul. (Pertile, 2008, p. 60).

A partir da década de 1930, o presidente Getúlio Vargas dá início à política de substituição de importações e industrialização no Brasil. Com a industrialização, a economia ganhou um dinamismo próprio e iniciou o processo de substituição de importações, ou seja, passou-se a produzir no país o que antes era importado (Pertile, 2008).

A região sul do Brasil passa a destacar-se com a pequena produção mercantil, ligada à imigração europeia do século XIX. O sul do Brasil teve sua transformação industrial ligada principalmente à indústria de bens e equipamentos. No Rio Grande do Sul, destaca-se a produção de máquinas agrícolas, carrocerias de caminhões e ônibus; em Santa Catarina, destaca-se a produção de motores elétricos, produção de máquinas industriais, cerâmica, entre outros.

No gráfico a seguir (figura 5), constata-se que, em 1940, o Rio Grande do Sul apresentava-se com um percentual relativamente significativo na produção brasileira, enquanto os percentuais de Santa Catarina e Paraná eram bem reduzidos. Dessa forma, um processo importante foi o crescimento da participação percentual de Santa Catarina e Paraná, na década de 1980 e nos anos subsequentes.

Figura 5 – Gráfico da participação industrial da região sul no total do Brasil (1940-2010).



Fonte: adaptado de Mamigonian (2011).

Mamigonian (2011) salienta que o avanço industrial de Santa Catarina, e de todo o sul do Brasil, significou uma grande mudança qualitativa, pois a região deixou de ser periferia do centro dinâmico paulista. O processo de urbanização e industrialização na década de 1950, a alta demanda pelos produtos, bem como as mudanças no padrão de consumo da sociedade também corroboraram ao aumento da produção de carnes (suínos e aves) na região Oeste Catarinense.

Assim, a demanda por alimentos para o sudeste, principalmente São Paulo, que se tornou um centro industrial com grande concentração da população na área urbana, possibilitou alavancar a agroindústria na região oeste que se torna parceiro comercial desse estado. A presença de indústrias em Santa Catarina na década de 1940 era pequena, os estados que se destacavam eram São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

A vista disso, Graziano da Silva (1998, p. 48), enfatiza que “[...] o período de 1930/1965 corresponde a integração dos mercados nacionais de alimentos e de matérias-primas.” Ou seja, foi o período de expansão comercial da região oeste para o mercado nacional de alimentos.

Esse avanço industrial foi impulsionado por políticas de financiamento agrícola através de planos de governo, tanto federal como estadual, o que será visto na seção 3 deste estudo. A partir da década de 1950, “[...] o governo brasileiro passa a se preocupar, por assim dizer, definitivamente, com o setor agroindustrial.” (Espíndola, 2022, p. 53). Um exemplo, foi o plano de metas de Juscelino Kubitschek (JK), que segundo Belik (1992, p. 63), “[...] tinha o objetivo de promover um programa de modernização da produção agrícola, entre as metas do segmento da alimentação estavam, frigoríficos e matadouros, mecanização da agricultura e fertilizantes, entre outros.”

Com a modernização da agricultura e a integração da agricultura no sistema capitalista industrial, “[...] há mudanças tecnológicas e rupturas das relações arcaicas e do domínio do capital comercial.” (Graziano da Silva, 1998, p. 30). Essas mudanças possibilitaram a integração do campo com a indústria, ou seja, as bases técnicas de processamento da produção de alimentos passam a fazer parte do meio agrário. Essa mudança faz parte da chamada revolução verde¹⁵. “Durante o período de 1945 a 1962, ocorreu um verdadeiro alargamento da divisão social do trabalho em Santa Catarina. [...] e o início da transformação do alimentar para o agroindustrial.” (Goularti Filho, 2016, p. 10).

No fim dos anos de 1950 até 1960, o aperfeiçoamento de técnicas na agricultura e a acumulação de capital pelas pequenas propriedades mercantis para criação de suínos e aves, possibilitou, anos mais tarde, que esses produtores se tornassem fornecedores da matéria prima para as agroindústrias na região Oeste Catarinense (figura 6, adiante). Passando a destacar-se como região agroindustrial já na década de 1960. O capital agrocomercial dos pequenos comerciantes torna-se capital agroindustrial.

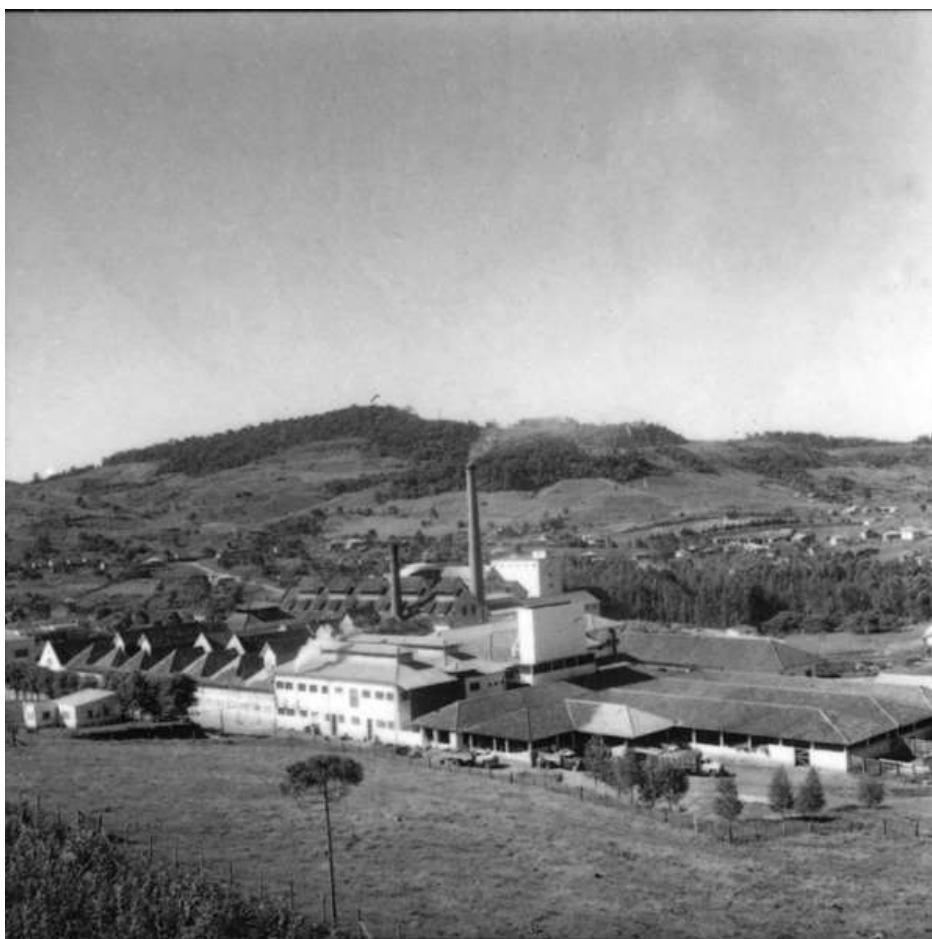
Assim, as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial e dos modos de produção particulares (Santos, 1977). Se a Geografia relaciona natureza/sociedade como meio e objeto de produção, logo, é uma apropriação e exploração do espaço e/ou território. Essa apropriação/exploração, resulta num

¹⁵Revolução verde: “‘Revolução Verde’ foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes a doenças e pragas, bem como a descoberta de técnicas agrícolas mais modernas e eficientes.” (Brum, 1988, p. 44).

arranjo produtivo particular construído sobre uma base territorial historicamente determinada, em uma região.

Quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político. “Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma influência determinante nas localizações e uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator.” (Santos, 1977, p. 8).

Figura 6 - Frigorífico da Sadia em 1959 - Concórdia/SC.



Fonte: IBGE [2025?].

Dessa forma, na região oeste, o capitalismo inicia-se e aprofunda-se com a pequena produção mercantil que possibilitou a estruturação econômica e social na região. Para von Dentz (2022), o capital comercial está diretamente interligado com a pequena produção mercantil, e muitos estabelecimentos comerciais surgiram da própria produção mercantil. Para von Dentz (2022), tanto a pequena produção

mercantil quanto o capital comercial são a base para o processo de acumulação do capital regional.

Na década de 1960, a banha perde espaço no mercado nacional, devido às mudanças nos hábitos alimentares da população brasileira, que passa a substituir a banha por produtos de origem vegetal. Dessa forma, a demanda passa a ser a carne suína e seus derivados, gerando um processo de mudanças com a formação da produção agroindustrial e das agroindústrias do oeste de Santa Catarina a partir de uma nova matéria-prima (Pertile, 2008).

O surgimento das primeiras agroindústrias no Oeste Catarinense está associado à expansão industrial do país, mas principalmente à modernização da agricultura na década de 1960. Von Dentz (2022) destaca que as técnicas de produção foram se aperfeiçoando e esses agronegócios passaram a se integrar nas cadeias produtivas e nas indústrias. Além da Sadia e da Perdigão, em 1956, em Seara/SC, é inaugurado o primeiro frigorífico de grande porte na cidade, especializado em abater aves e suínos.

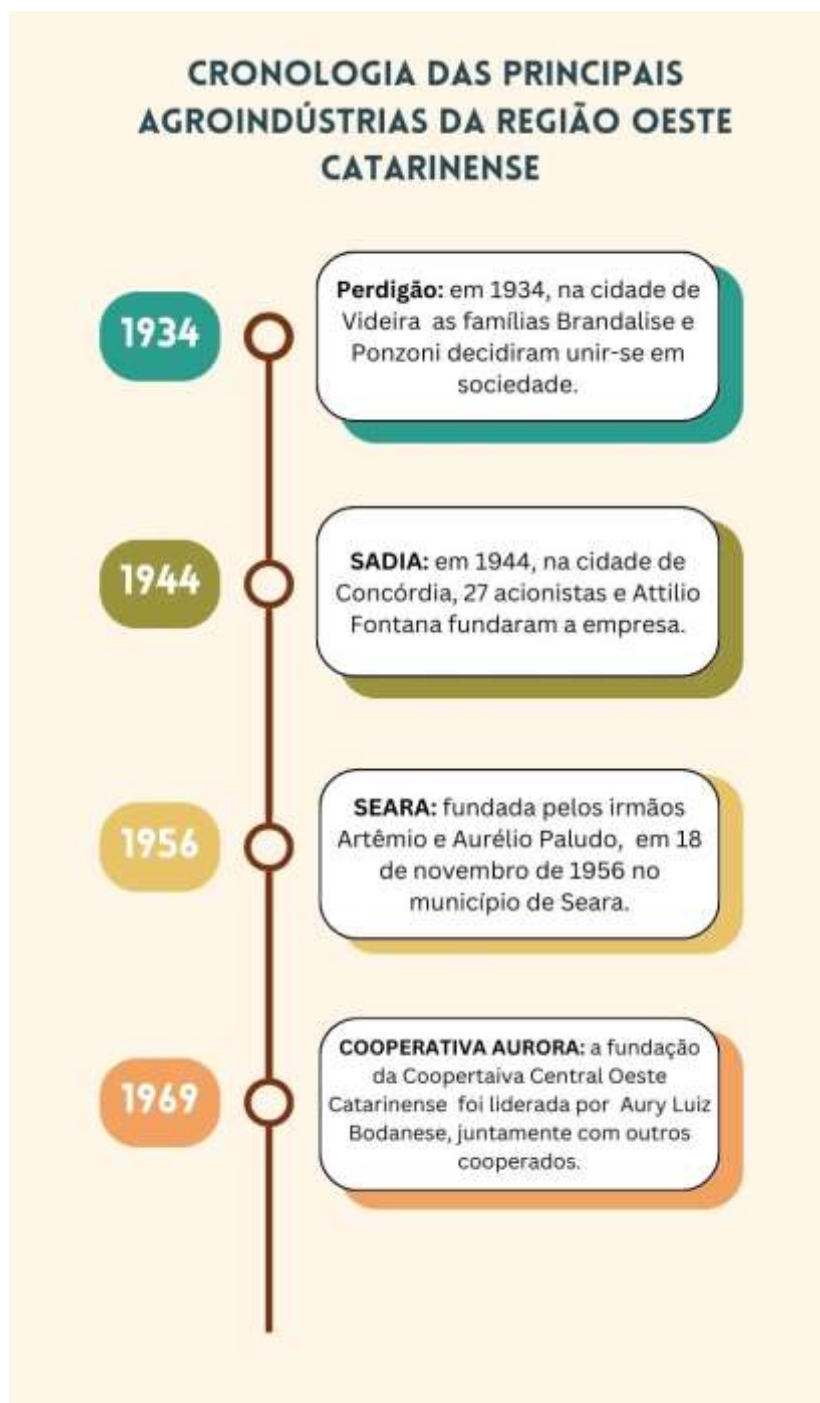
Em 1969, surgiu a Cooperativa Central Oeste Catarinense, que segundo o diretor industrial da Aurora Coop, a Cooperativa Aurora “[...] foi fundada há 57 anos por um grupo de cooperativas oriundas do grão, formaram uma central.” (Entrevistado 1, 2024). Essa central e seus representantes, de oito cooperativas liderados por Aury Luiz Bodanese, fundaram uma cooperativa para industrializar a produção de suínos na região Oeste Catarinense, que mais tarde passaria a ser chamada Cooperativa Central Aurora Alimentos. Nas palavras de Aury Bodanese, a cooperativa Aurora “[...] teria todas as outras cooperativas como filiadas. Não se trataria de mais uma cooperativa e sim uma cooperativa industrial.” (Silvestrin, 1999, p. 39).

Aury Bodanese “[...] liderou a elaboração de uma estrutura cooperativista que veio, em décadas posteriores, modificar as relações de produção colocando no cenário concorrencial um sistema de cooperativas que iria tornar-se um dos grandes complexos agroindustriais.” (Farias, 2015, p. 225). A linha do tempo (figura 7, adiante) traz uma melhor elucidação do surgimento das principais agroindústrias na região oeste de Santa Catarina.

Essa modernização da agricultura provocou profundas transformações na organização espacial implantada pelos colonizadores. A nova tecnologia, objetivando aumentar a produção para o crescente mercado consumidor, introduziu os agricultores nas relações capitalistas de trabalho (Bavaresco, 2003, p. 82). Com o

aprofundamento das relações capitalistas de trabalho, a região passa a apresentar o que Marx denominou de acumulação primitiva¹⁶. Essa acumulação primitiva seria o ponto de partida para o modo de produção capitalista.

Figura 7 - Surgimento das principais agroindústrias da região Oeste Catarinense.



Fonte: elaboração própria.

¹⁶“Esse processo de dissociação entre o produtor e os meios de produção.” (Marx, 2017, p. 172).

A transformação dos pequenos frigoríficos em grandes agroindústrias teve efetivas repercussões, tanto na agricultura quanto no comércio e na indústria regional (Pertile, 2008). Seguindo a análise da autora:

Um conjunto de fatores proporcionou a consolidação das agroindústrias em Santa Catarina ainda na década de 1950. Fatores esses que vão desde o uso da estrada de ferro para o barateamento no transporte ou aquisição de caminhões frigoríficos ou aviões, a busca por melhoria genética e aquisição de força de trabalho especializada para produção de matéria-prima padronizada, a instalação de filiais comerciais em outros estados, como São Paulo, até a instalação de empresas próprias para embalagens. No entanto, uma participação mais efetiva das agroindústrias no mercado nacional e mundial de carnes seria consolidada com o amplo favorecimento por políticas públicas dos governos federal e estadual, nas décadas de 1960 e, especialmente, 1970. (Pertile, 2008, p. 130).

Outro fator que se tornou favorável para um desenvolvimento de agroindústrias na região Oeste Catarinense é que o complexo rural “[...] nasce precocemente aberto, ou seja, nasce voltado para mercados consumidores consolidados ainda nos anos 1960 e 1970, principalmente em São Paulo, mas também em outras regiões.” (von Dentz, 2022, p. 64). As agroindústrias da mesorregião Oeste Catarinense impulsionaram a mudança de acumulação e o desenvolvimento do capital comercial em capital industrial, como enfatiza Goularti Filho (2007, p. 13):

Um novo período, quando o capital industrial passa a ser o móvel da acumulação capitalista. A modernização da agricultura, com a mutação do complexo agrocomercial – dos moinhos e frigoríficos, que comercializavam produtos quase que *in natura* – para o complexo agroindustrial de carne, reforça e consolida o novo padrão de crescimento em Santa Catarina, comandado pelo Estado e pelas grandes e médias indústrias e agroindústrias.

Assim, os complexos agroindustriais foram construídos a partir da formação socioeconômica e territorial da mesorregião Oeste Catarinense. De acordo com as análises de Goularti Filho (2016, p. 11), “[...] as condições materiais exigiam novas formas superiores de organização capitalista, organizadas a partir do Estado para liberar as forças produtivas que entravam no processo de acumulação.”

Para Santos (1977), os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada, ou seja, a ocupação, a formação e a pequena produção mercantil foram determinantes para a formação das agroindústrias de suínos e aves.

As relações de produção capitalistas emergem na região Oeste Catarinense com a formação das primeiras agroindústrias frigoríficas, que passam a fomentar fortemente o processo de integração da produção de suínos e aves. Nesse contexto, a livre concorrência acentua-se e a concorrência perfeita¹⁷ passa a ser imperfeita, gerada pela formação de monopólios e oligopólios. Esse novo padrão do capitalismo monopolista controla os mercados e os preços.

Ao controlarem os mercados, desregularam os padrões de formação de preços, impondo os preços e as formas de comercialização que interessavam às grandes corporações, o que levava a dificuldades frequentes e intransponíveis às empresas menores e menos poderosas [...]. Assim, é a força das grandes empresas corporativas que vai definir os padrões de um novo capitalismo: o monopolista. (Cunha, 2008, p. 36).

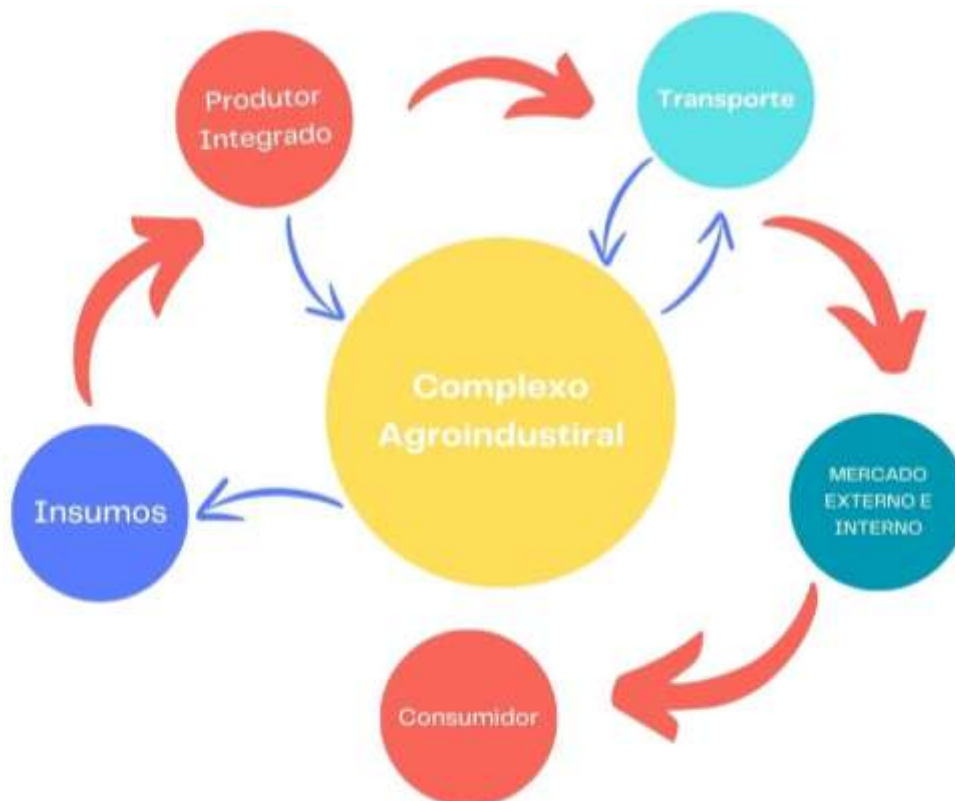
A livre concorrência gera a concentração da produção que conduz ao monopólio. Para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito fácil chegar a um acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas (Lênin, 1990).

Para Brum (1988), a agricultura foi forçada a integrar-se na economia monopolista, de forma subordinada e dependente dos monopólios e oligopólios industriais. A mais profunda transformação da agricultura hoje passa a chamar-se de complexo agroindustrial. Entende-se por complexo agroindustrial um conjunto de atividades econômicas-agrícolas, industriais, comerciais e financeiras que apresentam elevado grau de integração entre si (Brum, 1988, p. 104).

Para (Contini *et al.*, 2006, p. 6), “[...] valor agregado do complexo agroindustrial passa, obrigatoriamente, por cinco mercados: o de suprimentos, o de produção propriamente dita, processamento, distribuição e o do consumidor final.” Esse processo está presente no complexo produtivo suíno-avícola, a relação entre o complexo agroindustrial e os produtores integrados, que por sua vez, dependem da agroindústria, está interligado. Os insumos (ração, medicamentos, entre outros) vêm das agroindústrias. Os produtores enviam a produção para indústria que os envia para os mercados externo/interno para consumidores através de redes de transportes. A ilustração disso pode ser verificada na figura 8, a seguir:

¹⁷Situação de forte concorrência, conhecida como concorrência perfeita. Nesse tipo de estrutura de mercado, cada ramo produtivo apresenta um número grande de empresas, normalmente pequenas e médias, que disputam o consumidor de forma bastante agressiva (Cunha, 2008).

Figura 8 - Complexo agroindustrial.



Fonte: elaboração própria.

O complexo busca considerar os fluxos econômicos entre diversos setores e segmentos, os quais formam o encadeamento técnico-produtivo de tipo sistêmico que funciona como redes de relações entre empresas e produtores (Cunha, 2006, p. 265).

Perroux (1975) traz outro termo para caracterizar a formação dessas corporações/monopólios, são os “complexos industriais”. A formação de “complexos de indústrias”, conceito apresentado por Perroux está associado à formação de monopólios e oligopólios. Perroux (1975) analisa três elementos principais sobre complexos industriais: a indústria chave, o regime não concorrencial do complexo e o fato da concentração territorial.

Conforme Perroux (1975), o aumento do volume de produção das indústrias motrizes, pode resultar em uma antecipação de efeitos nas indústrias movidas, ou seja, aumento da produção das indústrias que dependem direta ou indiretamente da motriz.

O complexo de indústrias é “estabilizador” por estar ligado às forças do oligopólio e monopólio, os quais, por sua vez, influenciam no preço, no volume de produção, bem como no crescimento das indústrias movidas.

Dessa forma, o complexo industrial da região Oeste Catarinense proporcionou o crescimento da indústria movida, bem como o crescimento de atividades econômicas diversificadas. “Num polo industrial complexo, geograficamente concentrado e em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas devido à proximidade e aos contatos humanos.” (Perroux, 1975, p. 108).

Destaca-se que a indústria “movida” pelo complexo agroindustrial da região Oeste Catarinense teve grande crescimento na área de transportes. Ocorreu o desenvolvimento de um setor destinado a produzir novas carrocerias de caminhão, responsáveis pelo transporte de rações e animais (von Dentz, 2022).

A concentração e centralização de capitais gerou a concentração da produção e, conseqüentemente, a formação dos complexos agroindustriais na região Oeste Catarinense. “As decisões empresariais conformam tanto a distribuição inter-regional da atividade econômica quanto à qualidade e natureza do trabalho dentro das regiões.” (Markusen, 2005, p. 65). Esses complexos formam uma rede de relação entre as empresas e os produtores e um conjunto de atividades produtivas integradas. Santos afirma que:

Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social. (Santos, 1977, p. 32).

Nesse contexto, as atividades produtivas na região em estudo passam a ir além da cadeia produtiva (Santos 1977). Com a integração da indústria com a agricultura e a formação de agroindústrias, a “região produtiva” passa a interagir com outros estados e países.

2.3 Os complexos produtivos de aves e suínos na região Oeste Catarinense: anos 1970-1980

Nas décadas de 1970 e 1980, com a crise do capitalismo mundial, o Estado desenvolvimentista do Brasil também entrou em crise. A estagnação da produção levou as corporações a procurarem novos mercados, novas tecnologias e novos processos de produção e acumulação do capital.

A crise desencadeou programas de incentivos do Governo Militar. Entre os programas, destaca-se o Plano Nacional de desenvolvimento II (PND), com objetivo

de crescimento a qualquer custo. Dessa forma, ocorreu a modernização e reorganização do setor agroindustrial, entre esses setores destaca-se o complexo agroindustrial de aves e suínos.

Conforme Mamigonian (2011), a indústria de Santa Catarina cresceu 14,7% no período de 1970 a 1978, em pleno período de crise econômica do capitalismo mundial. Vale ressaltar que a região Oeste Catarinense iniciou com carnes suínas e, depois, de frango, conquistando mercados tanto nacionais quanto internacionais

Alguns fatores contribuíram para que o complexo produtivo de aves e suínos na região Oeste Catarinense crescesse no período de 1970 a 1980, entre eles: a integração no sistema econômico mundial, o crédito agrícola, e políticas públicas para alavancar a produção e diversificação da produção.

Aliás, as agroindústrias estavam em busca da conquista do mercado interno e externo. Para isso as maiores agroindústrias do Oeste Catarinense passaram a comprar pequenas agroindústrias na região sul do Brasil e também em outros estados, bem como iniciou o processo de internacionalização das marcas, entre elas destaca-se Sadia, Perdigão e Aurora. Essas agroindústrias conseguiram crescer durante a "década perdida" dos anos oitenta, enquanto outros ramos entraram em crise.

A Sadia e a Perdigão são as agroindústrias com maior expansão no mercado interno nos anos 1970 e 1980. Entre 1970 e 1989, a Sadia adquiriu oito empresas; e a Perdigão adquiriu doze empresas. A Perdigão destacou-se na aquisição de empresas nacionais. No quadro 1, adiante, apresentam-se as principais aquisições pelos grandes grupos agroindustriais do Oeste Catarinense.

Quadro 1 - Aquisição de empresas pelos grandes grupos agroindustriais do Oeste Catarinense (1970-1980).

Grupo	Empresa adquirida	Setor	Ano	Localidade
Sadia	Várzea Grande	Bovinos	1976	Várzea Grande (MT)
	Incobrasa	Soja	1979	Joaçaba (SC)
	Damo	Processamento de suínos	1980 1989	Duque de Caxias (RJ) Frederico Westphalen (RS)
	Três passos Corcovado Sudanisa	Suínos Ração/soja Bovinos	1985	Três Passos (RS) Três Passos (RS) Barra do Garças (MT)
	Mouran	Bovinos	1989	Andradina e Araçatuba (SP)
	Chapecó	Aves	1989	Francisco Beltrão (PR)
Perdigão	Unifrico	Suínos	1977	Salto Veloso (SC)
	Armazém Medianeira	Ração	1979	Catanduvas (SC)
	Saulle Pagnoncelli	Suínos	1980	Herval d'Oeste (SC)
	Reunidas Ouro	Suínos	1980	Capinzal (SC)
	Suely	Ração	1984	Orleans, Içara, Jaguaruna, Taió (SC)
	Canta Galo	Aves	1984	Criciúma (SC)
	Coop. Taparese	Grãos	1985	Gaurama, Severiano A., Aratiba (RS)
	Borela	Aves/grãos	1985	Marau (RS)
	Frigoplan	Bovinos	1986	Lages (SC)
	Ideal	Aves	1988	Serafina Corrêa (RS)
	Utinga (Swift)	Industrializados	1989	Santo André (SP)
	Avisco	Aves	1989	Ipê (SC) Rio Claro (SP)
Aurora	Pepery	Suínos	1982	São Miguel do Oeste (SC)

Fonte: adaptado de von Dentz (2022, p. 107).

Além disso, Espíndola (2002) enfatiza que a conquista do mercado externo dependeu de alguns fatores, entre eles:

As capacitações tecnológicas apresentadas na cadeia produtiva de carne suína e de aves, a instalação de multiplantas e as estratégias de deslocamento espacial, somadas às medidas político-institucionais, possibilitaram às agroindústrias do Sul do Brasil a conquista agressiva do mercado externo. (Espíndola, 2002, p. 66).

A Sadia internacionalizou a sua marca na década de 1970. Em 1975 começa as exportações de frango para o Oriente Médio, quando a Sadia assumiu a liderança entre os exportadores nacionais. Paralelamente, a Perdigão iniciou as atividades de exportação em 1989.

“No início dos anos 1970, o Brasil passa a inserir-se competitivamente no mercado internacional de carne suína e aves.” (Espíndola, 2002, p. 66). O capital produtivo possibilitou o crescimento da produção industrial nos países periféricos que passaram a ser integrados no sistema econômico mundial. Conforme Dalla Costa (2000, p. 381), o primeiro contrato de exportação da Sadia foi assinado em 1967. Neste sentido:

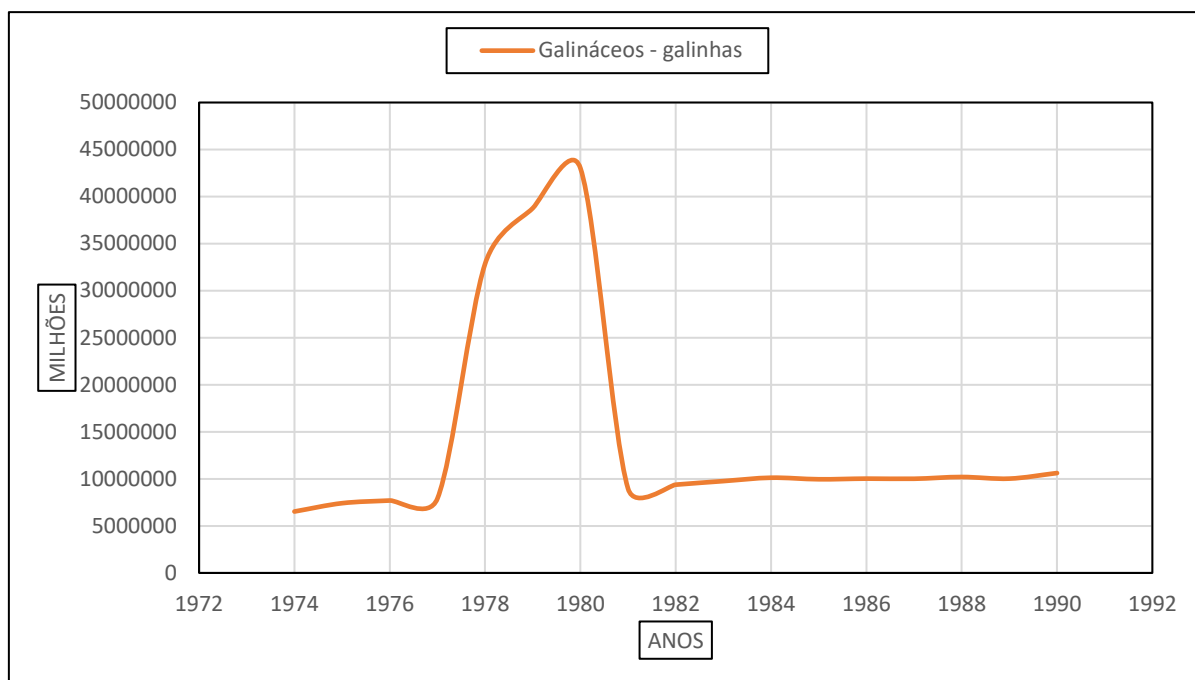
Naquela ocasião a empresa vendeu algumas toneladas de carne bovina e suína *in natura*, congelada, para o Mercado Comum Europeu e para a Suíça. O objetivo de exportar já estava presente na época da fundação da Frigobrás¹⁸, quando a intenção ficou registrada nos seus estatutos. A Sadia havia estabelecido na época que a unidade de Concórdia produziria para o mercado nacional, enquanto a Frigobrás de São Paulo buscava abrir caminho no mercado internacional. (Dalla Costa; Garcia, 2013).

No período de 1978 a 1980 (figura 9) tivemos um aumento exponencial no número da produção de galináceos no estado de Santa Catarina¹⁹. Este aumento justifica-se com o aumento de agricultores integrados, principalmente na região Oeste Catarinense, o aumento do consumo da carne de frango, mas também pelo número de pequenas e medias unidades adquiridas pelas agroindústrias maiores, “[...] novas plantas produtivas instaladas expandiram a produção de frango no Brasil, de um total de 217 mil toneladas em 1970 para 1.250 mil toneladas em 1980.” (Espíndola, 2002, p. 66).

¹⁸Conforme Dalla Costa, (1998, p. 119), no dia 4 de julho de 1961, 94 acionistas, na sua maioria da família Fontana, dirigentes e funcionários da empresa, além da própria S.A. Indústria e Comércio Concórdia e o Moinho da Lapa, subscreveram o capital e aprovaram os estatutos da Frigobrás — Companhia Brasileira de Frigoríficos, que, além de atuar em São Paulo, no final da década de 1970, tinha filial em Toledo, tornou-se o maior abatedouro avícola do Paraná. Esta nova indústria foi criada com diversos objetivos, todos voltados para a produção e comercialização de produtos alimentares.

¹⁹Os dados apresentados sobre a região Oeste Catarinense estão disponíveis no IBGE (2025) e foram selecionados para analisar o período de 1970 até 1990.

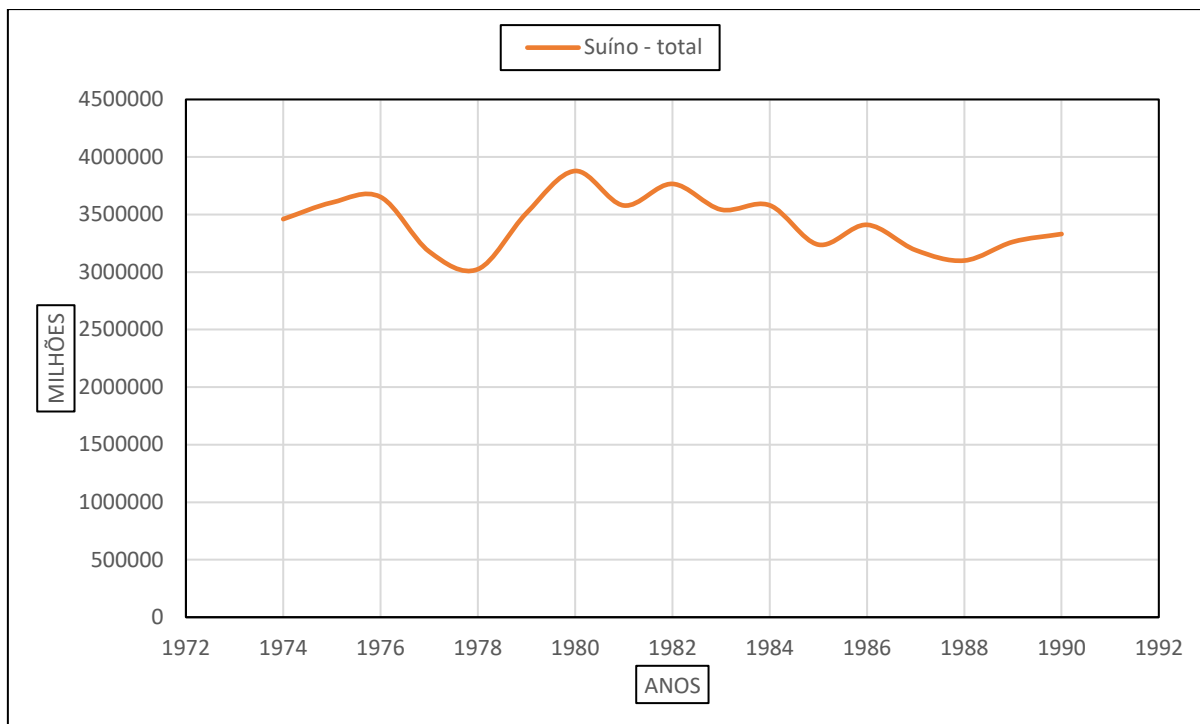
Figura 9 – Gráfico com número de galináceos no estado de Santa Catarina (1974-1990).



Fonte: IBGE (2025).

Portanto, o processo de reestruturação das atividades produtivas (Santos, 1977) e as novas estratégias de investimentos empresariais estão associados à aquisição do grande número de unidades pelas agroindústrias Perdigão e Sadia, o que também justifica o crescimento da produção de aves. Já a carne de suínos (figura 10, adiante) apresenta estagnação devido à pouca procura e também problemas sanitários como a peste suína. Entre 1970 e 1977, o Brasil tornou-se um grande exportador de carne suína. Em 1978, entretanto, “[...] as exportações brasileiras foram interrompidas devido ao aparecimento da peste suína e às restrições implantadas pelo mercado mundial à carne brasileira.” (Espíndola, 2002, p. 66). O que promoveu um decréscimo no número de suínos.

Figura 10 – Gráfico com número de suínos no estado de Santa Catarina (1974-1990).



Fonte: IBGE (2025).

As décadas de 1970 e 1980 marcaram um intenso processo de concentração de capitais e diversificação da produção com as multiplantas. Além disso, o complexo produtivo suíno-avícola na região Oeste Catarinense deixou de ser uma atividade artesanal e familiar, passando a ser dominada por grandes corporações. Outra questão relevante para a década de 1970, é o início de programa de melhoramento genético, que impulsionou a criação em 1975 da Embrapa Suínos e Aves, na cidade de Concórdia/SC, dada a importância da região Oeste Catarinense na produção de suínos e aves, com a presença de grupos agroindústrias, como a Sadia, Perdigão e Cooperativa Aurora.

As mudanças mais significativas ocorrerem após a década de 1990, quando essas empresas nacionais abriram suas portas aos mercados internacionais. Contudo, para compreender este processo, na próxima seção serão abordadas as mudanças dos processos industriais no sistema capitalista partindo do fordismo até a globalização contemporânea.

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO OESTE CATARINENSE: O PROCESSO DE CAPITALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO PRODUTIVO SUÍNO-AVÍCOLA

Na região Oeste Catarinense o modo de produção capitalista insere-se primeiramente com a mercantilização (Santos, 1977), por parte dos pequenos produtores e, posteriormente, a partir do fim dos anos de 1950, o aperfeiçoamento de técnicas na agricultura e a acumulação de capital pelas pequenas propriedades mercantis possibilitou o início das agroindústrias nesta região. Enquanto a região passava por mudanças no processo de produção capitalista, o sistema capitalista mundial da época expandia para outros países o seu padrão de industrialização, a partir do fordismo.

Assim, nesta seção busca-se entender o sistema capitalista e sua dinâmica global atuando sobre a região Oeste Catarinense. Esse sistema está relacionado com as crises econômicas e ajustes no que tange ao pensamento econômico, aos modelos de processo de produção, à organização do trabalho e, conseqüentemente, ao modo de consumo da população, bem como ao papel do Estado que atua em cada uma das fases deste sistema, produzindo e remodelando diferentes territórios e regiões.

Para isso, entende-se que é essencial compreender o funcionamento do sistema de produção e as inovações, desde o período fordista até o processo recente de globalização neoliberal. Para esse fim, busca-se entender as diferentes trajetórias dos tipos/modelos de produção e inovações técnicas, que possibilitaram a continuidade do sistema capitalista, entendendo que é indispensável para compreender as mudanças que o mundo, que o Brasil e a região Oeste Catarinense apresentaram com os processos envolvendo o fordismo, a acumulação flexível e, recentemente, a nova fase da globalização neoliberal financeira, o “capitalismo financeiro rentista”, termo utilizado pelo economista Bresser-Pereira (2018).

Com a crise do modelo fordista, e as dificuldades do Estado na formulação de políticas de desenvolvimento regional, foram considerados diferentes aspectos da abordagem territorial do desenvolvimento industrial local, entre elas se destaca os complexos produtivos. O complexo produtivo apresenta diferentes relações de poder dentro dos territórios e regiões globalizadas. Na região Oeste Catarinense, o complexo produtivo suíno-avícola é constituído pela atuação de diferentes agentes ou

atores, entre eles atores econômicos (JBS, BRF e Aurora Coop), atores de pesquisas (com destaque para a Embrapa Suínos e Aves) e atores da sociedade civil.

Outra questão importante que será discutida nesta seção é o debate sobre desenvolvimentismo e neoliberalismo, as implicações para o Brasil e para a região Oeste Catarinense. O que pode levar a diferentes resultados geoeconômicos na escolha de políticas econômicas intervencionistas ou políticas econômicas “conservadoras” de natureza liberal.

Para complementar e findar a seção será exposta a atuação do Estado como agente promotor do desenvolvimento das agroindústrias, com a atuação de bancos nacionais e regionais, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para o fortalecimento, expansão e consolidação desse setor no mercado nacional e internacional.

3.1 Os processos industriais: do fordismo ao processo recente da globalização neoliberal

O fordismo teve início em 1914, quando Henry Ford introduziu o dia de oito horas de trabalho e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha de montagem de carros (Harvey, 2008). Contudo, este modelo de produção e inovação expandiu-se aos poucos e, com uma organização baseada na produção em massa para o consumo em massa, tornou-se necessário um mercado consumidor e uma sociedade atrelada a esse modo de produção para que a produção e acumulação do capital ocorresse. Para isso, muda-se também a sociedade e seu pensamento em relação aos modos de consumo. Vale destacar que:

A primeira revolução industrial até a Primeira Guerra Mundial, prevaleceu, nos primeiros grandes países capitalistas, um regime de acumulação preponderantemente extensivo, centrado na reprodução ampliada de bens de capital e, desde a Segunda Guerra, um regime preponderantemente intensivo, centrado no crescimento do consumo em massa. (Lipietz, 1989, p. 305).

O fordismo é um padrão de industrialização norte-americano, sua disseminação deu-se paulatinamente, iniciando-se após a Segunda Guerra Mundial com a reconstrução da Europa Ocidental e, posteriormente, a partir da década 1950, em alguns países em desenvolvimento. Harvey (2008) chama a atenção para outro

aspecto do fordismo relativo à sua internacionalização, quando afirma que “[...] o fordismo do pós-guerra também teve muito de questão internacional. O longo período de expansão do pós-guerra dependia de modo crucial de uma maciça ampliação dos fluxos de comércio mundial e de investimento internacional.” (Harvey, 2008, p. 131).

Na Europa, a tradição artesanal era muito forte antes da metade dos anos 1930, e a tecnologia de linha de montagem para produção em massa só chegou na Europa após os anos 1950. Dessa forma, o fordismo é originário dos Estados Unidos, mas expandiu-se para a Europa, como destaca Harvey: “[...] foi preciso uma enorme revolução das relações de classe, (uma revolução que começou no ano 1930, mas só deu frutos nos anos 1950) para acomodar a disseminação do fordismo na Europa.” (Harvey, 2008, p. 124). Essa disseminação do fordismo na Europa foi crescente após a Segunda Guerra Mundial, por meio do Plano Marshall de reconstrução da Europa, com financiamentos e doações. “‘Missões de produtividade’ enviadas pelos Estados Unidos ensinaram as classes dirigentes a administrar um novo modelo de desenvolvimento capitalista: o fordismo.” (Lipietz, 1989, p. 303).

O fordismo central, denominação de Lipietz (1989), desenvolveu-se na maioria dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico somente após a Segunda Guerra Mundial. O fordismo utilizou o taylorismo para a organização do trabalho, em que a divisão do trabalho se dava entre os trabalhadores que executam e os que pensam. O taylorismo tem como princípios a padronização dos gestos operativos e a separação entre operação e manutenção — O&M e a fábrica, entre a concepção e a execução manual (Lipietz, 1989). Além disso, essa organização do trabalho possibilitava ao trabalhador um salário que lhe dava poder de compra.

Nos pós Segunda Guerra Mundial, tivemos o que Lipietz (1989) denomina de “acumulação intensiva”, centrada no consumo em massa e ganhos de produtividade em um modo de regulação monopolista.

Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder. (Harvey, 2008, p. 132).

Essa dominação econômica, política e militar possibilitou que o dólar se tornasse a moeda reserva mundial, com o acordo de Bretton Woods²⁰ estabelecido

²⁰A Conferência de Bretton Woods decidiu a criação de instituições e normas com o intuito de gerir a economia mundial, impulsionando o comércio e o desenvolvimento. Além disso, impôs o dólar como

em 1944. Dessa maneira, os Estados Unidos agiram como banqueiros do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações (Harvey, 2008).

Portanto, para o fordismo, o ponto principal era o crescimento de salários, crescimento de preços e da produtividade, mas, para que esse modelo de desenvolvimento prosperasse, o “Estado – providência” ou Estado de bem-estar social deveria garantir o salário mínimo para os trabalhadores e previdência social. Para isso, Harvey (2008) corrobora com essa afirmação ao falar sobre as obrigações do Estado em garantir a manutenção desse modelo econômico capitalista e destaca que:

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público - em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. - vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (Harvey, 2008, p. 129).

Na Europa Ocidental, o Estado de bem-estar social foi amplamente difundido e adotado nos países após a Segunda Guerra Mundial como uma medida de reconstrução para os países e para melhorar as condições tanto sociais quanto econômicas da população. Os países da América Latina, até o século XIX, tinham o papel de fornecedores de matérias-primas para os países onde o processo de manufatura estava avançado, com a inserção na primeira divisão internacional do trabalho. A tentativa de um processo de industrialização inicia-se nos anos 1930, com a substituição de importações.

Na década de 1930, o Brasil inicia um processo de transformação econômica e social, a indústria passa a ser priorizada. Essa mudança possibilitou a produção interna com substituição de importações, aumentando, gradativamente, um novo setor produtivo, ou seja, o industrial. Mesmo com conflitos com a elite agrária e seu pensamento tradicional, foi neste período que o Brasil, por meio do governo de Getúlio

moeda internacional, beneficiando os Estados Unidos. Nessa conferência, também foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Vargas, iniciou o que Bresser-Pereira (1972) chama de “Revolução Industrial Brasileira”. Nesta época, a região Oeste Catarinense encontrava-se no ciclo da madeira, seu primeiro ciclo econômico.

Bresser-Pereira (1972) chama a atenção sobre os fatores que possibilitaram uma industrialização no Brasil. “Essa revolução foi possível devido a dois fatores: a oportunidade econômica para investimentos industriais, proporcionada paradoxalmente pela depressão econômica, e a Revolução de 30.” (Bresser-Pereira, 1972, p. 31). Enquanto os Estados Unidos enfrentavam a sua grande crise do capitalismo fordista de 1930, o Brasil iniciava a sua “Revolução Industrial”.

Nos anos de 1940 a 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, tivemos uma redução no ritmo do desenvolvimento industrial do Brasil, pois o país dependia da importação de equipamentos. Assim como as agroindústrias da região Oeste Catarinense que adquiriram equipamentos importados para dar início à produção, como foi o caso da Sadia, “[...] a Sadia adquiriu equipamentos suíços de uma firma gaúcha em 1945.” (Espíndola, 1996, p. 32).

No decorrer do pós-guerra, o Brasil teve um salto econômico e industrial, mas foi somente a partir do ano de 1956, com o Governo JK, que houve um significativo crescimento e desenvolvimento industrial. No Oeste Catarinense começa a surgir as primeiras agroindústrias familiares. De acordo com Espíndola (1996, p. 38), “[...] esse processo de expansão das atividades industriais no Oeste Catarinense durante a década de 50 foi conduzido também pelas demais empresas, entre elas Ponzoni Brandalise S.A. (Perdigão).”

Percebe-se que o Brasil se insere no fordismo tardiamente. Bem como, a região Oeste Catarinense, que em 1914, quando surge o fordismo, ainda era território em disputa. Somente na década de 1920 inicia-se a ocupação deste território e em 1930 a pequena produção mercantil. Assim como o Brasil, a região também teve retardo na inserção no modelo fordista central e na industrialização, mas conseguiu formar um complexo produtivo ligado às agroindústrias, que promoveram o desenvolvimento econômico da região.

Nos países periféricos, como o Brasil, a implantação do fordismo se deu de forma precária. Guimarães (2006) ressalta alguns fatores que impossibilitaram a efetiva implantação do fordismo no Brasil: “[...] o desenvolvimento industrial verificou-se em contexto de exclusão, de forte concentração de renda, impossibilitando,

portanto, a vigência de características básicas do fordismo, qual seja, a criação de um mercado/consumo em massa.” (Guimarães, 2006, p. 134).

Assim, o fordismo dos países periféricos passa a ser chamado de fordismo periférico, fordismo incompleto, fordismo precário, etc. Como bem retrata Lipietz (1989), na sua análise sobre o fordismo periférico:

O “fordismo periférico” trata-se de um autêntico fordismo, com uma verdadeira mecanização e uma associação da cumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens de consumo duráveis. Contudo, ele continua sendo periférico, antes de mais nada no sentido de que nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os postos de trabalho e a produção correspondendo aos níveis de fabricação qualificada e, sobretudo, de engenharia permanecem largamente exteriores a esses países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica do consumo das classes médias modernas locais, com acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens duráveis das famílias, e das exportações desses mesmos produtos manufaturados de baixo preço para o centro. (Lipietz, 1989, p. 317).

Dessa maneira, o modelo de industrialização adotado pela periferia do capitalismo na década de 1960 foi incapaz de reproduzir o modelo do fordismo central, devido a alguns fatores elencados por Lipietz (1989): 1º) em relação ao processo de trabalho, os países não possuíam a classe operária com experiência e o pessoal de apoio necessário para aplicar os modos de produção fordista; 2º) no tocante aos mercados, as características de uma regulação “monopolista” ficaram reduzidas à gestão “administrada” das margens de lucro e da moeda de crédito, não teve uma ampliação do poder de compra dos operários, além de a produção não ser competitiva; 3º) as trocas externas e o crescimento muito rápido do volume de investimentos e das importações não podiam ser compensados pelas exportações de matérias-primas. Esses fatores apontados por Lipietz (1989) impossibilitaram um fordismo completo, mas não impediram que esses países da periferia do capitalismo tivessem uma industrialização tímida, que possibilitou o início da modernização industrial nestes países.

Dessa forma, na região Oeste Catarinense o modelo industrial também não foi capaz de atender o modelo fordista central, mas a substituição de importações possibilitou o crescimento das agroindústrias, bem como outros fatores, como afirma Espíndola (1996, p. 38).

A combinação dos diferentes fatores produtivos (aquisição de máquinas importadas, absorção de mão-de-obra qualificada, treinamento da mão-de-obra não-qualificada, diferenciação dos produtos, flexibilidade produtiva etc.)

e a integração vertical (oficinas mecânicas, carpintarias, abastecimento de eletricidade, empresa aérea, empresas de comercialização em São Paulo e outros) credenciaram os grupos frigoríficos catarinenses à contenda intercapitalista.

Lipietz (1989, p. 310) ressalta ainda que a tentativa de industrialização com a substituição de importações não foi um fracasso total, mas sim proporcionou um “subfordismo”, que seria uma tentativa de industrialização em países em que os modelos de consumo não condizem com o fordismo.

Todavia tais experiências possibilitaram uma real transformação social, com o desenvolvimento de uma classe operária, de camadas médias e de um capital industrial modernos. Podemos falar, a seu propósito, de um “**subfordismo**”, isto é, de uma **caricatura** de fordismo, uma tentativa de industrialização segundo a tecnologia e o modelo de consumo fordianos, ainda que **sem** as condições sociais, seja no referente ao processo de trabalho, seja no referente à norma de consumo de massas (Lipietz, 1989, p. 310).

Pode-se ratificar que o Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, fez uma tentativa de entrar no mundo fordista, com ajuda em especial no Governo JK, que inicia uma política de governo de desenvolvimento industrial com abertura para o capital estrangeiro.

Assim como o Governo Vargas, que deixou um pouco de lado os interesses da elite agrária do Brasil e focou no desenvolvimento de uma indústria nacional, o Governo JK foi ainda mais promissor ao trazer para o Brasil indústrias estrangeiras, principalmente automobilísticas, entre elas a Ford. Vale destacar o apontamento que Bresser-Pereira (1972) traz, sobre a presença da Ford no Brasil:

A presença das grandes fábricas de automóveis significou não só salários e lucros para seus empregados e acionistas, mas também um imenso crescimento das oportunidades de empregos [...] no setor de comercialização de automóveis. (Bresser-Pereira, 1972, p. 44).

A articulação entre o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o estatal faziam parte do Plano de Metas de JK. O Plano de Metas tinha entre as prioridades investimentos na área da indústria de alimentação, mas somente “3,2% dos recursos previstos para a área da alimentação” (Espíndola, 1996, p. 36). Mesmo com poucos recursos, na região Oeste Catarinense tivemos a expansão e instalação de novos frigoríficos, entre eles: “Seara (1956), Chapecó (1952), Unifrico (1963), Itapiranga

(1962). E aceleraram, igualmente, o abate de suínos pelos grupos econômicos já atuantes nesse setor (Sadia e Perdigão).” (Espíndola, 1996, p. 36).

Além disso, foi somente no Governo JK que o Estado brasileiro buscou apoio de uma equipe técnica qualificada de economistas defensores das ideias cepalinas, para o desenvolvimento econômico do país, “[...] economistas do Banco do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas e do Ministério da fazenda.” (Bresser-Pereira, 1972). O desenvolvimento econômico para os cepalinos era uma forma de superar o atraso e a pobreza do Brasil, sendo que isso só seria possível com um projeto de industrialização. O modelo de substituição de importações baseava-se na proposta cepalina²¹, que “[...] propunha a superação do atraso através de uma industrialização induzida pelo Estado.” (Fiori, 1992, p. 77). O Estado assumiria o controle da importação, da infraestrutura, entre outras questões:

De um lado, o controle estatal do câmbio como instrumento para uma industrialização orientada pela pauta de importações: e, de outro, a presença ativa do Estado, como produtor de insumos e fornecedor de infra-estruturas de transportes e comunicações. Além do principal financiador dos investimentos privados nacionais e pivô central da articulação entre capitais nacionais privados e públicos e os capitais internacionais. (Fiori, 1992, p. 77).

Para Bresser-Pereira (1972), o grande diferencial de JK foi ser um governo da industrialização do Brasil, além de pautar duas linhas mestras para o desenvolvimento do Brasil: “[...] a industrialização forçada, a todo vapor, e o otimismo, a confiança, nas potencialidades do país e de seu povo.” (Bresser-Pereira, 1972, p. 45). Nas análises de Bresser-Pereira (1972), os anos de 1930 a 1961 foram anos da Primeira Revolução Industrial do Brasil. Este período foi marcado pela substituição de importações, pelo surgimento de uma classe de empresários industriais, período de estatizações, inflação, urbanização, entre outros. No entanto, os agentes fundamentais dessa Revolução Industrial brasileira foram os empresários industriais e o governo.

Os empresários industriais foram o pilar para essa Revolução Industrial, a Sadia, por exemplo, no Oeste Catarinense enfrentava problemas de transportes de seus produtos e também em relação ao fornecimento de energia elétrica. Para resolver o problema de energia elétrica, “[...] os grupos de frigorificação de carne do Oeste Catarinense (Sadia e Perdigão) implantaram geradores importados da

²¹Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com estratégias desenvolvimentistas de industrialização para os países da América Latina.

Alemanha.” (Espíndola, 1996, p. 39). Para resolver o problema de transporte a Sadia investiu em aviões.

O Estado, por sua vez, passa a adotar planos e investimentos. “O Estado de Santa Catarina cria o Plano de Obras e Equipamentos, “[...] que visava destinar recursos públicos aos investimentos em estradas de rodagem, energia elétrica, educação, saúde e agricultura.” (Espíndola, 1996, p. 69).

O estado desenvolvimentista cumpriu papel decisivo no crescimento iniciado nos anos 1930 e na industrialização acelerada, a partir dos anos 1950, por meio de uma política industrial estruturada, com base em seu setor produtivo articulado com os capitais nacionais e internacionais. “No regime autoritário instalado em 1964, o projeto desenvolvimentista alcançou sua máxima potenciação.” (Fiori, 1992, p. 79). Assim como Fiori (1992), Mamigonian (2019) chama a atenção para a industrialização no período da ditadura militar e o fortalecimento da indústria pesada.

Durante a ditadura militar, a industrialização brasileira se completou com o fortalecimento da mecânica pesada (Villares, Bardella, etc.) e da engenharia pesada (Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, etc.) que substituíram importações e se expandiram também com exportações crescentes para os mercados da América Latina, África, Oriente Médio, etc. concorrendo econômica e geopoliticamente com os EUA. (Mamigonian, 2019, p. 36).

O projeto desenvolvimentista se estendeu durante todo o período militar, com diversos planos e ações para alavancar o desenvolvimento econômico do país. No período de 1964 a 1967, tivemos o Plano de Ação Econômica do Governo. Um dos principais objetivos deste plano era combater a inflação e retomar o crescimento econômico. No período de 1968 a 1970, o governo ditatorial criou o Plano Estratégico de Desenvolvimento, cujo principal objetivo era investimentos em áreas estratégicas, para o desenvolvimento com a participação de estatais.

Outra prioridade do governo como o Plano de Ação Econômica do Governo era “[...] reduzir os gastos públicos, aumentar a carga tributária, conter o crédito e arrochar os salários.” (Espíndola, 1996, p. 44). Além disso, essas medidas acabaram atingindo várias empresas do ramo alimentar. “No ramo alimentar, 27 empresas solicitaram insolvências no primeiro semestre de 1964.” (Espíndola, 1996, p. 45).

Enquanto algumas empresas entravam em falência ou concordatas, o grupo Sadia aproveitou o momento e “[...] adquiriu a totalidade das ações do moinho de trigo

instalado em Marcelino Ramos (RS) e incorporou o Frigorífico Pioneiro, de Toledo (PR).” (Espíndola, 1996, p. 45).

No período de 1972 a 1974, o I PND elaborou o Programa de Promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais, entre eles o Programa de Integração Nacional, cujo objetivo foi a construção de rodovias, entre elas a Rodovia Transamazônica, bem como a colonização das regiões cortadas por essa rodovia. O investimento na indústria de bens de consumo duráveis, principalmente automobilística, foi outro ponto de investimentos.

O II PND, que se estendeu de 1974 a 1979, “[...] tinha como meta resolver os ‘gargalos’ da economia brasileira, através de uma leitura de que a industrialização brasileira durante o ‘milagre econômico’ havia sido ‘desequilibrada’ e se fazia necessário completar o parque industrial brasileiro.” (Rodrigues, 2015, p. 18). Além disso:

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) buscou enfrentar a crise internacional da época sem levar o país à recessão, definindo uma série de investimentos em setores-chave da economia. Combinava ação do Estado, da iniciativa privada e do capital externo. [...] Mesmo assim, foi capaz de dotar o Brasil de uma cadeia produtiva completa, algo inédito na periferia. (Maringoni, 2016, p. 1).

O II PND foi uma tentativa de consolidar o parque industrial do Brasil, bem como tornar o Brasil uma potência mundial que conseguiu manter a economia apresentando bons índices de crescimento econômico. O objetivo foi atingido, mas não foi mantido nos anos posteriores.

Um posicionamento crítico em relação aos anos de 1960 e 1970 defende que o crescimento do mercado eurodólar, a política de substituição de importações dos países periféricos, principalmente da América Latina, gerou uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente desrespeitado ou inexistente (Harvey, 2008).

Nesse contexto, Lipietz (1996, p. 12) defende que, “[...] apesar de adotar claramente compromisso fordista [...], nem México, nem Brasil e tampouco a Argentina conseguiram afirmar-se como potências industriais competitivas.” Lipietz (1996) enfatiza que, apesar desses países tentarem adotar o modelo fordista, o sucesso não ocorreu como o esperado e isso se deve a uma série de fatores, como a falta de infraestrutura adequada, dependência de mercados externos, endividamento desses

países, instabilidade política, entre outros. Salienta-se que a dependência externa aos países desenvolvidos acaba barrando o processo de industrialização e a tentativa de modernização dos países periféricos.

Nos anos de 1970, alguns países do sul global tinham salários inferiores aos países fordistas e “[...] engajaram-se numa segunda divisão internacional do trabalho: importar máquinas e exportar bens industriais relativamente banais.” (Lipietz, 1996, p. 12). Esses países além de terem salários inferiores, eram subordinados a economia global, e viam-se limitados à produção de bens de alta qualidade e tecnologia.

Com a segunda divisão internacional do trabalho, os países em desenvolvimento (Brasil, México, entre outros) ficaram subordinados a processos produtivos mais simples, que exigem menos inovação. Além de tudo, continuaram a depender de importações de equipamentos e tecnologias dos países desenvolvidos.

Vale ressaltar, também, que a segunda divisão internacional do trabalho impediu os países em desenvolvimento de alcançar autonomia e competitividade no cenário global, continuando dependentes aos países desenvolvidos. Lembrando que, o Brasil, na divisão internacional do trabalho, conforme descreve (Lamoso, 2024, p. 3), “[...] se inseriu como uma economia agrário-exportadora [...]. Essas condições objetivas foram construídas ao longo de décadas, em uma combinação de interesses endógenos e exógenos.”

Os novos rumos do capitalismo fordista/keynesiano provocaram o início da crise do fordismo, a partir do final dos anos de 1960, agravada pelas crises do petróleo e dos juros nos dez anos seguintes a 1973. O sistema busca alternativas à rigidez dos contratos de salários e dos investimentos em capital fixo, levando a produção a buscar a acumulação flexível e o fortalecimento do capital financeiro. Além dessas mudanças, ocorreu a ruptura do acordo Bretton Woods e a visível incapacidade dos Estados Unidos em controlar a política fiscal e monetária mundial (Harvey, 2008).

Os anos dourados do capitalismo foram marcados pelos vinte e cinco anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial. Após o “[...] acordo de Bretton Woods, e as políticas macroeconômicas Keynesianas resultaram em altas taxas de crescimento, alguma redução da desigualdade e uma suspensão radical das crises financeiras cíclicas.” (Bresser-Pereira, 2018, p. 20).

Com o processo de globalização em curso e com a crise do petróleo no fim dos anos 1970, o sistema capitalista entra em crise e, nesse mesmo momento, o Estado

brasileiro desenvolvimentista, com seus planos nacionais de desenvolvimento, de integração nacional e também a centralização política e administrativa do território, cumpria com esse papel desde os anos 1930.

A estagnação da produção e a inflação obrigaram as corporações a encontrarem novos mercados e produtos, novas tecnologias e novos processos de produção e acumulação do capital, mas agora com a aceleração do giro de capital e a reestruturação econômica e social. A acumulação flexível torna-se a nova forma de o capital enfrentar a crise de 1973. Harvey (2008) chama a atenção em relação às características da acumulação flexível, dentre elas, o embate com o modelo fordista.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (Harvey, 2008, p. 140).

O desenvolvimento desigual entre regiões e entre setores produtivos se intensificou com o aumento da monopolização, bem como as fusões de corporações para obterem vantagens competitivas. Nesse período pós-fordismo, tivemos também o surgimento de novos modelos de organizações industriais mais flexíveis, entre eles os distritos industriais italianos, os *clusters* e os sistemas locais de inovação, sobre os quais será apresentado mais detalhes ao longo da tese.

Ainda na década de 1970, a acumulação flexível possibilitou o fortalecimento do capital financeiro. O Estado agora tende a negociar com o capital global para tentar conter a fuga de capitais para lugares mais lucrativos. O sistema capitalista muda sua forma de atuação, agora com uma produção *just in time*²², sem estoque de mercadorias, a produção voltada para a demanda de mercado, entre outras características.

Após anos dourados do capitalismo, os liberais ganham prestígio e influência, mostrando novo caminho para o capitalismo, já que o modelo keynesiano/fordista estava em crise.

²²A empresa busca produzir a quantidade exata para atender a demanda, sem estoque parado.

Os grandes entusiastas desse modelo foram Margaret Thatcher (Grã-Bretanha, 1980-1990) e Ronald Reagan (Estados Unidos, 1980), os quais deram início ao desmonte do Estado de bem-estar social e impuseram uma cartilha para os países em desenvolvimento com sugestões de redução do Estado. “O processo de globalização, comandada pelos Estados Unidos mediante a liberalização comercial e financeira e do investimento direto, avançou rapidamente na década de 80.” (Tavares, 2004, p. 190). A globalização financeira possibilitou o crescimento americano e o endividamento da periferia do capitalismo. Instituições financeiras públicas e privadas lançaram campanhas de empréstimos aos governos dos países em desenvolvimento, assim, esses países viviam de créditos dos países desenvolvidos.

O Brasil teve, até a década de 1980, um grande projeto de desenvolvimento endógeno. No período que tange os anos de 1980 e 1990, o Brasil herdou do governo ditatorial inflação elevada, dívidas, entre outros.

A grande crise econômica que teve início em 1979, quando os banqueiros internacionais [...] começam a cortar crédito para o Brasil, foi mal diagnosticada e mal administrada pelo governo autoritário em duas fases distintas: 1979/1980, expansão irresponsável e 1981/1983, ajustamento excessivo, [...] provocou fortíssima redução da taxa de investimentos e acelerou a inflação. (Bresser-Pereira, 2003, p. 263).

Neste mesmo período, o Brasil teve a sua maior crise econômica industrial da história, e o projeto desenvolvimentista entra em crise, período marcado como a “década perdida”. Fiori (1995) chama a atenção para o fato de que, neste período, acabou havendo um abandono do projeto desenvolvimentista e de estagnação da economia.

No final dos anos 80, só o Brasil ainda não havia abandonado de todo o ideário desenvolvimentista, ainda que estivesse completamente estrangulado pela dívida externa, pela falência do Estado, por uma situação hiperinflacionária e por uma economia estagnada. (Fiori, 1995, p. 99).

Os anos 1980 ficaram conhecidos como a “década perdida” para o Brasil, serviu como marco para o fim do Estado desenvolvimentista. O Estado passa a flexibilizar e regulamentar a política macroeconômica. “Nesse sentido, os anos 80 marcaram o esgotamento da estratégia desenvolvimentista que vigia desde os anos 30.” (Fiori, 1992, p. 84).

A partir de 1990, o Estado brasileiro deixa de ser um Estado forte, centralizador, interventor para se tornar um Estado regulador e flexível nessa nova fase do

capitalismo. Esse processo ocorreu com a mudanças do capitalismo fordista para o modelo capitalista flexível e globalizado, com a ascensão do neoliberalismo e da globalização.

Na década de 1990, a cartilha imposta pelos EUA, como um instrumento de controle do capital financeiro internacional, modificou profundamente as bases econômicas do país e o projeto desenvolvimentista. Foi o período de grandes mudanças na indústria brasileira, com o Plano Collor que seguiu modelo neoliberal e posteriormente com Fernando Henrique Cardoso (FHC) com o Plano Real, ambos abriram a economia para o capital internacional, incentivaram privatizações, entre outras medidas que interferiram também em mudanças nas indústrias brasileiras.

Entre as estratégias que as indústrias brasileiras utilizaram estão: “[...] forte dispensa de trabalhadores; terciarizações; eliminação de linha produtivas; linhagem estratégica caracteriza-se por redefinições patrimoniais/empresariais; com parcerias e fusões.” (Castro, 1997, p. 114-116). Consequentemente, os complexos produtivos suíno-avícola também utilizaram de algumas estratégias, com destaque para as redefinições patrimoniais/empresariais e fusões de empresas. A Perdigão, por exemplo, em 1994 estruturou sua administração, devido problemas financeiros. “Entre 1990 e 1993, experimentou prejuízos substanciais em razão do aumento de despesas financeiras, baixo investimento em desenvolvimento de produtos, capacidade limitada, bem como divulgação.” (Dalla Costa, 2009, p. 168). Já as fusões, irão acontecer anos mais tarde, com tratativas entre Perdigão e Sadia que iniciaram nos anos de 1999, mas que somente em 2009 iria se consolidar a fusão.

Essas mudanças que ocorreram no complexo suíno-avícola da região Oeste Catarinense, estão atreladas às mudanças impostas pelo Consenso de Washington, pelo modelo neoliberal adotado pelo Brasil, nos governos Collor e FHC e também pela necessidade que as empresas tiveram de ampliação de mercados, consolidação das empresas e a não falência e para evitar a compra por empresas estrangeiras.

A descentralização do poder e de recursos no Brasil é caracterizada pelo fim do Estado militar autoritário e pelo o começo da redemocratização, com o novo papel dos municípios e estados, agora centralizadores de recurso e poder (autônomos). Originam-se conflitos entre estes e a união, na disputa por recurso, com “[...] caráter muitas vezes predatório da ação das esferas estaduais e municipais de governo na disputa com a união por recursos.” (Silva, 1995, p. 271). Além disso, de “guerras fiscais”, ou seja, disputas pela entrada de empresas no território de estados e

municípios, caracterizados pela isenção de impostos, taxas e até mesmo doações de terrenos para empresas instalarem-se em determinado município ou estado. As empresas, em sua maioria multinacionais, tratam de seus interesses não mais com a União, mas diretamente com os estados ou municípios.

As grandes corporações procuram romper os limites territoriais dos Estados-Nação em favor de lugares e posições privilegiados, negociando diretamente com frações locais e regionais, cujos interesses nem sempre são coincidentes com metas nacionais, dando origem a estruturas regionais diretamente articuladas a economia-mundo. (Becker, 1991, p. 52).

Com o Estado regulador, as empresas encontram maior flexibilidade no território nacional; em 1980-1990, entra em curso no Brasil, juntamente com a globalização, o pensamento econômico e político dos países hegemônicos: o neoliberalismo. Essa política se baseou no conjunto de reformas econômicas e políticas proposto no Consenso de Washington, para os países em desenvolvimento endividados. Tal proposta baseou-se em dez instrumentos pelos quais esses países iriam superar as dívidas, “[...] dos quais três destes foram os pilares das recomendações de Washington: austeridade fiscal, privatizações e liberalização do mercado.” (Stiglitz, 2002, p. 85). “Essas propostas podem ser resumidas em dois pontos básicos: redução do tamanho do Estado e abertura da economia.” (Teixeira, 1996, p. 225).

O Consenso de Washington, formulado na década de 1980, foi um dos pilares para a nova fase econômica do capitalismo, o neoliberalismo. Na década de 1990, seguiu-se uma política neoliberal de abertura comercial e financeira, desregulamentação e privatizações. Entra em curso a reforma do Estado brasileiro. Em razão disso, tornava-se necessário um novo modelo de atuação do Estado, que se pretendia mais ágil, mais desembaraçado e mais competitivo, através da modernização e da descentralização em todas as esferas. Nessa nova forma de atuar, o governo deixaria de ser o principal executor dos serviços públicos não essenciais e deveria assumir o lugar de indutor do desenvolvimento econômico e social.

O Estado continua a ser a unidade espacial básica para a acumulação de capital, embora cumprindo um novo papel. [...] Demanda-se uma organização social flexível e aberta à internacionalização. Para tanto, a ideologia liberal propõe a execução de uma estratégia de modernização dos aparatos institucionais que inclui, como componentes centrais, a desburocratização, a privatização e a descentralização. (Becker, 1983; 1986; Mattos, 1989 *apud* Becker, 1991, p. 53).

De acordo com Pinheiro (1999, p. 91), o neoliberalismo:

Se instalou no Brasil com o governo Collor, o qual lançou o país no mercado externo e fez com que o mesmo entrasse na conjuntura da globalização. O governo Collor deu ênfase à reestruturação do Estado, abertura à economia, privatização a empresas públicas.

No Governo Collor, o Consenso de Washington foi adotado sem críticas e em sua versão mais drástica. As reformas foram baseadas em abertura comercial para o exterior e privatizações. Porém, mesmo adotando medidas radicais da cartilha de Washington, o Governo Collor não foi ultraliberal²³, mas um neoliberal conservador.

Neste novo modelo liberal/conservador, o neoliberalismo, quem ganhou foi o capital financeiro. A formação do capitalismo financeiro/globalização financeira está atrelada à crise do acordo de Bretton Woods e à criação de um euromercado, ou seja, um mercado interbancário que teve apoio dos Estados Unidos e da Inglaterra.

O euromercado, essencialmente um mercado interbancário, transformou o caráter da atividade bancária, ao unir mercados financeiros nacionais privados e livres dos Bancos Centrais [...] ele representou o mercado financeiro mais liberal da história. (Corazza, 2003, p. 2).

Além do fim do acordo de Bretton Woods, tivemos o fim das políticas keynesianas em países da Europa, como Inglaterra e França. Essa mudança ocorre basicamente nos países centrais. Para os países periféricos, somente em 1990 que se inicia o processo de inserção na globalização financeira. Neste sentido, Biancareli (2008) alerta para o fato da entrada tardia dos países periféricos na globalização financeira:

Não há globalização financeira para as economias periféricas antes dos anos de 1990: é a partir dessa data que elas voltaram a despertar o interesse dos fluxos de capitais privados [...] possibilitados pelos processos nacionais de abertura financeira. (Biancareli, 2008, p. 3).

O processo de globalização tornou complexas as análises regionais e as relações com o território, o que pode ser verificado no recorte espacial de estudo da presente pesquisa. Neste contexto, na mesorregião Oeste Catarinense, busca-se analisar as complexidades regionais em uma perspectiva econômica, empreendidas a partir do complexo produtivo suíno-avícola. Deste modo, Benko (1996, p. 39), ao

²³“É uma visão neoconservadora da sociedade radicalmente contra a intervenção estatal na economia.” (Bresser-Pereira, 2003, p. 275).

analisar o capitalismo contemporâneo e sua dinâmica espacial, afirma que, “[...] a exploração do espaço estará de novo na origem de uma fase ascendente [do capitalismo]”. Essa exploração nada mais é que a globalização em sua forma econômica. Assim, na próxima subseção será dada continuidade às análises sobre globalização e a perceptiva global/local.

3.2 Globalização: a relação global-local

O processo de globalização deu origem a diversos debates entre sociólogos, economistas e geógrafos. Parafraseando Santos (2006), “o território de um país pode tornar-se um espaço nacional da economia internacional”. Portanto, a globalização torna complexa as relações entre o espaço nacional, o espaço internacional e principalmente as relações com o local. Dessa maneira, será abordado a análise geral da globalização, até o seu estágio atual, ou seja, a globalização financeira. E num segundo momento será abordado a relação complexa entre o espaço global-local.

Haesbaert (2013) distingue dois discursos sobre a globalização, uma posição conservadora e uma posição mais crítica. Na primeira perspectiva, a globalização é vista como um processo recente, fruto da Terceira Revolução Industrial (técnico-científica), fundada no livre mercado, na livre circulação de bens, serviços e do capital. Para a posição crítica, a globalização é o ápice da própria formação do capitalismo, e sua característica principal seria o domínio do capital financeiro, pautado na informatização e no domínio dos grandes oligopólios e blocos econômicos (Haesbaert, 2013). Os blocos econômicos, por sua vez, concentram as relações comerciais entre seus parceiros, deixando à margem grande parte da periferia, provocando grande desigualdade social.

Na tese, a posição crítica da globalização trará melhor análise e contribuições, tendo em vista que alguns autores, como Santos (2002), Santos (2017), Haesbaert (2013), Braga (1993), Chesnais (1998), Plihon (2007) e Bresser-Pereira (2018), abordam que a globalização está intrínseca ao capitalismo, com o domínio do capital financeiro, especulativo, e do meio técnico científico.

Boaventura de Souza Santos (2002) considera a globalização como um fenômeno multifacetado, com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo. Para Santos (2002), a

globalização apresenta grupos hegemônicos e gera conflitos. “A globalização não é consensual, é um vasto campo de conflitos, entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos por outro.” (Santos, 2002, p. 27).

Os sistemas hierárquicos que a globalização constrói são para dominação de outros subsistemas em benefício de alguns. Nessa mesma linha de pensamento, Santos (1994, p. 16) faz uma crítica a esses sistemas hierárquicos:

A dimensão mundial é o mercado, que torna o mundo uma fábrica de engano, gerando a fragmentação. Dessa fragmentação, surge nos lugares a cooperação, a união. O mundo da globalização doente é contrariado no lugar. Nestas condições, o que globaliza separa; é o local que permite a união. O lugar, a região não mais é fruto de uma solidariedade orgânica, mas de uma solidariedade regulada ou organizacional.

Para Santos (2007), a globalização pode ser considerada como o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Essa globalização tem que ser encarada a partir de dois processos paralelos.

De um lado, dá-se a produção de uma materialidade, ou seja, das condições materiais que nos cercam e que são a base da produção econômica, dos transportes e das comunicações. De outro, há a produção de novas relações sociais entre países, classes e pessoas. (Santos, 2007, p. 32).

Com a globalização/fragmentação, há um aumento da individualização e da regionalização, ou seja, regiões especializam-se e ao mesmo tempo podem sofrer processos de mutação. Santos (2006) chama a atenção em relação a outros aspectos sobre a região, a relação global da região e a ideia de região como uma construção estável.

As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome. Acostumamo-nos a uma ideia de região como subespaço longamente elaborado, uma construção estável. (Santos, 2006, p. 165).

Essa fragmentação/globalização debatida por Santos (1994) e Haesbaert (2013) causa desordem global/regional/local, grandes desigualdades entre países desenvolvidos e países da periferia do capitalismo.

A região é o resultado da construção histórica, construída a partir da dialética articulação (enfrentamento) de distintos processos sociais, que tende a

conferir características específicas a um determinado espaço social, e a expressar os distintos interesses dos agentes e atores sociais envolvidos. Neste sentido, não há como negar, a região é antes de qualquer coisa um fato político. (Limonad; Haesbaert; Moreira, 2015, p. 55).

Mesmo estando inserido na periferia do capitalismo, o Brasil passa a assumir um papel intermediário global entre os países avançados e os periféricos na nova divisão internacional do trabalho, deixando de ser um mero exportador de matérias-primas para exportar produtos de maior valor agregado, como é o caso da suinocultura e da avicultura. Limonad, Haesbaert e Moreira (2015) falam sobre esse valor nos produtos industrializados do Brasil.

O Brasil converteu-se no maior exportador mundial de aves e a produção é realizada em moldes industriais e envolve desde a aquisição de rações, vacinas, antibióticos, hormônios até equipamentos e máquinas de processamento, empacotamento e refrigeração — ou seja de um lado entram ovos fertilizados e do outro saem frangos inteiros ou em pedaços congelados e empacotados. (Limonad; Haesbaert; Moreira, 2015, p. 61).

Este novo papel do Brasil na divisão internacional do trabalho possibilitou à mesorregião Oeste Catarinense integrar-se ao mercado global, caracterizando-se como uma região agroindustrial especializada em produtos alimentícios de alto valor agregado (suínos e aves). Nessa nova perspectiva, a produção local não está voltada somente para o mercado interno local/regional. Os impactos da globalização e da reestruturação da produção e do espaço social fazem-se sentir em diferentes escalas e localizações (Limonad; Haesbaert; Moreira, 2015).

Um fenômeno geográfico não pode ser observado em apenas um nível de análise, partirá da escala local para uma análise mais abrangente, regional, nacional e global. Há mudanças na região com o processo de fragmentação/globalização, além disso, a região pode reconfigurar-se devido às transformações territoriais, como relata Santos (2006, p. 165):

Neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial. As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional.

Para Haesbaert (1999), se existe hoje um resgate ou uma continuidade teoricamente consistente para os estudos regionais e os métodos de regionalização,

ele deve se pautar numa reconstrução do conceito de região, a partir de suas articulações com os processos de globalização. Ou seja, os estudos regionais devem pautar-se nas mudanças econômicas e territoriais que aparecem com a globalização e também nas diferenças entre as múltiplas interações escalares.

Na interpretação e análise de Benko (2002), a economia mundial pode ser considerada um mosaico de regiões produtivas, com processos complexos e crescimento localizado, mas cada vez mais dependente de outras regiões, ou seja, existe uma relação de trocas e integração principalmente da produção. Ou seja, com a nova forma de globalização financeira, as regiões especializam-se, transformam-se para estabelecer as relações com o mundo. Assim, “[...] o conceito de local e de global, em economia espacial, pode ser chamado de regional ou internacional.” (Benko, 2002, p. 50).

A globalização financeira está ligada à mobilidade de capitais, interligando mercados de capitais nacionais e internacionais. Alguns autores, como Braga (1993), Chesnais (1998), Plihon (2007) e Bresser-Pereira (2018), trazem diferentes abordagens do processo de globalização financeira. Chesnais (1998) usa a terminologia “mundialização do capital”, que para ele:

Designa o quadro político e institucional no qual um modo específico de funcionamento do capitalismo foi se constituindo desde o início dos anos 80, em decorrência das políticas de liberalização e desregulamentação das trocas, do trabalho e das finanças. (Chesnais, 1998, p. 185).

Braga (1993), ao analisar o capitalismo contemporâneo, utiliza o termo financeirização. Para este autor, “[...] a dominância financeira — a financeirização — é a expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo. No capitalismo contemporâneo, as finanças ditam o ritmo da economia.” (Braga, 1993, p. 26). Diante disso, a financeirização está:

Constituída por componentes fundamentais da organização capitalista [...] neste sentido, ela não decorre apenas [...] do capital bancário, dos rentistas tradicionais [...], mas, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, [...] modificando a dinâmica macroeconômica. (Braga, 1997, p. 196).

Para Braga (1985), a financeirização é considerada o padrão sistêmico da riqueza, em que:

A valorização e a concorrência operam sob a dominância da lógica financeira [...] não se trata mais de que os capitais se utilizem da intermediação financeira para um processo de produção que é o meio de valorização [...] buscam valorizar-se simultaneamente através do processo de renda (vinculado diretamente à produção) e do processo de capitalização [...] formam [...] a partir de suas “microestratégias” de valorização do capital próprio, uma macroestrutura financeira. (Braga, 1985, p. 374-375).

Para Plihon (2007, p. 1), “[...] globalização financeira inscreve-se num processo histórico longo e complexo, conduzindo à mundialização da economia. As suas causas são múltiplas, de ordem política, demográfica e tecnológica.” Este autor refere-se à globalização e à mundialização como sinônimos, para ele, a globalização financeira é um processo da mundialização, processo este que permite a mobilidade de capitais e investimentos diretos de capitais internacionais realizados por empresas multinacionais.

Tanto Chesnais (1998) quanto Plihon (2007) chegam a um ponto em comum, ao tratar a globalização financeira como mundialização do capital, e, conseqüentemente, a liberalização de mercados nacionais para investimentos de capitais estrangeiros, principalmente de grandes corporações multinacionais, as quais se beneficiam da monopolização do capital.

Já os autores Braga (1993) e Bresser-Pereira (2018) partem de uma análise distinta sobre o capitalismo contemporâneo. O primeiro utiliza o termo “financeirização” e o segundo “capitalismo financeiro-rentista”. Ambos partem de análises distintas para explicar a dinâmica capitalista contemporânea. A financeirização não pode ser confundida com mundialização do capital ou capitalismo financeiro.

Para Braga (1997), o conceito de financeirização busca apreender o modo de ser da riqueza contemporânea, sua gestão, dinâmica sistêmica no âmbito dos movimentos internacionais do capitalismo (no sentido da especulação). Para Bresser-Pereira (2018), o capitalismo financeiro-rentista virou realidade. Este autor prefere chamar de capitalismo financeiro-rentista, pois somente capitalismo financeiro cria a confusão com o conceito de capitalismo financeiro clássico, que é a junção do capital bancário/industrial nos grandes bancos (uma fase do modo de produção capitalista).

Em meados da década de 1980, o capitalismo financeiro-rentista surge e, com ele, uma nova classe capitalista, os rentistas. Estes, por sua vez, são os donos das empresas que deixam a administração para contratar os financistas. Bresser-Pereira (2018) afirma que o capitalismo-rentista é um retrocesso; enquanto o capitalismo

profissional/fordista, com base keynesiana, estava atrelado ao desenvolvimentismo, o capitalismo financeiro-rentista está associado ao neoliberalismo.

O capitalismo contemporâneo em sua forma de “financeirização” ou “capitalismo financeiro-rentista”, inserem-se na região com a abertura das empresas locais ao mercado financeiro no fim dos anos 1990.

A financeirização cada vez mais acentuada desses grupos confere-lhes um duplo caráter. Por um lado, eles estão se tornando organizações cujos interesses identificam-se sempre mais com os das instituições financeiras, pela natureza “financeira-rentista” de parte de seus rendimentos. Por outro, continuam sendo locais de valorização do capital produtivo, sob forma industrial. (Chesnais, 1998, p. 275-276).

Dessa forma, o setor financeiro e produtivo está interconectado, priorizando os lucros financeiros, mas mantendo as atividades industriais. Nesse momento, a lógica do complexo produtivo suíno-avícola, já não é apenas uma relação local e regional, a relação passa a ser global, num momento em que a indústria agroalimentar se transforma em grandes indústrias alimentícias multinacionais como a JBS e a Brf S.A. Global²⁴.

A fusão e aquisições de empresas, bem como a formação de multinacionais brasileiras elevou à participação mundial do Brasil e da região Oeste Catarinense no mercado mundial de alimentos. Dessa forma, “[...] as decisões tomadas por corporações internacionais e nacionais têm deixado suas marcas nas economias regionais.” (Markusen, 2005, p. 65), essas marcas podem criar complexos produtivos especializados e mudar a atividade econômica de uma região.

Cabe destacar que, uma das vantagens da criação de uma multinacional brasileira, é a “[...] capacidade de competir, fazer frente a outros grandes conglomerados estrangeiros e servir como ponte para uma integração mais ativa do país em relação à economia mundial.” (Dalla Costa, 2009, p. 173). Entretanto, Castells (1999, p. 142) ressalta que, “[...] nem tudo é global na economia, de fato, a maior parte da produção, do emprego e das empresas é, e continuará sendo, local e regional.” Portanto, a relação local-global torna-se característica intrínseca à consolidação da

²⁴Em 2007, a JBS abriu o capital na bolsa de valores de São Paulo. A empresa passou a se chamar JBS em homenagem ao seu fundador José Batista Sobrinho (JBS, [2025a]). No dia 19 de maio de 2009, foi anunciada oficialmente a criação de uma das maiores empresas do ramo de alimentos do Brasil e do mundo, denominada Brasil Foods S. A. – BRF (Dalla Costa, 2009, p. 165).

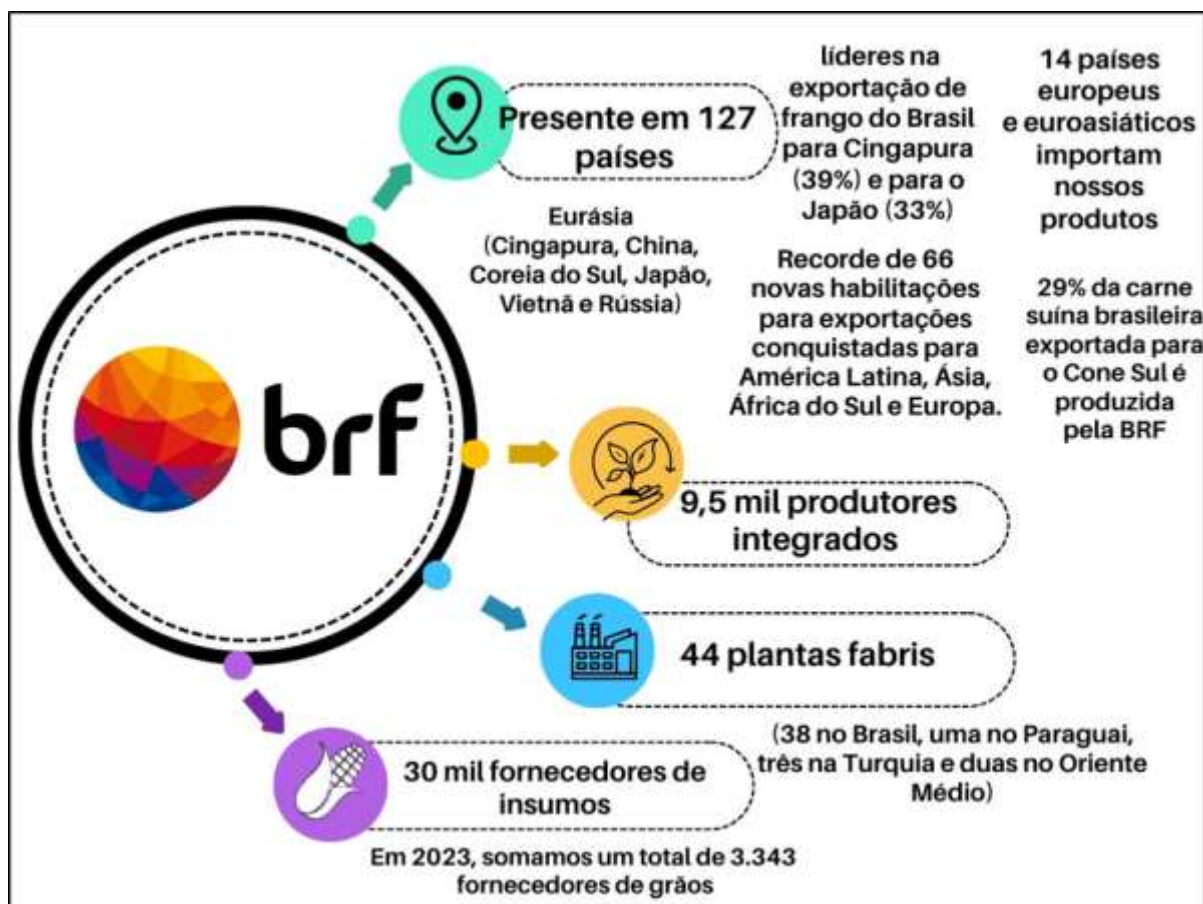
atuação dessas empresas nos complexos produtivos de suínos e aves, na região Oeste Catarinense.

A análise regional vai além das relações sociais, econômicas e políticas dentro de um território, parte das múltiplas escalas e do fortalecimento do poder local/regional que são os novos interlocutores nas relações supranacionais (Castro, 1994). Essas relações supranacionais tornam-se evidentes no território de multinacionais e a região em que essas empresas atuam adota as práticas do processo de globalização financeira, prevalecendo os interesses do capital que se articulam nas diferentes escalas. Segundo Santos e Silveira (2008), a diferença entre empresas nacionais e estrangeiras se reduz quando empresas nacionais se tornam multinacionais, sendo levadas a adotar lógicas globais dentro e fora do território brasileiro.

As grandes empresas de capital privado produzem o território para fins econômicos. “Na escala global, o motor de tantas reorganizações sociais, econômicas, políticas e também geográficas é essa mais-valia global, cujo braço armado é a competitividade [...]” (Santos, 2006, p. 226). A competitividade do mercado global de alimentos é também local. Algumas multinacionais brasileiras têm atuação local/global, dependem do local para agir globalmente, entre elas a BRF (figura 11). As relações da empresa vão muito além do local de atuação de suas unidades produtivas.

Portanto, enquanto determinado território possui vantagens econômicas e competitivas para o mercado global, estas permanecem atuando no território. “Mas o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o “Mundo” necessita da mediação dos lugares.” (Santos, 2006, p. 230).

Figura 11 - Atuação da BRF - Local/Global.



Fonte: adaptado de BRF (2024).

Essas grandes empresas possuem uma rede integrada e descentralizada de operações que competem em um mercado global dinâmico. “As maiores empresas não são, apenas, multinacionais, são empresas globais.” (Santos, 2006, 134). Ou seja, são empresas que atuam em diferentes países e integram globalmente seus produtos, adaptando esses produtos aos diferentes mercados e culturas.

A escala local/global ou regional/internacional é, portanto, o palco em que se produzem as relações econômicas das grandes corporações. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local (Santos, 2006). Por outras palavras, os espaços locais ou regionais têm implicações importantes nas relações supranacionais. Essas relações podem repercutir em nível internacional, regional e local, por meio de acordos comerciais, integração econômica, além de readaptações do mercado local com desenvolvimento de tecnologias para atender a demanda global.

Para Santos (2005, p. 166), “[...] esses objetos técnicos são produzidos intencionalmente, para exercer uma finalidade, além de serem intencionalmente localizados [...]”, como por exemplo, a implantação de fábricas na região Oeste Catarinense de câmaras frias para caminhões frigoríficos, investimentos em melhoria genética de suínos e aves, melhorias na qualidade das marcas de produtos para exportação entre outras adaptações. Esses são alguns setores que se desenvolveram na região, devido às necessidades de adaptações ao mercado externo.

“O espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações [...]” (Santos, 2005, p. 166) define que em épocas diferentes teremos diferentes objetos técnicos e diferentes finalidades de uso. Na região Oeste Catarinense, a compra de máquinas para frigoríficos que vem de outros países entre eles (Alemanha, China, Estados Unidos), possibilitou a chegada de novos objetos técnicos com uma finalidade específica. Vale destacar que, “não existe um espaço global, mas apenas, espaços da globalização” (Santos, 2005, p.169). Em outras palavras, o que ocorre é que esses espaços são impactados de maneira diferente por esse processo. No caso da região Oeste Catarinense existem especificidades relacionadas à sua especialização na produção de produtos provenientes de setores agrícolas, incluindo o setor suíno-avícola.

3.3 O processo de mundialização do capital da região Oeste Catarinense

A globalização é um processo de mundialização do espaço geográfico e transforma os territórios nacionais em espaços da economia internacional (Santos, 1994). O processo global de produção nos leva à concentração, essa concentração acaba formando monopólios e oligopólios e muitas empresas entram em processos de fusões para conquistar novos mercados, fortalecer a marca e, principalmente, para eliminar concorrências. Essa reestruturação da produção, através dos monopólios e oligopólios, acaba impactando tanto a escala regional quanto a global.

Com as mudanças no capitalismo financeiro (com a financeirização) após os anos de 1980, a mobilidade de capitais possibilitou a integração de mercados nacionais e internacionais. A especulação financeira que é um mecanismo do capital financeiro está atrelada às mudanças que ocorreram na região Oeste Catarinense a partir do ano 2000. Algumas empresas locais iniciaram a entrada no mercado financeiro no final dos anos 1990, entre elas a Sadia e a Perdigão. O processo de

fusão deu-se pela tentativa de alavancagem financeira da empresa Sadia, que estava endividada devido à gestão de ativos financeiros. Em 2013, a Seara Alimentos passa a fazer parte do grupo JBS.

Um dos principais objetivos industriais de uma fusão consiste em pegar uma parcela do mercado, especialmente quando for acompanhada pela aquisição de marcas comerciais, de redes de distribuição e de clientes cativos (Chesnais, 1998). Além do que, traz maior competitividade e a formação de oligopólios.

Na região Oeste Catarinense, a fusão da Perdigão com a Sadia formou um dos maiores complexos de alimentos do mundo. Dessa forma, a região passou a fazer parte de uma cadeia global de alimentos e, conseqüentemente, insere a região no mundo globalizado. Sendo assim, a região e o território são espaços de atuação das empresas de capital privado, e a globalização tornou mais complexos os recortes regionais.

As especializações produtivas também se acentuaram nos territórios, possibilitando a formação de complexos produtivos que organizam e regulam as regiões. Na mesorregião Oeste Catarinense, a formação de um complexo produtivo suíno-avícola também fomentou a formação de monopólios e oligopólios²⁵ de grandes agroindústrias nacionais que se tornaram multinacionais, como a Brf S.A. Global²⁶. A formação de monopólios e oligopólios também é intrínseca à globalização. Essas empresas mantêm relações supranacionais, ou seja, atuam como interlocutoras do capital mundial, articulando nas diferentes escalas: regional, nacional e global.

Ao falar das transformações que a região Oeste Catarinense sofreu com a formação de grandes corporações, não se pode deixar de mencionar Schumpeter (1984), economista que explicou o desenvolvimento econômico através da “destruição criadora”, onde as corporações sempre estão gerando novos produtos para o consumidor e novas formas de atuação no mercado.

O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de transformação econômica (Schumpeter, 1984), logo, a região Oeste Catarinense está inserida no sistema capitalismo global, o que força as empresas locais/regionais a buscarem

²⁵ Monopólios são a exploração sem concorrentes sobre a venda de um produto onde uma única empresa detém o mercado. Oligopólios são o poder de poucos, ou seja, poder de poucas empresas sobre o mercado, elas dominam o mercado (Dean, 1983).

²⁶ No Brasil, a companhia tem mais de 30 fábricas e 20 centros de distribuição. No exterior, opera nove unidades industriais na Argentina, uma no Reino Unido, uma na Holanda, cinco na Tailândia, uma na Malásia, uma nos Emirados Árabes Unidos e cinco na Turquia, além de 27 centros de distribuição (BRF, 2025).

novas formas de atuação no cenário global. Para isso, as transformações possibilitam a continuidade de atuação dessas empresas. Schumpeter (1984, p. 110), explica que:

O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista.

Dessa forma, as fusões, as formações de monopólios e oligopólios, nada mais são do que uma forma de manter o capitalismo e manter o funcionamento das corporações, possibilitando novas formas de competitividade, inovações no sistema de produção, entre outros. Nessa nova adaptação das corporações, Schumpeter (1984) destaca o processo de destruição criadora que, “[...] permite as inovações tecnológicas e geram processos de mutações industriais que destroem estruturas produtivas arcaicas e criam novas, num incessante processo revolucionário de destruição criadora.” (Schumpeter, 1984, p. 112-113).

Consequentemente, esse processo de destruição criadora, “[...] é básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver.” (Schumpeter, 1984, p. 110). E, para as corporações resistirem na região oeste de Santa Catarina também passam por esse processo, ou seja, a mudança de antigos produtos e hábitos de consumir por novos. A inovação das empresas Sadia e Perdigão, em relação aos produtos, inicia-se em 1974, quando a Sadia lançou o peru temperado, e em 1980 a Perdigão lança o chester. Anos mais tarde, essas empresas passariam a investir milhões em inovação de produtos²⁷, com a fusão dessas marcas.

Na década de 1990, novas perspectivas econômicas e mudanças nas estruturas produtivas dos países fomentaram a formação das economias especializadas. Entre essas economias especializadas está o complexo produtivo de carnes de suínos e aves da região Oeste Catarinense. As agroindústrias da região com elevada concentração da produção e aprimoramento das técnicas de produção, bem como abertura comercial para o mercado internacional, deixaram de ser pequenas

²⁷Conforme BRF S.A. Global, nos últimos anos a empresa vem investindo bilhões de reais em pesquisa e desenvolvimento de produtos. No ano de 2016 foram 192 milhões de reais, e em 2017 foram investidos 227,3 milhões de reais. Só em 2017 foram cerca de 294 novos produtos disponibilizados para o consumidor, sendo 94 no Brasil, 72 na região da Ásia, 21 na Europa, 45 na África, 20 nas Américas, 32 no Cone Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) e 10 no Oriente Médio (BRF, 2024).

agroindústrias regionais para tornarem-se grandes corporações ou complexos agroindustriais, que tornam os agricultores extremamente dependentes.

Nessa época, o Brasil passou a executar políticas neoliberais baseadas na abertura comercial, na desregulamentação que transformou a estrutura produtiva do país. Essa “materialização das atividades econômicas no espaço” é a primeira forma de regulação econômica no capitalismo (Benko, 1996, p. 59). As transformações e o impacto da globalização no modo de produção trouxeram, também, modificações nas relações produtivas entre diferentes escalas territoriais.

No estado de Santa Catarina, pós 1990, também se teve mudanças na estrutura produtiva, entre elas, “a desnacionalização no complexo agroindustrial” (Goularti Filho, 2016). Após a abertura econômica e comercial nos anos de 1990, as agroindústrias passaram por reestruturações, fusões de empresas e procura por novos espaços, com vantagens competitivas, estratégias empresariais e logística. Para Goularti Filho (2016, p. 18), “[...] com a sobrevalorização cambial e a facilidade de entrada do capital externo para adquirir ativos nacionais, o complexo agroindustrial catarinense foi duramente castigado com uma reestruturação patrimonial em favor de multinacionais.”

Assim, no período de 1990 iniciou na região Oeste Catarinense a reestruturação da produção que gerou mudanças de tecnologias empregadas, redução de custo e principalmente crise nos setores da produção de suínos e aves, como relata Goularti Filho (2016, p. 18) “[...] associado a esta desnacionalização assistimos nos anos 90 uma redução brutal no número suinocultores e uma readaptação dos avicultores.” Além da readaptação, “[...] o sistema de integração implantado pelos grandes grupos empresariais reduziu drasticamente o número de produtores e concentrou a produção naqueles mais capitalizados, capazes de atender às exigências de melhorias técnico estruturais impostas pelas empresas.” (von Dentz, 2022, p. 109).

Nesse período também tivemos a ampliação do grau de concorrência entre empresas líderes do ramo, para ampliar a abrangência no mercado nacional e internacional, destacando-se a Sadia e a Perdigão, levando a oligopolização dessas indústrias, principalmente no mercado nacional, como podemos observar no quadro 2:

Quadro 2 - Aquisição de empresas pelos grandes grupos agroindustriais do Oeste Catarinense (1990/1999).

Grupo	Empresa adquirida	Setor	Ano	Localidade
Sadia	Wilson	Bovinos e Suínos	1992	Ponta Grossa (PR) Maringá (PR)
	Copaza	Soja	1991	Campo Grande (MS)
	Comabras	Suínos	1992	Ponta Grossa (PR) e São Paulo
	Rezende	Aves e Suínos	1999	Uberlândia (MG)
Perdigão	Ideal	Aves	1988	Serafina Corrêa (RS)
	Utinga (Swift)	Industrializados	1989	Santo André (SP)
	Avisco	Aves	1989	Ipê (RS) e Rio Claro (SP)
	Batavia	Aves	1999	Carambeí (PR)
Aurora	São Gabriel	Suínos	1996	São Gabriel do Oeste (MS)

Fonte: Adaptado de von Dentz (2022, p. 107).

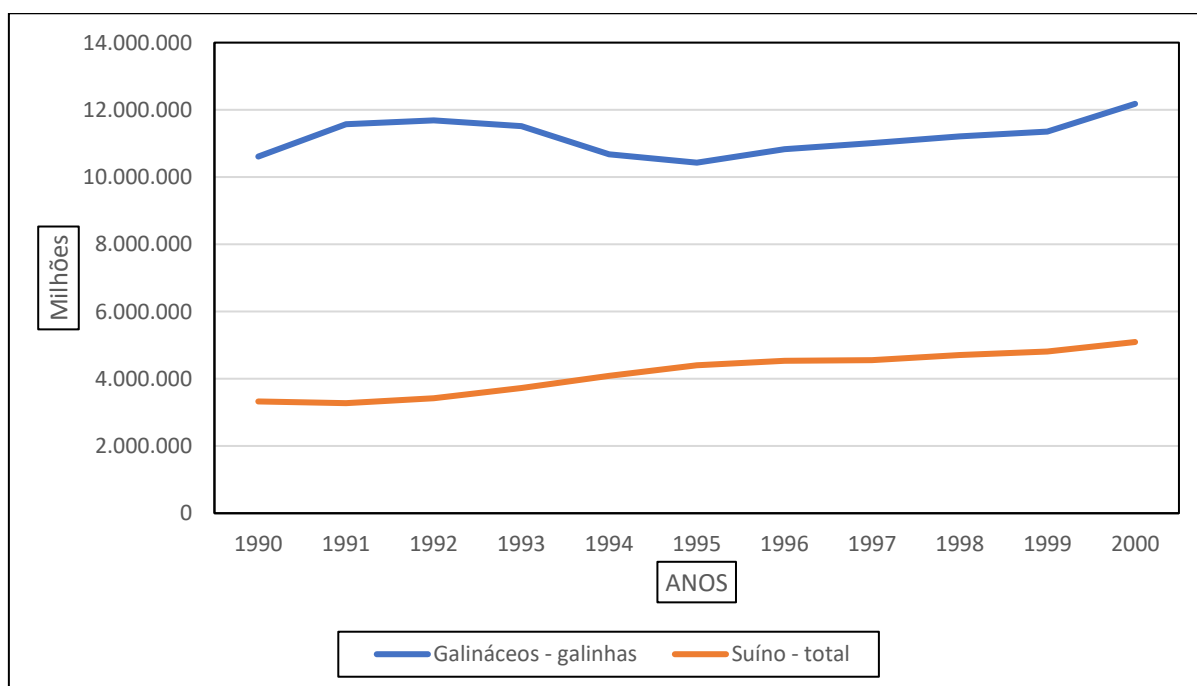
Mamigonian (2011) ressalta que as carnes suínas e de frango, por meio da Sadia, Perdigão, Seara e Aurora Alimentos, ganharam o mercado nacional e começaram a disputar o acirrado mercado internacional, dominado pelas corporações econômicas dos países centrais do capitalismo. Mas Espíndola (2002) alerta que na década de 1990 a indústria de frango apresentou-se de forma menos oligopolizada, pois as quatro maiores empresas detinham cerca de 42,3% do total de abates de frango no Brasil. Anos mais tarde irá mudar essa realidade, com a fusão das agroindústrias.

O investimento no ramo industrial no Brasil estava estagnado até anos 1990 a 1994. Após esse período iniciam-se investimentos das empresas Sadia, Perdigão e Cooperativa Aurora. Essa estagnação ocorreu devido a vários fatores, entre eles: a mudança de sistema de produção de suínos que passou a ser em forma de parceria, o que diminuiu o número de produtores; outro fator foi a contenção de investimentos do setor produtivo. Conforme Espíndola (2002, p. 102), “[...] a indústria brasileira, no início dos anos 90, foi duramente afetada por um processo radical de liberalização via abertura comercial [...]”, o que paralisou investimentos e ampliação do setor produtivo. Além disso, “[...] inúmeras empresas nacionais produtoras de máquinas e equipamentos entraram numa crise econômica financeira que resultou, em alguns

casos, na desnacionalização do setor.” (von Dentz, 2022, p. 110). A desnacionalização do setor ocorreu em diferentes segmentos, entre eles na parte de melhoramento genético e suplementação alimentar. Entre as empresas podemos destacar, a empresa Vitamix Nutrição animal (da cidade de Nova Itaberaba), “[...] que em 2023 foi adquirida 75% da empresa por um grupo dinamarquês (premixes-Vilomix, pertencente ao grupo Danish Agro, Agravis e Vestjylland Andel).” (Vilomix..., 2023). Essa indústria nacional ficou com 25% de participação.

Após os anos 1994, “[...] inicia os investimentos em novas plantas produtivas, e a produção de bens com maior valor agregado.” (Espíndola, 2002, p. 110). Nos dados apresentados na figura 12, percebe-se uma ligação no que se refere às datas e mudanças de quantitativos aos fatores supramencionados. No que se refere ao quantitativo de aves de 1990 a 1992 houve um aumento do número de galináceos, e nos anos de 1993 a 1995 houve queda. Após 1995, volta o crescimento do quantitativo de aves. Da mesma forma, o quantitativo de Suínos que não teve expressivo crescimento até 1994, mas após 1994 a região Oeste Catarinense manteve-se em crescimento linear.

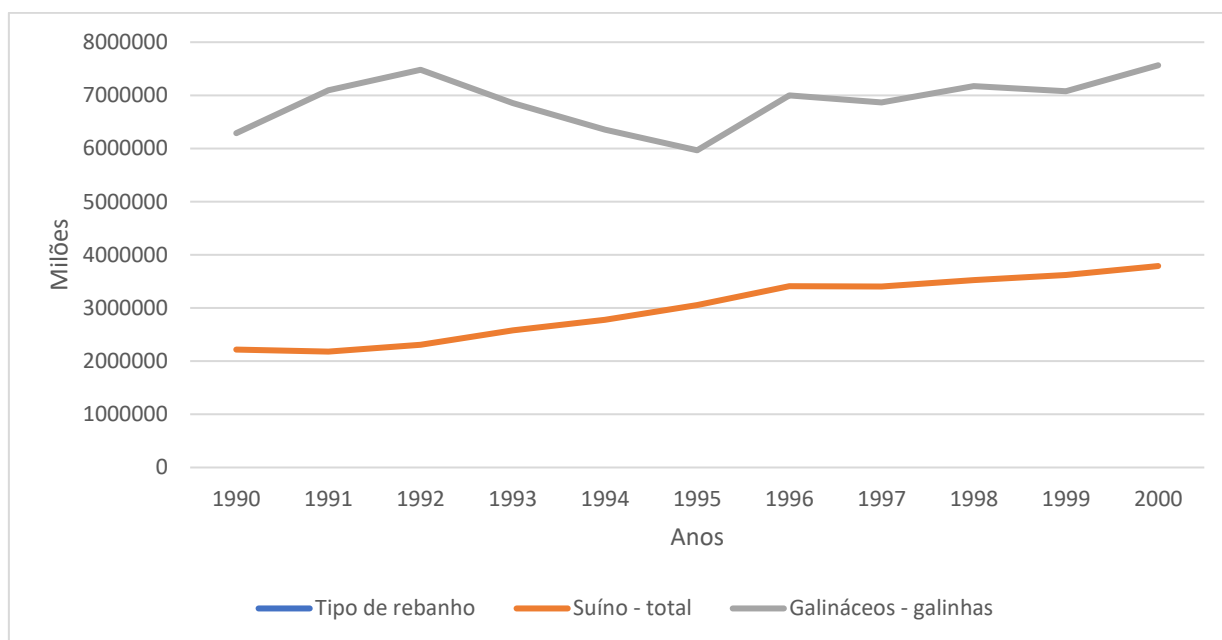
Figura 12 – Gráfico com número de galináceos e suínos no estado de Santa Catarina (1990-2000).



Fonte: IBGE (2025).

Nos anos de 1995 até 2000 houve um crescimento substancial das grandes corporações do complexo produtivo suíno-avícola da região Oeste Catarinense, entre elas a Perdigão. Que conforme Espíndola (2002, p. 105), “[...] o grupo Perdigão, após 4 anos sem investir, dedicou cerca de R\$ 198 milhões, entre 1995 e 1998, a serem aplicados nas unidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.” Além da Perdigão, a Sadia também investiu na ampliação de suas plantas e no lançamento de novos produtos no mercado. Entre os anos 1990 a 2000, tanto o setor de galináceos como de suínos teve um crescimento quantitativo considerável:

Figura 13 - Gráfico com número de suínos e de galináceos na mesorregião Oeste Catarinense (1990-2000).



Fonte: IBGE (2025).

Os recursos eram oriundos de financiamentos ou recursos financeiros próprios das agroindústrias. “Entre 1990-99, o BNDES destinou em média R\$ 2.091 milhões para a agroindústria brasileira.” (Espíndola, 2002, p. 109). Nesse período também tiveram início fusões e aquisições entre empresas nacionais e empresas de outros países. Conforme Mamigonian (2011, p. 89):

Em 2000 várias empresas catarinenses haviam saído do controle familiar: das 23 maiores empresas do estado apenas 11 tinham comando em mãos catarinenses, 7 pertenciam a grupos estrangeiros, 3 a fundos de pensão e 2 a grupos nacionais. Santa Catarina deixou de ser periferia para ascender à condição de parte integrante do centro dinâmico da economia brasileira.

O capital produtivo leva à crescente atividade da produção industrial. No estado de Santa Catarina, grandes corporações como BRF e JBS, inseridas no mercado mundial de alimentos, seguem as mesmas lógicas neoliberais, buscando maior produtividade com menores custos e maior competitividade tanto global quanto nacional.

A formação desses complexos agroindustriais na região aprofunda-se com a fusão da Perdigão e da Sadia, que formou o grupo BRF, e a Seara Alimentos, que passa a fazer parte do grupo JBS.

3.4 As diferentes abordagens territoriais de desenvolvimento: a região Oeste Catarinense como complexo produtivo

A partir da década de 1970, com a crise do modelo fordista e as dificuldades do Estado na formulação de políticas de desenvolvimento regional, passa-se a considerar diferentes aspectos das abordagens territoriais ao desenvolvimento industrial local. Assim, vários conceitos tornam-se importantes para essas análises, entre eles: Sistema Local Territorial (SLOT), *clusters* industriais, arranjos produtivos locais, complexos produtivos, entre outros. Diferentes abordagens serão discutidas aqui, mas o complexo produtivo será utilizado como perspectiva central na pesquisa.

A abordagem territorial do desenvolvimento surge no contexto de crítica ao desenvolvimento econômico centrado em perspectiva economicista, mas, principalmente, como questionamento das concepções de desenvolvimento econômico centradas no enfoque setorial das atividades econômicas. Na concepção de desenvolvimento territorial, o território passa a ser visto como sujeito ativo do desenvolvimento (Dallabrida, 2021). A abordagem territorial ganha centralidade em países como Itália, França e Suíça, na década de 1970. Ou seja,

É uma nova forma de ver e compreender o espaço, a sociedade e a natureza, ou a dinâmica socioespacial, destacando-se as redes de circulação e comunicação [...], as relações de poder e as identidades históricas constituídas. (Saquet; Sposito, 2008, p. 16).

Na Itália, destacam-se os estudos de Giuseppe Dematteis, que constitui pesquisas baseadas no SLOT. Para Dematteis (2008), a existência e caracterização de um SLOT devem ser consideradas nos projetos de desenvolvimento econômico e regional. Esse sistema é composto por alguns elementos: a) rede local de sujeitos

(formada pelo conjunto de relações entre os sujeitos que vivem no território local; esses sujeitos podem se tornar atores coletivos de projetos de desenvolvimento), os quais podem ser públicos, privados, locais e globais; b) o *milieu* local (conjunto de condições favoráveis para o desenvolvimento territorial, com recursos materiais e imateriais que estão sedimentados localmente (sociedade local e território); c) a relação de interação da rede local com o *milieu* e com os ecossistemas locais; d) a relação interativa da rede local com redes globais (interação entre o local e o global). Dessa forma, o sistema territorial mais apropriado é um território onde seja possível fazer boas políticas e ações eficazes para o desenvolvimento (Dematteis, 2008, p. 37).

Na proposta de Dematteis (2008), no sistema local de um projeto de desenvolvimento territorial, os atores tendem a estar engajados e aproveitando os recursos existentes nesse território local, bem como, permanentemente, abertos às mudanças globais que os afetam localmente.

Já o conceito de *cluster* pode ser “[...] a melhor expressão econômica para abordar aspectos relacionados à competitividade, sinergia, inovação, territorialização, entre outras, em termos de uma região específica.” (Cunha, 2006, p. 271). As agroindústrias da região Oeste Catarinense estão fortemente territorializadas e isso se deve à formação histórica e geográfica da região, mas também à formação dos chamados *clusters*, ou seja, são agroindústrias fortemente especializadas, com a concentração da atividade específica (produção de suínos e aves).

No Brasil, o conceito de Arranjo Produtivo Local (APL) surge como uma política de desenvolvimento industrial, com a formação de aglomerados de pequenas e médias empresas com forte territorialização. Para Fuini (2013), a discussão sobre APLs advém de três matrizes principais, bastante exploradas como alternativas de organização mais flexíveis do espaço industrial pós-fordista:

- a) A abordagem sobre Distritos industriais italianos, de inspiração marshalliana, inicialmente ligada a autores italianos como Becattini, Garofoli, Brusco, Bagnasco, que atribuem o sucesso de segmentos da indústria italianos localizados no nordeste do país às forças aglomerativas criadas pela concentração de pequenas empresas e à construção social e cultural do saber-fazer local, enraizados em determinadas atividades industriais semi-artesanais;
- b) A abordagem de Clusters, apoiada na obra de Michael Porter, pautada na concepção de vantagens competitivas e fatores de competitividade, como a proximidade do mercado consumidor, o acesso a recursos e infraestrutura e a organização político-institucional, elementos que poderiam ser catalisados

em aglomerados de empresas consorciadas em associações representativas e no apoio estatal;

c) Nas abordagens sobre Meios inovadores, Sistemas locais de Inovação e Tecnopolos, de inspiração neo-schumpeteriana, que apostam na aglomeração de empresas como um fator importante para a geração de inovações (em ferramentas, processos e produtos) em segmentos de cadeias produtivas territorializadas, funcionando como “regiões” estratégicas da difusão inovadora para todo o tecido industrial regional e nacional. (Fuini, 2013, p. 59).

A abordagem que pesquisadores utilizam no Brasil é chamada de APL, popularizada nos anos de 1990 pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que sistematizou o conceito “[...] quando o Brasil e o mundo passavam por transformações relacionadas à aceleração da globalização e à mudança do padrão produtivo e inovativo com forte influência neoliberal.” (Szapiro *et al.*, 2017, p. 32).

A RedeSist se opunha ao modelo de globalização que tinha como ideia um mundo sem fronteiras e um sistema internacional autônomo e sem raízes, e percebia que havia uma internacionalização da economia e um processo de globalização financeira em curso. Assim, os pesquisadores percebiam que o desenvolvimento produtivo e inovativo dependia de um conjunto de interações entre agentes econômicos, políticos e sociais de um determinado território. Ou seja, não há como ter um desenvolvimento produtivo sem a interação desses agentes territorializados e com trocas constantes.

Os APLs não são somente aglomerações/concentração de empresas especializadas que se territorializam, mas também formam uma rede de proximidades e densidade nos territórios em que estão inseridos. Essas redes podem trazer conflitos ou integração nos territórios de atuação das empresas. As aglomerações produtivas e APLs se manifestam como territorialidades de forte conotação econômica e histórico-cultural (Fuini, 2013). Ou seja, apropriam-se de territórios locais e controlam seus recursos e fluxos, possibilitando a conquista de poder econômico e político.

Os APLs constituem uma forma de analisar qualquer estrutura produtiva, estabelecendo uma relação próxima entre território e as atividades econômicas locais. Eles formam uma concentração territorial de indústrias/agroindústrias com atividades produtivas que se complementam. Assim, conforme Breitbach (2014, p. 22),

O APL é uma concentração territorial de estabelecimentos industriais dedicados a atividades setorialmente semelhantes e/ou complementares,

cuja dinâmica se fundamenta na ação conjunta dos agentes locais e em características histórico-culturais do território.

Além disso, Fuini (2013) alerta que outras abordagens também são aceitas, entre elas as concepções de: centros industriais, polos de crescimento e de desenvolvimento, complexos industriais e tecnopolos. Contudo, para a Szapiro e colaboradores (2017, p. 51), “[...] as noções de distrito industrial, *cluster* e outros tipos de aglomerações, além de se limitarem a alguns casos, implicam a suposição de que estas são as formas mais propícias para se alcançar tal desenvolvimento.”

Assim, a indústria pode formar complexos produtivos espacialmente distintos. Por sua vez, os complexos produtivos são territorializados e caracterizam-se por práticas de colaboração baseadas nas iniciativas dos atores que têm na escala local seu ponto para se desenvolver.

Neste sentido, Reis (2005) contribui com a tentativa de explicar o território de forma endógena, ou seja, as relações que estão dentro do território. Para isso, utiliza alguns conceitos pouco conhecidos dos geógrafos. Reis (2005) penetra no território e mostra as relações no interior dos territórios, tentando decifrar através de alguns conceitos: proximidade, densidade, polimorfismo estrutural e processos coletivos.

Proximidade e densidade — formam a rede matricial interna dos territórios: representam a identidade, a co-presença e a capacidade dinâmica, assim como representam o conflito, a ausência e as tendências regressivas. A terceira dimensão — **polimorfismo estrutural** — representa essencialmente as relações de poder em que os territórios participam (e que podem ser positivas ou negativas, promocionais ou degradativas) e o modo como esses territórios se inscrevem no mapa estrutural do mundo (como margens ou como centros; como lugares ascendentes e transformadores da matriz global ou como lugares descendentes). (Reis, 2005, p. 63).

A contribuição de Reis (2005) para entender as relações no território nos permite compreender que, nos complexos produtivos, a proximidade e a densidade geram participação coletiva de vários atores: locais, regionais e global, que constroem uma identidade coletiva, promovendo o enraizamento territorial. Além disso, o polimorfismo estrutural revela as relações de poder no território dos complexos produtivos e como se relacionam com a região e com o mundo.

Os territórios são construções sociais, logo, as interações entre os atores definem a morfologia do poder, poderes desiguais que geram conflitos de ordem interna e externa nos territórios e desenvolvimento desigual. Os processos coletivos consideram os atores e suas relações com o território, tanto individuais quanto

coletivas. Os atores políticos e econômicos tendem a exercer maior poder sobre os territórios, sendo que os atores econômicos exercem sua territorialidade priorizando maior lucratividade e maior área de influência.

Os territórios têm trajetórias de desenvolvimento distintas, muitos com trajetórias de dependência, ou seja, as interações, as relações de poder entre os atores e os processos coletivos formaram uma trajetória longa de dependência.

As transformações e o impacto da globalização no modo de produção trouxeram, também, modificações nas relações produtivas entre diferentes escalas territoriais. A globalização trouxe significativas transformações no espaço geográfico, especialmente nas regiões e no papel das grandes corporações, que alteram os padrões de produção, consumo e circulação de mercadorias.

A região e o território são espaços de atuação das empresas de capital privado, e a globalização tornou mais complexos os recortes regionais. As regiões passam a ser mais dinâmicas e interconectadas, e ao mesmo tempo empresas podem desempenhar papéis que transformam essas regiões, ao escolherem essas regiões levando em consideração o custo de produção, infraestrutura, mercado consumidor, entre outros, contribuindo para o dinamismo das regiões.

Dentro do território globalizado, temos diferentes relações. Para Reis (2005), o que está em jogo são as relações de poder dentro de um território globalizado. As interações externas são marcadas pelo que Reis (2005) chama de “polimorfismo estrutural”, que caracteriza como esses territórios se inscrevem no mapa estrutural do mundo (como margens ou como centros; como lugares ascendentes e transformadores da matriz global ou como lugares descendentes) e como se dá a questão das relações de poder de que os territórios participam. O polimorfismo estrutural que representa também as relações de poder que podem ser negativas ou positivas, nas relações territoriais, pode levar um país para a margem do sistema capitalista global.

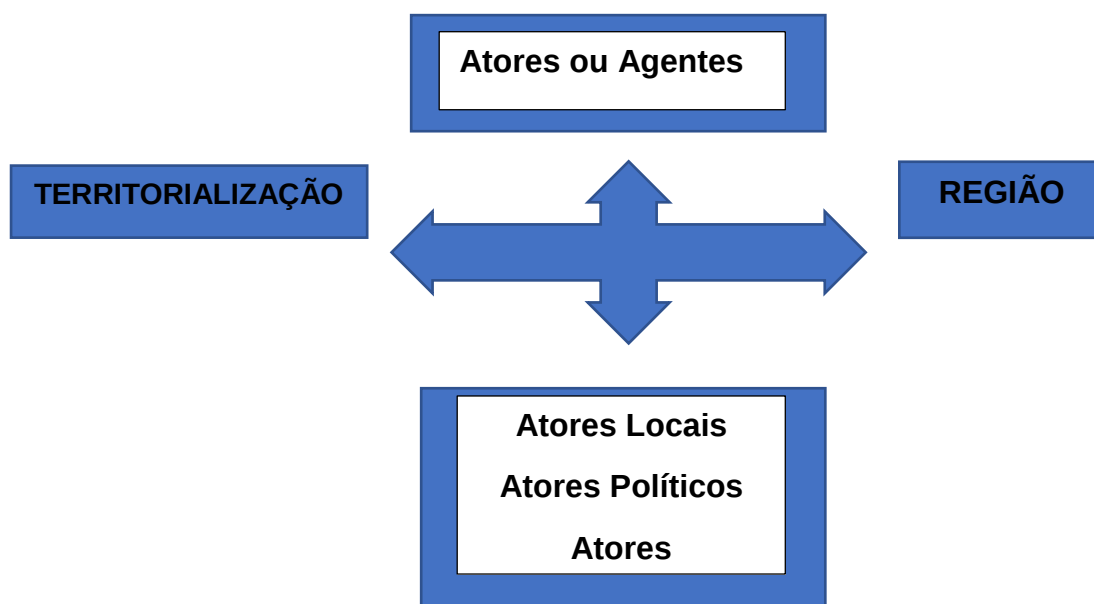
A territorialização pode trazer uma mudança de trajetória de desenvolvimento regional. Vale destacar a análise de Benko (2002, p. 63), que enfatiza que “[...] a territorialidade regional não se analisa como a justaposição dos territórios locais, mas com uma realidade territorial nova que nasce de suas inter-relações”. A região Oeste Catarinense é resultado de uma trajetória longa de formação territorial das agroindústrias que é intrínseca à região e as principais transformações regionais

surtem a partir da institucionalização das multinacionais brasileiras e formação de conglomerado de cooperativas. Outras regiões podem ter suas trajetórias inesperadas e que devem ser consideradas pelos projetos de desenvolvimento regional que se centram em novas possibilidades, relações de proximidade, interações entre os atores sociais, novas iniciativas e autonomia de desenvolvimento regional.

O desenvolvimento regional deve partir de um projeto político de desenvolvimento, com a articulação entre os atores e instituições locais, promovendo a mediação de conflitos e atendendo aos interesses coletivos. Parafraseando Reis (2005), a construção de possibilidades e contextos não faz desaparecer os territórios, apenas os transforma.

Esses agentes locais ou atores locais são formados por instituições. As instituições que funcionam como agentes decisórios ou atores decisórios são: empreendedores que decidem estabelecer ou criar firmas em determinado lugar, empresas privadas, sindicatos trabalhistas, empregadores e governos (Markusen, 2005), conforme demonstrado no organograma da figura 14:

Figura 14 - Organograma com agentes ou atores decisivos nas transformações regionais.

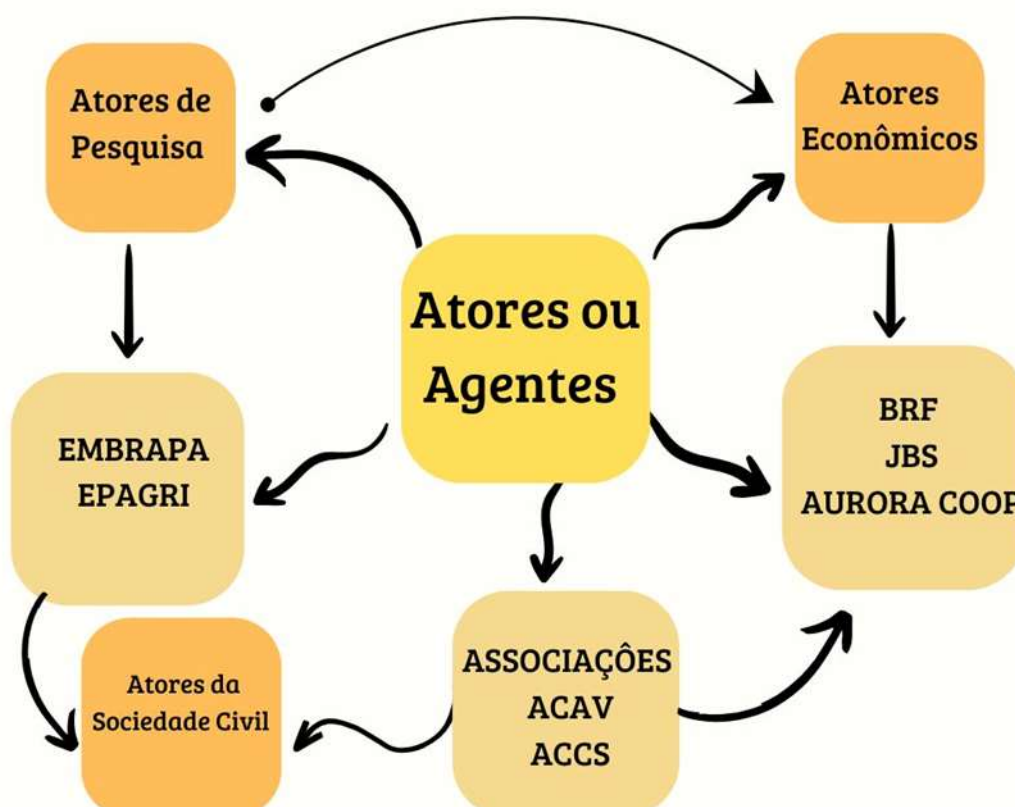


Fonte: adaptado de Markusen (2005).

O complexo produtivo suíno-avícola é constituído pela ação de diferentes agentes ou atores, entre os principais destacam-se: as grandes corporações (BRF e

JBS); cooperativas, como a Aurora Coop; associações de produtores rurais (ACCS e Associação Catarinense de Avicultura – ACVA); Embrapa Suínos e Aves (empresa pública de pesquisa e inovação); e Epagri. Esses agentes e atores estão ilustrados no organograma da figura 15:

Figura 15 - Organograma com agentes ou atores que atuam no complexo produtivo suíno-avícola.



Fonte: elaboração própria.

Os atores de pesquisa, da sociedade civil, associações e os atores econômicos estão interligados e contribuem para a dinâmica geoeconômica da região. As três principais agroindústrias (BRF, JBS e Aurora Coop) estão conectadas com todos os atores direta e indiretamente.

A ACCS, com apoio aos produtores rurais integrados, conecta-se com os atores econômicos à medida que seus membros produzem para essas agroindústrias. Já a ACAV está diretamente associada as agroindústrias JBS, BRF, Aurora Coop, entre outras. A Embrapa, um importante ator de pesquisa, possui parcerias com a ACCS, Aurora Coop e BRF. Além de estar interligada aos atores econômicos e da sociedade civil. A Epagri tem ligações indiretas com atores econômicos e as associações, com

papel de pesquisa e extensão voltada para melhoramento dos insumos, principalmente o milho.

Entre os atores que corroboram à criação de uma identidade/conflito está a corporação empresarial, que constitui um dos atores econômicos mais importantes no desenvolvimento capitalista. “Essas empresas exercem poder significativo de contratação e demissão de pessoal, na decisão de realocar-se, de inovação e liquidação.” (Markusen, 2005, p. 36). Além de vender seus produtos, comparam materiais e equipamentos, “[...] elas tendem a especializar-se em diferentes linhas de produtos, formando grupos de corporações, conhecidas como setores, industriais ou frações de capital.” (Markusen, 2005, p. 36).

Dessa forma, na região Oeste Catarinense, temos dois importantes setores da indústria alimentícia, de suínos e aves, que possuem suas atividades industriais ligadas a outras, o que forma uma importante ligação entre o território e as atividades econômicas da região, tanto de serviços quanto de bens; podendo ser considerado complexo produtivo, que vai além da simples aglomeração geográfica e setorial de firmas geradoras de economias externas, para reconhecer o papel dos agentes e das particularidades do meio local na organização produtiva (Breitbach, 2014, p. 22).

Assim sendo, o complexo produtivo suíno-avícola da região Oeste Catarinense torna-se suporte e condição para que as relações globais se realizem na região. Para Benko (2002), a globalização econômica, na economia regional, caracteriza-se por sua estrutura estratificada e pela emergência de uma territorialidade regional, ou seja, dois sistemas organizacionais, o local e o regional. Portanto, a região Oeste Catarinense apresentou/apresenta diversas mudanças regionais ao longo de sua formação/transformação territorial.

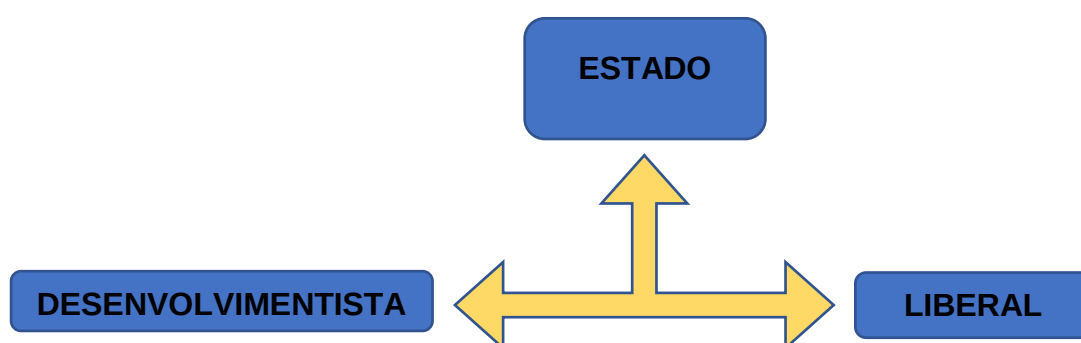
Essas mudanças das relações locais, regionais e globais de produção, estão atreladas à nova fase do capitalismo, que tem o neoliberalismo como suporte. O que desencadeou as mudanças de um Estado desenvolvimentista para um Estado neoliberal, que deixou no limbo os projetos de desenvolvimento.

3.5 O dualismo entre neoliberalismo e desenvolvimento

O debate sobre desenvolvimentismo e neoliberalismo trará possibilidades de compreendermos como é possível um estado-nação prosperar ou estagnar

economicamente, no momento em que elege políticas econômicas intervencionistas ou políticas econômicas “conservadoras” de cunho liberal. Assim, parte-se da análise de como o desenvolvimentismo pode se contrapor ao neoliberalismo, principalmente como política econômica para os países da periferia do capitalismo, como o Brasil.

“Ao regular as economias capitalistas, o Estado moderno assume duas formas básicas, a desenvolvimentista e a liberal, que também são as duas formas de organização econômica e política do capitalismo.” (Bresser-Pereira, 2019, p. 235). O Estado moderno torna-se o indutor da natureza do capitalismo. “O Estado é a principal instituição existente em uma sociedade capitalista.” (Bresser-Pereira, 2022, p. 15). Além disso, é somente ele que compete com os demais países em busca do desenvolvimento econômico. Essa compreensão pode ser visualizada no organograma da figura 16:



Fonte: adaptado de Bresser-Pereira (2022).

A primeira forma de desenvolvimentismo foi com a formação do Estado absolutista mercantilista, que possibilitou a Primeira Revolução Industrial, e a segunda forma de desenvolvimentismo foi após a Segunda Guerra, quando o sistema capitalista teve seus anos dourados com o fordismo. A teoria econômica do desenvolvimento econômico surge nos anos 1940, “[...] estimulada pelo otimismo do após-guerra e pelo fato que os próprios países ricos, no quadro dos Anos Dourados do Capitalismo, haviam abandonado o liberalismo econômico e se tornado desenvolvimentistas.” (Bresser-Pereira, 2022, p. 13).

No Brasil, o Estado desenvolvimentista-nacionalista surge após a década de 1930, dando fim ao Estado patrimonialista. “Na década de 1950, cientistas políticos e economistas brasileiros definiram ‘desenvolvimentismo’ como um conjunto de ideias políticas e estratégias econômicas que promoveram a rápida industrialização do Brasil.” (Bresser-Pereira, 2019, p. 232). Essas ideias estavam ligadas à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que formulou o conceito desenvolvimentista para os países latino-americanos da década de 1950 e propôs um desenvolvimentismo que tinha como base a indústria e o Estado como planejador. Bresser-Pereira (2019, p. 236) considera o Estado desenvolvimentista com base em algumas características:

Um Estado é desenvolvimentista quando: (a) considera o crescimento econômico como seu principal objetivo; (b) intervém de forma moderada no mercado, planejando o setor não competitivo da economia e adotando políticas industriais estratégicas; (c) adota uma política macroeconômica ativa, limitando os déficits orçamentários e em conta corrente e assegurando que os cinco preços macroeconômicos atinjam o nível “certo”, em particular a taxa de câmbio; e (d) possui o apoio político de uma coalizão de classes para o desenvolvimento, formada por empresários, trabalhadores, funcionários da burocracia pública e setores da antiga classe dominante que exercem poder político e apoiam uma estratégia nacional de desenvolvimento, coalizão que, assim, se opõe a uma coalizão liberal-conservadora composta por capitalistas rentistas, financistas e os interesses estrangeiros.

Com base nessas características, o Estado desenvolvimentista promove o crescimento endógeno, que ao mesmo tempo possibilita o crescimento econômico e fortalece o Estado-nação, conforme Bresser-Pereira (2019).

Na região Oeste Catarinense, nesse mesmo período (entre 1940-1950), os investimentos partiram do Estado desenvolvimentista, e também investimentos de origem local, dos empresários industriais. “Não havia rodovias pavimentadas de longa distância no território catarinense [...]. Na área financeira, havia no estado várias casas bancárias de pequeno porte, incapazes de assumirem alto risco e de liberar recursos vultosos para projetos industriais.” (Goularti Filho, 2012, p. 124). Dessa forma, “Santa Catarina estava diante de entraves que impediam o livre desenvolvimento das forças produtivas.” (Goularti Filho, 2012, p. 124).

Para que a região prosperasse eram necessários inúmeros investimentos, principalmente em infraestrutura, para as indústrias otimizarem a comercialização e também melhorarem a produção, para isso o Estado tornou-se o principal agente de desenvolvimento. Um exemplo foi a entrada do empresário Atílio Fontana na política,

primeiramente como vereador e depois como prefeito de Concórdia, melhorando as estradas de rodagem dessa cidade e da região. “O empresário começou a utilizar as benesses do poder público em benefício dos interesses de sua empresa.” (Amador, 2010, p. 92). Além disso, em nível federal conseguiu a aprovação do projeto da Sadia S. A transportes aéreos, “[...] quando seu amigo Nereu Ramos assumiu a presidência da república, algumas modificações nos ministérios foram feitas, inclusive no da Aeronáutica.” (Amador, 2010, p. 93). A industrialização nos países latino-americanos até a década de 1970 era vista como fator exclusivo do processo de desenvolvimento:

Desenvolvimento era sinônimo de industrialização que, por sua vez, seria o instrumento principal da modernização das sociedades por ser portadoras de avanços materiais e indutora de transformações nas relações sociais, ambas sob o dinamismo das inovações técnicas. (Maluf, 2000, p. 57).

Bresser-Pereira (2019, p. 245) esclarece que:

O Desenvolvimentismo Clássico, cujas contribuições fundamentais foram feitas nas décadas de 1950 e 1960. Para essa escola de pensamento em conflito com a Escola Neoclássica, a industrialização era uma condição necessária para o desenvolvimento que o livre jogo das forças do mercado não lograva assegurar. Seus economistas, portanto, defenderam o planejamento econômico ou uma política industrial. Até o final dos anos 1970 esta estratégia foi bem-sucedida.

O termo “ilusão desenvolvimentista” que permeou no Brasil, como se o país, através da industrialização, saísse do rol dos países em desenvolvimento, é citado por Maluf (2000). Essa crítica dá-se devido ao conceito criado sobre desenvolvimento que traria crescimento econômico, progresso, mas que deixa de lado o desenvolvimento social, e muitas vezes acentua as desigualdades de renda. Contudo, a crítica ao desenvolvimento não significa necessariamente um antidesenvolvimento, como sugere Mafuf (2000, p. 70).

A crítica ao discurso do desenvolvimento, às suas doutrinas e às suas agências não leva necessariamente a uma posição “antidesenvolvimento”. Pode-se, mesmo, argumentar se o “antidesenvolvimento” faz sentido exceto para algum tipo de fundamentalismo. É bem verdade que a rejeição é favorecida pelo fato de a noção de desenvolvimento econômico carregar um certo “darwinismo social” embutido na idéia de progresso como expressão de evolução econômica e, conseqüentemente, na noção de atraso que seria seu contraponto.

Este debate sobre o desenvolvimentismo e o antidesenvimentismo proporciona uma reflexão sobre qual tipo de desenvolvimento os Estados querem. Realmente, o

Estado pode ser o indutor do desenvolvimento ou as iniciativas de um Estado neoliberal, proporcionando uma melhor perspectiva econômica para o crescimento de um Estado-nação. Para Maluf (2000, p. 82), o Estado continuaria com papel central:

O Estado seguiria cabendo um papel central, apesar de “público” não ser, no caso, sinônimo de governamental e englobar instâncias de regulação compartilhadas com a sociedade civil. No mesmo sentido, sugere-se abandonar a (enganosa) dicotomia Estado versus mercado em favor de uma compreensão distinta da própria natureza dos mercados e dos mecanismos regulatórios que lhe são inerentes, aos quais compete atribuir um sentido público.

Ainda no que tange ao Estado desenvolvimentista, Bresser-Pereira (2019) ressalta a formação de diferentes estados desenvolvimentistas, entre eles: os modelos centrais, que se dividem em central original e central tardio, e os Estados desenvolvimentistas periféricos, que se dividem em periférico dependente e periférico nacional-dependente. O último modelo de Estado, desenvolvimentista periférico nacional-dependente, é o que aqui interessa para o debate: “Os países do modelo periférico nacional-dependente se industrializaram no pós-guerra, completando assim sua revolução capitalista, mas não conseguiram manter boas taxas de crescimento desde 1980.” (Bresser-Pereira, 2019, p. 244). O Brasil faz parte dessa classificação de Estado desenvolvimentista periférico nacional-dependente.

Suas elites foram ambíguas ou contraditórias em suas relações com as elites dos países centrais, ora agindo com independência e definindo com as classes populares uma estratégia nacional de desenvolvimento, ora se submetendo à hegemonia ideológica dos países ricos, como é o caso da Argentina, do Brasil, e do México. Esses países, que foram nacionalistas para realizar sua revolução capitalista, a partir de meados dos anos 1980 se submeteram ao Consenso de Washington e passaram a ficar muito para trás dos países periférico-independentes. (Bresser-Pereira, 2019, p. 239).

Na década de 1980, toda a perspectiva de crescimento econômico de um Estado desenvolvimentista termina com a “virada neoliberal”, os países em desenvolvimento entraram em crise e os países do norte (ricos):

Abandonaram sua estratégia social-democrática e desenvolvimentista e transformaram o Banco Mundial, que era uma agência internacional comprometida com o desenvolvimentismo, em um instrumento do Consenso de Washington. (Bresser-Pereira, 2019, p. 245).

Nesse momento, dá-se início, no mundo da periferia do capitalismo, o maior plano de destruição do Estado desenvolvimentista para dar lugar a um Estado

neoliberal. A região Oeste Catarinense passa a fazer parte dessa lógica e o complexo produtivo suíno-avícola inicia sua inserção ao Estado neoliberal.

Até a década de 1970, os Estados dos países do norte (Estados Unidos e países europeus do pós-guerra) tinham uma política keynesianista, ou seja, o Estado era o protagonista do crescimento e das políticas de bem-estar social. Com a crise de 1973 e a chamada “estagflação”, esse modelo de Estado começa a ruir. Os países desenvolvidos passam a adotar políticas liberais, dando origem à “virada neoliberal”, ou seja, o Estado deixa de ser o protagonista do desenvolvimento e passa a ter uma intervenção mínima na economia e nas políticas de bem-estar social. “O neoliberalismo é simplesmente uma ideologia conservadora e orientada para maior liberdade do mercado.” (Bresser-Pereira, 2003, p. 275).

Na década de 1980, nos países da periferia do capitalismo, entre eles o Brasil, o neoliberalismo foi adotado com a adesão da cartilha neoliberal, o Consenso de Washington. A liberalização comercial e as privatizações foram os pilares seguidos pelo Brasil dessa política econômica. O modelo de Estado desenvolvimentista periférico nacional-dependente agora passa para um modelo de Estado neoliberal.

Essa doutrina econômica surge logo após a Segunda Guerra Mundial em contraponto ao modelo de desenvolvimento com a intervenção do Estado. “Foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar.”²⁸ (Anderson, 1995, p. 9). Os neoliberais não aceitavam o Estado de bem-estar social e a doutrina keynesiana. Segundo essa doutrina, “[...] o Estado deveria manejar grandezas macroeconômicas [...]. O poder público regula as oscilações de emprego e investimentos, moderando as crises econômicas e sociais.” (Moraes, 2001, p. 30).

A integração do setor público com o capitalismo não era benéfica para os neoliberais, principalmente depois da crise do capitalismo em 1973. “A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançou e caiu numa longa e profunda recessão [...]. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno.” (Anderson, 1995, p. 10). Eles consideravam que a intervenção estatal era responsável pela crise do sistema capitalista de produção e consideravam como uma ameaça à economia e à política. “Os neoliberais

²⁸“O texto de origem do neoliberalismo foi ‘O Caminho da Servidão’ de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política.” (Anderson, 1995, p. 9).

retornam a tese clássica de que o mercado é a única instituição capaz de coordenar quaisquer problemas sociais, seja de natureza econômica ou política.” (Teixeira, 1996, p. 195).

Na década de 1970, o neoliberalismo toma alcance mundial e tem como seus principais protagonistas dois líderes importantes: Margaret Thatcher (1979), na Inglaterra, Regan (1980), nos Estados Unidos, e Kohl (1982), na Alemanha. Se para esses países o grande problema era o modelo keynesiano, para os países da América Latina o neoliberalismo via como um grande inimigo o modelo de Estado desenvolvimentista.

Assim, os países da América Latina foram “orientados” a aderir ao modelo neoliberal proposto pelo Consenso de Washington e, em contrapartida, os Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, ajudariam os países a saírem da crise e renegociarem suas dívidas. Mas, para isso, esses países, entre eles o Brasil, deveriam seguir as principais ideias neoliberais:

Privatizar empresas estatais e serviços públicos, por um lado; por outro, “desregulamentar”, ou antes, criar novas regulamentações [...], que diminuiria a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados. (Moraes, 2001, p. 35).

O Brasil seguiu de forma exemplar esse modelo neoliberal, representado pelo Governo Collor, o qual levou o país a reduzir o tamanho do Estado e abrir a economia para o capital internacional. “O governo de FHC mantém e amplia a mesma política de Collor: acabar com a inflação, privatizar, reformar a constituição para flexibilizar as relações entre Estado e sociedade, assim como as relações entre capital e trabalho.” (Teixeira, 1996, p. 225).

“Durante os anos 1980 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais.” (Anderson, 1995, p. 16). O mercado internacional previa cada vez menos a presença do Estado na sociedade e nas transações comerciais, assim, as grandes corporações iniciam suas “operações parasitárias”²⁹ no mercado brasileiro.

No fim da década de 1990, muitas empresas brasileiras lançaram seus capitais em operações monetárias e cambiais, entre elas, a empresa Sadia S. A., com matriz

²⁹Termo utilizado por Anderson (1995).

na cidade de Concórdia na região Oeste Catarinense. Mas, o que essa empresa não esperava era que a concorrência nas “operações parasitárias” fosse trazer prejuízos e, posteriormente, a necessidade de fusão com outras empresas, para que continuasse seu trabalho e não fosse à falência. Neste momento, o complexo produtivo suíno-avícola sofre uma reestruturação, para atuar no mercado nacional e internacional de alimentos.

Contudo, o Estado continua presente na economia de forma a tentar diminuir as desigualdades provocadas pelo neoliberalismo, mas também para regular a entrada de grandes corporações no Brasil. Conforme Becker (1983, p. 4), referindo-se ao Estado, “[...] ele é mediador entre os interesses internacionais e o espaço nacional. No terceiro mundo, o Estado viabiliza e regula a penetração da grande empresa através de transferências subsidiadas de tecnologia e de produção do espaço.” A presença do Estado na região Oeste Catarinense é perceptível quando as grandes agroindústrias da região recorrem a recursos de bancos regionais de desenvolvimento, como o BNDES para investimentos e ampliação de suas plantas industriais.

No entanto, o Estado neoliberal brasileiro que não adentrou num ultraliberalismo possibilitou maior participação do Estado na economia. Dessa forma, o neoliberalismo seria a melhor opção para o Brasil? Ou um novo Estado desenvolvimentista seria uma nova alternativa?

Para Teixeira (1996, p. 226), “[...] o Brasil caminha com ‘botas de sete léguas’, em direção a uma economia cada vez mais marcada e dominada pela lógica do mercado.” Anderson (1995) afirma que, economicamente, o neoliberalismo fracassou, mas política e ideologicamente obteve grande conquista.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado [...]. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios. (Anderson, 1995, p. 23).

Mesmo tornando-se hegemônico, o neoliberalismo encontra resistências e críticas. Entre os críticos, Fiori (1995, p. 116) alerta que a proposta neoliberal não é a melhor estratégia, “[...] depois de uma década de aprofundamento dos desequilíbrios, torna-se difícil pensar em qualquer solução que implique o afastamento do estado.” Ou seja, se pensarmos nas crises econômicas mundiais do capitalismo que

conjuntamente atingem o Brasil, a crise de 1929, a crise de 1973 e a crise de 2008, todas tiveram a intervenção estatal para recuperar o mercado.

Portanto, o neoliberalismo pode ser considerado uma teoria contraditória, de um lado nega a presença do Estado e, por outro lado, a cada crise necessita deste para reestruturação do sistema capitalista. Teixeira (1996) precava que o neoliberalismo é autocontraditório, pois ao Estado cabe proteger a liberdade dos indivíduos e promover o mercado competitivo, mas, por outro lado, esse mesmo Estado não pode coordenar atividades econômicas.

Bresser-Pereira (2022) também confirma essa contradição do neoliberalismo, ao falar do retorno do Estado aos países centrais. “Entre 1980 e 2008 o neoliberalismo foi dominante no mundo ocidental. Entrou em crise em 2008, e agora, a partir de 2021, os Estados Unidos e os principais países europeus trouxeram de volta o Estado.” (Bresser-Pereira, 2022, p. 12).

No ano 2000, surge no Brasil uma nova escola de pensamento, a Novo Desenvolvimentismo. Para essa Escola, não basta o país investir em educação, saúde, infraestrutura, é necessário ter um projeto de desenvolvimento.

É necessário, adicionalmente, que o país tenha um projeto de desenvolvimento econômico ou de competição internacional, e, segundo, que o governo pratique uma política macroeconômica ativa que garanta que os cinco preços macroeconômicos se mantenham certos, algo que o mercado é incapaz de realizar. É preciso, principalmente, que a taxa de juros se mantenha baixa para que a taxa de câmbio possa ser competitiva e a taxa de lucro esperada seja suficientemente alta para motivar as empresas a investir. (Bresser-Pereira, 2019, p. 246).

No entanto, para ter-se um projeto de desenvolvimento econômico também há que se ter a presença de um Estado empreendedor e participativo na economia, além de setores da sociedade engajados nesse projeto, como salienta Bresser-Pereira (2022, p. 20):

A história nos mostra que o desenvolvimento econômico só ocorre nos quadros do sistema capitalista quando os diversos setores sociais se constituem em nação e, usando seu governo e seu Estado, tornam-se capazes de formular um projeto nacional de desenvolvimento que não é outra coisa senão uma instituição: conjunto de normas, políticas e objetivos compartilhados que orientam o comportamento dos agentes econômicos, estimulando o trabalho, a inovação, e o investimento.

Assim, uma política econômica voltada para o desenvolvimentismo será sempre desenvolvimentista, e não neoliberal. No que tange a uma nova alternativa

para o Brasil, pode-se dizer que a Escola Novo Desenvolvimentista parece o mais pertinente. Neste sentido:

Para o novo-desenvolvimentismo o papel econômico do Estado é o de garantir as condições gerais da acumulação de capital, ou, em outras palavras, é assegurar os meios necessários para que as empresas possam investir e aumentar continuamente a produtividade. (Bresser-Pereira, 2016, p. 148).

Também, deve-se levar em conta que para acontecer um projeto de desenvolvimento econômico deverá estar atrelado à acumulação de capital e ao progresso técnico e, conseqüentemente, ao aumento da renda da população.

Convém que não seja nem um Estado totalmente mínimo (neoliberal ou ultraliberal) e nem um Estado desenvolvimentista autoritário, mas um Estado que possibilite o desenvolvimento integral, ou seja, em todas as esferas, econômica, social e política e, principalmente, que esteja comprometido com a competitividade e o fortalecimento do Estado-nação em relação às demais nações. “Enquanto a lógica das empresas é a da competição com as demais empresas em busca do lucro, a lógica do Estado-nação é a competição com os demais países na busca do desenvolvimento econômico.” (Bresser-Pereira, 2022, p. 2).

3.6 O apoio estatal para o desenvolvimento das agroindústrias

O principal agente promotor do desenvolvimento das agroindústrias na região Oeste do estado de Santa Catarina foi o Estado. Com grande atuação através dos bancos estatais e também através das infraestruturas para o desenvolvimento deste setor, o que possibilitou a substituição do modelo tradicional de produção independente para uma produção integrada com as cadeias produtivas. Assim, conforme análise de von Dentz (2022, p. 85), “[...] à medida que o Oeste Catarinense se tornou uma região especializada no processamento de produtos derivados da agropecuária, maior foi sendo a intervenção do Estado e do governo estadual para a consolidação dessas atividades.”

É a partir do surgimento de setores dinâmicos e especialização da produção que “[...] o Estado passa a intervir na economia para facilitar o processo de acumulação.” (Goularti Filho, 2012, p. 149). Dessa forma, percebe-se que somente o Estado, seja em nível nacional ou estadual, possui capital para direcionar os

investimentos à indústria. Carvalho (2020, p. 35, grifo do autor) salienta que: “*O Estado como investidor público*, deve elevar a capacidade produtiva da economia e ser planejador e investidor de infraestruturas.” Foi o que a partir de 1960 o Estado de Santa Catarina tornou-se, “investidor” para melhorar as forças produtivas. Consequentemente, o complexo suíno-avícola da região Oeste Catarinense é beneficiado, com políticas que impactaram direta e indiretamente ambos os setores.

A partir de 1962, houve uma mudança no modelo de expansão econômica, que passou a ser impulsionado pelo novo sistema de concessão de crédito. Como resultado, diversas empresas solidificaram suas posições no mercado, expandindo e adquirindo outras marcas, o que levou a seus destaques como líderes nacionais. Algumas dessas empresas incluem Sadia, Perdigão e Seara, atuantes no setor de alimentos.

Em 1962, o governo lançou o Plano de Metas do Governo - PLAMEG, marcando o início de uma nova etapa na economia de Santa Catarina, orientada pelo Estado, que priorizou investimentos em infraestrutura e acesso a crédito de longo prazo. No mesmo ano, foram estabelecidos o Banco de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina (BDE) e o BRDE.

Já em 1963, surgiu o pioneiro programa de incentivos fiscais voltado para a indústria catarinense, conhecido como Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC) (Goularti Filho, 2012). No ano de 1969, o BDE passou a ser conhecido com Banco do Estado de Santa Catarina - BESC. Em 1975, surgiu o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC), que se tornou o principal agente de fomento no estado catarinense. Já o FUNDESC, estabelecido em 1963, foi substituído pelo Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE).

Tanto o PROCAPE quanto o BADESC “[...] foram os principais canais utilizados pelo Plano de Ação para financiar projetos às indústrias catarinenses.” (Goularti Filho, 2012, p. 126). Agora o sistema financeiro passou a ser de investimento de longo prazo. O objetivo da criação dessas instituições de fomento foi alavancar a indústria catarinense. Para von Dentz (2022, p. 85), “[...] todas essas instituições de fomento foram criadas com o propósito comum de fomentar e incentivar a indústria de modo geral, e principalmente a agroindústria catarinense.” Com o financiamento do

BADESC, entre os anos de 1975 e 1990, o ramo agroindustrial da região Oeste foi um dos mais beneficiados (Goularti Filho, 2001).

A consolidação da indústria catarinense e do oeste do estado, deve-se ao suporte econômico criado pelo Estado após os anos 1960, que possibilitou o processo de expansão de vários grupos catarinenses, tanto em nível nacional como internacional. Todo o suporte financeiro e planos de desenvolvimento mostram que o Estado sempre esteve presente no desenvolvimento do setor privado, principalmente para as agroindústrias ligadas ao setor de aves e suínos. Sendo assim, o Estado cumpre um papel fundamental na dinamização desses complexos produtivos, também via bancos públicos, como o BNDES e o BRDE.

O BNDES, desde sua fundação em 1952, apoia o crescimento e o fortalecimento de setores e empresas nacionais como forma de gerar mais e melhores empregos, aumentar as exportações e elevar a capacidade de inovação do país. “Entre 2007 e 2012, o BNDES apoiou 91 das 100 maiores empresas nacionais.” (BNDES, 2014). Ademais:

A inovação e o crescimento passam a abranger a conquista de novos mercados, a internacionalização de empresas em busca do domínio de cadeias produtivas globais, e a incorporação e o desenvolvimento de funções corporativas mais nobres, como o P&D, o marketing, a logística e as estratégias financeiras. (BNDES, 2014, p. 2).

O BNDES criou, a partir de 1974, subsidiária para investimentos de renda variável. Em 1982, essas subsidiárias foram reunidas na BNDES Participações (BNDESPar)³⁰, que tem como missão capitalizar empresas nacionais e fortalecer o mercado de capitais no país em consonância com as políticas públicas do governo federal.

³⁰O BNDES, por meio de sua subsidiária a BNDESPar, atua em renda variável de quatro formas: a) Subscrição de Valores Mobiliários; b) Participação em Fundos de Investimento; c) Aquisição de Ações em Pregão na Bolsa de Valores; e d) Aquisição de Certificados de Investimento. Na Subscrição de Valores Mobiliários, que é o foco dos estudos realizados, a BNDESPar subscreve emissão pública ou privada, de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações ou de qualquer modo transformáveis, resgatáveis ou lastreados em ações. A atuação da BNDESPar tem como referência taxas de mercado, em lugar da Taxa de Juros de Longo Prazo, e como fonte de recursos captados no mercado de capitais, não envolvendo o Tesouro Nacional ou o Fundo de Amparo ao Trabalhador (BNDES, 2014, p. 2).

Os investimentos da BNDESPar em empresas devem ter como finalidade apoiar Planos de Negócios que estejam de acordo com as prioridades do sistema BNDES e que, entre outros, envolvam:

- a) Modernização e Expansão: desenvolvimento de empreendimentos que visem aumentar e/ou modernizar a capacidade instalada da empresa apoiada.
- b) Consolidação: movimentos de aquisição e fusão que visem consolidar a posição competitiva de empresas brasileiras.
- c) Internacionalização: apoio à inserção e ao fortalecimento de empresas no mercado internacional.
- d) Reestruturação Empresarial: melhoria da estrutura de capital das empresas apoiadas.
- e) Inovação: apoio ao desenvolvimento de empreendimentos que envolvam risco tecnológico. (BNDES, 2014, p. 6).

Um exemplo foi a entrada da BNDESPar no capital da empresa JBS em 2007, o que possibilitou a ampliação das plantas dessa empresa, novas oportunidades de internacionalização e diversificação da produção, deixando de ser somente de bovinos e passando a atuar no mercado de suínos, ovinos e frangos. Com a associação da JBS ao BNDESPar, em 2010 a “[...] empresa tornou-se a maior empresa de carnes do mundo, com um faturamento de 55 bilhões de reais em 2010.” (BNDES, 2014, p. 8). No ano de 2024 o faturamento da JBS foi de 416 bilhões de reais.

O BNDES tornou-se uma importante fonte de financiamento para as indústrias, principalmente aquelas ligadas ao setor agroindustrial, após o ano 2000, quando inicia o processo de fusão e expansão de diversas empresas. O BNDES financia setores produtivos como do complexo suíno-avícola, porque são negócios geradores de emprego e de divisas em grande escala. “O BNDES participou em 2009 com R\$ 400 milhões para criação da BRF.” (BNDES, 2018). Além da BRF, a JBS também buscou recursos no BNDES nos últimos anos, “[...] a JBS, recebeu, no período entre 2003 a 2017, desembolsos do BNDES no valor total de R\$ 17,6 bilhões, equivalente a R\$ 31,2 bilhões em valores de hoje, e R\$ 9,5 bilhões foram em empréstimos.” (BNDES, 2022).

Tanto a BRF como a JBS, no período de 2010-2015 buscaram recursos no BNDES para ampliação de algumas unidades de abate, modernização, aquisição de máquinas e equipamentos (quadro 3, a seguir). Nesse período os investimentos ocorreram em Santa Catarina e também em outros estados, como: Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Quadro 3 - Operações diretas e indiretas não automáticas contratadas com o BNDES – Seara Alimentos (JBS) e BRF (2010-2015).

Empresa/Data da Contratação	Descrição do Projeto	Valor (R\$)
SEARA 13/07/2011	Ampliação de capacidade de abate de aves e suínos das instalações de Lapa/Paraná, Passos/MG; Uberaba/MG, Amparo/SP.	20.789.957
SEARA 29/06/2010	Financiamento de capital de giro	200.000.000
BRF 14/04/2015	Utilização do limite de crédito contratado para aquisição de matrizes de frangos, perus e suínos, e implantação modernização e expansão em 28 unidades da empresa, inclusive aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários a execução do projeto.	598.612.984
BRF 26/07/2011	Transformações de aviários de peru em aviários de frango nas propriedades de produtores integrados da BRF, localizados em diversos municípios do Paraná e que atende a unidade abatedora/frigorífica de Carambeí/PR	58.942.847
BRF 12/03/2010	Concessão de limite de crédito para financiar o plano de investimentos no período 2006-2009	29.464.800
	Total de recursos	907.810.588

Fonte: elaboração própria, com dados do BNDES (2025).

Da mesma forma, a Aurora Coop também buscou recursos do BNDES, tanto para expansão, ampliação, modernização das unidades de abate, como para compra de novos frigoríficos em outras cidades e estados, no período de 2015-2020 (quadro 4). Entre as cidades de Santa Catarina destacam-se Chapecó e Guatambu, e nos outros estados a cooperativa adquiriu frigoríficos no Rio Grande do Sul e no Paraná. “[...] no período de 2001 a 2016, por exemplo, os financiamentos a cooperativas agropecuárias foram de R\$ 27,8 bilhões.” (BNDES, 2018). No quadro 4 podemos visualizar os valores e projetos que a Aurora Coop buscou no BNDES.

Quadro 4 - Operações diretas e indiretas não automáticas contratadas com o BNDES – Cooperativa Aurora (2015-2020).

Data da Contratação	Descrição do Projeto	Valor (R\$)
23/12/2020	Ampliação e modernização da unidade de abates de aves do frigorífico aurora Guatambu/SC. Capital de giro associado.	30.000.000
22/12/2020		40.000.000
18/12/2020		40.000.000
27/11/2018	Ampliação do abate e cortes de suínos e da capacidade de produção de industrializados na unidade industrial frigorífica aurora Chapecó/ SC. Implantação da unidade disseminadora de genes, na granja aurora III; Construção de um novo laboratório de alimentos na unidade industrial frigorífica aurora Chapecó.	64.118.870
16/01/2018	Ampliação da capacidade de processamento de carnes suína da unidade industrial aurora Chapecó /SC; E frigorífico aurora Chapecó II, e implantação de uma subestação transformadora de energia e de uma linha transmissão de energia/Localizado em Chapecó/SC.	10.000.000
27/07/2017	Aquisição de um frigorífico de aves e um frigorífico de suínos em Erechim/RS, ambos ativos operacionais de propriedade da cooperativa tritícola Erechim – Cotrel, penhorados no âmbito de uma ação fiscal.	49.593.000
27/11/2015	Aquisição de um frigorífico de aves e de uma fábrica de rações em Mandaguari Paraná/PR, ambos de propriedade COCARI- Cooperativa agropecuária e industrial.	150.000.000
16/10/2015		50.000.000
18/06/2015	Aquisição de uma unidade de abate e industrializados de suínos pertencentes a massa falida da Chapecó Companhia industrial de alimentos, com capacidade para processamento e armazenagem frigorificada de aproximadamente 2.500 suínos/dia, além de uma granja e áreas de reflorestamento.	19.190.858
27/05/2015		14.477.037
21/05/2015		43.618.883
20/05/2015		122.713.222
	Total de recursos	1.713.711.870

Fonte: elaboração própria, com dados do BNDES (2025).

Dados do BRDE, das operações contratadas no período de 2016-2022, apresentam municípios da região oeste de Santa Catarina com grandes investimentos adquiridos com financiamento do BRDE. O município de Concórdia, no ano de 2018, conseguiu recurso via BRDE com fonte de recurso pela Caixa Econômica Federal, no total de R\$ 3.416.023,33 (BRDE, 2025). O município de Seara também localizado na região oeste de Santa Catarina, no ano de 2019, conseguiu recursos via BRDE de R\$ 3.646.800,00 e, pela Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)³¹, R\$ 1.141.920,00. Estes dados demonstram a grande participação do Estado como “investidor” no complexo produtivo suíno-avícola, principalmente com o aporte disponibilizado pelos Bancos de Desenvolvimento.

³¹A FINAME é uma empresa pública brasileira, subsidiária do BNDES.

Os Bancos regionais de desenvolvimento, em especial o BNDES, desempenham um papel importante para consolidação da dinâmica geoeconômica do complexo produtivo suíno-avícola, pois proporcionaram e continuarão proporcionando as condições para a consolidação do setor agropecuário da região. Através destes bancos, o Estado fornece as condições e o suporte para a continuidade dos modos de produção particulares (Santos, 1977).

4 A GEOECONOMIA DOS COMPLEXOS PRODUTIVOS SUÍNOS-AVÍCOLA APÓS O ANO 2000

Após o ano 2000, a região Oeste Catarinense apresentou transformações na sua geoeconomia, as agroindústrias ligadas ao complexo produtivo suíno-avícola, principiaram paulatinamente o processo de inserção ao capital internacional. Assim, as relações econômicas tornaram-se complexas e diversas.

Nessa seção, o objetivo é compreender a geoeconomia dos complexos produtivos suínos-avícola após o ano 2000. Para isso, dividiu-se a seção em diferentes tópicos: 3.1) sobre as fusões e incorporações; 3.2) a atuação dos atores econômicos; 3.3) os atores de pesquisa e desenvolvimento; 3.4) o complexo produtivo suíno-avícola: mercado interno, exportações e principais parceiros comerciais.

4.1 As fusões e as incorporações na região Oeste Catarinense

O movimento de fusões e formação de oligopólios na mesorregião Oeste Catarinense inicia-se com a abertura comercial e financeira das empresas ao capital internacional, no ano 2000. A abertura é o reflexo da nova conjuntura do capital financeiro globalizado.

As fusões das agroindústrias na região Oeste Catarinense foram marcadas no período de 2009 a 2013 (figura 17, f. 111), após essa data tivemos a consolidação desses oligopólios e a expansão para outros estados, como foi o caso do Sistema Cooperativo Aurora/Aurora Coop, que é formada atualmente por quatorze cooperativas presentes nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Neste sentido, Chesnais (1998, p. 93) destaca que: “O oligopólio é um lugar de concorrência encarniçada, mas também de colaboração entre grupos.” Destaca-se, também, que essas grandes empresas passaram por um complexo processo de transformação antes de tornarem-se grandes corporações. Assim, o processo acontece da seguinte forma:

A companhia multinacional invariavelmente começou por se constituir como uma grande empresa no plano nacional, o que implica, ao mesmo tempo, que ela é resultado de um processo, mais ou menos longo e complexo, de concentração e centralização de capital, e que, frequentemente se diversificou, antes de começar a se internacionalizar, que a companhia multinacional tem uma origem nacional, de modo que os pontos fortes e fracos de sua base nacional e a ajuda que tiver recebido de seu Estado serão

componentes de sua estratégia e de sua competitividade; que essa companhia é, em geral, um grupo, cuja forma jurídica contemporânea é a de holding internacional; e por fim, que esse grupo atuará em escala mundial e tem estratégias de uma organização estabelecida para isso. (Chesnais, 1998, p. 73).

Assim, a complexidade da corporação, resultado tanto da criação de novas firmas e estabelecimentos quanto da aquisição e das fusões, envolve uma gama variada de localizações e produtos. Essa complexidade implica um duplo modo de integração. De um lado, “[...] a integração administrativa e, do outro, a integração vinculada à produção, ou seja, a primeira é a integração territorial de gestão e a segunda, a integração territorial de produção.” (Corrêa, 2010, p. 222). Dessa maneira, na figura 17 é possível visualizar a estruturação oligopólica que se formou das empresas que atuam na região Oeste Catarinense:

Figura 17 – Estruturação dos oligopólios na mesorregião Oeste Catarinense.

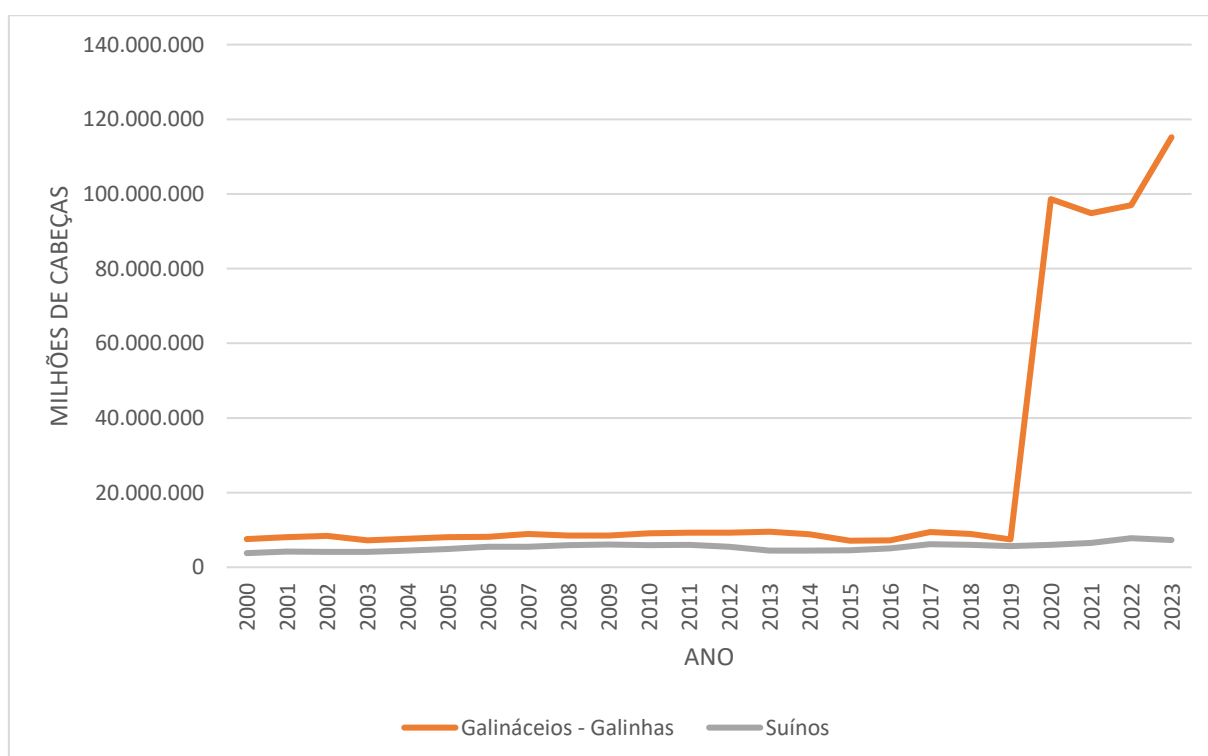


Fonte: elaboração própria.

A expansão das indústrias e o grande crescimento no mercado nacional e internacional deu início ao processo de fusão de outras empresas do ramo alimentício, na mesorregião Oeste Catarinense, como a Sadia e a Perdigão, ambas com objetivos de expansão, maior faturamento e melhoria da competitividade.

A fusão foi anunciada oficialmente em 2009 e deu origem à Brasil Foods S.A. — BRF, um dos maiores complexos agroindustriais do mundo. No ano de 2025, a BRF passa por uma nova mudança. A Marfrig e a BRF anunciaram a fusão de seus negócios com a criação da Global Foods Company (MBRF). A Seara Alimentos foi controlada pelo grupo Marfrig de 2009 a 2013. Em 2013, uma outra reestruturação importante aconteceu, a empresa passa a ser controlada pelo grupo JBS³². A fusão destas empresas promoveu o constante crescimento do número de suínos e galináceos de 2000 a 2019, com pequenas intercorrências nos anos de 2012 e 2013, conforme percebido na figura 18:

Figura 18 – Gráfico com número de suínos e galináceos na mesorregião Oeste Catarinense (2000-2023).



Fonte: IBGE (2025).

³²A JBS S. A. é uma multinacional de origem brasileira que é uma das líderes globais da indústria de alimentos. Com sede em São Paulo, a companhia está presente em mais de 20 países e 16 estados e Distrito Federal (JBS, 2025).

A produção de suínos teve uma queda no ano de 2012, devido ao custo da produção (principalmente pelo alto valor do milho e da soja). Já a produção de aves, teve uma queda significativa 2012-2013. Conforme relatório da Embrapa Suínos e Aves (2013), “[...] a avicultura e a suinocultura brasileiras foram muito pressionadas pelos preços do milho e da soja em 2012. O comportamento do mercado de grãos afetou os resultados dos dois setores.” Ainda segundo o relatório da Embrapa Suínos e Aves (2013, p. 7):

A pressão dos custos contribuiu para que o setor reduzisse a produção de carne de frango, que fechou em queda de cerca de 3%. Já a produção de suínos cresceu em torno de 2,5%, puxada principalmente pela recuperação das exportações no segundo semestre do ano, invertendo a tendência de queda. A avicultura perdeu receita nas exportações devido à crise econômica nos Estados Unidos e Europa, com queda nos preços médios pagos acima de 5%. O ano de 2012 também trouxe ainda preocupações quanto à competitividade da produção brasileira de suínos e aves.

Além dos estudos e pesquisas realizados pela Embrapa Suínos e Aves, a ABPA justificou as quedas de produção dos dois setores em 2012 no seu relatório de 2013. Conforme relatório anual da ABPA (2013, p. 5):

O ano de 2012 foi um dos mais desafiadores para o setor avícola brasileiro. Primeiramente, enfrentamos a estiagem no Sul do país e a escassez de soja, com elevação nos preços em mais de 100% nas várias praças brasileiras. Depois foi a vez do milho, com a quebra da safra norte-americana e a alta do preço do cereal superior a 40%, em plena safra.

A partir de 2019, o número de galináceos teve um crescimento exponencial na região Oeste Catarinense. Um dos fatores que favoreceram esse crescimento foi o aumento do consumo da carne de frango, pois mundialmente diminui-se o consumo e a produção de carne suína, devido a peste suína africana. Em 2023 tivemos outro salto do número de galináceos na região, com mais de 100 milhões de cabeças de galináceos, esse aumento deve-se ao status do sanitário, de livre de gripe aviária nas criações comerciais, e investimentos em sanidade animal pelo governo federal.

A mesorregião Oeste Catarinense em 2023, foi responsável por 81,7% da produção de suínos do estado de Santa Catarina e 77,2% da produção de frango do estado de Santa Catarina (Epagri, 2024, p. 124). As maiores empresas do ramo do complexo produtivo suíno-avícola da região Oeste Catarinense destacaram-se em 2015 entre as maiores processadoras de carne suína do mundo. “A JBS Foods

International ficou em segundo lugar e a BRF Brasil em décimo lugar.” (Guimarães *et al.*, 2017, p. 116).

A fusão das principais empresas do ramo agroalimentar da região Oeste Catarinense a partir de 2009, a diversificação da produção e maior competitividade das empresas, tanto no mercado nacional como internacional, permitiram que essas empresas se mantivessem como líderes globais nestes segmentos, apesar da crise. A globalização tornou possível essa expansão das indústrias nacionais e a formação dos chamados *holdings*³³ nacionais e globais, que mantêm seus centros de comando na região Sul e Sudeste do país (Santos; Silveira, 2008). A JBS S.A. é uma *holding* brasileira no setor de alimentos, reconhecida internacionalmente. Ela detém controle sobre diversas empresas do ramo, consolidando-se como uma das maiores produtoras de proteína animal globalmente.

Dessa forma, o complexo produtivo suíno-avícola permeou por essas transformações e passou a fazer parte da lógica global das grandes corporações instaladas na região. As relações econômicas que antes eram mais simples e locais são agora complexas e globais.

4.2 Os atores econômicos: BRF, JBS (Seara) e Aurora Coop

As três principais agroindústrias presentes na região Oeste Catarinense (BRF, - Sadia e Perdigão, JBS - Seara e Aurora Coop) formaram um complexo produtivo suíno-avícola que transformou as relações econômicas da região. A gênese dessa relação iniciou-se com a implantação da primeira agroindústria do Oeste Catarinense, a Perdigão em 1934. Posteriormente surgem outras agroindústrias: a Sadia em 1944, a Seara em 1956, e, anos mais tarde, a Cooperativa Aurora em 1969. Todas nasceram na região Oeste Catarinense. Em trabalho de campo e entrevistas realizados destaca-se que, a vocação do Oeste Catarinense para criação de aves e suínos começou com a fundação da Perdigão e da Sadia, além da antiga Chapecó Alimentos. A Aurora veio depois dessas empresas, criada 20 anos após Perdigão e Sadia, e 15 anos depois da Chapecó alimentos. Hoje, as fábricas da Chapecó Alimentos estão nas mãos da Aurora.

³³Empresa que detém e administra participações em outras empresas.

Ao longo dos anos, essas agroindústrias prosperaram, tornando-se grandes corporações, com atuação nacional e internacional. A participação internacional passa a ganhar destaque no ano 2000 em diante, com a fusão e incorporação dessas agroindústrias.

Esses atores econômicos produzem o espaço regional com ações voltadas para o desenvolvimento endógeno, mas também com grande influência exógena. Assim, “[...] essas corporações, nacionais e internacionais têm deixado marcas na econômica regional.” (Markusen, 2005, p. 65). Essas marcas são visíveis na região Oeste Catarinense.

Em entrevistas realizadas na região Oeste Catarinense, destaca-se que se criou na região um polo de agroindústrias e esse polo trouxe junto empresas e indústrias de máquinas e equipamentos. Chapecó destaca-se com a maior cadeia de indústrias de produção de máquinas para frigoríficos, é um polo regional de fabricantes de máquinas para frigoríficos com mais de 50 empresas/indústrias na região oeste de Santa Catarina.

A pequena produção mercantil fez surgir na região relações de produção capitalistas em um processo endógeno, portanto, gerando um processo histórico-geográfico que resultou numa trajetória de desenvolvimento rural e regional voltada para “dentro”. O que proporcionou a valorização dos recursos locais, devido ao predomínio de pequenas propriedades, caracterizada pela mão de obra familiar. Porém, vale destacar que o desenvolvimento regional pode ser condicionado ou subordinado, também, aos sistemas exógenos de controle e dimensão nacional ou internacional (Lastres, 2004, p. 8).

O desenvolvimento endógeno é notável na região. Esse desenvolvimento pode ser entendido como um processo no qual o crescimento econômico contribui para a capacidade da região de agregação e geração de valor da produção, além de absorção de excedentes econômicos gerados pela economia local e atração de excedentes de outras regiões (Amaral Filho, 2001). Nesse contexto, as dinâmicas regionais acabam refletindo a influência de políticas econômicas globais.

Conforme Amaral Filho (2001, p.262), “[...] o caráter endógeno desse processo não tem um sentido autocentrado na própria região ou no local.” Ou seja, esse processo de desenvolvimento endógeno está relacionado a outras escalas de análise, como o nacional e o global. Se nos primórdios do surgimento das agroindústrias a região Oeste Catarinense apresentou um modelo endógeno construído “de baixo para

cima”, ou seja, que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local, após os processos de fusões e da reestruturação e internacionalização da produção fatores externos passaram a atuar no desenvolvimento da região (Santos 1977).

As forças “centrípetas”, que de acordo com (Santos, 1997, p. 193) “[...] resultam do processo econômico e do processo social, e tanto podem estar subordinados às regularidades do processo de produção [...]”, essas que por sua vez, conduziram o processo econômico nos primórdios da formação da “região produtiva”, voltada para o local/regional, paulatinamente, sofreu influência de vetores externos (comércio global, sistema financeiro, competitividade, inovações).

Esses fatores externos estão diretamente relacionados ao conceito abordado por Milton Santos (1997) de forças centrífugas. “As forças centrífugas podem ser consideradas um fator de desagregação, retiram da região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali.” (Santos, 1997, p. 194). Ou seja, as normas, as relações comerciais, financeiras, além de novas técnicas e tecnologias, partem do modelo econômico hegemônico, o capitalismo globalizado, o que gera necessidade de inovações na região e também desigualdades sociais.

Essas relações com a região criam uma interdependência que conduz ao processo de “verticalização”. “As verticalidades dão, sobretudo, conta dos momentos da produção (circulação, distribuição, consumo). As verticalidades criam interdependências.” (Santos, 1997, p. 192). Dessa forma, as três principais e maiores agroindústrias da região Oeste Catarinense (BRF, JBS e Aurora Coop) seguem as normas de competitividade do comércio mundial de alimentos para sobreviver e continuar inseridas no mercado global de alimentos.

Com essas interferências externas, a “região produtiva”, ganha uma gama de indústrias ligadas ao complexo produtivo suíno-avícola. Além das agroindústrias presentes, com o abate de suínos e aves, essas trouxeram uma gama de indústrias ligadas a fabricação de equipamentos para aviários, chiqueiros, para o abate de suínos e aves e melhoramento genético. Muitas dessas indústrias passaram a atuar não somente no mercado interno, mas também para países da América Latina, como a JA Tecnologia em equipamentos industriais, localizada na cidade de Chapecó, especializada em fabricação de máquinas frigoríficas. A JBT Corporation, líder global de equipamentos para o setor de alimentos, na região Oeste Catarinense fornece máquinas e equipamentos para setor avícola e de suínos.

Chapecó, por sua vez, tornou-se um polo regional agroindustrial suíno-avícola da região Oeste Catarinense, com mais de 30 empresas ligadas à produção de equipamentos para frigoríficos, empresas que produzem máquinas para industrialização de carnes e abatedouros de aves e suínos.

Outras cidades da região Oeste Catarinense também se destacam na produção de máquinas para frigoríficos e para produção de ração. Entre as quais: Concórdia, Videira, Xanxerê e Xaxim, se destacam na produção de máquinas para o campo e máquinas para a indústria também. A Aurora Coop possui três fábricas especializadas em máquinas para fabricação/produção de ração em Xanxerê. Em Concórdia tem-se também a indústria Paludo de equipamentos para avicultura e suinocultura, que fabricam cortinados, comedouros, bebedouros, entre outros equipamentos, que atende todo o território nacional. Em Concórdia, também, a Westaves, empresa especializada em genética de frangos, tem parceria com a Embrapa Suínos e Aves na questão de genética, está expandindo sua atuação para outros países, entre eles a Angola.

O complexo produtivo suíno-avícola, tornou a região Oeste Catarinense competitiva nacionalmente, com a presença de agroindústrias, mas também de indústrias de máquinas e equipamentos necessários às operações deste complexo produtivo com modos de produção particular (Santos, 1977). A BRF S.A, JBS (Seara) e Aurora Coop desenvolveram na região uma estrutura socioeconômica agroindustrial suíno-avícola, com larga capacidade de produção e investimentos em tecnologias e inovações, “[...] técnicas que, aparentes ou não são um dos dados explicativos do espaço.” (Santos, 1994, p. 30).

As novas tecnologias das instalações das indústrias de processamento, e nas criações (alojamento) no campo, estão voltadas a estratégias de mercado e produção, já que após o ano 2000, a preocupação maior passa a ser com o bem-estar animal, segurança alimentar, menos uso de antibióticos e melhoramento genético. Dessa forma, as novas técnicas e tecnologias tornam-se concretas, “[...] essas técnicas se efetivam, em relações materiais ou não, que as presidem, o que nos conduz sem dificuldade à noção de modo de produção e de relações de produção.” (Santos, 1994, p. 30).

As figuras 19 e 20 (trabalho de campo, no município de Concórdia no dia 4 de outubro de 2024), adiante, trazem as tecnologias empregas na produção no campo,

no alojamento de suínos e aves com sistema automático de comedouros e bebedouros, bem como sistema de aquecimentos.

Conforme entrevista com agricultores e agricultoras da região Oeste Catarinense, no município de Concórdia, as novas tecnologias empregadas, tanto no setor de aves quanto no setor de suínos facilitou o trabalho. Esses agricultores relataram também que, se a empresa pede para mudar alguma tecnologia tem que mudar (se tiver só um silo tem que colocar três, tem que ter um bom cortinado, bom exaustor, para ter renda e dar lucro). Já na produção de suínos, as baias dos porcos são vazadas e não precisa limpar, além da alimentação ser automática.

Figura 19 - Sistema de comedouros automático em chiqueirões.



Fonte: acervo da autora.

Figura 20 - Sistema de aquecimento de aviários a lenha.



Fonte: acervo da autora.

Algumas desvantagens estão presentes na produção suíno-avícola, a falta de mão de obra no campo, o custo da produção, a falta de valorização do produto final, falta de investimento nos aviários e chiqueirões e não conseguir pagar ou ficar anos pagando por alguma compra. Em trabalho de campo no município de Concórdia, a maior preocupação dos agricultores era em investir em chiqueirões e aviários e não conseguir pagar, conseguir pagar. Demora em torno de 10 a 12 anos para pagar os chiqueirões e aviários para as firmas.

As propriedades em que foram realizadas as entrevistas em Concórdia, caracterizaram-se por serem familiar e compostas por um casal de idosos. Isso alerta para uma nova onda de êxodo rural. Como apontou um dos agricultores, o qual alertou que a propriedade vai parar, pois não tem ninguém para dar continuidade no negócio após a sua aposentadoria.

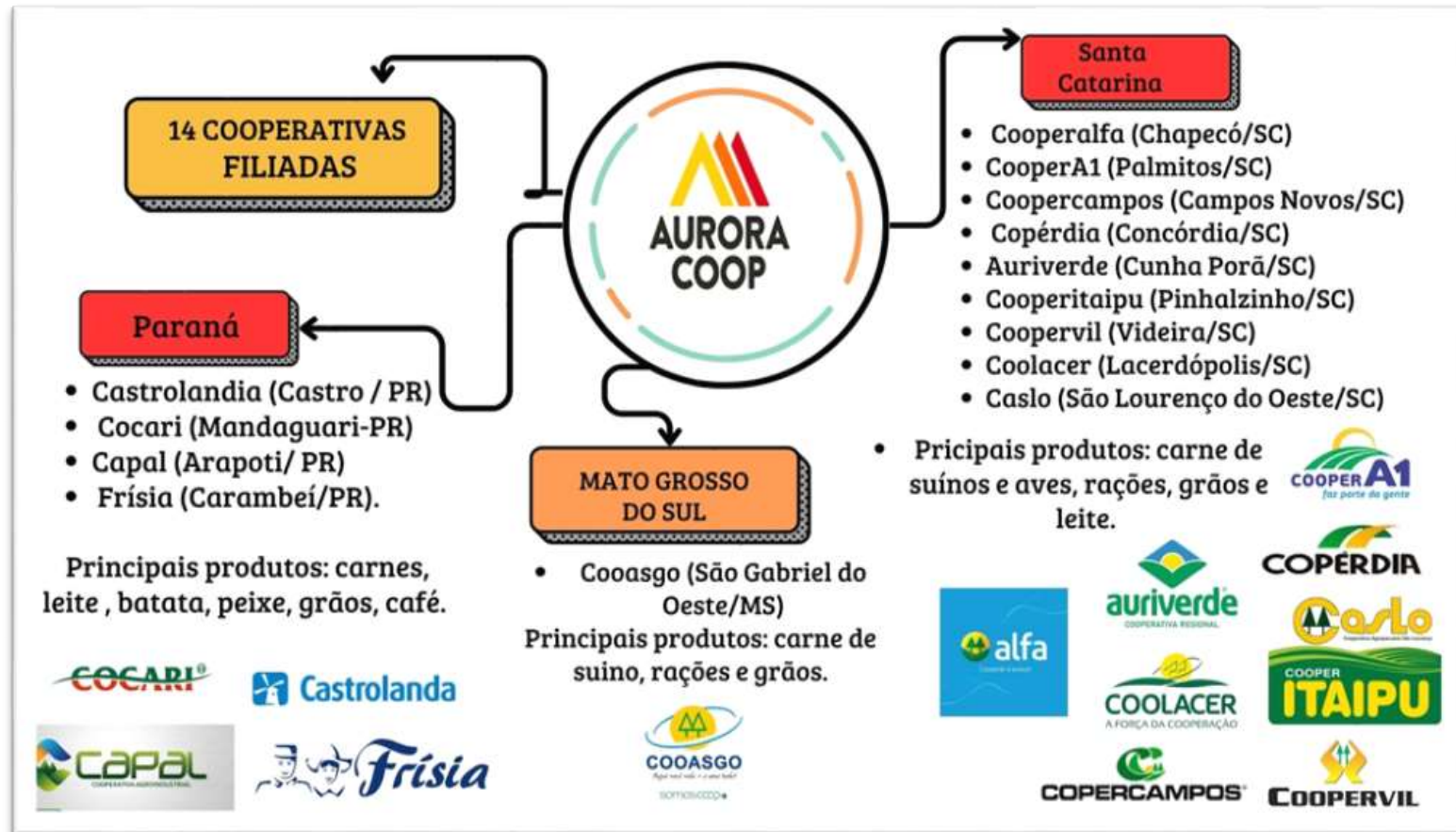
O entrevistado que trabalha com suínos, já trabalhou com aviários e foi integrado da Seara e JBS. Já o entrevistado que trabalha somente com aviário, desde o início trabalha com a Sadia (hoje BRF). Nessas entrevistas e trabalho de campo, destacou-se que a mudança da Sadia para BRF trouxe mudanças na forma de pagamento, na forma de produzir, proibição de vendas de aviários para outros agricultores, entre outras questões.

A produção de frango de corte para aviário de 100 metros com 16 mil frangos pode gerar um lucro estimado de 10 mil a 12 mil reais (por lote de frango). Em trabalho de campo obteve-se a informação que a BRF S.A está pagando 0,50 centavos por frango. Dessa forma, a BRF S.A. como ator econômico se insere na lógica global do mercado, e ao mesmo tempo que traz dinâmica geoeconômica para a região em estudo, também torna o agricultor dependente dessa lógica do mercado globalizado.

A Aurora Coop se destaca como ator econômico, formada por 14 cooperativas singulares presentes no estado de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Com o ingresso das três novas cooperativas paranaenses, em 2023, o Sistema Aurora Coop passa a contar com 14 filiadas: Cooperalfa (Chapecó/SC), CooperA1 (Palmitos/SC), Coopercampos (Campos Novos/SC), Copérdia (Concórdia/SC), Auriverde (Cunha Porã/SC), Cooperitaipu (Pinhalzinho/SC), Coogasgo (São Gabriel do Oeste/MS) Coopervil (Videira/SC), Coolacer (Lacerdópolis/SC), Caslo (São Lourenço do Oeste/SC), Castrolândia (Castro/PR), Cocari (Mandaguari-PR), Capal (Arapoti/PR) e Frísia (Carambeí/PR).

A partir de 2000 “[...] os investimentos e a expansão da Aurora estiveram em consonância com os investimentos das singulares, tornando o “Sistema Aurora” uma das organizações mais complexas do cooperativismo no Brasil.” (Padilha, 2019, p. 286). A Aurora Coop é formada por 33 unidades produtoras e 37 unidades comerciais, localizadas em diversos estados, duas sedes corporativas comerciais (Itajaí/SC e Guarulhos/SP) e uma sede administrativa em Chapecó. Na figura 21 apresenta-se um esboço geral e os principais produtos das cooperativas do sistema Aurora Coop.

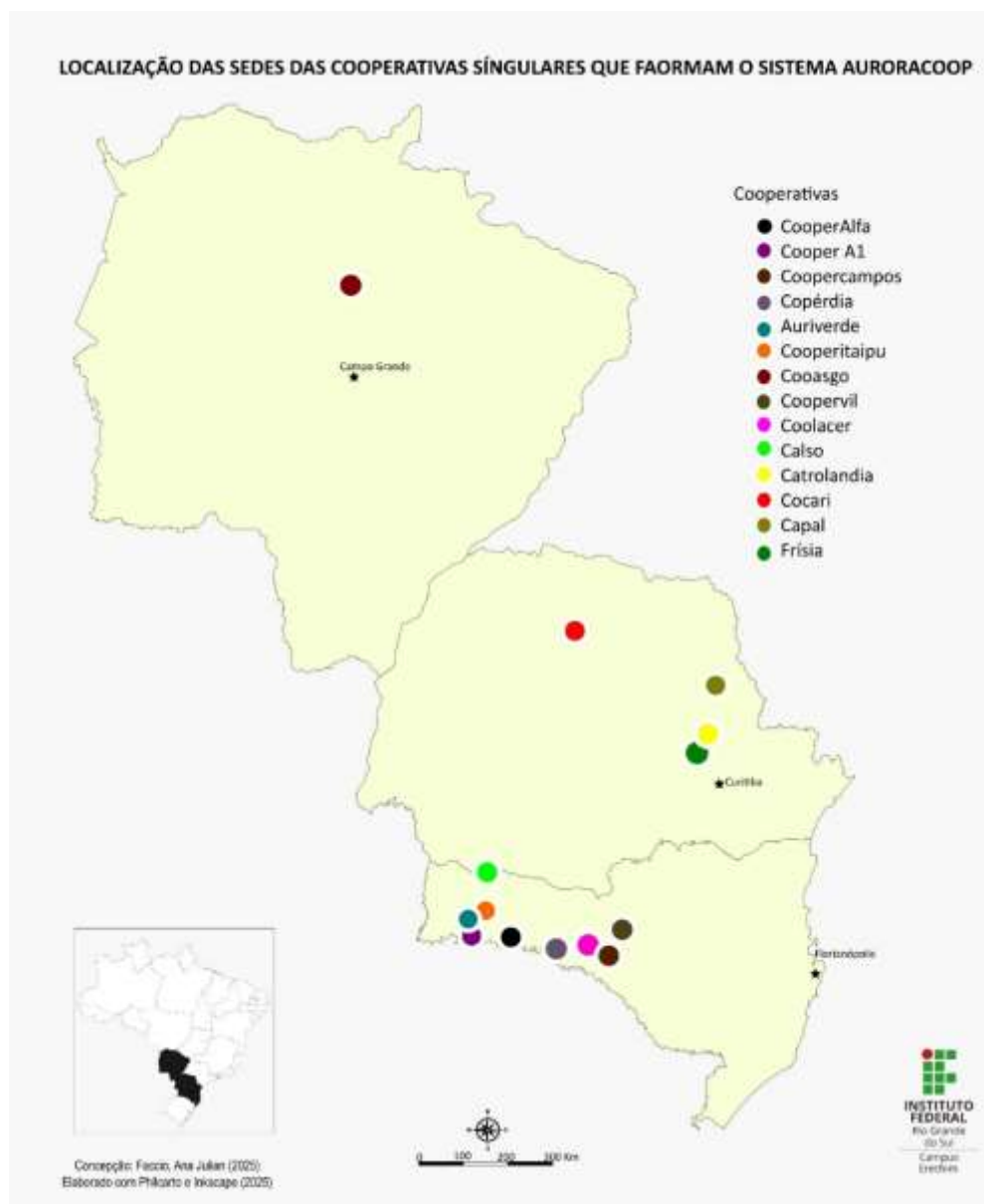
Figura 21 - Organograma das Cooperativas Filiadas no Sistema Aurora Coop.



Fonte: adaptado de Aurora Coop (2025).

Na figura 22, a seguir, apresenta-se a localização das sedes das cooperativas filiadas ao sistema Aurora Coop. Essas cooperativas estão ligadas a Aurora Coop, por meio do capital social.

Figura 22 - Localização das sedes das cooperativas singulares que formam o sistema Aurora Coop.



Fonte: Aurora Coop (2025).

Percebe-se que o sistema cooperativo Aurora forma um sistema cooperativo de grande importância geoeconômica para a região Oeste Catarinense. Além de ampliar sua atuação em diferentes segmentos, a Aurora expandiu a sua atuação. O conceito original da Aurora continua até hoje o mesmo, houve uma evolução no crescimento. A Aurora expandiu áreas de atuação, tinha uma base forte em Chapecó no oeste de Santa Catarina. Nos últimos 20 anos expandiu para Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul, que não era a base originária da formação da Aurora. Além de ampliar para outras cooperativas como, por exemplo, a Cotrel de Erechim/RS,

quando a Aurora passou a gerenciar as unidades industriais dessa cooperativa devido ao problema financeiro da Cotrel. A Cotrel fazia parte do sistema, quando a Aurora comprou a Cotrel em 2017 e as demais filiadas acabaram assumindo o campo da Cotrel.

Na década de 1990, a Aurora passou a atuar no setor de aves e, posteriormente, no setor de leite. Ampliando sua atuação no mercado regional e nacional. Em trabalho de campo e entrevista realizados em Chapecó, destaca-se que a principal mudança que ocorreu na Aurora, ao longo dos anos, é que a cooperativa atuava na sua base com suínos e passou a atuar em aves, em 1990, com a construção do frigorífico de Maravilha e passou a trabalhar com o processamento de leite, com a transformação da fábrica de sucos de Pinhalzinho em um laticínio. Há 18 anos atrás, em 2006, passou a atuar com leite. A aurora expandiu para outras fronteiras saindo do oeste de Santa Catarina.

No que tange as unidades industriais de produção, a Aurora Coop possui um total de 20 unidades industriais, especializadas nos segmentos de aves, suínos, leite e seus derivados e 120 filiais industriais de fábricas de rações, incubatórios e granjas. A Aurora Coop tem duas indústrias que produzem empanados e produtos cozidos e curados nas unidades de Chapecó (figura 7, f. 45) e uma unidade de processamento de leite e derivados de leite em Pinhalzinho.

A Aurora Coop vem destacando-se ano após ano (figura 7, f. 45). É a segunda marca de alimentos mais consumida no Brasil, atrás apenas da Seara Alimentos. A receita bruta anual também se destaca como podemos observar na tabela 1.

Tabela 1 - Receita bruta da Aurora Coop de 2021-2023.

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Bruta	7,7 bilhões	8,5 bilhão	8,9 bilhão	9,1 bilhão	10,9 bilhões	14,6 bilhões	14,6 bilhões	22 bilhões	21,7 bilhões

Fonte: elaboração própria, com dados de Aurora Coop.

Em 2023, com a receita bruta de R\$ 21,7 bilhões, a Aurora Coop teve a ampliação da capacidade industrial de abate de suínos de 12%. Os novos investimentos da cooperativa estão voltados para a ampliação de modernização das unidades fabris e aquisição de novas plantas industriais. Para isso, os investimentos foram de “R\$ 1,021 bilhão em 2021, R\$ 793,6 milhões em 2022 e de R\$ 939,1 milhões

em 2023, com previsão de mais R\$ 783,4 milhões em 2024.” (Aurora Coop, 2024). A Aurora Coop e a BRF estão entre as 20 maiores empresas de Santa Catarina, conforme levantamento do Grupo Amanhã (c2020), “[...] a BRF destaca-se em segundo lugar e a Aurora Coop em quarto lugar.”

A pandemia de covid-19 não impossibilitou às três principais agroindústrias da região expandirem seus mercados e inovarem em novos produtos, mas por outro lado, no ano 2020 o desafio foi manter a produção dos alimentos, já que muitas plantas industriais tiveram que ser fechadas temporariamente. Conforme relatório de atividades de 2020 da Embrapa Suínos e Aves (2021, p. 6, tradução nossa), “[...] o mercado mundial de carne começava a se recuperar das consequências da Peste Suína Africana na China em 2018 quando surgiu a pandemia da covid-19.” As indústrias passaram a adotar protocolos para minimizar os efeitos da pandemia. A figura 23 (foto de trabalho de campo, no município de Chapecó, no dia 4 de setembro de 2024) mostra uma unidade da Aurora Coop:

Figura 23 - Unidade da Aurora Coop em Chapecó.



Fonte: acervo da autora.

A BRF S.A., em 2020, teve um lucro líquido de R\$ 1,4 bilhão, além de lançar mais de 280 novos produtos de valor agregado. De acordo com relatório anual da BRF (2020, p. 5), no ano de 2020, “[...] foi implementado novas tecnologia em granjas, fábricas e na área de logística para evoluir cada vez mais no conceito da indústria 4.0 e conquistar o melhor aproveitamento de matérias-primas e reduzir custos operacionais.” Já a Seara Alimentos (JBS), em 2020, lançou mais de 200 produtos inovadores para os mercados brasileiro e internacional. No mesmo ano outra inovação foi “o lançamento da primeira ave orgânica do Brasil³⁴” (JBS, [2025a]).

Em 2021, a BRF teve um faturamento de R\$ 48,343 bilhões. E, no ano de 2023 a BRF S.A. teve um lucro líquido de R\$ 823 milhões. Segundo relatório anual de (BRF, 2023, p. 7), foram conseguidas “[...] 66 novas habilitações para exportações conquistadas para América Latina, Ásia, África do Sul e Europa.” Em 2023, a BRF passou a contar com um acionista majoritário, a Marfrig Global Foods S.A., que passou a comandar 50% das ações da empresa, conforme mostra a tabela 2:

³⁴Outra inovação de 2020 foi o lançamento da primeira ave orgânica do Brasil para festas de final de ano. Atendendo aos novos hábitos de consumo, a marca desenvolveu o Fiesta Seara Orgânico, aves são criadas soltas, sem uso de hormônios e com acesso a áreas externas. A alimentação é composta por grãos não transgênicos, 100% orgânicos, vitaminas e minerais. As embalagens trazem o selo IBD – maior certificadora de produtos orgânicos e sustentais da América Latina -, além do QR Code de rastreabilidade, que permite ao consumidor conhecer todas as etapas de criação e de produção do alimento que está consumindo (JBS, [2025a]).

Tabela 2 - Acionistas da empresa BRF S.A. em 2024.

Dia 11 de outubro de 2024	AÇÕES (R\$)	%
Marfrig Global Foods S.A.	849.526.130	50,49
SALIC empresa Saudita	185.556.900	11,03
Caixa de Previd. dos Func. Do Banco do Brasil	103.328.121	6,14
Administradores	-	-
Conselho de Administração	4.300	0,00
Diretoria	396.991	0,02
Ações em tesouraria	44.306.771	2,63
Outros	499.354.033	29,68
Total	1.682.473.246	100,00

Fonte: BRF (2024).

Conforme Souza (2023), “[...] o aumento de participação na BRF foi negociado em maio deste ano [2023], quando a Marfrig anunciou uma injeção de capital de R\$ 4,5 bilhões na BRF em conjunto com a empresa saudita Salic”. Dessa forma, a BRF poderá ser incorporada pelo grupo Marfrig Global Foods S.A. Como aponta uma notícia publicada em 2022 na InfoMoney, “[...] o avanço da Marfrig sobre a BRF, pode ter como cenário mais provável uma possível fusão entre as empresas.” (Carvalho; Petry, 2022). Este cenário se concretizou no dia 15 de maio de 2025, quando foi anunciada a fusão da Marfrig com a BRF, formando a MBRF.

Dessa forma, com a maioria das ações do grupo BRF, a Marfrig Global Foods S.A. ganha força no mercado global de alimentos. A Marfrig Global Foods S.A. já atuou na região Oeste Catarinense, quando comprou em 2009 a Seara Alimentos, e anos mais tarde, em 2013, vendeu a mesma para a JBS. Percebe-se que tanto a Marfrig Global Foods S.A. como a JBS S.A. formaram um oligopólio de proteína animal, sobretudo de suínos e frangos na região.

A Marfrig é a maior produtora de hambúrguer do mundo e com a maior participação em ações na BRF passa a atuar no mercado de aves e suínos. E a JBS tem o foco em bovinos e aves, com a Seara. Assim, a região Oeste Catarinense apresenta grande importância geoeconômica ao fazer parte das estratégias de expansão e atuação dessas empresas no mercado nacional e global.

A BRF S.A. também se destaca como ator econômico com a sua atuação na região. Conforme notícia publicada na sala da imprensa da BRF (2021), “Concórdia tem a maior unidade da BRF em Santa Catarina, com quase 6 mil colaboradores. A BRF responde por quase 50% da arrecadação de ICMS do município.” A planta conta com um abatedouro de frangos para exportação e mercado interno, e abatedouros de suínos, com o maior volume destinado para matéria prima de industrializados, entre eles presunto cozido, presunto, salsicha, salame inteiro e fatiado, mortadela, patê, linguiça cozida e linguiça fresca. A figura 24, foto de trabalho de campo, no município de Concórdia, no dia 10 de maio de 2025, mostra uma unidade da BRF S.A.

Figura 24 - Unidade industrial da BRF S.A. na cidade de Concórdia/SC.



Fonte: acervo da autora.

A unidade de Chapecó, da BRF, destaca-se pela produção de frangos, empanados, presunto e peito de peru fatiado, entre outros. Conforme notícia publicada na sala da imprensa da BRF (2022), “[...] a unidade da BRF de Chapecó é a primeira a contar com a certificação de bem-estar animal para abate de perus. Esta é a única produtora catarinense deste tipo de animal.” Na figura 25, unidade da BRF S.A, em foto de trabalho de campo, no município de Chapecó, no dia 4 de setembro de 2024.

Figura 25 - Unidade industrial da BRF S.A. na cidade de Chapecó/SC.



Fonte: acervo da autora.

A JBS, dona da Seara Alimentos, que atua na região do Oeste Catarinense desde 2013 quando comprou a Seara da empresa Marfrig, atua em diversos municípios de Santa Catarina e de acordo com a revista Exame. “[...] somente em Santa Catarina, a JBS mantém mais de 30 operações da Seara em 18 municípios, entre unidades produtivas de aves, suínos, industrializados, fábricas de ração, entre outras.” (Reuters, 2019).

Entre as mudanças projetadas para o ano de 2022 e 2023, a empresa pretendia investir na modernização da Seara Alimentos, que segundo Wesley Batista Filho, em entrevista à Moneytimes (Reuters, 2022), “[...] a unidade de aves, suínos e alimentos processados da empresa no Brasil terá o parque fabril ‘mais moderno’ com os investimentos realizados.” Os investimentos estavam previstos, também, para a região sul do Brasil e, especificamente para Santa Catarina, a construção de duas fábricas de ração na região norte do estado, na cidade de Itaiópolis/SC.

Na região Oeste Catarinense, em 2021, a Seara Alimentos ampliou sua fábrica em São Miguel do Oeste para aumentar a capacidade de abate: “[...] a empresa irá ampliar a capacidade de abate atual de 2.500 para 4.500 suínos por dia, com

investimento estimado de R\$ 47 milhões.” (Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, 2021).

Em Concórdia, a Seara Alimentos atuava no ramo de aves, com diversos produtores integrados até o ano de 2013, quando a JBS comprou a Seara da Marfrig, fechou todos os aviários da região. Conforme relato em trabalho de campo no município de Concórdia, a JBS comprou a Seara e fechou vários aviários na região de Kenedy Concórdia. Era uma região de aviários, que criavam frangos grill. A JBS fechou mais de 20 mil aviários na região, todos reformados.

Como resultado dessa reestruturação, muitos agricultores abandonaram suas granjas avícolas e outros encontraram novas empresas para continuar no setor avícola, incluindo a BRF. As unidades industriais da Seara Alimentos na região Oeste Catarinense estão localizadas em Ipumirim, Itapiranga, Salto Veloso, São Miguel do Oeste e Seara, como pode-se observar no mapa (figura 26), que abriga o maior complexo industrial da Seara em Santa Catarina.

Figura 26 - Localização das unidades industriais da Seara Alimentos no Oeste Catarinense.



Fonte: Seara Alimentos (2024).

Conforme o diretor da unidade da Seara no município de Seara, em entrevista concedida a Folhasete (Maior..., 2024):

No município de Seara temos o maior complexo fabril de produção de alimentos da nossa companhia em Santa Catarina, com cerca de quatro mil colaboradores. É a única planta que integra a produção de cortes de aves, suínos e processados. Somos abastecidos por uma rede com mais de 850 produtores integrados (aviários e granjas de suínos), além de termos no entorno 14 empresas prestadoras de serviço que geram 200 empregos indiretos. Somos a maior empresa em arrecadação de impostos do município de Seara e estamos entre as maiores do Estado. Em nível de Santa Catarina, temos uma movimentação equivalente a 2,08% do PIB e somos a maior geradora de empregos, com 24 mil colaboradores. (Maior..., 2024).

Tanto a Seara quanto a BRF são importantes atores econômicos em suas cidades de origem (Seara e Concórdia) e na região. As duas destacam-se por somar maior arrecadação de impostos para esses municípios. Conforme a entrevista concedida a Folhasete (Maior..., 2024), o diretor da unidade da Seara em Seara/SC, afirma que: “[...] a região é de extrema importância para as nossas operações.” Ou seja, a região está articulada espacialmente e economicamente com o complexo produtivo suíno-avícola, com relações econômicas que abrangem uma cadeia produtiva complexa e longa, com diferentes atores atuando neste processo.

A região Oeste Catarinense destaca-se na produção de aves e suínos: “[...] é no Oeste que fica a grande concentração de aves e de suínos do Estado, com 73% das aves comerciais e 75% dos suínos”, segundo a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC, [2022-]). Assim, a atuação dos atores econômicos, BRF S.A., Seara Alimentos, Aurora Coop, nesta região dá-se vertical e horizontalmente, com relações complexas e diferentes ações escalares articuladas. Bem como, com a estrutura organizada em prol das agroindústrias em mudança contínua, com relações de cooperação e competição entre esses agentes econômicos, que, por sua vez, acabam interferindo na configuração espacial, organizacional e nos processos econômicos da região.

Essas agroindústrias se destacam como importantes atores econômicos dinamizadores da região Oeste Catarinense, promovendo importantes ganhos geoeconômicos e significativas relações de produção, relações estas que tornam esse espaço produtor de demandas de atores endógenos e exógenos.

4.3 Os atores de pesquisa e desenvolvimento

Nesta subseção, será discutido o papel dos atores envolvidos em pesquisa e inovação na região Oeste Catarinense, como a Embrapa Suínos e Aves e a Epagri, que se dedicam à pesquisa e à extensão. Também, serão mencionadas as associações ACCS, que atende a demanda dos agricultores, e ACVA que está comprometida com as agroindústrias.

4.3.1 Embrapa Suínos e Aves empresa pública de pesquisa e inovação

Na década de 1970, com o avanço da modernização da agricultura no Brasil, eram necessários investimentos em pesquisa para acompanhar o desenvolvimento da agricultura. Foi nesse período que surgiu a Embrapa no Brasil, vinculada ao Ministério da Agricultura. “Em 7 de dezembro de 1972, o então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, sancionou a Lei nº 5.851, que autorizava o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).” (Embrapa, [2025]).

A Embrapa veio para suprir as necessidades de desenvolver pesquisas e produzir conhecimentos, para o desenvolvimento agrícola e apoio técnico e científico para o setor agrícola. Em 1974 foram criados os primeiros centros especializados em pesquisas, entre eles a Embrapa Trigo (em Passo Fundo/RS), a Embrapa Arroz e Feijão (em Goiânia/GO), entre outras.

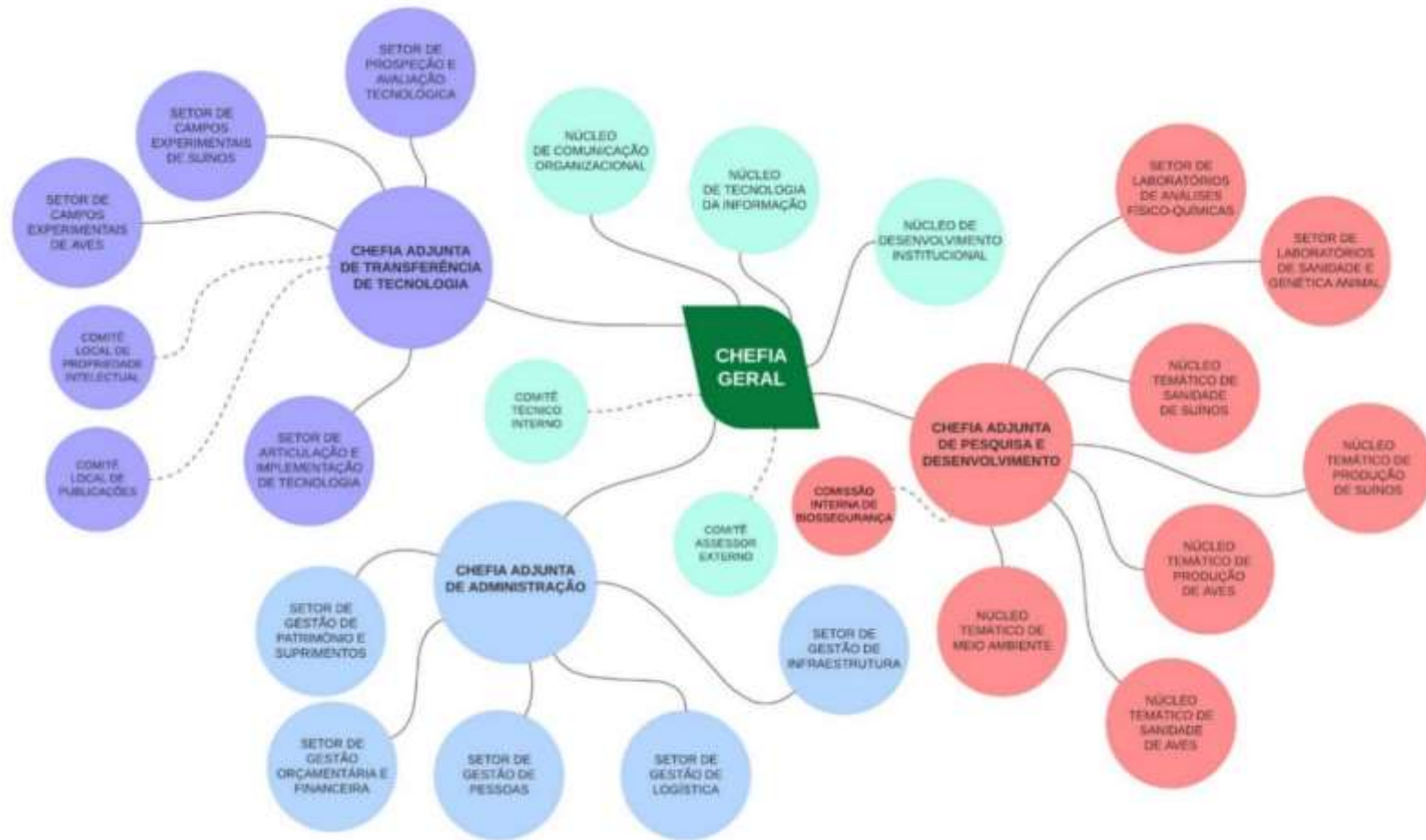
Na década de 1960 e 1970 a Região Sul do Brasil apresentava expansão na produção de suínos e aves. Especialmente na região Oeste Catarinense, que iniciou esse modelo de produção no Brasil. Nessa região, em 1975, surge a Embrapa Suínos. “Em 1978, o Centro recebeu também a incumbência da pesquisa em aves, passando a se chamar Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves, ou Embrapa Suínos e Aves.” (Embrapa, [2025]).

Atualmente 41 pesquisadores, 43 analistas, 48 assistentes e 25 técnicos atuam na Embrapa Suínos e Aves, e sua estrutura de organização e funcionamento é dividida em diferentes segmentos, chefia geral e chefia de pesquisa e desenvolvimento, chefia de transferência de tecnologia e de administração, que coordenam vários núcleos e setores.

O papel fundamental da Embrapa Suínos e Aves é fazer pesquisas voltadas ao controle de doenças, aperfeiçoamento de rações e melhoria genética de aves e suínos, política públicas, entre outros. A partir de 2020, a Embrapa Suínos e Aves passou a focar na inovação. O progresso técnico para inovações no ramo suíno-avícola, promovido pelo trabalho da Embrapa, impacta diretamente na região.

As pesquisas da Embrapa Suínos e Aves são financiadas por recursos públicos e com parcerias da iniciativa privada. Em questionário e visita técnica realizada na Embrapa Suínos e Aves, além de recursos da própria empresa, a Embrapa participa de editais de fontes de financiamento de pesquisa (FINEP, CNPQ, Fundações de pesquisas estaduais, etc). Existem parcerias com a iniciativa privada no formato de Acordo de Cooperação Técnica, Acordo de Cooperação Técnica e Financeira e Prestação de Serviços de Pesquisa e Transferência de Tecnologia. As parcerias ocorrem com entidades representativas e empresas das cadeias produtivas de Suínos e Aves. Além destas fontes de recursos a Embrapa Suínos e Aves acessa Emendas Parlamentares. A figura 27, adiante, mostra como é a estrutura organizacional da Embrapa Suínos e Aves.

Figura 27 - Organograma da estrutura e organização da Embrapa Suínos e Aves.



Fonte: Embrapa Suínos e Aves (2025).

Em relação aos projetos de pesquisa, a Embrapa Suínos e Aves foca nas principais demandas do complexo produtivo suíno-avícola. A partir de visita técnica realizada na Embrapa em Concórdia, destacam-se os principais processos e produtos que derivaram das pesquisas após o ano 2000, em termos de áreas do conhecimento, e a sua contribuição em temas tais como sanidade e meio ambiente, onde a apropriação privada do conhecimento é mais limitado e a dependência da participação da pesquisa pública mais relevante.

As pesquisas voltadas para inovação têm parceiras com agroindústrias, entre elas a BRF e a Cooperdia, que faz parte do sistema Aurora Coop. No ano de 2000, além das parcerias com a BRF, a Embrapa fez parcerias para desenvolver projetos com o BNDES e com a ABPA.

A Embrapa como um ator de pesquisa, promove inovação e novas tecnologias que geram ganhos econômicos para o complexo produtivo suíno-avícola da região Oeste Catarinense, bem como, atua como agente de desenvolvimento ao trazer soluções para a produção suíno-avícola, cria aplicativos para desempenho econômico e financeiro dos produtores integrados ao processo produtivo de aves e suínos e, principalmente, busca soluções ambientais e sanitárias para dar continuidade na integração da região ao mercado global de alimentos.

Uma das soluções técnicas demandadas pelos produtores de suínos e frango de corte foi a criação de um aplicativo, para ajudar produtores integrados e a assistência técnica na gestão da granja. Com o aplicativo “Custo Fácil”, é possível organizar os dados e gerar as informações necessárias para estimar o custo de produção, a rentabilidade e a geração de caixa dos integrados com contratos de parceria e comodato.

Em relação a produção suíno-avícola da região Oeste Catarinense, conforme resposta ao questionário e visita técnica realizada na Embrapa, a tendência é que a mesma continue aumentando em termos de animais abatidos e em termos de escala, ou seja, cada vez menos produtores, mas com maior número de animais. Além disso, granjas em grande escala com uso de tecnologia de automação, visando melhor controle do ambiente, da sanidade e do menor uso de mão de obra representam avanço, assim como aproveitamento dos resíduos como fonte de energia.

A relação que a Embrapa possui com a região, tanto em questões de pesquisas como de parcerias com indústrias, impacta indireta e diretamente na dinâmica geoeconômica, pois as soluções encontradas nas pesquisas geraram abertura comercial da região, principalmente quando contribuiu para o estado de Santa Catarina e a sua região oeste teve a certificação de zona livre de febre aftosa sem vacinação.

A partir deste momento, os mercados internacionais abriram para o estado de Santa Catarina e, conforme os pesquisadores da Embrapa na visita técnica realizada, a partir do certificado de zona de estado livre de aftosa, todos os mercados se abriram e a suinocultura começou a progredir e a Embrapa ajudou nesse processo.

A Embrapa atua como ator de pesquisa e desenvolvimento, na medida em que promove constante melhorias nos fluxos de exportação das empresas privadas, na rastreabilidade da cadeia produtiva, bem como na formulação de instruções normativas junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

Em relação às exportações das empresas privadas, a Embrapa atua nos processos e práticas, ou seja, atua para melhorar o processo de exportação, quando elas são travadas por agentes externos. A Embrapa também colaborou com a modernização do sistema de gestão federal do MAPA. Os trabalhos iniciaram em 2012 e culminaram em uma instrução normativa, para melhorar as análises de risco dentro de cada frigorífico, identificando o que realmente importa na fiscalização e inspeção federal, para que os fiscais tenham foco no que interessa para o consumidor.

Assim, com a nova instrução normativa terá uma melhora nas práticas agropecuárias, aperfeiçoamento da gestão, e as empresas passam a ser responsáveis pela qualidade do produto, o que antes era função do fiscal agropecuário. Destaca-se também que a BRF foi pioneira nesse novo processo de gestão e fiscalização desenvolvido pela Embrapa.

Além da atuação junto ao MAPA, a Embrapa também atua em parcerias com o setor privado de melhoramento genético de aves, com a empresa West Aves. Essa empresa foi fundada em 2017, com a matriz na cidade de Concórdia. A West Aves implementou uma granja de reprodução no município de Piratini/RS, seguindo todos os requisitos técnicos e de biossegurança. Também, disponibilizou outras infraestruturas, como incubatório e fábricas de ração, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para multiplicação dos produtos genéticos da Embrapa.

Além disso, dentro da Embrapa Suínos e Aves está estabelecido o Centro de Diagnóstico de Saúde Animal (CEDISA), que atua desde 1989. Este centro diagnóstico (figura 28, foto de trabalho de campo, no município de Concórdia, no dia 4 de dezembro de 2024) é uma entidade independente que foi incubada na Embrapa, o conhecimento gerado no diagnóstico animal foi internalizado e transformado nesta organização.

Figura 28 - Centro de Diagnóstico de Saúde Animal.



Fonte: acervo da autora.

Em visita técnica realizada na Embrapa, os pesquisadores destacaram que a CEDISA é o braço de transferência de tecnologia e prestação de serviços para o setor privado, que veio para suprir a necessidade de fazer diagnósticos para empresas, pois o papel da Embrapa não era prestar esse serviço, mas sim fazer pesquisa. Dessa forma, a CEDISA foi criada para desenvolver técnicas de diagnóstico para repassar ao setor privado.

A CEDISA presta serviço por demanda para o setor privado, com mais de 30 auxiliares, atua com diagnósticos e monitoramento de doenças de aves e suínos para todo o Brasil. Outros pontos importantes de atuação da Embrapa são na área

ambiental, com projetos ligados à estação de tratamento de dejetos de suínos, licenciamento ambiental, entre outros.

Em relação aos dejetos de suínos, são coletados dados sobre a vazão, os sólidos, a parte líquida, que permite fazer experimentos e também gerar biogás. O aperfeiçoamento no tratamento dos dejetos gera aproveitamento e tratamento do biogás (figura 29, adiante). Outro ponto importante enfatizado pelos pesquisadores da Embrapa é o trabalho de aperfeiçoamento de equipamentos principalmente para aviários, já que esses produzem amônia. O foco da Embrapa é controlar esse ambiente para a produção de amônia dentro da produção de frangos e aperfeiçoando equipamentos, para medir o impacto ambiental, garantir o bem-estar animal e a produtividade das instalações.

Além disso, as pesquisas da Embrapa estão na área de gestão ambiental com o desenvolvimento de um software pela empresa Sistema de Gestão Ambiental da Suinocultura (SGAS). Este software permite o licenciamento ambiental junto ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina e que os produtores rurais realizem cálculos para determinar oferta, perdas e concentração de nutrientes em efluentes da suinocultura, consumo de água, tratamento de efluentes e capacidade de alojamento de animais na granja. Em Santa Catarina, o SGAS é um instrumento oficial para licenciamento ambiental. Na figura 29 (foto de trabalho de campo, no município de Concórdia, no dia 4 de dezembro de 2024), a Estação de tratamento de dejetos de suínos da Embrapa Suínos e Aves:

Figura 29 - Estação de tratamento de dejetos de suínos da Embrapa Suínos e Aves.



Fonte: acervo da autora.

No que tange a questão de melhoramento genético, a Embrapa tem um programa de melhoramento genético para suínos e aves. Em visita técnica realizada à Embrapa Suínos e Aves, os pesquisadores destacaram que a Embrapa competia mais no mercado da genética com empresas brasileiras e que o programa hoje se reduziu para a conservação do recurso genético e para fomentar programas de melhoramento de material básico.

A Embrapa Suínos e Aves desempenhou um papel crucial para empresas agroindustriais como Sadia, Perdigão e Seara, porém foi deixada no limbo. Devido ao processo de sucateamento da Embrapa por políticas governamentais de Estado mínimo dos anos de 1990, nos governos Collor e FHC, e, recentemente, nos anos de 2017 a 2022, a Embrapa perdeu a liderança na genética. A escassez de investimentos em pesquisas levou a Embrapa a buscar alternativas para prosseguir com seus estudos, como parcerias com o setor privado.

A Embrapa foi essencial no sistema nacional de inovação de genética no início da produção suíno-avícola na região Oeste Catarinense, com “um conjunto de técnicas particulares” (Santos, 1994), que modificaram o espaço da região Oeste Catarinense. Um dos motivos para fundação da Embrapa, em 1975, foi devido a

pressão do grupo Sadia, representada na época pelo senador Atílio Fontana, fundador do grupo, que precisava de pesquisas ligadas a melhoramento genético. A empresa passaria a ter maior rentabilidade e acumulação de capital devido a novas e velhas técnicas implantadas pela Embrapa, ou seja, “[...] combinação, num lugar, de técnicas de idades diferentes, significa, em cada momento histórico, possibilidade local de acumulação do capital em virtude da rentabilidade diferencial devida aos modos de produção concreto.” (Santos, 1994, p. 30). Dessa forma, percebe-se que a inovação nacional é impulsionada pela Embrapa e depois as empresas privadas se apropriam da tecnologia.

As empresas de genética do Brasil, em sua maioria, foram compradas por empresas globais, o que tornou difícil a competição nacional, principalmente dos programas da Embrapa. O programa de melhoramento genético de aves da Embrapa foi forte nos anos 1980 até 2004, após as empresas de genética global passarem a atuar fortemente.

Vale ressaltar que, as agroindústrias como JBS e cooperativa Aurora Coop compram a genética de suínos e aves das empresas globais de genética com multiplicação aqui no Brasil. Já a BRF, como ressaltam pesquisadores da Embrapa, têm um programa próprio de suínos.

Em relação ainda à genética de aves, a líder global Aviagen Group atua em todo mundo vendendo genética de aves. A Embrapa resgatou um programa de melhoramento genético de aves em parceria com a West Aves, em 2022. A empresa West Aves vende para um mercado “paralelo”, não para as grandes agroindústrias, além de possuir uma grande área de melhoramento com genética da Embrapa.

No ano de 1999 a Embrapa Suínos e Aves desenvolveu o frango de corte industrial Embrapa 021, que é um híbrido duplo, com melhor ganho de peso. Em 2001 a Embrapa desenvolveu uma poedeira para sistemas comerciais a Embrapa 031 (imagem 130). As duas foram exportadas para a Angola por meio da parceria da Embrapa com a empresa West Aves, sendo um marco da exportação de genética.

Figura 30 - Genética de Aves desenvolvida pela Embrapa Suínos e Aves.



Fonte: elaboração própria, a partir de Embrapa suínos e Aves (2025).

A Embrapa mantém um programa na genética de suínos para atender pequenos produtores para o mercado brasileiro, com raças puras e híbridas e possui raças puras de suínos, com dois que são chamados de ativos tecnológicos, que são linhas de reprodutores para abate e uma linha de fêmeas para fazer o leitão para o abate. Em visita técnica realizada na Embrapa, os pesquisadores ressaltam que nos frigoríficos não tem raça pura sendo abatida, pois a raça pura dá 20% a 30% menos de desempenho que um híbrido.

A Embrapa desenvolveu em 2008 um reprodutor híbrido chamado MS -115, com melhor quantidade de carne e livre do gene halotado, que está ligado ao estresse nos animais e qualidade da carne. Em 2014 desenvolveu uma fêmea (MO25C) direcionada para os sistemas de produção que abastecem supermercados, restaurantes, entre outro (figura 31). Este material da Embrapa está alojado com pequenos produtores independentes que somam 700 mil matrizes com genética de suínos da Embrapa.

Figura 31 - Genética de suínos desenvolvida pela Embrapa Suínos e Aves.



Fonte: elaboração própria, a partir de Embrapa suínos e Aves (2025).

O processo de desnacionalização da indústria nacional da genética de aves e suínos ocorreu nos anos 1990, mesmo período da internacionalização dos grupos agroindustriais. Portanto, é um movimento conjunto de desnacionalização, fusões e internacionalização das indústrias nacionais.

Neste processo a Embrapa também há perda recursos e a atuação em parcerias com empresas. Uma das formas de projetos são os cofinanciados. Em trabalho de campo e visita técnica realizados na Embrapa pode-se compreender o que são esses projetos. São acordos cooperação técnica e financeira com uma indústria ou cooperativa; o recurso financeiro é alocado pelo parceiro através de uma fundação de apoio que faz a gestão dos recursos, assim, o recurso não vai diretamente para a Embrapa nessas relações. Nessa relação, a Embrapa entra com o aporte técnico, pesquisadores, laboratórios entre outros recursos. Em 2024 a Embrapa possuía parceria com mais de quarenta instituições, entre elas universidade públicas, institutos federais, cooperativas (dentre elas a Aurora Coop) e entidades representativas, entre as quais a ABPA.

Nos últimos dez anos, alguns fatores favoreceram o processo de aumento de produtividade no setor suíno-avícola entre eles: modificação das instalações

(estruturas pré-moldadas); facilidade no financiamento dessas estruturas; controle da produção e dos dejetos; mas o principal ponto foi, segundo os pesquisadores da Embrapa, a certificação do estado de Santa Catarina, em 2007, como estado livre de febre aftosa sem vacinação. Essa questão é de extrema importância para consolidação das exportações e sua possível ampliação.

Assim, a Embrapa tem um papel importante na modernização da avicultura e suinocultura e contribui para a modernização da cadeia produtiva indiretamente, bem como, na geoeconomia da região Oeste Catarinense. Destaca-se não somente como ator de pesquisa, mas também como um ator de desenvolvimento econômico, na medida em que atua em parceria com as empresas locais e cooperativas, bem como na geração de novas tecnologias no meio rural e nas empresas, além de contribuir para melhorias nas exportações. Ademais, a atuação da Embrapa vai desde as granjas até as agroindústrias, alcançando toda a cadeia produtiva suíno-avícola.

No entanto, o grande desafio da Embrapa, no momento, para que possa continuar sendo uma instituição pública que gera resultados, será a renovação de seu quadro funcional, especialmente de pesquisadores e analistas e a consolidação do Programa de Aceleração de Crescimento da Embrapa³⁵.

4.3.2 Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)

A Epagri é uma empresa pública vinculada ao governo do estado de Santa Catarina e desempenha um papel fundamental no apoio à pesquisa agropecuária, na extensão rural e na gestão de tecnologias para o setor agropecuário.

A mesorregião Oeste Catarinense é coberta por pelo menos sete gerências regionais da Epagri (a unidade de Videira, Campos Novos, Concórdia, Chapecó, Palmitos, Xanxerê e São Miguel do Oeste), além de alguns centros de treinamento. A unidade de pesquisa na cidade de Chapecó possui um Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar – Cepaf, responsável por pesquisas ligadas à área de melhoramento genético de milho e feijão, bovinocultura de leite com foco na produção à base de pastagens, piscicultura, fruticultura, recursos florestais, solos e proteção de nascentes, entre outros.

³⁵ A Embrapa terá quase R\$ 850 milhões em investimentos estratégicos para aumentar a competitividade científica do agro brasileiro (no período de 2023-2026) (Morais, 2023).

A Epagri atualmente realiza poucas ações diretas vinculadas à suinocultura e avicultura. Suas antecessoras, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (Empasc) e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc), possuíam um conjunto de ações estruturantes para esses setores, em especial a Acaresc, que foi essencial para a difusão da atividade pelo estado, além de apoiar diretamente a criação e consolidação de diversas cooperativas que atualmente atuam nesse setor. Em informações obtidas por representantes da Epagri, enfatiza-se que em 1991 a maioria dos complexos agroindustriais já estavam estruturados e "andando com as próprias pernas", no que diz respeito à necessidade de suporte técnico por parte do Estado. Mas as antecessoras Empasc e Acaresc tiveram papel muito importante na estruturação desse segmento no estado de Santa Catarina.

Há relatos de diversos profissionais da Empasc e da Acaresc que foram temporariamente alocados em cooperativas, visando auxiliar na estruturação e fortalecimento das mesmas. Muitas dessas cooperativas cresceram e passaram a ser atores de grande relevância no cenário estadual do agronegócio, como é o caso da Aurora Coop. A Acaresc também atuou de forma decisiva para difundir e qualificar a suinocultura em Santa Catarina, principalmente por meio da implantação de "condomínios suinícolas", modelo de produção que buscava organizar os produtores e, com isso, viabilizar a atividade do ponto de vista técnico e econômico.

Outro ponto importante da Epagri, é a questão do envolvimento da empresa na extensão rural, com o suporte ao crédito rural e no estímulo da produção de milho, tão importante para a produção suíno-avícola. A empresa tem um papel fundamental no estímulo à produção do milho, destinada à ração animal.

Mesmo que o Estado apresente redução de área de produção, e de acordo com as informações obtidas em questionário e entrevista, o forte crescimento, registrado ao longo das décadas de 1980 até os dias de hoje, só foi possível com a atuação da extensão rural e o suporte de políticas públicas executadas pela Epagri, como é o caso do crédito rural (especialmente o Pronaf) e o Programa Terra Boa (que viabilizou acesso dos agricultores familiares a sementes de milho de alto padrão genético e calcário para a correção da acidez do solo).

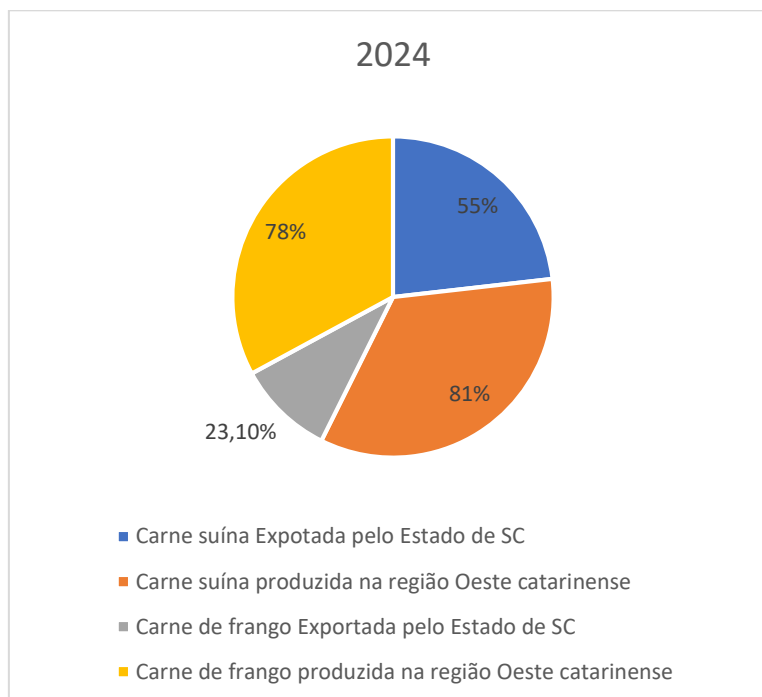
De acordo com as informações obtidas em questionário e entrevista, com o avanço do sistema de integração, que, atualmente, engloba cerca de 85% dos suinocultores catarinenses e praticamente 100% dos avicultores de corte, a Epagri

redirecionou sua atuação para outras cadeias produtivas que não estavam tão estruturadas e que não possuíam um suporte técnico tão grande quanto a produção de carnes. Indiretamente, a Epagri segue contribuindo para esses segmentos por meio de pesquisas que dão suporte à produção de grãos, em especial o milho (principal ingrediente das rações). Além disso, a Epagri, por meio do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa), realiza o monitoramento da produção e mercado (interno e externo) dessas atividades, orientando o governo do Estado na elaboração de políticas públicas direcionadas à suinocultura e avicultura.

Até o ano de 2021, Santa Catarina era o único estado brasileiro reconhecido internacionalmente como área livre de febre aftosa sem vacinação, o que dava ao estado uma grande vantagem competitiva no acesso aos mercados mais exigentes. Como o reconhecimento da mesma condição em outros estados, como Paraná e Rio Grande do Sul, Santa Catarina passa a enfrentar maior competição no acesso ao mercado internacional, o que deve frear o ritmo de crescimento que vem sendo observado nos últimos anos.

Além disso, com informações obtidas em questionário e entrevista, a região Oeste Catarinense tem um grande potencial exportador, em 2024, Santa Catarina foi responsável por 55,0% do volume de carne suína exportada pelo Brasil. Da produção total de suínos de Santa Catarina, 81% foram produzidos na área da região Oeste Catarinense. No caso da carne de frango, Santa Catarina respondeu por 23,1% das exportações brasileiras em 2024, sendo o segundo principal estado exportador (atrás apenas do Paraná). Assim como a carne suína, a produção de frangos também se concentra no Oeste Catarinense, com 78% dos animais abatidos sendo oriundos dessa região. Como pode-se observar na figura 32:

Figura 32 - Gráfico do cenário das exportações de Santa Catarina e produção da região Oeste Catarinense de carne de frango e carne suína no ano de 2024.



Fonte: elaboração própria, com dados da pesquisa.

A Epagri não possui atuação direta junto às principais agroindústrias da área de produção animal do estado de Santa Catarina. Tampouco realiza atendimentos vinculados à avicultura industrial e suinocultura industrial. O atendimento a essas atividades costuma ser feito pelos técnicos das empresas integradoras ou cooperativas, às quais os produtores estejam vinculados. Mas isso não significa que a Epagri não atenda os produtores ligados ao setor suíno-avícola. Mesmo não tendo ações diretas no complexo suíno-avícola, a Epagri atua indiretamente como um ator de pesquisa e extensão.

4.3.3 Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS) e a Associação Catarinense de Avicultura (ACAV)

A ACCS foi fundada em 1959 com o propósito de melhorar a genética da suinocultura catarinense. Durante a pesquisa e o trabalho de campo não conseguimos resposta da ACCS.³⁶ A fundação da ACCS está atrelada também à importância da

³⁶ Durante a pesquisa foi encaminhado e-mail para a ACCS, além de contato telefônico e visita pessoalmente à sede da ACCS, mas não se obteve respostas.

região e da cidade de Concórdia/SC, pelo pioneirismo na criação de suínos para o consumo da propriedade familiar e, anos mais tarde na década de 1950, ao início das primeiras agroindústrias.

Lá nos anos de 1950, os cinco principais frigoríficos da região já empregavam mais de 1700 funcionários (Sadia / Perdigão / Chapecó / Seara/ Pagnoncelli). Nasceram as primeiras granjas especializadas, incentivadas pelas indústrias para ampliar a qualidade do produto das raças existentes. (ACCS, 2024).

Desde o início da sua criação, a ACCS se preocupa com a qualidade da suinocultura, com a defesa dos interesses dos produtores, melhoria na genética da suinocultura catarinense e o fortalecimento da cadeia produtiva de suínos. A ACCS foi a primeira organização estadual a se preocupar com a qualidade da suinocultura e com a defesa dos interesses dos produtores, focados naquela época, em conquistar tecnologias que melhorassem a produtividade.

Dentre as contribuições destaca-se: iniciou um trabalho de genética; implantou a primeira central de sêmen do país, acompanhou as relações de produtores integrados para que a lei de integração dos produtores integrados seja cumprida, entre outros. A associação também se preocupa com a competitividade no mercado e a qualidade dos produtos, para isso investe em programas de capacitação para os produtores rurais. Em 2024, a ACCS e a Embrapa Suínos e Aves firmaram uma parceria para capacitação de produtores e técnicos na área de gestão de manejo e tecnologias para tratamento de animais mortos. A ACCS é um ator da sociedade civil, e em seu papel busca fortalecer a suinocultura na região oeste e ajudar a expandir o mercado consumidor fortalecendo o produtor rural.

A ACAV possui sua sede na cidade de Florianópolis/SC, com atuação em todo o território catarinense. Para compreender melhor a atuação da ACAV em Santa Catarina e o papel da avicultura no complexo suíno-avícola da região Oeste Catarinense, discutem-se algumas respostas e o papel da ACAV como representante de seus associados. Dessa forma, destaca-se os principais objetivos da ACAV:

Satisfazer os interesses comuns de nossos Associados; Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos Associados; Atuar de forma efetiva nas Entidades Nacionais; Gozar de Credibilidade junto aos Associados na Entidade; orientar os Associados na prática das normas que regulamentam o setor; tratar os Associados de forma imparcial. (ACAV, 2024).

Entre os associados destaca-se: Aurora Coop, BRF S.A, Seara Alimentos. Segundo a ACAV, e conforme informações coletadas em trabalho de campo, o Brasil é o segundo maior produtor e o primeiro exportador de frango do mundo, e Santa Catarina responde por 23% da exportação nacional, destacando-se no mercado nacional e internacional. A ACAV representa uma significativa parcela dos atores agroindustriais do setor de aves de Santa Catarina, com isso seu papel na dinâmica geoeconômica do complexo suíno-avícola, está atrelado aos seus objetivos enquanto associação, que é principalmente assegurar credibilidade e qualidade dos associados.

4.4 O potencial comercial do complexo produtivo suíno-avícola: mercado interno e mercado externo

A região Oeste Catarinense é uma das maiores produtoras e exportadoras de carne suína e de frango do Brasil. Os principais parceiros comerciais de carne de suínos e de frango da região Oeste Catarinense estão presentes em diferentes países, com maior relevância os países da Ásia, com destaque para o Japão e a China, países do Oriente Médio, com destaque para a Arábia Saudita, e países da América Latina, em que se destaca o México e o Chile. Essas exportações contribuem significativamente para a economia regional, tornando o Oeste Catarinense um dos maiores polos de produção e exportação de carnes de suínos e aves do Brasil.

Estes mercados são importantes para o setor agroindustrial da região, mas não são de total sustentação da economia local, pois a maior parte dos produtos advindos do complexo produtivo suíno-avícola abastece o mercado interno. A região Oeste Catarinense tornou-se uma região especializada no setor suíno-avícola com grande relevância no mercado mundial de alimentos. Todas as empresas ligadas ao setor de aves e suínos da região tornaram-se globais, as três grandes empresas globalizadas (BRF S.A, JBS e Aurora Coop) representam o mercado catarinense e brasileiro de proteína animal, destacando-se na exportação de produtos e com acordos comerciais que integraram e tornam a região um polo de referência mundial do complexo produtivo suíno-avícola.

As demandas no mercado interno e as exportações de carne suína e de frango têm um impacto direto no crescimento e desenvolvimento das agroindústrias do Oeste Catarinense. O mercado nacional e o internacional são fundamentais para a

rentabilidade e competitividade do setor, e o aumento da demanda global tem levado à expansão das capacidades produtivas.

As plantas industriais da BRF de Chapecó e de Concórdia exportam para diversos países, a planta industrial de Chapecó exporta para mais de 50 países, com destaque para: Argentina, Chile, Uruguai, território de Hong Kong, no sudeste da China, e México, que teve sua habilitação concedida no final de 2022. Conforme relatório anual da BRF (2021, p. 41), em 2020 a BRF representava 10,1% do comércio mundial de aves.

Já a planta de Concórdia da BRF exporta cortes de suínos para Filipinas, Hong Kong e Vietnã, no sudeste da Ásia, e para a África do Sul. A Seara Alimentos em sua unidade de produção no município de Seara destina sua produção para alguns países da Ásia e Oriente Médio.

Nas exportações brasileiras de aves, no ano de 2021, “[...] a China é o principal destino dessas exportações (16,3%), seguida pela Arábia Saudita (11,3%), Japão (9,9%) e Emirados Árabes Unidos (7,3%)” (BRF, 2021, p. 43-44). Já nas exportações de carne suína destaca-se a “China, Hong Kong e Cingapura representaram 50,7%, 16,4% e 5,2%, respectivamente, do total das exportações brasileiras.” (BRF, 2021, p. 43-44).

As exportações brasileiras de frango aumentaram 4,2% em 2022, em termos de volume. “A China tem sido o principal destino dessas exportações (12%), seguida pelos Emirados Árabes Unidos (10%), Japão (9%) e Arábia Saudita (7%).” (BRF, 2022, p. 72-73).

O volume de exportações brasileiras de carne suína no ano de 2022 totalizou 1,1 milhão de toneladas. Os principais importadores de carne suína são: “China, Hong Kong e Filipinas, que representaram 42%, 9% e 7%, respectivamente, do total das exportações do Brasil.” (BRF, 2022, p. 72-73).

A empresa BRF destaca-se nas exportações no Brasil, que passou de 26% para 30% em frangos e de 16% para 21% em suínos em 2023. De acordo com relatório integrado da BRF (2023, p. 18), a empresa se destaca como principal exportador de frango do Brasil “[...] para o Japão (33%) e Singapura (39%). Em carne suína, somos líderes no Cone Sul (29%), Vietnã (25%) e Singapura (41%).”

No mercado interno, em 2024, a BRF alcançou um lucro de 17,6% e registrou um aumento de 22,3% na receita, em comparação ao mesmo período de 2023. “O desempenho notável da BRF foi sustentado pelo fortalecimento do mercado interno.”

(JBS e BRF..., 2024). Já a JBS, no segundo trimestre de 2024, apresentou um lucro líquido de US\$ 20,3 bilhões e um aumento de 12,6% em relação ao ano anterior.

A cooperativa Aurora Coop, em 2023, obteve no mercado interno 65,5% de suas receitas (R\$ 14,6 bilhões) e, no mercado externo, 34,5% (R\$ 7,5 bilhões). Vale destacar que o maior volume da produção (63,7%) foi absorvido pelo mercado doméstico, o que corresponde a 1,045 milhão de toneladas. O principal mercado doméstico da Aurora Coop continua sendo o Sudeste com São Paulo. A cooperativa Aurora, a partir do ano 2000, focou em ser uma empresa nacional que atuasse em todos os mercados brasileiros e também se tornasse uma empresa global.

A Aurora Coop apresenta diversas unidades industriais exportadoras em diferentes estados, mas a região Oeste Catarinense tem maior evidência, com maior número de unidades. As cidades de Abelardo Luz, Guatambu, Maravilha, Quilombo e Xaxim no ramo de aves, e Chapecó, Joaçaba e São Miguel do Oeste no ramo de suínos. Em trabalho de campo e entrevista na cidade de Chapecó, enfatiza-se que a Aurora Coop exporta para mais de 85 países, 43% da produção é voltada para a exportação.

Em termos de competitividade, o complexo produtivo suíno-avícola destaca-se com a combinação “[...] de um sistema de produção integrado, o status sanitário diferenciado, que possibilitou ganhos de produtividade e competitividade setorial.” (ABPA, 2024, p. 28). Destaca-se também os investimentos em novas tecnologias. Todos esses fatores tornaram o Brasil o segundo maior produtor mundial de carne de frango e o quarto maior produtor de carne suína do mundo.

Neste sentido, o estado de Santa Catarina tornou-se o segundo maior produtor de carne de frango e o primeiro em produção de suínos no Brasil. A produção de suínos no estado de Santa Catarina em 2023 “[...] vem respondendo por 29,5% dos abates e por 29,7% do peso total das carcaças produzidas.” (Epagri, 2024, p. 133). Já na produção de frango, o estado de Santa Catarina “[...] corresponde a 13,5% do total de carcaças produzidas e 12,5% de animais abatidos.” (Epagri, 2024 p. 121).

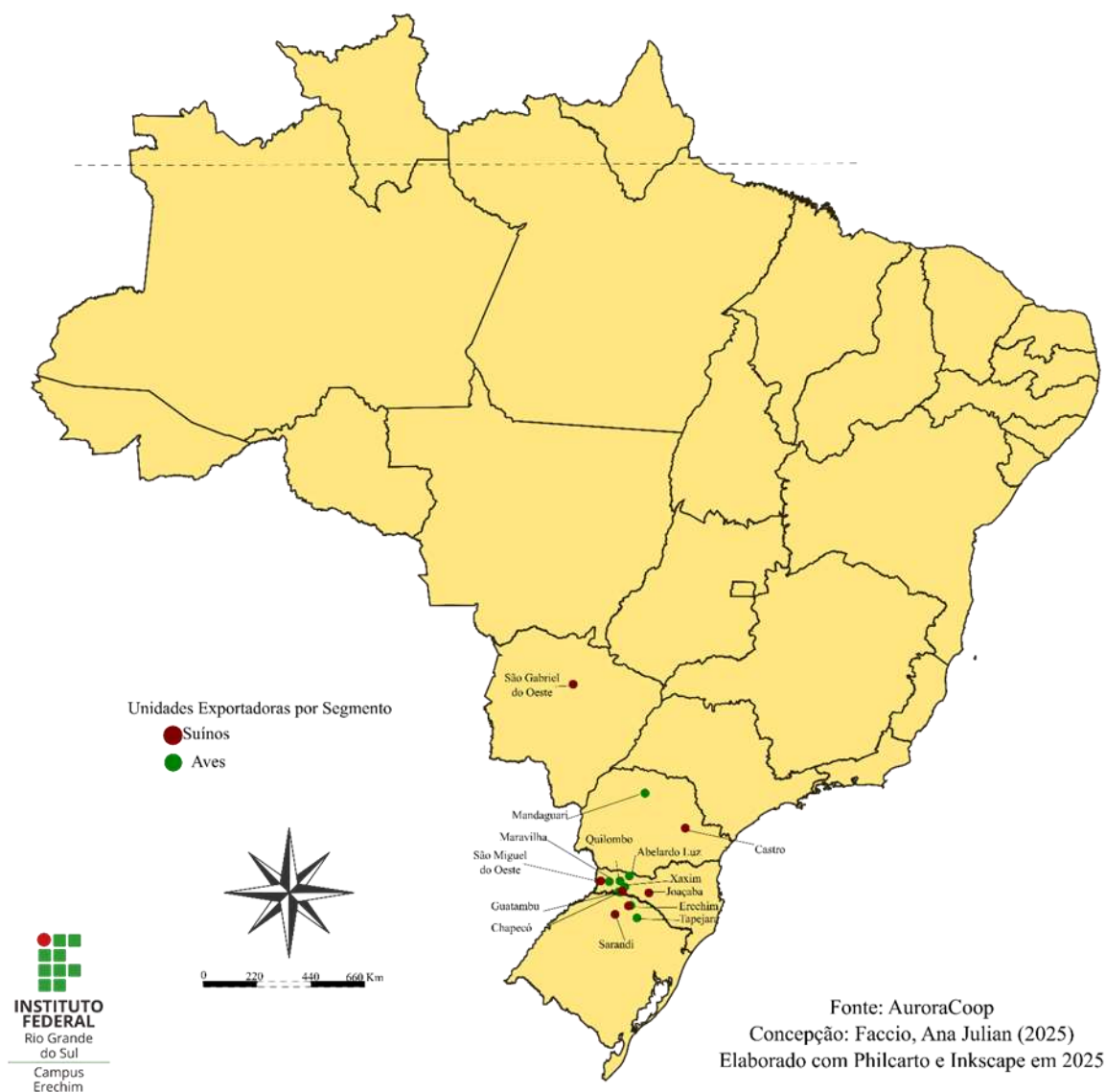
A região Oeste Catarinense tornou-se maior produtora de suínos e aves do estado de Santa Catarina representando, em 2023, a 77,2 % da produção de aves e 81,7% da produção de suínos no estado de Santa Catarina.

Diante disso, no mapa a seguir (figura 33) apresenta-se as unidades agroindustriais da Aurora Coop, uma das principais empresas no complexo suíno-avícola, credenciadas para exportações. Nota-se, neste sentido, que as unidades se

concentram na região Oeste Catarinense, mas atingem outros estados, como é o caso do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Paraná.

Figura 33 - Unidades industriais exportadoras da Aurora Coop.

UNIDADES INDUSTRIAIS EXPORTADORAS DA AURORACOOOP

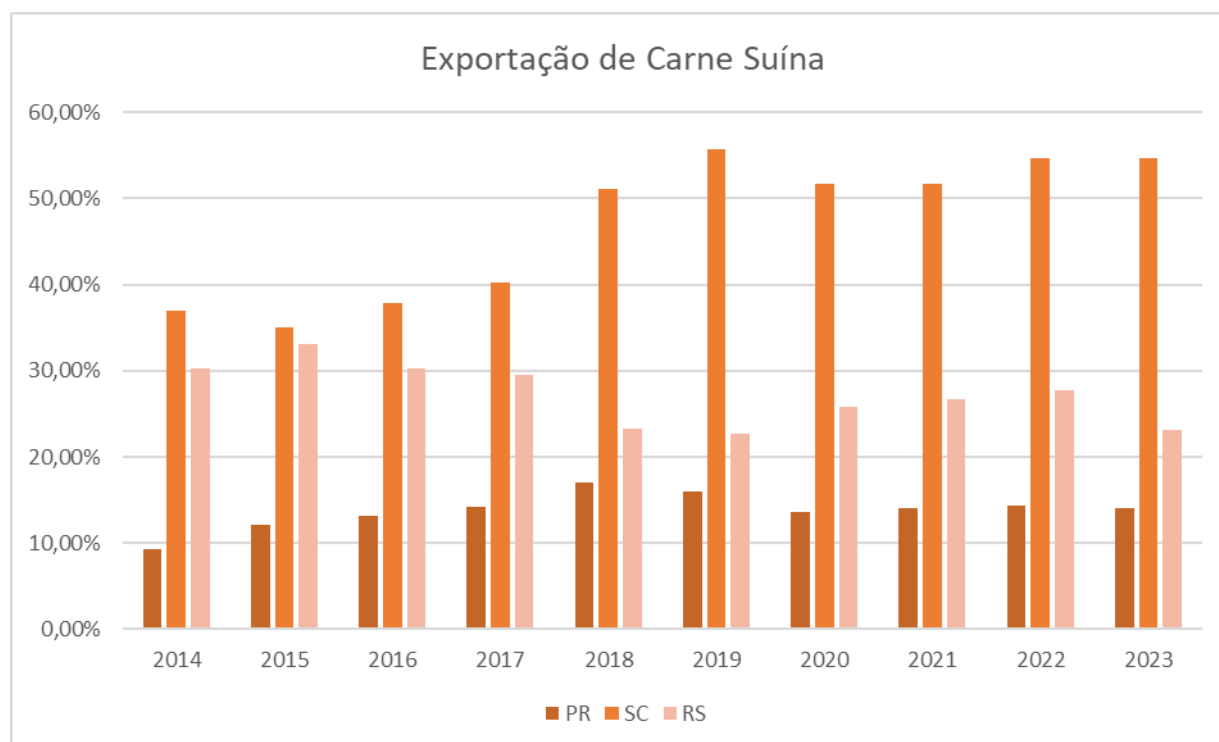


Fonte: elaboração própria, com dados de Aurora Coop.

Conforme dados da ABPA, o estado de Santa Catarina é o maior produtor e exportador de carne suína do Brasil, destacando-se como segundo maior produtor e exportador de carne de frango do Brasil. Nos anos 2019 e 2020, nota-se um aumento das exportações de carne de frango do estado de Santa Catarina, sendo que o maior

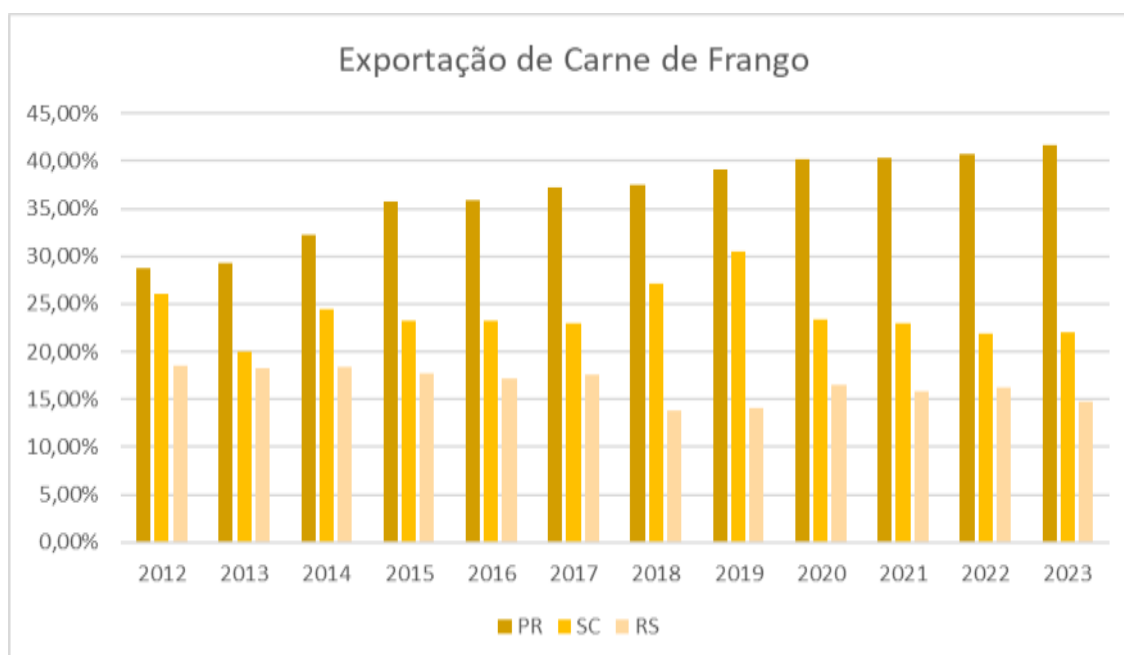
percentual de produção de aves e suínos corresponde à região Oeste Catarinense (figura 34). Conforme (ABPA, 2023, p. 21), o Brasil, no ano de 2023, exportou 4,822 milhões de toneladas de frango, ocupando o 1º lugar mundial, e 1,120 milhão de toneladas de suínos, ocupando o 4º lugar mundial.

Figura 34 - Gráfico com a exportação de carne suína pelos estados da região Sul do Brasil (2014-2023).



Fonte: elaboração própria, com dados da ABPA (2023).

Figura 35 - Gráfico com a exportação de carne de frango pelos estados da região Sul do Brasil (2012-2023).



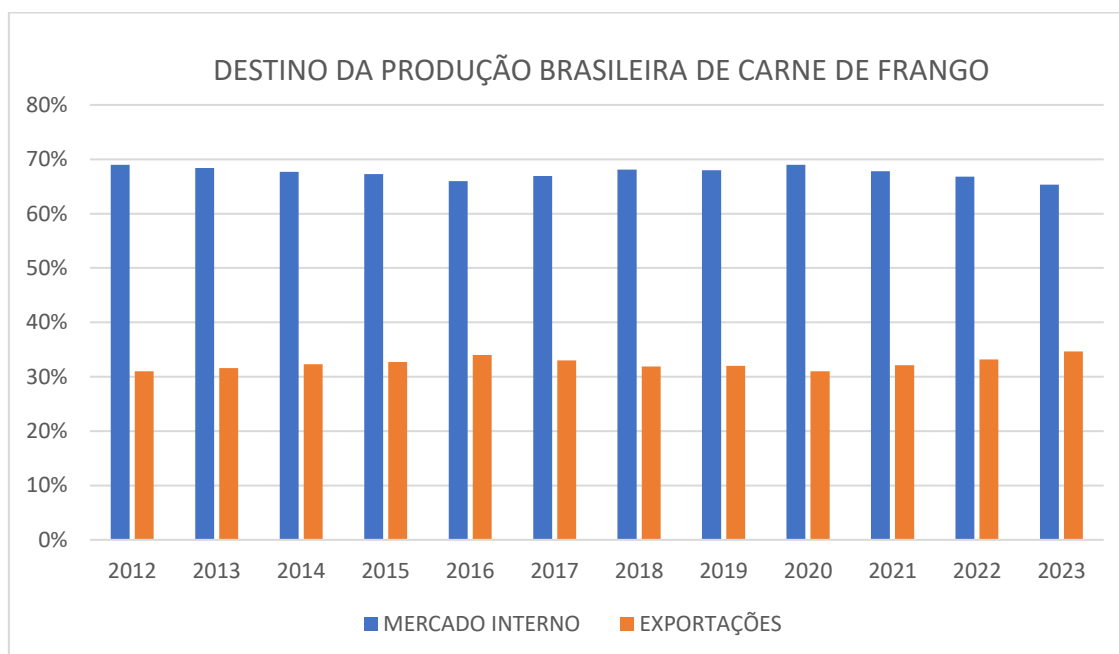
Fonte: elaboração própria, com dados da ABPA (2024).

O destino da produção para o mercado nacional comporta a maior fatia nos dados apresentados, mas a produção de aves e suínos também tem papel considerável para exportação (figuras 36 e 37, adiante). Toda a produção para exportação irá percorrer o que se chama de “corredores de exportações”³⁷, ou seja, rodovias principais que levam aos portos de Itajaí-SC e Paranaguá-PR. No porto de Paranaguá, há maior volume de exportações de carne de frango, consequência da maior produção no estado do Paraná, já o porto de Itajaí é o maior no volume de exportações de carne suína, resultado da maior produção em Santa Catarina (ABPA, 2020).

Percebe-se que, mesmo com a importância das exportações, tanto de carne de frango quanto de carne suína, (figuras 36 e 37), a maior parte da produção volta-se para abastecer o mercado interno. Esse dado se confirma com o relatório anual da ABPA (2024), pois em relação ao destino da produção brasileira de frangos de corte no Brasil, 65,4% fica no mercado interno e 34,6% é destinado à exportação. O mesmo acontece com a produção brasileira de suínos, 76,10% destina-se ao mercado interno e 23,9% para exportação.

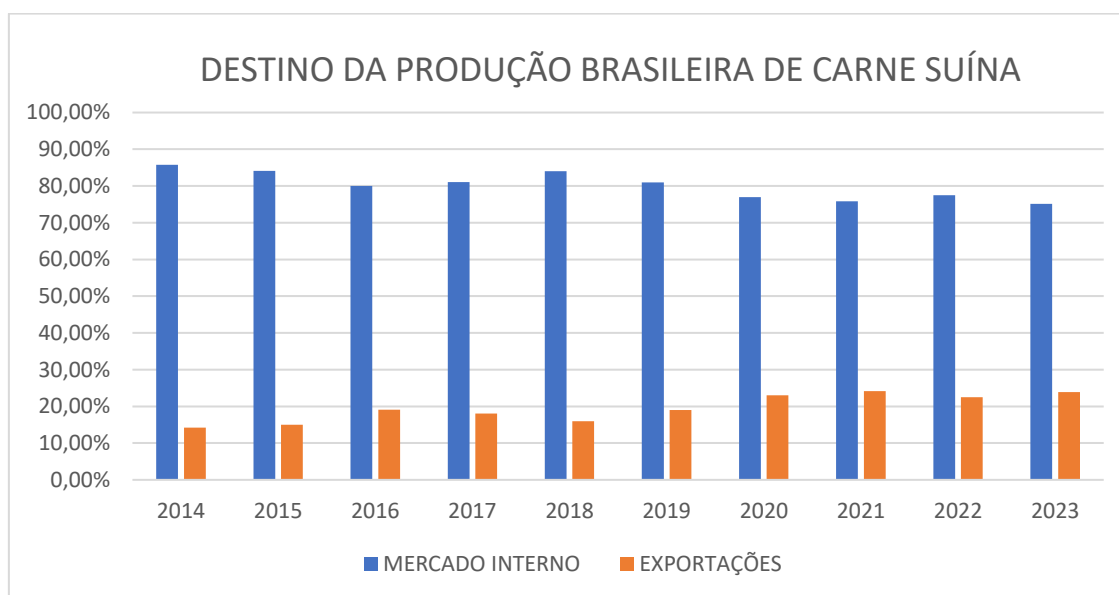
³⁷No estado de Santa Catarina, os principais corredores de exportação são: BR-153, BR-282 e BR-470.

Figura 36 - Gráfico com o destino da produção brasileira de carne de frango (2012-2023).



Fonte: elaboração própria, com dados da ABPA (2024).

Figura 37 - Gráfico com o destino da produção brasileira de carne suína (2014-2023).

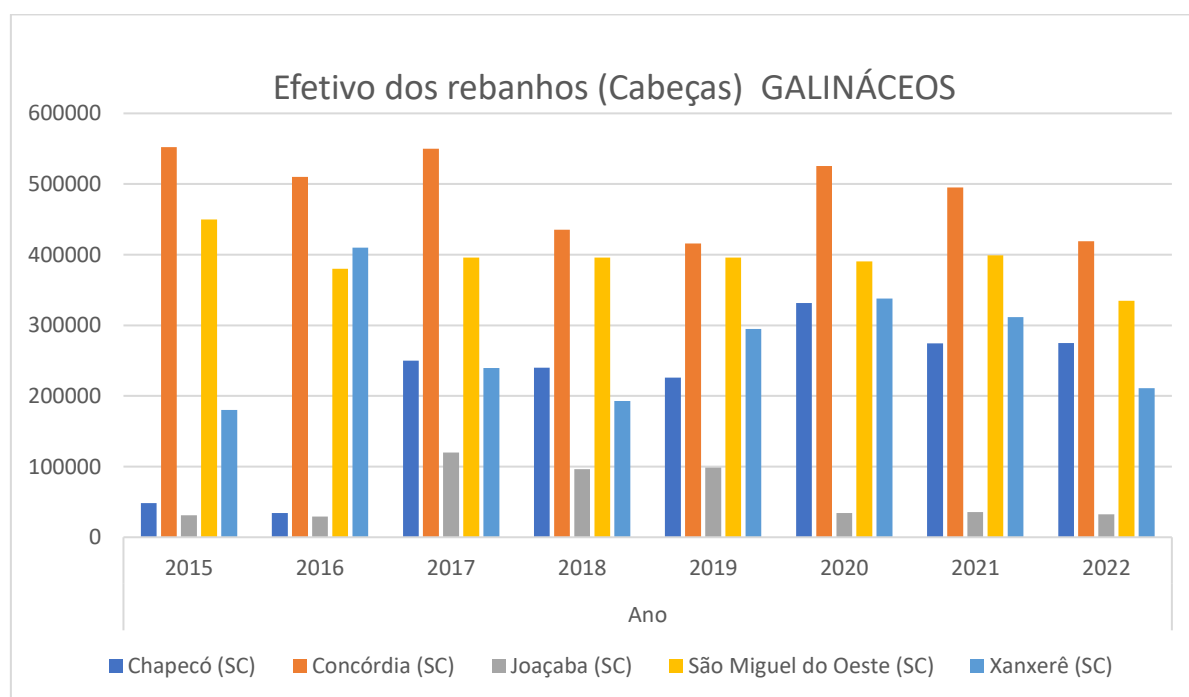


Fonte: elaboração própria, com dados da ABPA (2024).

As principais cidades da região Oeste Catarinense: Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê, apresentam grande efetivo de rebanho de aves e suínos, como pode ser observado nas figuras 38 e 39 (adiante). Concórdia e São Miguel do Oeste destacam-se no efetivo de rebanhos de galináceos. Salienta-se

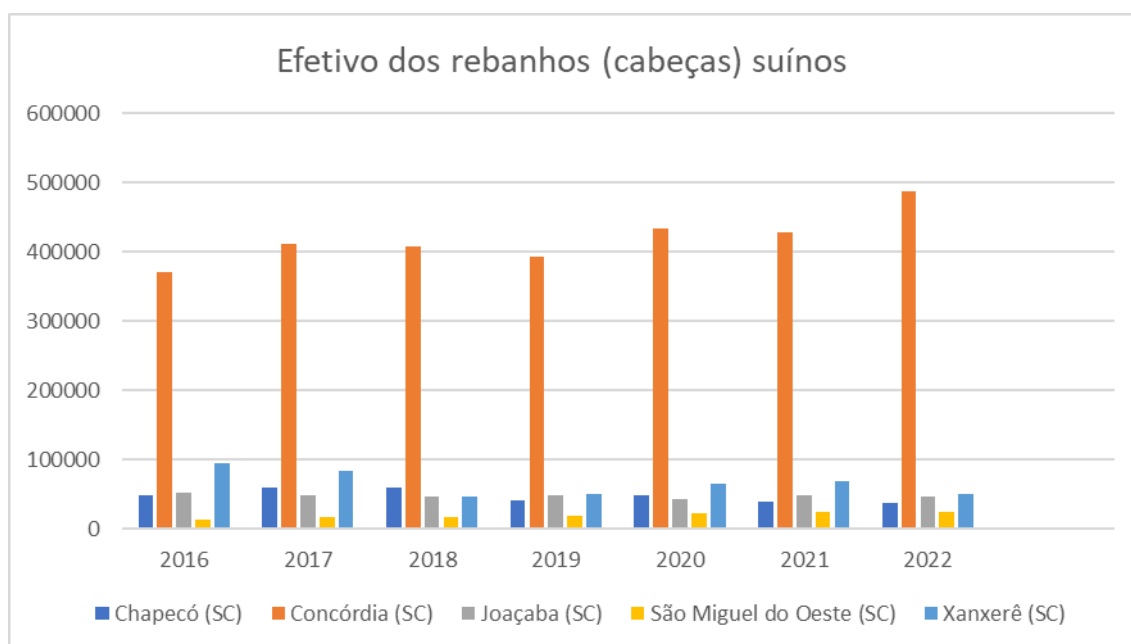
que Concórdia segue a liderança de maior efetivo de rebanho de galináceos e, concomitantemente, temos nesse município a produção ligada a esse setor, com a presença de uma das maiores indústrias alimentícias do país e do mundo, a Brf. S. A. Global.

Figura 38 - Gráfico com o efetivo de rebanho de galináceos nos principais municípios da região Oeste Catarinense (2015-2022).



Fonte: IBGE (2025).

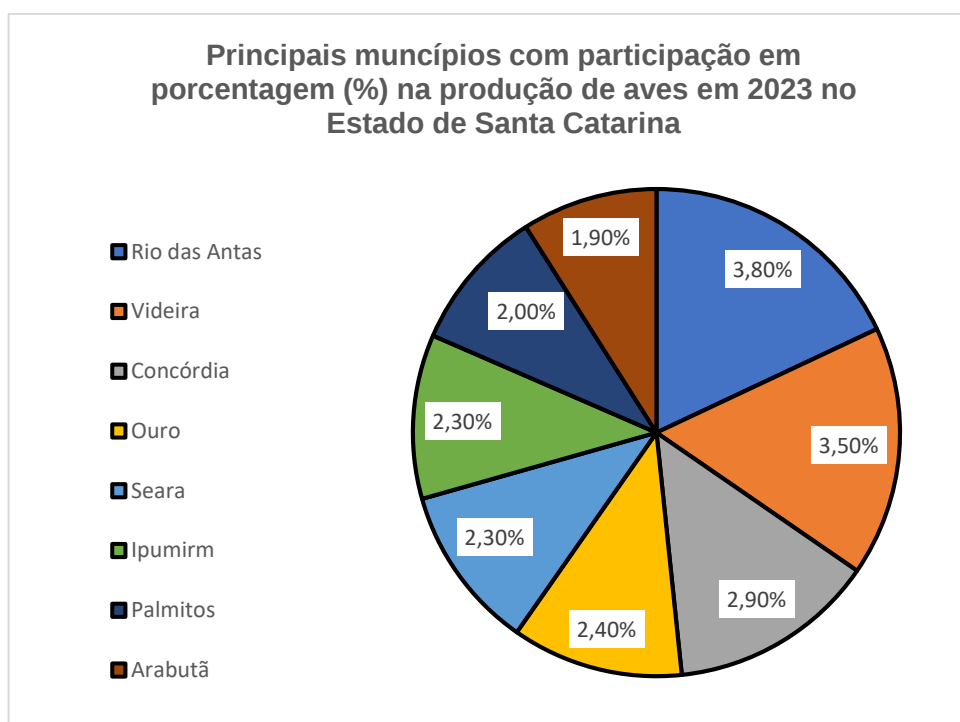
Figura 39 - Gráfico com o efetivo dos rebanhos de suínos nos principais municípios da região Oeste Catarinense (2016-2022).



Fonte: IBGE (2025).

Já no efetivo de suínos, temos destaque para a cidade de Concórdia, que, em todos os anos, apresenta-se em primeiro lugar. Tanto no efetivo de galináceos quanto no de suínos, essa cidade se destaca na região Oeste Catarinense. Devido ao elevado número de produtores integrados e a concentração da produção, que inclui propriedades que alojam mais de 200 mil frangos, em parceria com a BRF, é a principal agroindústria presente nesse município. Dentre os dez municípios catarinenses que mais produziram frangos em 2023, conforme dados da Epagri (2024) oito localizam-se na mesorregião Oeste Catarinense, Rio das Antas, Videira, Concórdia, Ouro, Seara, Ipumirim, Palmitos e Arabutã.

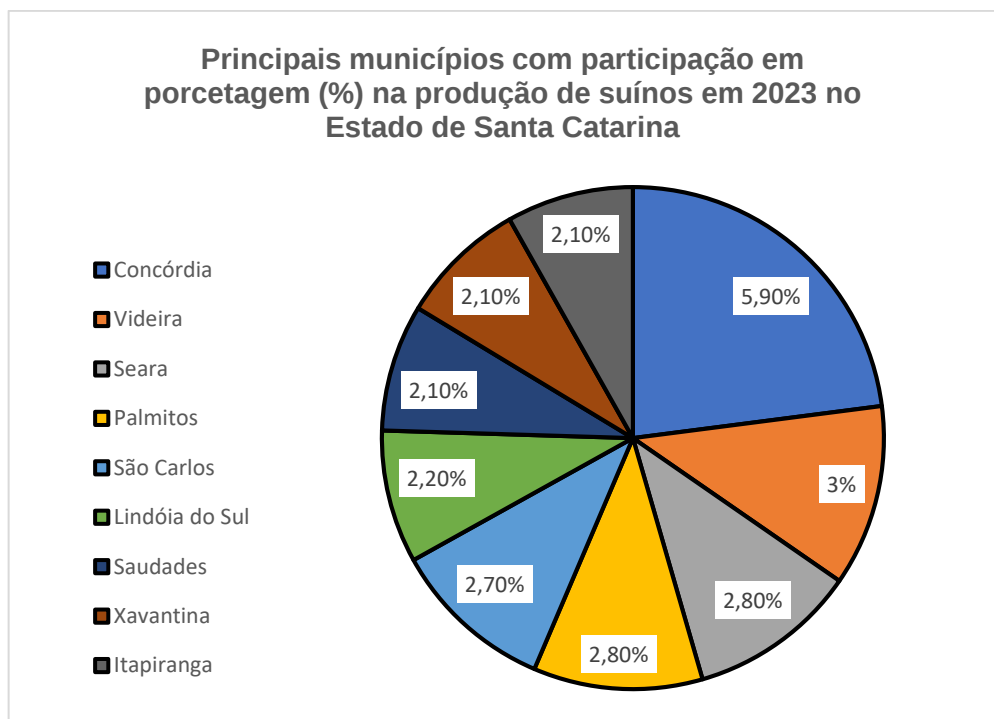
Figura 40 - Gráfico com principais municípios com participação em percentagem (%) na produção de aves em 2023 no estado de Santa Catarina.



Fonte: elaboração própria, com dados de Epagri (2024).

Conforme dados da Epagri (2024, p. 138), dos dez principais municípios catarinenses produtores de suínos, nove estão localizados na mesorregião Oeste Catarinense: Concórdia, Videira, Palmitos, São Carlos, Lindóia do Sul, Saudades, Xavantina e Itapiranga, conforme vimos na figura 41:

Figura 41 - Gráfico com os principais municípios com participação em percentagem (%) na produção de suínos em 2023 no estado de Santa Catarina.



Fonte: elaboração própria, com dados de Epagri (2024).

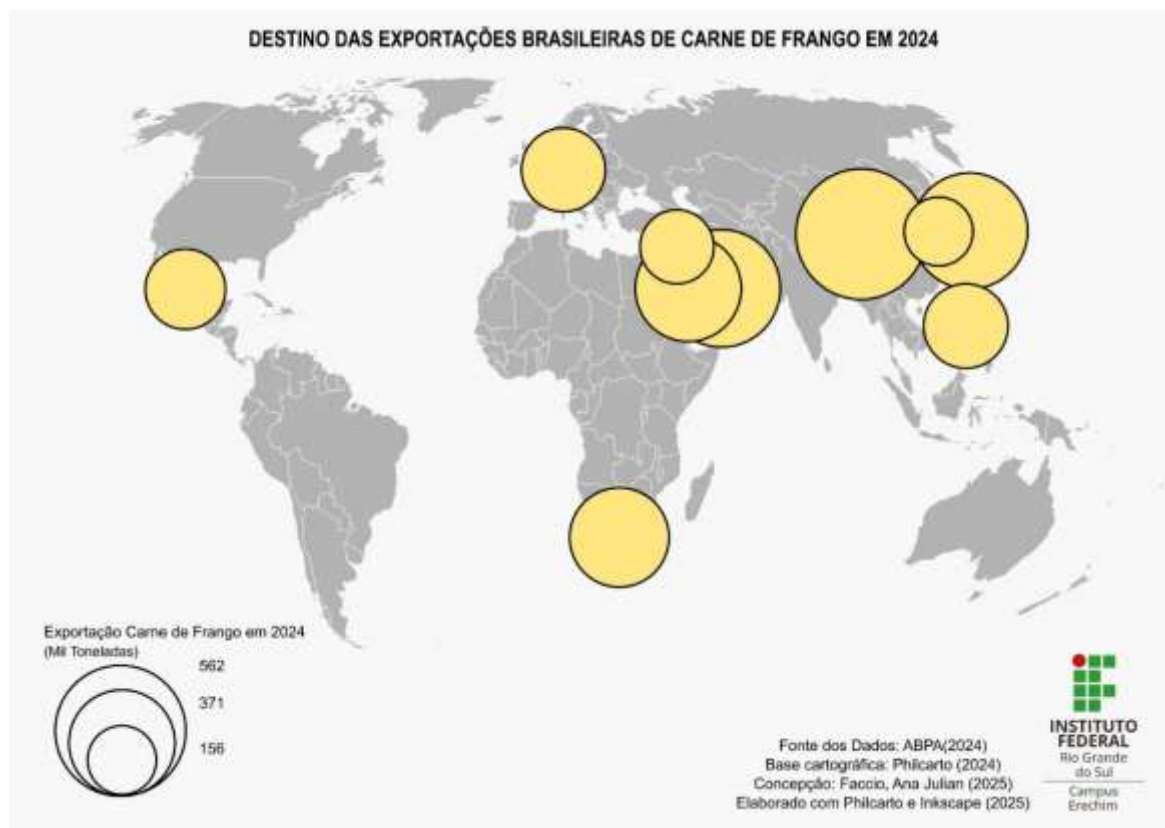
Conforme a ABPA “[...] a produção brasileira de carne de frango cresceu mais de 1.087%, em comparação ao ano de 1980, ou seja, mais de 11 vezes.” (ABPA, 2024, p. 28). Já a “[...] produção brasileira de carne suína cresceu 418%, em comparação ao ano de 1980, ou seja, mais de 5 vezes.” (ABPA, 2024, p. 28). Pode-se afirmar que este salto de produção se deve também ao grande investimento em segurança sanitária, como destaca o relatório da ABPA (2023, p. 30): “[...] um dos maiores patrimônios da produção de alimentos do Brasil é o seu status sanitário.” Ou seja, estamos livres de alguns patógenos³⁸ que acabam prejudicando a produção de aves e suínos no Brasil.

Em 2024 a China encerrou o ano em primeiro lugar com a importação de carne de frango, seguido pelos Emirados Árabes Unidos, Japão, Arábia Saudita, África do Sul, Filipinas, União Europeia, México, Iraque e Coreia do Sul. Nos dados apresentados em volume quantitativo no mapa a seguir (figura 42), verifica-se que as exportações da carne de frango das indústrias brasileiras estão presentes

³⁸Vírus, bactérias, fungos, entre outros.

principalmente no Sudeste Asiático, Oriente Médio, União Europeia e África do Sul. Na América Latina o maior parceiro comercial é o México.

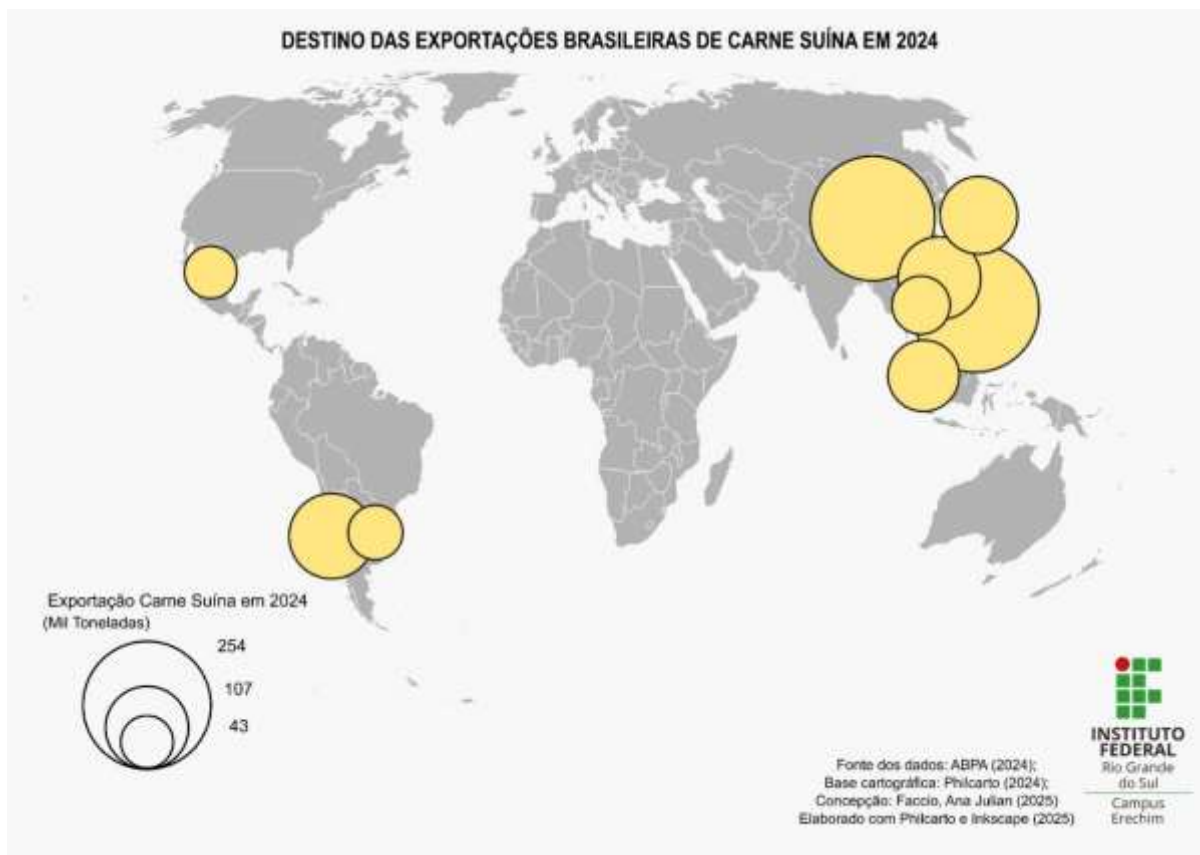
Figura 42 - Destino das exportações brasileiras de carne de frango em 2024.



Fonte: ABPA (2024).

Entre os destinos de exportação de carne suína (figura 43), quantitativamente, as Filipinas encerraram o ano de 2024 assumindo o primeiro lugar. Em seguida estão China, Chile, Hong Kong, com Japão, Singapura, Vietnã, Uruguai e México. Diferentemente das exportações de carne de frango, as exportações de carne suína se concentram mais no Sudeste Asiático e na América Latina, no México, Chile e no Uruguai.

Figura 43 - Destino das exportações brasileiras de carne suína em 2024.



Fonte: ABPA (2024).

O principal mercado importador do Oeste Catarinense são os países do Sudeste Asiático, destacando-se China, Japão, Filipinas, Vietnã, entre outros. Em trabalho de campo e visita técnica realizados em Chapecó, ressaltou-se que no ano 2024 a China é o segundo principal comprador de carne suína e o quarto de carne de frango do estado de Santa Catarina e da região Oeste Catarinense. Nesse sentido, as relações comerciais com a China têm-se mostrado crescente, e um importante mercado de consumo da produção agropecuária da região Oeste Catarinense, principalmente da carne suína que é a mais consumida pelos chineses. “Os quatro maiores consumidores responderam por 78,8% da demanda mundial em 2023, sendo 51,3% consumido apenas na China.” (Epagri, 2024, p. 131).

4.4.1 A relação Brasil/China: A importância para o complexo produtivo suíno-avícola

As transformações econômicas que ocorreram na China partiram de diferentes ações projetadas pelo governo chinês pós anos 1970, entre elas as reformas

econômicas presentes nas “quatro modernizações”. O fim do isolamento internacional que tornou o país a “fábrica do mundo”.

Nos últimos 40 anos, a economia chinesa e seu padrão de desenvolvimento e consumo deram um salto qualitativo que muitos chamam “Milagre Chinês”. Mas, para Jabbour (2020, p. 50), “[...] não se trata de um milagre, muito menos de um acaso [...]”, trata-se de uma nova economia surgindo, economia está que tem características de um “socialismo de mercado”, além de apresentar traços do keynesianismo, da planificação soviética e do capital financeiro.

Para tentar explicar a economia chinesa, Jabbour e colaboradores (2021) trazem o conceito de “economia do projeto”, que em Rangel, era a *modus operandi* que surgia da convergência dos três eventos: “[...] a inauguração da planificação econômica em larga escala na Rússia soviética, o aparecimento keynesianismo não-militarizado presente na reconstrução europeia no pós-1945 e o papel do capital financeiro no suporte de grandes projetos e bens públicos.” (Jabbour *et al.*, 2021, p. 7). Ou seja, essa nova economia que surge, vem para tornar-se “[...] uma alternativa objetiva à dinâmica da financeirização do capitalismo.” (Jabbour *et al.*, 2021, p. 07).

Ainda conforme análises sobre o atual projeto pode-se falar que é: “[...] estágio superior de desenvolvimento da economia socialista de mercado chinesa, fruto de novas e superiores formas de planificação econômica.” (Jabbour; Boa Nova; Vadell, 2024, p. 384). Dessa forma, o projeto pode ser entendido como uma forma de planejamento com viés no desenvolvimento da economia nacional, com crescimento econômico e diminuição das desigualdades. Mas mais do que isso, a China possui projetos de desenvolvimento a longo prazo, entre eles os planos quinquenais³⁹.

Os projetos de desenvolvimento e planejamento da economia chinesa iniciam-se em 1978. Este ano marca a “[...] fusão do Estado Revolucionário fundado por Mao

³⁹ Conforme documento, Esboço do 14º Plano Quinquenal (2021-2025) para o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional e Visão 2035 da República Popular da China, “[...] até 2035, a China basicamente alcançará a modernização socialista. Nossa força econômica e tecnológica, e força nacional abrangente aumentarão significativamente. Faremos novos avanços no agregado econômico e na renda per capita de residentes urbanos e rurais. Fazendo grandes avanços em tecnologias essenciais em áreas-chave, seremos um líder global em inovação, e também alcançaremos nova industrialização, aplicação aprimorada de TI, urbanização e modernização agrícola, e concluiremos a construção de um sistema econômico moderno.” (The People’s Government of Fujian Province, 2021, tradução nossa).

Tsé-Tung com o Estado Desenvolvimentista asiático internalizado por Deng Xiaoping.” (Jabbour, 2020, p. 31). Essa fusão transformou o mercado interno chinês, com reformas na agricultura, que “[...] permitiu trocas mercantis e produziu elevações de produtividade e aumento do consumo rural, logo fazendo florescer indústrias rurais precocemente ligadas ao mercado tanto interno quanto externo.” (Jabbour, 2020, p. 31). Emerge empresas familiares, onde o sistema socialista se reinventou e “fabricou fabricantes”, como destaca Jabbour (2020).

Na década de 1980, começaram as reformas nas empresas estatais da China, e nos anos de 1990 essas empresas passaram por processos de fusão e privatizações. Assim, no final deste processo de reformas, a China contava com “[...] 149 conglomerados empresariais estatais com crescente capacidade de atuar no mercado.” (Jabbour, 2020, p. 32).

A China criou as Zonas Econômicas Especiais, nos anos de 1980, que permitiram a entrada de investimentos internacionais. Bem como, fomentou uma plataforma de aprendizado tecnológico, onde todas as empresas que se estabeleceram nessas Zonas Econômicas Especiais passavam as tecnologias produzidas para o governo Chinês e, conseqüentemente, para suas empresas. Nessas áreas o governo chinês incentivou atividades produtivas para exportação. Isso, fez com que várias fábricas de várias partes do mundo se instalassem nessas regiões, conectando a China ao mercado global.

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), começou a ser pensada ainda na década de 1980, como uma forma do país participar do comércio mundial, além disso, a adesão à OMC “[...] poderia ser importante para as reformas econômicas internas, pois as exigências para o ingresso na Organização poderiam ser usadas para dar mais legitimidade às reformas estabelecidas pelo governo no cenário doméstico.” (Freitas, 2021, p. 71). Mas, somente em 2001 a admissão da China na OMC foi concretizada. A partir deste momento há uma mudança significativa da China na participação do comércio mundial, com as exportações, “[...] o volume de exportações da China aumentou 427% com sua entrada na OMC em 2001.” (Freitas, 2021, p. 76).

Em relação às parcerias comerciais entre Brasil e China, tornou-se possível devido a algumas mudanças que ocorreram no Brasil e na China, como relata Luiz Augusto de Castro Neves, Embaixador do Brasil na China: “[...] o fim do regime militar no Brasil e as reformas introduzidas por Deng Xiaoping na China, bem como o final

da Guerra Fria, criaram condições necessárias para dar conteúdo às relações sino-brasileiras.” (*apud* Cariello *et al.*, 2024, p. 3).

As reformas econômicas introduzidas por Deng Xiaoping na década de 1970 foram o marco de desenvolvimento da China, chamado de “quatro modernizações”. Essa reforma colocou ênfase na modernização da agricultura, indústria, ciência e tecnologia, e do setor militar. As reformas tinham entre os objetivos: “[...] superar o relativo atraso econômico do país em comparação com as nações plenamente desenvolvidas, assim como dissipar o isolamento internacional do país vigente até a década de 1970 na economia-mundo capitalista.” (Sperancete, 2021, p. 88).

A partir dessa reforma o Estado chinês passou a construir planos quinquenais de desenvolvimento econômico e social. Com as reformas econômicas promovidas pelo governo chinês, na década de 1970, a China deixa de lado o isolamento internacional, há abertura do mercado e início de parcerias comerciais. As relações comerciais com o Brasil passam a crescer paulatinamente, no que se refere às exportações: “[...] em 1974, a China respondia por 0,24% das exportações brasileiras. Em 2023, foi o maior destino das nossas exportações ao responder por 30,7% das vendas externas brasileiras.” (Cariello *et al.*, 2024, p. 19).

As relações comerciais do Brasil com a China passaram a se fortalecer a partir de 2009, quando o país se tornou o principal importador de produtos brasileiros, entre os produtos destacam-se *commodities* agrícolas. “A China é o principal parceiro comercial do Brasil, tendo a corrente de comércio alcançado US\$ 160 bilhões em 2023.” (Brasil, 2024a). Em 2024 essa relação se aprofundou com destaque a 37 acordos bilaterais firmado pelos países que atendem principalmente o agronegócio, de acordo com notícia publicada em 2024: “[...] 37 acordos firmados entre os dois países atendem a demandas do agronegócio brasileiro e também favorecem a inserção do Brasil nas cadeias produtivas chinesas.” (Desidério, 2024). Vale ressaltar que “[...] no mercado chinês, somos o fornecedor número um de soja, carne bovina, milho, açúcar, carne de frango e carne suína.” (Cariello *et al.*, 2024, p. 6).

Entre os acordos firmados, destaca-se a habilitação de plantas industriais para exportação de carne de aves e suínos no estado de Santa Catarina (dois na região oeste - unidade Aurora em Guatambú e BRF em Chapecó). A BRF, controlada pela Marfrig, conseguiu aprovação da China para o embarque de aves pela unidade de Chapecó/SC. A planta da Seara em Itajaí/SC foi habilitada para a exportação de dois tipos

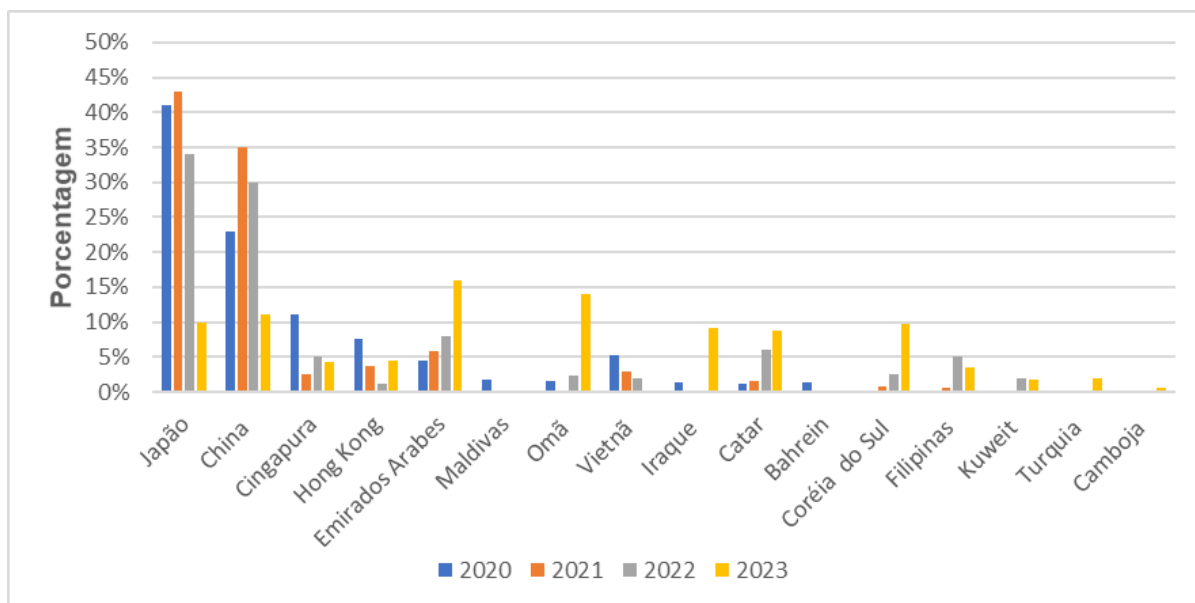
de produtos, aves e suínos e a JBS foi a empresa com mais habilitações obtidas para exportar carne para a China.

Os países asiáticos são o principal destino da produção do setor suíno- avícola. Neste sentido, em trabalho de campo, alguns dados obtidos revelam que a Ásia respondeu por aproximadamente 64% das exportações catarinenses de carnes em 2024. Há vários anos, os países asiáticos são o principal destino das carnes embarcadas por Santa Catarina. Logo, é possível afirmar que as relações comerciais com tais países são essenciais para a avicultura e a suinocultura catarinenses. A China chegou a responder por quase 70% das exportações catarinenses de carne suína (no auge da crise sanitária enfrentada por aquele país, em função da peste suína africana). Embora a participação chinesa tenha diminuído significativamente nos últimos dois anos, continua sendo um mercado extremamente importante.

As relações comerciais da China com o complexo produtivo suíno-avícola da região Oeste Catarinense apresentam variações ano a ano. Os países do Sudeste Asiático são grandes parceiros comerciais da região, tanto no que tange a carne suína como a de aves.

Em análise dos dados do gráfico na figura 44, adiante, em 2020, 2021 e 2022 a China destacou-se como o segundo maior importador de carne de aves do Oeste Catarinense, perdendo somente para o Japão. No ano de 2023, a China passa a ocupar a terceira posição em importações de carne de aves da região Oeste Catarinense. Neste quesito, em primeira posição estão os Emirados Árabes com 16% das importações de carne de aves. Devido a crescente importância do mercado chinês, empresas brasileiras estão expandindo as relações comerciais e abrindo filiais na China, como a Aurora Coop, que no ano de 2025 abriu a primeira filial comercial em Xangai.

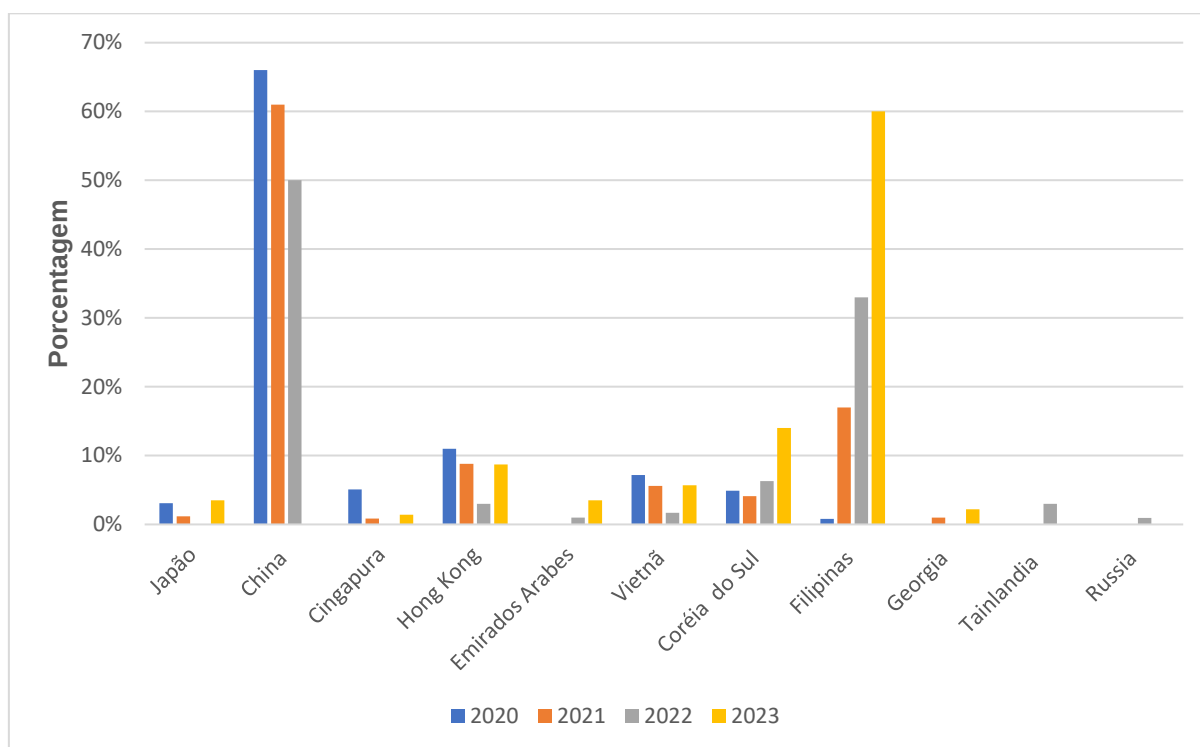
Figura 44 - Gráfico com destino das exportações de carnes de aves do Oeste Catarinense (2020-2023).



Fonte: DataVIVA (2024).

Com relação às exportações de carne suína da região Oeste Catarinense pela China (figura 45, adiante): em 2020 importou 66%, em 2021 importou 61%, em 2022 importou 50% e em 2023 importou 11%. Mesmo com a queda de importações da carne suína pela China, o mercado brasileiro não foi prejudicado, pois outros países, como Filipinas, Catar e Omã, iniciaram as importações. No ano 2023 destaca-se Filipinas com 60% de importação de carne suína da região Oeste Catarinense. Ocorreu mudança das importações devido ao aumento da produção de carne suína pela China, para abastecer o mercado interno.

Figura 45 - Gráfico com destino das exportações da carne suína do Oeste Catarinense (2020-2023).



Fonte: DataVIVA (2024).

As relações Brasil-China e, conseqüentemente, com a região Oeste Catarinense vão além de relações comerciais, devido à relevância do Brasil na América Latina em termos de economia e por assumir posição destaque dentro do BRICS⁴⁰. “Como principal economia na América Latina, principal receptor do investimento direto chinês na região e parceiro estratégico nos BRICS, a relação com o Brasil é fundamental em termos econômicos e políticos para a China.” (Garcia, 2024, p. 23).

A proximidade e os novos acordos comerciais firmados pelo governo brasileiro em 2023, de cooperação tecnológica, parceiras em setores de infraestrutura, energia, agricultura, ciência e tecnologia, com a China, beneficia o Oeste Catarinense,

⁴⁰O BRICS é um agrupamento formado por onze países membros: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã. Serve como foro de articulação político-diplomática de países do Sul Global e de cooperação nas mais diversas áreas. Os objetivos do BRICS incluem fortalecer a cooperação econômica, política e social entre seus membros, bem como promover um aumento da influência dos países do Sul Global na governança internacional. O grupo busca melhorar a legitimidade, a equidade na participação e a eficiência das instituições globais, como a ONU, o FMI, o Banco Mundial e a OMC. Além disso, visa impulsionar o desenvolvimento socioeconômico sustentável e promover a inclusão social (BRICS Brasil 2025, 2024).

principalmente o complexo produtivo suíno-avícola e possibilita a ampliação dos mercados e fortalecimento da economia local.

5 A DINÂMICA DA LOGÍSTICA TERRITORIAL E SUA INFLUÊNCIA NAS EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO PRODUTIVO SUÍNO-AVÍCOLA

A agroindústria no Oeste Catarinense é a base econômica da região, mas a circulação da produção apresenta problemas de infraestrutura de transportes e logística. Desde a década de 1930, quando surgem as primeiras indústrias, os únicos meios de escoar a produção era através da ferrovia (Santa Maria/RS – Itararé/SP), ou por meio de precárias vias não pavimentadas. A região está inserida entre os principais corredores de exportação do estado de Santa Catarina e os eixos de desenvolvimento econômico fazem parte dessa área de influência, que possibilita maior lucratividade, competitividade e, conseqüentemente, a constante relação de poder nesses territórios.

Assim, nesta seção, tem-se como objetivo compreender como a infraestrutura de transportes, circulação e logística afetam diretamente na dinâmica geoeconômica do complexo produtivo suíno-avícola. Nesta “região produtiva”, os sistemas de movimento de produção e cargas estão atrelados às principais rodovias da região Oeste Catarinense.

5.1 As implicações da infraestrutura de transportes/logística para a geoeconomia do complexo produtivo suíno-avícola

A logística territorial, tanto do Estado como das corporações com a globalização, passa a ser de extrema relevância para fluidez e manutenção da competitividade do complexo produtivo suíno-avícola, assim como os eixos de desenvolvimento econômico que fazem parte dessa área de influência e possibilitam maior lucro, competição e relações de poder nestes territórios.

Nesta pesquisa o termo “logística” é empregado para a análise territorial e espacial; bem como o movimento circulatório do capital, o qual é a base para entender a logística territorial da região. Os sistemas de movimento/armazenamento e os sistemas de normas alteram os territórios e definem a logística territorial. No novo contexto do neoliberalismo, aprofundam-se os conceitos de empresas globais, de globalização, de estratégias competitivas, de logística, entre outros, em uma lógica neoliberal, a fim de apontar os melhores caminhos para as corporações (Silveira, 2016, p. 23).

O neoliberalismo proporcionou às grandes corporações alargar a concorrência e a competitividade global. Cortar custos passou a ser regra fundamental nos setores produtivos de transportes e armazenamento. Além disso, “[...] a competição entre capitalistas não está dissociada do conflito capital e trabalho, ou seja, vai traduzir no reinvestimento de parte dos lucros visando o aumento da produtividade.” (Corrêa, 2010, p. 214). As empresas adquirem liberdade de escolha dos lugares mais adequados para investimentos, principalmente locais com infraestrutura e apoio logístico. Conforme Silveira (2011), a logística não é uma infraestrutura (fixo) e também não é um sistema de movimento (fluxo), pois a logística é uma atividade do setor de serviços que desenvolve as estratégias, o planejamento e a gestão, principalmente dos transportes, do armazenamento e das comunicações.

O termo logística passou a designar no ambiente empresarial as estratégias das vultuosas corporações para reduzir os custos de transportes e armazenamento nas cadeias de fornecimento (insumos), de produção (durante todas as etapas do processo produtivo) e de distribuição (até o consumidor final). (Silveira, 2016, p. 26).

O transporte e o armazenamento dos suprimentos, da produção e da distribuição configura a logística, os fixos e os fluxos de suprimentos, de produção e de distribuição. Na década de 1980, as discussões sobre planejamento, gestão integrada de transportes, de armazenamento e seus impactos territoriais ganharam notoriedade global, assumindo um papel fundamental nas demandas corporativas, chamada logística corporativa⁴¹. As empresas utilizam a logística para reprodução e ampliação do capital, através da circulação (fluxo) de mercadorias/capital. Neste sentido:

As interações espaciais dos transportes e das comunicações promovem o dinamismo socioeconômico através dos fluxos de mercadorias no cenário do consumo, do comércio e da produção. Os transportes têm a função de viabilizar, espacialmente, os fluxos de matérias-primas, de bens semiacabados, de peças, de equipamentos e de bens acabados da esfera local a internacional. Na logística, o transporte é o serviço operacional de maior destaque na movimentação de mercadorias no mundo dos negócios. (Pereira; Ferreira, 2016, p. 384).

Para Silveira (2011) a “Geografia dos Transportes, Circulação e Logística”, são os termos mais adequados hoje para estudos geográficos. O termo transportes não

⁴¹Logística corporativa: na década de 1980, quando estratégias de planejamento e de gestão de transportes e de armazenamento alcançam níveis significativos de importância na diminuição dos custos de reprodução do capital das grandes corporações (Silveira, 2011, p. 22).

deve ser abandonado por ser mais específico (para geografia crítica, a geografia dos transportes estuda a mobilidade espacial, os sistemas de transportes, impactos espaciais); já o termo circulação não se refere somente ao movimento de mercadorias, de pessoas e de informação, mas, no momento atual, ao movimento circulatório do capital; e a logística é um termo agregado aos transportes e a circulação.

Ao acrescentarmos os termos “circulação” e “logística” para chegarmos a definição do ramo da geografia que chamaremos de “Geografia da Circulação, Transportes e Logística”, estaremos falando de transportes enquanto sistemas de movimento e todas as condicionantes relacionadas a ele para a movimentação de mercadorias, de pessoas e de informações (basicamente na lógica da organização espacial) e; da circulação enquanto uma totalidade capaz de produzir intensamente o espaço através do movimento e das interações decorrentes. Mas a circulação, no capitalismo, também deve ser entendida como a circulação do capital através do movimento de mercadorias, de bens e de informações aptos para atenderem suas necessidades [...]. Já a logística agrega a discussão fatores mais atuais, como a importância das cadeias de suprimentos, produção e distribuição e todo o armazenamento do montante a jusante do sistema produtivo [...] qualquer um dos predicados, como logística e os transportes, estão correlacionados ao movimento circulatório do capital. (Silveira, 2011, p. 45).

Se o movimento do capital e de suas mercadorias dependem tanto da logística dos transportes, logo, eles possuem papel fundamental para o processo de produção e distribuição de mercadorias, trazendo impacto diretamente na geoeconomia das regiões. Para Silveira (2011), a logística territorial é a que mais interessa para a geografia, por se relacionar com outros ramos geográficos, dessa forma, o autor enfatiza que:

A logística territorial envolve o planejamento referente a infraestrutura (sistemas de movimento e de armazenamento) e as normas (sistemas de normas), capazes de tornar eficiente a fluidez territorial e, por conseguinte de alterar o território (os espaços urbanos e rurais). (Silveira, 2011, p. 60).

A infraestrutura torna possível a circulação e o armazenamento do capital produtivo, assim, “[...] as infraestruturas de transporte, em seus diversos modais, constituem o principal suporte para as atividades relacionadas com a logística.” (Barat, 2011, p. 218).

Os sistemas de movimento e armazenamento na região Oeste Catarinense, estão atreladas às principais rodovias da região e ao sistema de portos e portos secos. As infraestruturas de transportes são de grande importância para a circulação do capital, e na região Oeste Catarinense essa circulação do capital faz-se via modal

rodoviário⁴². Assim, é indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção (Santos, 2006).

O Estado também participa com as normas e técnicas empregadas no território. A logística territorial de Estado é relevante para a geografia, visto que teve participação no processo de desenvolvimento brasileiro (1930 até 1970), com as políticas de desenvolvimento regional, de integração de territórios (Silveira, 2011).

A logística territorial pode ser planejada pelo Estado, como a iniciativa de investimentos com obras do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e do Novo PAC⁴³, ou através de concessões de serviços públicos para iniciativa privada, “[...] o Estado possibilita a construção e administração de infraestruturas.” (Silveira, 2011, p. 61). Na logística territorial do Estado, estão contidos os sistemas de normas e de técnicas, concessões, privatizações, planejamento entre outros.

A “logística territorial” é fundamental para o atendimento das demandas corporativas, mas também é planejada pelo Estado sem necessariamente esta atender diretamente a esses interesses. A “logística organizacional” e a “logística territorial” são condicionantes e condicionadas entre si. Para tornar mais eficiente a “logística organizacional”, o interesse corporativo necessita de mudanças no território, isto é, da atuação da “logística territorial” através de suas estratégias e de seu planejamento. Ao mesmo tempo, a “logística organizacional” tem que cria estratégias para atuar sobre o território, ou seja, a “logística territorial” também condiciona a “logística organizacional”. (Silveira, 2011, p. 61).

A logística territorial, principalmente com o Estado indutor de planejamento e desenvolvimento de novas infraestruturas, possibilita mudanças no território para que as grandes corporações atuem/produzam nesses territórios. O Estado é responsável pelo planejamento territorial, que vai facilitar a fluidez corporativa, principalmente no estado de Santa Catarina. Dessa forma, tanto a logística de Estado como a logística corporativa atuam na competição e no domínio das grandes corporações nesses

⁴²O modal rodoviário passou a ser a única alternativa de transportes de mercadorias na região, desde 1990 quando o modal ferroviário passou para a iniciativa privada.

⁴³O Novo PAC é um programa de investimentos coordenado pelo governo federal (no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva – 2023-2026), em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais. Todo o esforço conjunto é para acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, gerando emprego e renda, e reduzindo desigualdades sociais e regionais. Em 2023, o Novo PAC concluiu obras nas rodovias federais BR 470/SC. Em 2024, o Novo PAC concluiu obras de restauração e revitalização em trechos de rodovias federais como: BR 280/SC, BR 163/SC (Brasil, 2020).

territórios. Para Silveira (2018, p. 9), “[...] a logística de Estado e corporativa são destaques no reordenamento geoeconômico do território brasileiro, pois salientam uma fluidez e uma competitividade territorial vigente.”

A rodoviarização no Brasil teve seu advento na década de 1950, dessa forma, “[...] a matriz de transporte brasileira tem se mantido desequilibrada, com larga vantagem para este modal, cujos custos, muitas vezes, superam aqueles apresentados por outros.” (IPEA, 2010, p. 407). Atualmente, 61% das cargas transportadas nacionalmente são deslocadas por meio das rodovias.

A priorização pelo modal rodoviário, notado em todo o país e o aumento no volume de cargas, requer investimentos de construção, ampliação e modernização das vias, bem como combinação de modais de transportes, a intermodalidade. O desmonte do Estado influi de maneira negativa sobre os sistemas de transportes e logística. Pela lógica neoliberal, e a política de privatizações na década de 1990, pensava-se que as empresas privadas logo assumiriam o papel do Estado, e investiriam nos sistemas de transportes e logística, mas não foi o que ocorreu, ao contrário, gerou-se vários problemas devido às concessões tanto de rodovias como de ferrovias. O que agravou os problemas de circulação e escoamento da produção.

O transporte rodoviário e o uso do caminhão começaram a desempenhar a função dos diversos outros meios, inclusive do ferroviário. O transporte de produtos diversos com maior rapidez e em grandes quantidades, aliado à melhoria da infraestrutura rodoviária, foi o que possibilitou essa substituição. A partir de 1960, também o transporte ferroviário perderia sua competitividade de fretes pelo transporte rodoviário. E, já nos anos de 1970, a Ferrovia do Contestado paralisaria totalmente o transporte de passageiros e, sem faturamento, entraria em processo de deterioração. (Pertile, 2008, p. 108).

Com a privatização da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, na década de 1990, e os processos de concessões do governo federal, o Estado deixa de atuar nos territórios, deixando nas mãos do mercado. A empresa concessionária América Latina Logística, do trecho ferroviário que passa no Oeste Catarinense, desativou esse trecho, alegando inviabilidade econômica. Essa empresa norte-americana possui a concessão dessa ferrovia, a qual a linha inicia em Santa Maria/RS e vai até Itararé/SP. O processo de sucateamento das ferrovias no Brasil iniciou-se no final da década de 1980, motivando as concessões ao capital privado. Assim:

Aproveitando-se do contexto e dos discursos a favor das concessões e privatizações, os interessados a assumir as empresas públicas passaram a

incentivar a desregulamentação, a privatização e concessão dos setores de utilidade pública em nome da economia de mercado. (Silveira, 2003, p. 290).

Em 1990, o Estado passa a colocar em prática as privatizações de empresas, concedendo os serviços para o capital privado, no que resultou a privatização do setor ferroviário. A ferrovia que tinha uma “função”, de ligar e escoar a produção do Oeste Catarinense até São Paulo, hoje se apresenta somente como “forma”, em uma região produtiva e geoeconomicamente dinâmica.

As agências reguladoras do território, que representam o poder do Estado, entre elas a Agência Nacional dos Transportes Terrestres, não conseguem fiscalizar efetivamente essas empresas, que não cumprem as cláusulas contratuais afetando significativamente não só a economia da região Oeste Catarinense, mas, também, o norte do Rio Grande do Sul, região que também possui ligação econômica com o oeste de Santa Catarina.

A região Oeste Catarinense passa a ter somente uma alternativa de transportes, o modal rodoviário, tornando a logística um entrave para as agroindústrias. O principal eixo de integração do oeste com o porto de Itajaí e de Navegantes, para o transporte da produção das agroindústrias, é a rodovia BR 282, que liga a capital com o extremo oeste do estado de Santa Catarina e a rodovia BR 470. São rodovias para escoar a produção das agroindústrias aos portos.

Com falta de investimentos em infraestrutura de transportes, as empresas catarinenses sofrem com a concorrência internacional e os custos logísticos no mercado doméstico. De acordo com a pesquisa do Programa Catarinense de Logística Empresarial sobre os custos logísticos da indústria catarinense, os custos logísticos são de R\$0,13 para cada real bruto faturado em 2022 (FIESC, 2023). Em entrevistas realizadas e trabalho de campo, 63% da matriz de transportes do estado é rodoviário, o porto de Itajaí é o segundo do Brasil em maior movimentação de contêineres, de produto de valor agregado. Na avaliação do presidente da cooperativa central da Aurora Alimentos, Mário Lanznaster:

As deficiências logísticas e a escassez de milho se constituem em dois graves gargalos para o desenvolvimento de Santa Catarina. [...] O transporte de 1,8 milhão de toneladas custa cerca de 300 milhões de reais, custo absorvido pela indústria catarinense da carne que, por isso mesmo, perde competitividade. “Com esse valor dá para construir uma indústria nova por ano”, compara o dirigente. (Milho..., 2011).

Os custos com o milho devido ao transporte, também refletem no custo da produção de suínos e aves. Em entrevistas e questionários, obteve-se a informação das questões de dificuldades de logística para disponibilizar alimentação aos animais. Entre as informações obtidas, destaca-se que ocorreu uma redução da área plantada de milho em Santa Catarina, o que gerou aumento do custo da produção de suínos e aves. Outro ponto importante, foi que dos cerca de 8 milhões de toneladas de milho consumidos, anualmente em Santa Catarina, aproximadamente 5,5 milhões vem do Paraguai e do Centro Oeste do Brasil, em sua grande maioria por via rodoviária. Isso tem resultado na redução do ritmo de crescimento da produção e perda de participação de Santa Catarina na produção nacional.

Em entrevista realizada na cidade de Chapecó, um dos problemas apontados foi a questão da logística, como um dos gargalos em Santa Catarina, para ampliar a indústria e a produtividade. Pelas informações obtidas em entrevistas, o valor do frete rodoviário é mais caro para trazer o milho, sendo, acima de 800 km mais vantajoso o uso do modal ferroviário do que o rodoviário, o grande desafio da matéria prima.

Já em relação ao produto acabado, a rodovia BR 282, intercessão 470, é para exportação e se perde 20% de produtividade em função dessas rodovias não estarem duplicadas. Todas as empresas são contratadas para levar as cargas através de caminhão frigorificado e também através de pranchas com contêineres.

A logística é um dos fatores para escolhas de ampliação e permanência das agroindústrias. Em entrevistas, se salientou que se tivesse uma ferrovia para trazer os insumos (milho) e a rodovias fossem duplicadas, as agroindústrias da região seriam 20% mais competitivas, em termos logísticos, e teriam maior produtividade. Uma questão importante também destacada é a desburocratização dos sistemas, seria fundamental para aumento da produtividade, pois a cabotagem para levar os produtos das agroindústrias, nesse caso da Aurora Coop, ao mercado interno (o nordeste), se comparado ao transporte rodoviário, torna-se 50% mais barato. O presidente da ACAV, Clever Pirola Ávila observa que todo o transporte está baseado em rodovias, as quais estão congestionadas em Santa Catarina:

A BR 282 e a BR 470 são gargalos pelo subdimensionamento, congestionamento, morosidade, etc, que propiciam consumo excessivo de combustíveis, muitos acidentes, custos altos e um impacto ambiental desnecessário. Ávila que, atualmente, 27% da produção nacional de aves poderia circular nessa ferrovia. Por isso, a ferrovia do frango é adequada para as soluções de todos os entraves, reduzindo custos e nos alinhando a competitividade necessária. (Portos e navios, 2010).

A região Oeste Catarinense tornou-se a maior produtora de suínos do país e segunda maior produtora de aves, ademais, empresas locais tornaram-se multinacionais, atuando em vários territórios. A região está inserida entre os principais corredores de exportação do estado de Santa Catarina.

Os corredores⁴⁴ de exportação ou corredor logístico central de Santa Catarina (figura 46, f. 176), formado pela BR 163 (Dionísio Serqueira, cidade que faz fronteira com a Argentina); BR 282, que se estende da mesma região até Florianópolis; e a BR-470 até o litoral. A BR 282 e a BR 470 se cruzam no município de Campus Novos. Esse corredor de exportação apresenta denso fluxo rodoviário e significativa atividade do complexo produtivo suíno-avícola.

Toda cadeia produtiva do complexo produtivo suíno-avícola passa por esses corredores de exportação, os insumos (milho) vindos dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, o transporte das aves e suínos para o abate nas agroindústrias até o produto acabado que será levado para o porto de Itajaí ou para o mercado interno através da BR 153, que também é um dos principais corredores logísticos que integra a região Oeste Catarinense à região sudeste do país (figura 47, f. 178).

Conforme dados do Plano Nacional de Contagem de Tráfego (PNCT), vinculado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), na rodovia BR 163, no acesso ao terminal internacional de cargas em Dionísio Cerqueira, o volume médio anual em 2023 de caminhões⁴⁵ foi de 614/VMDa (volume médio diário anual - VMDa) (Brasil, 2024b)

A rodovia BR 163 já apresentou grandes problemas no passado, com informações obtidas em trabalho de campo e entrevistas, houve grande pressão do setor produtivo sobre o governo federal em função das condições críticas da rodovia, no trecho entre Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste, que chegou a ser considerada a pior rodovia federal do país. Como grande parte do milho consumido em Santa Catarina provém da região Centro-Oeste do Brasil, essa é

⁴⁴Por rota ou corredores, entende-se o conjunto de infraestrutura, sistemas operacionais, e meios logísticos que, em diferentes escalas e especializações, integram-se para propiciar a continuidade do transporte desde a origem da produção até o destino do beneficiamento, da transformação, do consumo, ou do embarque nos portos (Barat, 2011, p. 222).

⁴⁵A classificação veicular do PNCT está dividida em: A, B (ônibus e caminhão simples); C, D, E, F, G, H (caminhões com reboque, semirreboque, reboque, entre outros); e a I (veículos de passeio e utilitários); J (motocicleta). Na pesquisa foi utilizada somente a classificação C, D, E, F, G, H.

uma das principais rotas de passagem desse produto, e as péssimas condições da rodovia encareciam o frete.

Atualmente a situação da rodovia BR 163 foi resolvida. Outra questão apontada nas entrevistas é que há um impacto direto entre as condições das rodovias e a produção pecuária do estado, tanto pelo fato de grande parte do milho consumido chegar por via rodoviária quanto pelo escoamento da produção de carnes, que se dá por via rodoviária até os portos litorâneos do estado. Diante disso, podemos observar no mapa a seguir (figura 46), o corredor logístico central, formado pelas BRs 163, 282 e 470.

Figura 46 - Localização do eixo principal de exportação da região Oeste Catarinense.

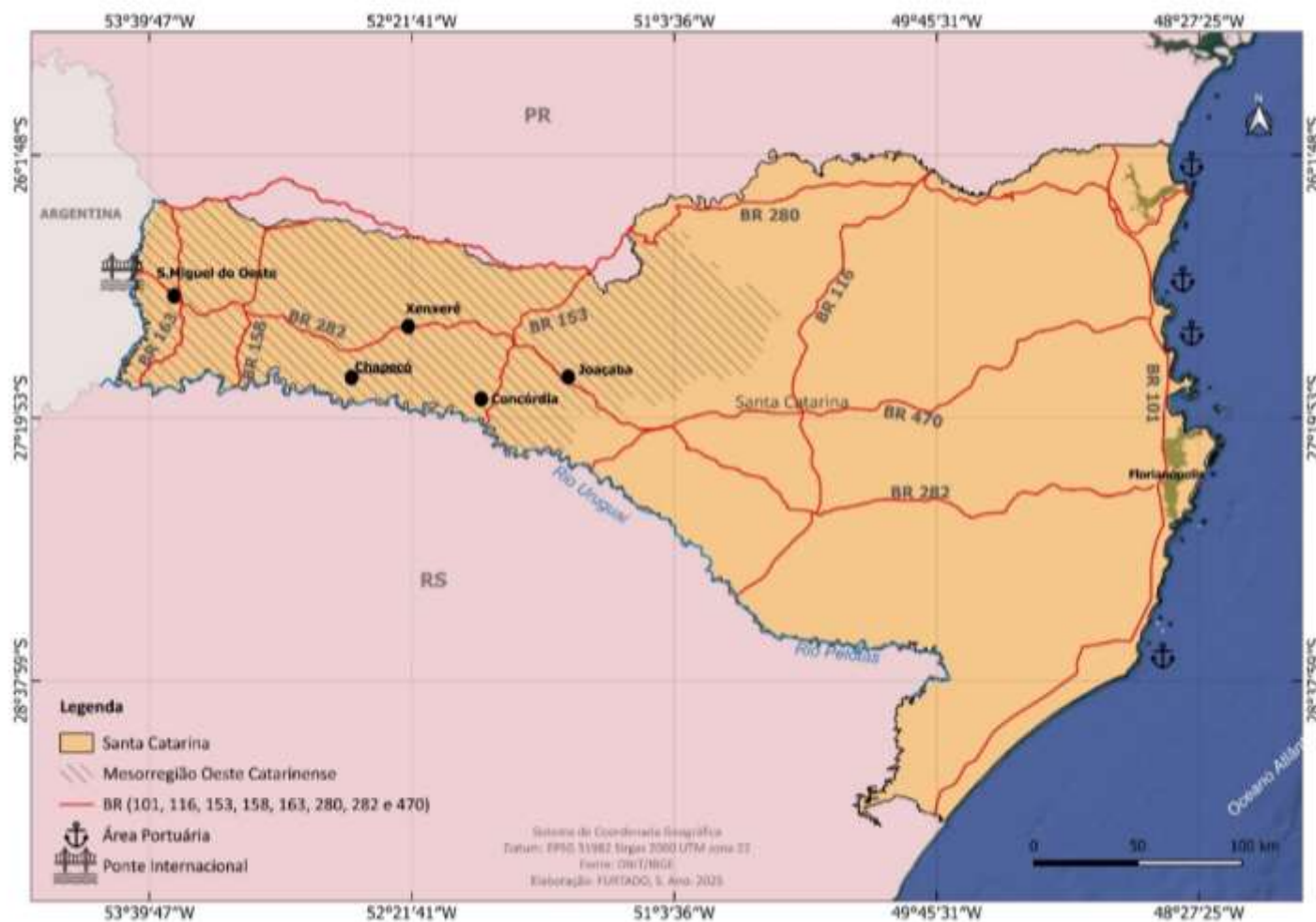


Fonte: elaboração própria, com dados de IBGE [2025?].

A rodovia BR 282, como parte do corredor de exportações da região oeste, perpassa as principais cidades da região Oeste Catarinense onde estão localizadas as grandes agroindústrias do complexo suíno-avícola, essa rodovia possibilita o transporte e circulação da produção até o Porto Seco de Dionísio Cerqueira e até o porto de Itajaí, com ligação a rodovia BR 470.

Assim, de acordo com entrevistas e trabalho de campo, somente nas atividades agroindustriais do oeste de Santa Catarina, nos transportes de milho, soja, carnes de aves/suínos e industrializados, calcários, fertilizantes, estima-se que circulam na BR-282/SC 1.100 carretas de 30 toneladas aproximadamente por dia. Nesse sentido, o mapa da figura 46, a seguir, mostra as principais rodovias federais que escoam a produção do complexo produtivo suíno-avícola da região Oeste Catarinense.

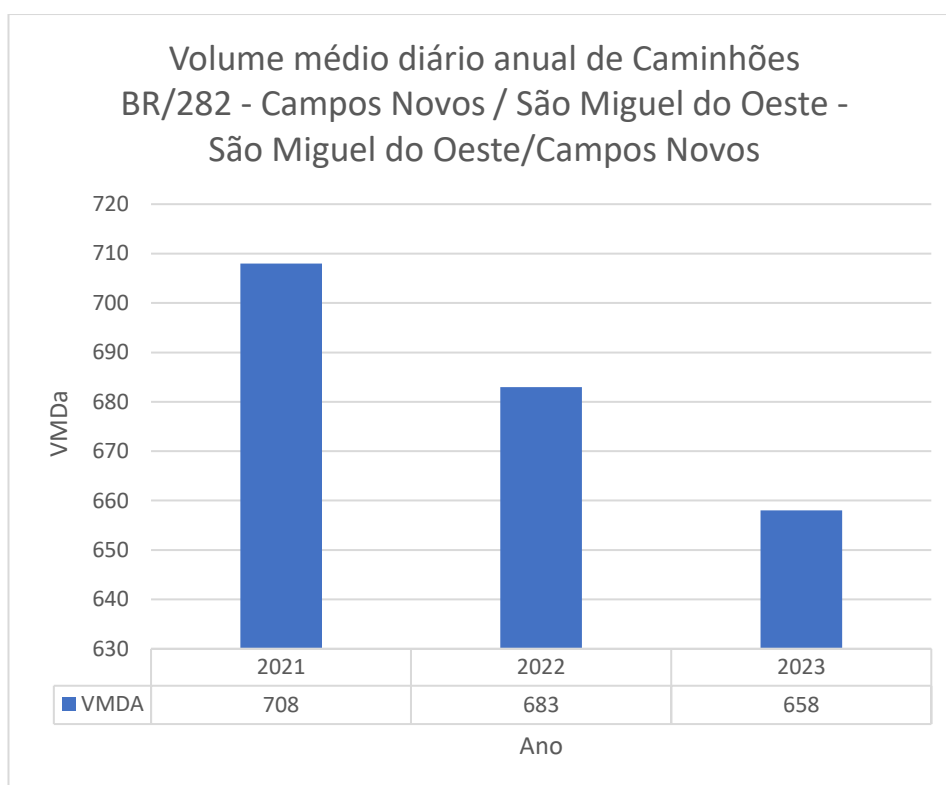
Figura 47 – Localização das principais rodovias federais de escoamento da produção do complexo produtivo suíno-avícola.



Fonte: elaboração própria, com dados de IBGE [2025?].

A BR 282 no trecho Campos Novos/São Miguel do Oeste e São Miguel do Oeste/Campos Novos, apresentou uma pequena diminuição de fluxo de caminhões diariamente, em 2021 foram 708/VMDa, em 2022 foram 683/VMDa e em 2023 foram 658/VMDa (figura 48, a seguir). De 2021 a 2023 foram 50 caminhões a menos fazendo esse percurso diariamente, não foi possível mensurar o porquê dessa diminuição, mas isso não significa que os problemas de transporte, logística e circulação vieram a diminuir nesta rodovia.

Figura 48 - Gráfico com o volume médio diário anual de caminhões na BR/282 – trecho de Campos Novos a São Miguel do Oeste e São Miguel do Oeste a Campos Novos.



Fonte: Brasil (2020).

A rodovia BR 282 ainda apresenta alguns trechos com problemas na pavimentação, sinalização e em outros aspectos. Mas alguns trechos já estão em ótimas condições, como, por exemplo, o entroncamento da BR 282 com a BR 480 na cidade de Chapecó que foi inaugurado em outubro de 2024 (figura 49, foto de trabalho de campo, no município de Chapecó, no dia 31 de janeiro de 2025.).

Figura 49 - Rodovia BR 282, entroncamento com a BR 480 na cidade de Chapecó/SC.



Fonte: acervo da autora.

De acordo com informações obtidas em questionários e entrevistas, são recorrentes as reclamações relativas às rodovias BR 282 e BR 470, que são rotas de escoamento da produção de carne de suíno e de frango até os portos. Ambas as rodovias passam por obras que têm, gradativamente, melhorado suas condições, embora ainda se configurem em gargalos.

Para as agroindústrias da região Oeste Catarinense, os problemas de logística e transporte esbarram nas condições das rodovias, já que toda a produção do Oeste Catarinense é transportada via modal rodoviário, assim, em entrevistas e questionários obteve-se a informação de que as rodovias são um problema generalizado para o Brasil e não somente para a cooperativa Aurora. As estradas brasileiras não comportam o movimento de cargas. O problema é que as estradas não comportam o fluxo atual. Santa Catarina só tem uma estrada, para Florianópolis a BR 282 e para Itajaí a BR 470 que é praticamente intransitável.

Como a base do transporte é rodoviário, o fluxo diário de caminhões para levar os produtos da Aurora Coop até os portos de Itajaí e Navegantes é de grande quantidade. Em entrevista obteve-se a informação de que a Aurora exportou, em

2024, 63 mil toneladas, 2.100 cargas por mês, 80 cargas dia. O maior volume de cargas está em sentido Itajaí/Navegantes foi 40 cargas dia. Mas, não somente a Aurora utiliza essas rodovias, as empresas BRF e JBS, também levam sua produção para o porto de Itajaí, para fins de exportação.

O porto de Itajaí e Navegantes, principal complexo portuário para exportação dos produtos derivados do complexo produtivo suíno-avícola, em 2024, passou a contar com uma nova operadora⁴⁶ do terminal de contêineres, a JBS. Um contrato com duração de dois anos, até que a nova concessão através de edital seja realizada. O terminal portuário ficou todo o ano de 2023 sem movimentar contêineres “devido ao atraso no edital para uma nova concessão” (FIESC, 2024b).

A multinacional JBS produtora de alimentos, “[...] já era, junto com a BRF e a Aurora, uma das maiores clientes do complexo portuário através da exportação de carne de frango e suína.” (FIESC, 2024b). Devido ao empasse na nova concessão, os problemas com a movimentação de cargas no Porto de Itajaí geraram prejuízo para essas empresas, como enfatiza o gerente do Sindicarne:

Sem movimentação de carga no Porto de Itajaí, as três gigantes do ramo passaram a amargar prejuízos mensais de R\$ 2,3 milhões apenas com o trabalho de realocação de cargas para outros portos, revela o gerente executivo do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina (Sindicarne), Jorge Luiz de Lima. “As empresas tiveram de modificar suas operações, fazer viagens mais longas para Itapoá, Imbituba e até Rio Grande (no Rio Grande do Sul). E, por ser comércio exterior, elas acabaram absorvendo grande parte desse custo adicional”, comenta Lima (FIESC, 2024b).

A JBS está presente no porto de Itajaí com um terminal portuário, denominado JBS terminais, com rotas marítimas de exportação para a Ásia, África e Costa Leste dos Estados Unidos. Para a Ásia (extremo oriente), “[...] os principais produtos na exportação via SC para o Extremo Oriente, em contêineres, em 2024 são: proteína animal (48%) e madeira e derivados (40%).” (JBS Terminais, [2025]). Na figura 50, podemos observar as rotas marítimas para a Ásia, sendo mais de sete países que a JBS atende na rota asiática⁴⁷:

⁴⁶Operador portuário: “[...] objetivo de alocar contêineres para os clientes nos locais e tempos certos; otimizar a realocação dos contêineres nos portos e oferecer condições de competição com outros portos.” (Barat, 2011, p. 223).

⁴⁷“O Armador (transporte Marítimo), tem o objetivo de atracar no menor número possível de portos; obter a maior ocupação possível do navio; conseguir o menor tempo possível de espera no porto; arcar com os menores custos nas operações de embarque e desembarque e ter maior eficiência e rapidez nos embarques e desembarques.” (Barat, 2011, p. 223).

Figura 50 - Linhas marítimas – Ásia.



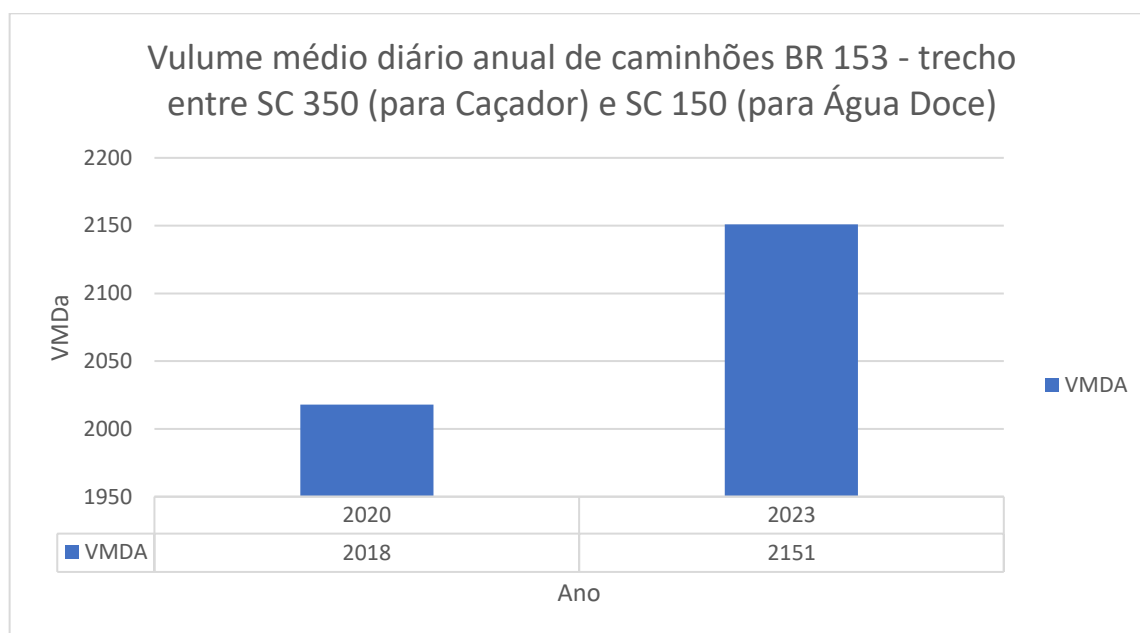
Fonte: Portifólio Linhas Marítimas JBS Terminais.

Vale destacar que, “[...] o porto é o elo mais importante do transporte terrestre com navegação de longo curso [...]. Os portos se tornaram, assim, empreendimentos comerciais, com forte influência no desenvolvimento regional.” (Barat, 2011, p. 222). Para o complexo produtivo suíno-avícola, o porto é o elo principal para a exportação de produtos e também para abastecer parte do mercado nacional, além de ser por onde entram os suprimentos e máquinas que fazem parte da estrutura produtiva do complexo suíno-avícola da região, através das importações.

A rodovia BR 153 caracteriza-se por integrar o território nacional, com isso, a produção e circulação de mercadorias da região Oeste Catarinense com destino aos estados do sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e para a região nordeste do país deslocam-se por essa rodovia.

O VMDa do tráfego de caminhões na BR 153, trecho que vai em direção a Água Doce e Caçador, apresenta crescimento significativo de fluxo de caminhões comparando o ano de 2020 para 2023. Conforme os dados apresentados no gráfico da figura 51, a seguir, foram 132 caminhões a mais diariamente nesse percurso. Além disso, essa rodovia apresenta problemas como ondulações na pista, buracos entre outros.

Figura 51 - Gráfico com o volume médio diário anual de caminhões na BR 153 – trecho de entre a SC 350 (para Caçador) e SC 150 (para Água Doce).



O governo federal através do Novo PAC (Brasil, 2020) irá realizar melhorias em diversas rodovias da região, mas a BR 153 não foi contemplada. Conforme a figura 52 (adiante), as rodovias contempladas foram: BR 163, parte da BR 282 e parte da BR 470. O governo federal investiu R\$ 1,2 bilhão pelo Novo PAC em melhorias na BR-470, em Santa Catarina, no ano de 2024. Em relação as melhorarias na BR 470 (Brasil, [2025a]):

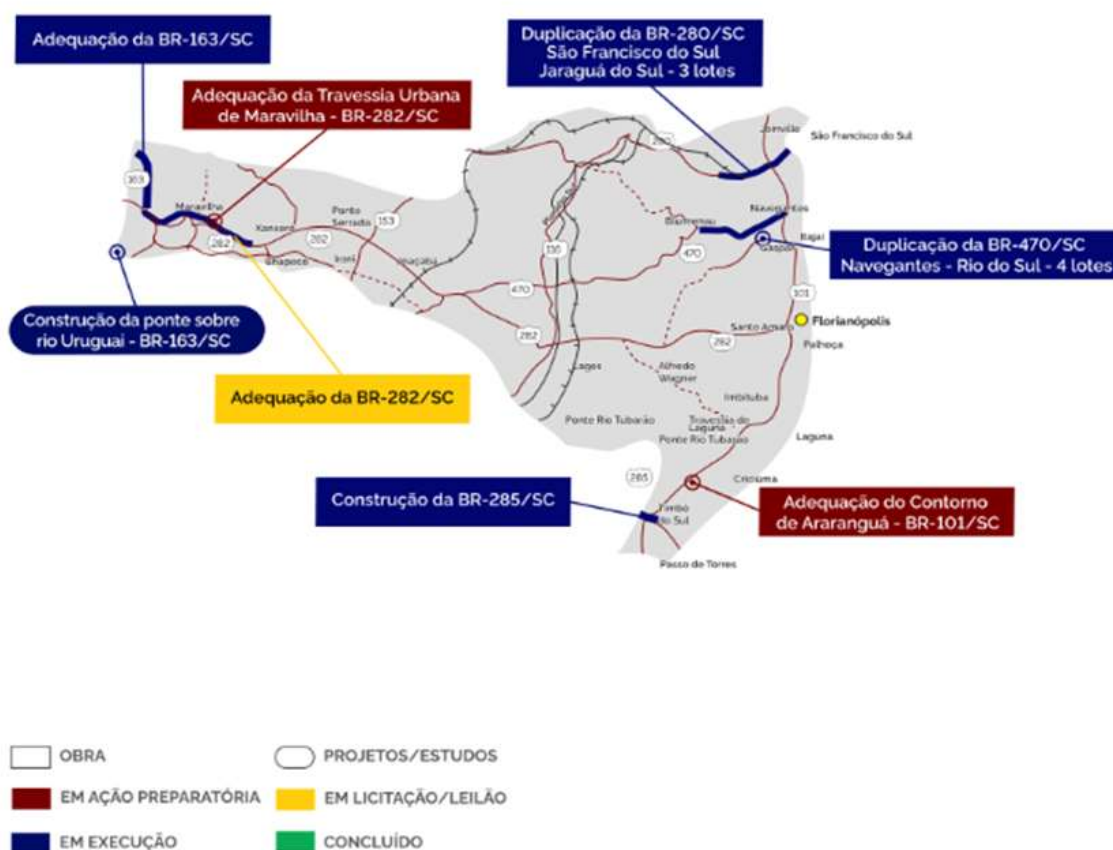
Até o momento, 81% das obras foram concluídas, com 50 quilômetros de pistas duplicadas já entregues aos usuários da rodovia. Além das novas pistas para duplicação, o projeto inclui a construção de 27 viadutos nos 73 km contemplados, dos quais 13 já estão em operação.

Outro investimento do Novo PAC é o acesso à cidade de Chapecó, no Oeste Catarinense, no qual “[...] foi concluído a restauração de 7,6 km da BR-480/SC, no trecho de pistas duplicadas, com investimento de R\$ 10 milhões pelo Novo PAC.” (Brasil, [2025a]).

No rol dos investimentos do Estado está também a BR 163, na qual serão investidos R\$ 316 milhões para a pavimentação. “Perto de concluir os serviços de ampliação da capacidade de tráfego dos 47 quilômetros da obra, além de construir os acessos ao Porto Internacional de Cargas de Dionísio Cerqueira.” (Brasil, [2025a]).

Diante disso, na figura 52 (a seguir) é possível visualizar as obras que estão no Novo PAC em rodovias federais de Santa Catarina. Como pode ser visto, na região oeste do estado as BRs 282 e 163 foram contempladas nas melhorias.

Figura 52 - Empreendimento públicos no estado de Santa Catarina (2024).



Fonte: Brasil (2020).

A BR 282 cruza o estado de Santa Catarina de leste a oeste em uma extensão de mais de 600 quilômetros. Essa rodovia também está em fase de melhorias, com projeto de duplicação em andamento entre Chapecó e São Miguel do Oeste, com investimento de R\$ 8 bilhões. Conforme o Brasil ([2025a]), “[...] o DNIT assinou a ordem de início dos serviços para a elaboração de estudos e projetos básico e executivo de engenharia para a duplicação da BR-282/SC, entre Chapecó e São Miguel do Oeste.”

A capacidade de tráfego em alguns segmentos da rodovia BR-282 pode ser caracterizada como em fase de esgotamento. Essa obra, entre tantas outras, possibilita melhorias para logística da região oeste de Santa Catarina, por outro lado,

permanece a indagação sobre se os investimentos em melhorias de rodovias é o caminho para o fortalecimento da dinâmica geoeconômica e da logística territorial do complexo produtivo suíno-avícola. Até o momento, o que fica claro são as melhorias das rodovias já existentes através de investimentos efetivados, mas ainda é algo incerto e até mesmo distante o desenvolvimento de projetos e obras nas ferrovias, por exemplo. Mesmo que projetos e reunião já tenham acontecido, tratam-se de iniciativas que ainda não se materializaram.

O planejamento da infraestrutura de transportes e da circulação do capital produtivo, parte do planejamento do Estado, que continua sendo o indutor de desenvolvimento. Na seção 3 deste trabalho foi destacado essa atuação do Estado. Com o fim do Estado desenvolvimentista na década de 1980, a infraestrutura dos transportes sofreu grandes perdas com a falta de investimentos nos diferentes modais, mas o mais afetado foi o modal ferroviário, o qual foi extinto da região Oeste Catarinense. Além disso, nos anos de 1990 “[...] as preocupações passaram a ser relacionadas, principalmente com o tempo e com a qualidade.” (Barat, 2011, p. 219).

A logística passa a ter uma abordagem integrada que vai desde o planejamento, controle de estoque e a origem da produção até o destino final. A intermodalidade poderia ser uma forma de agregar valor para a geoeconomia dos complexos produtivos suíno-avícola, com menores custos, mais rapidez e eficiência no transporte e circulação.

A ferrovia torna-se necessária novamente, pois diversos relatos de diferentes atores da região oeste e do estado de Santa Catarina enfatizam a importância de um novo modal, para que a logística territorial permita competitividade. O representante da ACAV, em questionário, destaca que “[...] é necessário termos uma logística eficiente, mas com um viés multimodal que não seja apenas focada no transporte rodoviário.” (Resposta..., 2024).

A intermodalidade utiliza mais de um modal de transporte desde a origem do produto até o destino final, que geralmente são os portos. O transporte intermodal pressupõe:

A transferência física da carga por diferentes modais, numa perspectiva sistêmica da cadeia de transporte desde a coleta até a distribuição, minimizando os tempos de imobilização das mercadorias na sua movimentação entre a origem e o destino. (Barat, 2007, p. 13).

O transporte rodoviário ou modal rodoviário está saturado e com trechos deteriorados. Dessa forma, na avaliação do presidente da cooperativa Central Aurora Alimentos, Mário Lanznaster:

O presidente não tem dúvidas que a permanência das agroindústrias no Oeste Catarinense dependerá da construção de vias férreas. O transporte por ferrovia corresponde a 33% do custo do modal rodoviário. A equação ferroviária passa por duas obras: a ferrovia leste- oeste (ligando a região produtora aos portos catarinenses) e a ferrovia norte-sul (ligando Chapecó ao Mato Grosso do Sul). “Sem ferrovia não haverá futuro”. Esse é o consenso existente na cadeia produtiva da suinocultura e da avicultura industrial. (Milho..., 2011).

Contudo, mesmo com diferentes segmentos da indústria e da sociedade civil organizada, através de entidades representativas, a ferrovia ainda não é realidade na região Oeste Catarinense. Em entrevistas realizadas, obteve-se a informação que uma ferrovia é importante para manter o eixo logístico do corredor leste/oeste do estado de Santa Catarina, em conjunto com ferrovias litorâneas, com integração a malha nacional e, além disso, pensar na ferrovia considerando todo processo logístico, ela deve ser pensada na integração, conexão com todos os modais.

O projeto de uma ferrovia de integração da região Oeste Catarinense até o porto de Itajaí teve início no ano de 2001, quando foram elaborados estudos de viabilidade de implantação de ferrovias no estado de Santa Catarina e esse estudo foi concluído em 2003. A “Ferrovia do Frango ou Ferrovia da Integração ou corredor leste - oeste”, o trecho partiria de Itajaí até a cidade de Chapecó, podendo ter um ramal até Dionísio Cerqueira (figura 53, adiante), está incluída nesse estudo de viabilidade, também estava contemplada no PAC-2.

No ano de 2010 foi lançado edital para estudo de impacto ambiental pelo DNIT⁴⁸, que foi revogado por razões de interesse público devido a fatos supervenientes. Além de edital de projeto básico de engenharia, que também foi revogado. De 2010 até 2024 a obra de implantação do trecho ferrovia (leste-oeste) ficou parada e sem previsão para continuação das licitações.

⁴⁸ Edital 0327/2010/DNIT. “Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto Ambiental, Plano Básico Ambiental, Serviços de Arqueologia e Estudos para obtenção da Autorização de Supressão de Vegetação para o Licenciamento Ambiental do Corredor Ferroviário de Santa Catarina, trecho ferroviário Itajaí – Chapecó, Estado de Santa Catarina”.

No ano de 2023, foi lançado em Chapecó o projeto de defesa da construção de ferrovias na região oeste de Santa Catarina⁴⁹. No projeto, a ferrovia teria mais de 600km de extensão, com o intuito de conectar a região Oeste Catarinense com o litoral para a exportação de aves e suínos. Assim, o modal ferroviário possibilitaria agilidade, diminuição de custos, mais competitividade entre outros benefícios para o complexo produtivo suíno-avícola. Na figura 53, pode-se observar o projeto do traçado da ferrovia “Corredor Leste-Oeste”.

Figura 53 – Projeto do Traçado da Ferrovia “Corredor Leste-Oeste”.



Fonte: FIESC (2023).

Os problemas com infraestrutura de transporte para cargas e logística no estado de Santa Catarina acarretam perda de competitividade. Novas soluções para aumentar a competitividade, a eficiência produtiva e a redução de custos são necessárias para fortalecer a geoeconomia do complexo produtivo suíno-avícola, mas para isso, “[...] o fortalecimento de papel de modais não rodoviários é essencial

⁴⁹“O objetivo é levantar a bandeira da urgência de investimentos em ferrovias na região, considerada uma solução para as principais dificuldades de escoamento e importação dos produtos do agronegócio, que afetam diretamente a economia catarinense.” (FECOAGRO, 2023).

(ferrovias, entre outros).” (Barat, 2011, p. 242). “Na globalização, a logística e o transporte passam a atuar como fatores essenciais para uma inserção mais plena no comércio mundial, reduzindo assimetrias e adicionando valor as cadeias produtivas nacionais.” (Barat, 2011, p. 224).

O complexo produtivo suíno-avícola destaca-se como um dos setores geoeconômicos da região Oeste Catarinense, além de ter grande respaldo no comércio mundial de alimentos, também é fornecedor de alimentos no mercado interno, com isso as melhorias na infraestrutura de transportes e logística torna-se fator de planejamento e de políticas públicas fundamentais para a geoeconomia da “região produtiva” e para o setor produtivo suíno-avícola. Portanto, “[...] o planejamento e as políticas públicas deverão tornar os sistemas de transportes adequando-os às exigências dos setores produtivos, pela incorporação, em grande escala, das concepções de corredores regionalizados, da multimodalidade [...]” (Barat, 2011, p. 245). Enfatiza-se também, a questão da intermodalidade, como fator de planejamento e políticas públicas de Estado.

5.1.1 O Porto Seco de Dionísio Cerqueira e a integração com o Mercosul e o Novo Projeto de Integração Sul-Americana

A região Oeste Catarinense se destaca, também, pela grande importância para escoar mercadorias para o Mercosul. O município de Dionísio Cerqueira, com a Alfândega de Dionísio Cerqueira – Porto Seco (figuras 54 e 55, adiante, fotos de trabalho de campo, no município de Dionísio Cerqueira, em 16 de maio de 2025), é o único ponto terrestre alfandegado do estado de Santa Catarina para a passagem de cargas.

O atual Porto Seco de Dionísio Cerqueira começou a ser construído em 2022 e ficou pronto em 2023. Entrou em operação em 2 de janeiro de 2024, sob administração da permissionária Multilog Brasil S/A. Até essa data, as operações de importação e exportação de mercadorias eram realizadas na antiga ACI Cargas, localizada na linha de fronteira entre os países (atual Ponto de Fronteira Alfandegado - PFA), sob administração da Receita Federal. A ampliação e molhamento do terminal alfandegário representa um salto qualitativo, além de melhorias nas rodovias que dá acesso ao porto seco (BR 163) (figura 56, adiante, foto de trabalho de campo, no município de Dionísio Cerqueira, em 16 de maio de 2025).

Figura 54 - Terminal alfandegário – Porto Seco de Dionísio Cerqueira.



Fonte: acervo da autora.

Figura 55 - Terminal alfandegário – Porto Seco de Dionísio Cerqueira (mercadorias para fins de exportação e importação).



Fonte: acervo da autora.

Figura 56 - Acesso ao Porto Seco – BR 163.



Fonte: acervo da autora.

A grande parte dos produtos de exportação e importação são produtos agropecuários, somando 80%. Na aduana – Porto Seco, tem vários órgãos anuentes que têm o princípio de fiscalização. O MAPA trabalha com a parte de sanidade animal e vegetal, fiscalização e liberação das cargas. Todas as mercadorias que entram no Brasil de origem animal e vegetal têm que ter a anuência deste ministério e todos os portos secos têm vigilância agropecuária internacional. Na alfândega de Dioniso Cerqueira (Porto Seco), o MAPA tem a contribuição de um agrônomo, um médico veterinário e três técnicos agrícolas responsáveis pela fiscalização.

Os recintos alfandegados de Dionísio Cerqueira se constituem em uma Área de Controle Integrado para o controle de cargas. Isso significa que, no mesmo local, há atuação de órgãos de controle tanto do Brasil quanto da Argentina (aduaneiro, migratório, de transporte, sanitário e fitozoossanitário).

O controle alfandegário no Porto Seco de Dionísio Cerqueira ajuda a facilitar o despacho de produtos importados e exportados do Brasil e dos países sul-americanos. Além disso, oferece maior segurança para a produção nacional de produtos agropecuários, com intensa fiscalização, o que promove visibilidade positiva para os parceiros comerciais do Brasil, especialmente nesse contexto de integração sul-americana.

Dionísio Cerqueira está presente no novo projeto de Rotas de Integração Sul-Americana, projeto este que iniciou no ano 2000, com a “I Cúpula dos Presidentes da América do Sul, que demonstrou a importância da infraestrutura como base para o aprofundamento da integração regional com o lançamento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).⁵⁰”, segundo o Ministério do Planejamento e Orçamento (Brasil, 2023, p. 19). Em 2008 foi criada a União de Nações Sul-Americanas - Unasul, que abriu espaço para iniciativas regionais, de cooperação entre elas o Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan). Neste sentido:

Por um lado, um dos principais legados da IIRSA para a agenda de integração contemporânea foi a formulação dos projetos de corredores bioceânicos interligando o Atlântico e o Pacífico; por outro lado, as limitações mais evidentes da iniciativa foram a carência de projetos multimodais, com predomínio do transporte rodoviário, a baixa intensidade de projetos multinacionais e a dispersão de esforços em propostas que tinham pouca consequência para a integração regional, prevalecendo ações exclusivamente nacionais. (Brasil, 2023, p. 19).

Essa iniciativa foi paralisada no ano de 2018, com a entrada de nova gestão no governo federal. Somente em 2023 foi retomado este projeto de integração, com um novo modelo de rotas de integração, a partir de cinco rotas que se aproximam as “Rotas da Integração Sul – Americana⁵¹”, diferentemente da IIRSA, que continha dez

⁵⁰No início de 2000, o projeto da integração sul-americana ganhou mais força. Os projetos da IIRSA foram agrupados em dez eixos: 1) Eixo Andino; 2) Eixo Andino do Sul; 3) Eixo da Hidrovia Paraguai – Paraná; 4) Eixo de Capricórnio; 5) Eixo do Amazonas; 6) Eixo do Escudo das Guianas; 7) Eixo do Sul; 8) Eixo Interoceânico Central; 9) Eixo Mercosul - Chile; e 10) Eixo Peru - Brasil - Bolívia.

⁵¹As cinco rotas de integração são: “1) Rota Ilha das Guianas, que inclui integralmente os estados de Amapá e Roraima e partes do território do Amazonas e do Pará, articulada com a Guiana, a Guiana Francesa, o Suriname e a Venezuela; 2) Rota Multimodal Manta-Manaus, contemplando inteiramente o estado do Amazonas e partes dos territórios de Roraima, Pará e Amapá, interligada por via fluvial à Colômbia, Peru e Equador; 3) Rota do Quadrante Rondon, formado pelos estados do Acre e Rondônia e por toda a porção oeste de Mato Grosso, conectada com Bolívia e Peru; 4) Rota de Capricórnio, desde os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, ligada, por múltiplas vias, a Paraguai, Argentina e Chile; e 5) Rota Porto Alegre - Coquimbo, abrangendo o Rio Grande do Sul, integrada à Argentina, Uruguai e Chile.” (Brasil, 2023, p. 12).

Eixos, os recortes atuais se basearam nesses eixos propostos pela IIRSA/Cosiplan, mas agora “[...] consideraram cinco rotas, que contemplam sete dos dez eixos de integração e desenvolvimento originais da IIRSA/Cosiplan.” (Brasil, 2023, p. 29). As rotas de integração estão voltadas para melhorias da integração do Brasil com países vizinhos, mas, principalmente, para as mercadorias chegarem mais rapidamente para ao Sudeste Asiático, que hoje é o maior parceiro comercial do Brasil.

Dionísio Cerqueira faz parte da Rota 4, Rota Bioceânica Capricórnio⁵², que estabelece “[...] conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico, essencialmente por via rodoviária.” (Brasil, 2023, p. 28). Dionísio Cerqueira está entre as “[...] iniciativas mais relevantes para a integração regional na fronteira com a Argentina.” (Brasil, 2023, p. 65). No Brasil, essa rota contempla Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. As estradas que saem do território brasileiro pelas cidades fronteiriças de Porto Murtinho/MS, Foz do Iguaçu/PR e Dionísio Cerqueira/SC, “[...] convergem para Salta e San Salvador de Jujuy, na Argentina, antes de cruzar a Cordilheira dos Andes no sentido dos portos chilenos no Pacífico.” (Brasil, 2024, p. 28). Essa rota, tem como principais produtos exportados “[...] automóveis, colheitadeiras, tratores, pulverizadores agrícolas, carnes de bovinos fresca.” (Brasil, 2024, p. 28), e produtos para importações destaca-se, “farinha de milho, leite integral, alho, azeitona, peras e uvas” (Brasil, 2024, p. 28). Essa integração com os países da América do Sul, pode aumentar as exportações, além de representar uma opção para saída de produtos brasileiros através dos portos do Oceano Pacífico, alcançando mercados emergentes do Sudeste Asiático.

A rota Bioceânica de Capricórnio que contempla Dionísio Cerqueira, terá duas obras importantes previstas no Novo PAC, a duplicação da BR 163 e duplicação da BR 282 que são os corredores logísticos de Santa Catarina. Em trabalho de campo realizado em Dionísio Cerqueira, no ano de 2025, apurou-se que a BR 163, trecho de Dionísio Cerqueira a São Miguel do Oeste, está em fase de finalização como pode ser observado nas figuras 57 e 58 (adiante, Fotos de trabalho de campo, no município de Dionísio Cerqueira, em 16 de maio de 2025). Na cidade de Guaraciaba/SC as obras ainda não terminaram e nesse trecho está previsto um viaduto.

⁵²Rota Capricórnio, desde os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, ligada, por múltiplas vias, ao Paraguai, Argentina e Chile

Figura 57 - Rodovia BR 163 – trecho Dionísio Cerqueira/São Miguel do Oeste/SC.



Fonte: acervo da autora.

Figura 58 - Obras na rodovia BR 163 – Guaraciaba/SC.



Fonte: acervo da autora.

Em 2022 “[...] dos US\$ 372 milhões exportados pela aduana de Dionísio Cerqueira, 72% foram provenientes de outros estados, como Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo, Goiás e Rondônia.” (Brasil, 2023, p. 65). Em 2024, as exportações pela aduana de Dionísio Cerqueira somaram quase 400 milhões de dólares.

Devido à essa importância estratégica de integração, o Novo PAC inclui algumas obras que potencializam a utilização do aduana de Dionísio Cerqueira, entre elas a construção de um novo terminal aduaneiro. Esse novo porto seco foi inaugurado no final de 2023, assim como a duplicação e melhorias na rodovia BR 163 que também faz parte da estratégia da rota de integração.

Outra obra importante para o estado de Santa Catarina e para sua região oeste é a adequação da rodovia BR 282, de Chapecó até São Miguel do Oeste, que também

está presente no Novo PAC. “Vale frisar que a duplicação da estratégica BR-282 é um projeto antigo, presente na carteira da IIRSA/Cosiplan.” (Brasil, 2023, p. 65). Na figura 59 (a seguir, f. 196), é possível visualizar essas rotas de integração do Brasil com outros países da América do Sul e com o Oceano Pacífico e, na figura 60 (adiante, f. 197), a Rota 4 Bioceânica de Capricórnio.

Figura 59 - Rede de Rotas de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano proposta pelo Subcomitê do Ministério de Planejamento e Orçamento.



Fonte: Brasil (2023).

Figura 60 - Rota 4 Bioceânica de Capricórnio.



Fonte: Brasil (2023).

Conforme dados da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Dionísio Cerqueira, as exportações de carne suíno-avícola não estão especificadas, mas alguns dados envolvem a proteína animal, que são designados como “carnes e miudezas, comestíveis”. Esses dados da tabela 03, a seguir, não são referentes a região Oeste Catarinense, pois a alfândega exporta produtos de todos os estados do Brasil. Na mesma tabela, podemos verificar que do ano de 2021 até 2024 destacam-se com maior peso total (em kg) da mercadoria declarada na Declaração Única de Exportação (DU-E) destes produtos. Os principais países de destino dessas mercadorias do Brasil dos 2020 a 2024 são: Chile, Argentina, Estados Unidos, Uruguai, Canadá, Bolívia, Paraguai, México, Austrália, Alemanha, Áustria, Reino Unido, China, entre outros países.

Tabela 3 - Dados de Exportação por ano de “carnes e miudezas, comestíveis”.

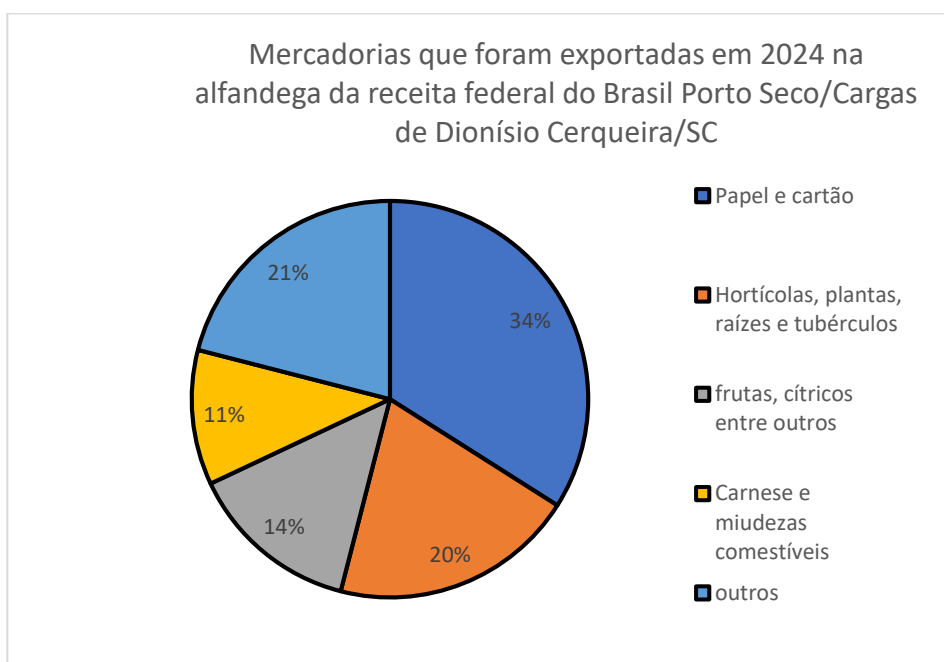
Exportações / Ano	Item	Peso total DUE (Kg)*
2020	carnes e miudezas, comestíveis.	35.961.183,42
2021	carnes e miudezas, comestíveis.	43.098.639,96
2022	carnes e miudezas, comestíveis.	33.056.330,91
2023	carnes e miudezas, comestíveis.	34.451.458,09
2024	carnes e miudezas, comestíveis.	42.368.003,66

*As informações consideram o peso total (em kg) da mercadoria declarada na Declaração Única de Exportação (DUE).

Fonte: Brasil [2025b].

A Alfândega da Receita Federal do Brasil Porto Seco/Cargas - Dionísio Cerqueira/SC, possui dados de diversas mercadorias que são exportadas. Em 2024, o destaque de exportações foi de papel e cartão com 34%; em segundo destaca-se produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, com 20%; em terceiro as frutas, cítricos entre outros com 14% e 11% de carnes e miudezas comestíveis em peso líquido via porto seco (figura 61, a seguir).

Figura 61 - Gráfico com percentagem de mercadorias exportadas na alfândega da receita federal do Brasil porto Seco/Cargas - Dionísio Cerqueira/SC.



Fonte: Brasil [2025b].

Os acordos comerciais do Brasil com países do Mercosul, e sua representatividade como maior economia da América Latina no BRICS, fazem do país e, principalmente, da região Oeste Catarinense, peça estratégica nas relações comerciais, principalmente com o projeto de rota de Integração Sul Americana que possibilita a região Oeste Catarinense a fazer parte desse projeto. Mas para a efetivação dessas estratégias geoeconômicas os investimentos em infraestruturas são fundamentais, entre eles em rodovias, ferrovias, portos, entre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apropriação do espaço e/ou do território regional pelo complexo produtivo suíno-avícola imprime sua relação geoeconômica ao longo da formação espaço/temporal da região Oeste Catarinense. A formação histórico-geográfica da região está atrelada à produção suíno-avícola, que foi promovida pelo Estado e pelos primeiros empresários industriais, fundadores da Perdigão, Sadia, Seara Alimentos e a Cooperativa Aurora.

A periodização da pesquisa possibilitou compreender a formação deste complexo, a partir do início da ocupação do território, com o primeiro ciclo de acumulação capitalista que foi o ciclo da madeira; posteriormente com o início da formação de pequenas propriedades mercantis, que passaram a fomentar a acumulação de capital com o comércio de produtos excedentes (milho, trigo, banha de porco) da propriedade formando o capital agro comercial.

Com o processo de modernização da agricultura a partir da década de 1960, a produção de suínos e aves das propriedades mercantis passa a ser integrado com a indústria, ou seja, dá-se início as agroindústrias (pequenos frigoríficos) e, anos mais tarde, nas décadas de 1980 e 1990, o complexo produtivo suíno-avícola inicia uma reestruturação da produção e, a partir deste momento, a geoeconomia da região torna-se dinamizadora e complexa. Dessa forma, pode-se inferir que o objetivo desta tese foi alcançado, ao compreender a dinâmica geoeconômica dos complexos produtivos de aves e suínos na região Oeste Catarinense.

A dinâmica das regiões brasileiras, e suas diferentes complexidades, mostra a importância da região e dos estudos regionais. A mesorregião oeste de Santa Catarina insere-se nessa lógica de região “produtiva”, conceito empregado pelo geógrafo Milton Santos (1997). Outra importante característica dessa região é que as inovações foram aceitas, integradas e empreendidas econômica e territorialmente no complexo produtivo suíno-avícola. A compreensão da “região produtiva” está atrelada a entender o presente, mas voltar ao passado para compreender este presente.

Assim, na segunda seção deste trabalho destacou-se a importância da ocupação da região Oeste Catarinense, não somente para proteger o território em disputa, mas também para compreender como nasce a produção suíno-avícola. A presença dos primeiros colonizadores, que trouxeram consigo características da pequena produção mercantil, ou seja, a formação de pequenas propriedades que

passaram a acumular excedentes de produção de milho, trigo, banha, e iniciaram a comercialização para os pequenos comerciantes das cidades. Foi a partir da acumulação do capital comercial desses pequenos comerciantes que alguns destes tornaram-se empreendedores e pioneiros na formação de agroindústrias, voltadas primeiramente ao abate de suínos, destacando-se Atílio Fontana, fundador da Sadia S.A. (1944), Irmãos Pedro e Ângelo Ponsoni, fundadores da Perdigão (1934), irmãos Paludo, fundadores da Seara Alimentos (1956) e da Cooperativa Aurora (1969).

A formação dessas agroindústrias fomentou a interação da “região produtiva” com outros estados e países, além de formar a terceira grande região industrial de Santa Catarina. Vale ressaltar que a região Oeste Catarinense passa a destacar-se como região produtiva devido alguns fatores:

1. O papel do Estado Brasileiro na industrialização do Brasil na década de 1930, com o Governo de Getúlio Vargas, e na década de 1950, com o governo de JK, o qual promove a modernização agrícola e propôs metas para o setor de alimentos.
2. A região consolidou um mercado consumidor em São Paulo nas décadas de 1960 e 1970.
3. O transporte pela estrada de ferro, aquisição de caminhões frigoríficos, busca pelo melhoramento genético e abertura de filiais comerciais em São Paulo.
4. Além do pioneirismo de agroindústrias suíno-avícolas, a região foi pioneira no processo de integração da produção de aves e posteriormente suínos.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela crise do capitalismo mundial, mas para a região oeste de Santa Catarina foi o período de maior expansão das agroindústrias com a conquista de mercados nacional e internacional. Esse crescimento só foi possível devido ao crédito agrícola e políticas públicas para alavancar a produção e diversificação da produção.

As mudanças mais significativas ocorreram após a década de 1990, quando essas empresas nacionais abriram suas portas ao mercado financeiro internacional. Dessa forma, a terceira seção deste trabalho pretendeu compreender o desenvolvimento econômico da região Oeste Catarinense com ênfase no complexo produtivo suíno-avícola (1990-2000). Para tanto, foi necessário entender as mudanças

dos processos industriais no sistema capitalista partindo do fordismo até a globalização contemporânea.

Se os anos anteriores foram anos de concentração de capitais e diversificação da produção com as multiplantas, a década de 1990 foi o marco de abertura para o mercado financeiro. Essa abertura ao mercado financeiro trouxe às agroindústrias da região oeste de Santa Catarina a participação no mercado especulativo de ações, o que gerou prejuízos econômicos para duas grandes empresas da região: Sadia e Perdigão. O fim dos anos 1990 foram marcadas pela passagem do complexo produtivo suíno-avícola de agroindústrias familiares para grandes corporações, mas as mudanças nas agroindústrias familiares estão atreladas às mudanças no capitalismo mundial.

O Brasil não participou efetivamente do modelo fordista de produção, mas sim de um “fordismo periférico”, fruto de industrialização tardia. Getúlio Vargas, na década de 1930, dá início à industrialização do país. Nas décadas de 1950 e 1960, o plano de metas de JK introduziu o Brasil ao estado desenvolvimentista com objetivo de industrialização. Os anos de 1930 a 1961 foram um período marcado pela substituição de importações, pelo surgimento de uma classe de empresários industriais, período de estatizações, urbanização, entre outros. No entanto, os agentes fundamentais dessa Revolução Industrial brasileira foram os empresários industriais e o governo federal. O projeto desenvolvimentista de Estado se estendeu durante todo o período da ditadura militar no Brasil. Este projeto de Estado contribuiu para a expansão das agroindústrias da região Oeste Catarinense, salientando que todas elas surgem no período de incentivo a industrialização no Brasil.

Os novos rumos do capitalismo fordista/keynesiano provocaram o início da crise do fordismo no fim dos anos 1960 e se agravou com a crise do petróleo em 1973. Os anos “dourados do capitalismo” dão lugar a um novo modelo de capitalismo, com organizações industriais mais flexíveis, fortalecimento do capital financeiro, sem estoque de mercadorias e a produção é voltada para a demanda de mercado, entre outras características. Há o retorno do modelo de Estado liberal, mas em sua nova forma de atuação o Estado neoliberal. No Brasil, somente no fim dos anos 1980 e 1990, teve início esse projeto de Estado, que colapsou com o Estado desenvolvimentista. Nesse período as mudanças nas indústrias brasileiras passam a ocorrer, com reestruturações, fusões e incorporações.

O novo modelo de Estado Neoliberal tornou as análises regionais mais complexas, impactando diretamente na geoeconomia da região Oeste Catarinense a partir das relações econômicas geradas pela globalização. Dentre elas destaca-se:

1. Fragmentação das regiões: com especialização e transformações contínuas. A região Oeste Catarinense tornou-se uma região especializada do complexo produtivo suíno-avícola.
2. Essa especialização estabelece relações com o mundo, e essa relação dá-se nas vendas de mercadorias, mas também com a presença de empresas da região no mercado financeiro – rentista.
3. Em 1990 a “desnacionalização” do complexo produtivo suíno-avícola gerou avanços na produção, mas também problemas no setor, entre eles a estagnação da produção de suíno, devido à mudança de sistema de produção (integrado), o que diminuiu o número de produtores, e a readaptação dos avicultores as novas formas de produzir.
4. As empresas locais do ramo agroindustrial suíno-avícola passam a ser atreladas à especulação financeira, que é um mecanismo do capital financeiro, o que gerou, na primeira década de 2000, a fusão da Sadia e Perdigão.
5. A participação no mercado mundial das empresas locais gerou capacidade de competir com outras empresas estrangeiras e ter mais visibilidade no mercado mundial de alimentos.
6. Mesmo tornando-se globais, as empresas têm sua produção no local/regional, o que torna a região Oeste Catarinense “mediadora” das relações escalares e dos interesses do capital financeiro globalizado.
7. A região inseriu-se rapidamente na década de 1990 ao processo de globalização com a formação de grandes multinacionais e oligopólios, de origem brasileira nascidas na região oeste, entre elas BRF S. A.
8. Sem um Estado desenvolvimentista as grandes corporações partem para o Estado neoliberal para adquirir recurso em bancos de desenvolvimento, destacando-se o BNDES.
9. O BNDES, assim como o BRDE, tornou-se importante fonte de financiamento das agroindústrias da região, participou da criação da BRF S.A e financiou/financia a JBS, a Aurora Coop, BRF na ampliação e expansão de plantas industriais e outros investimentos.

Assim, a região passou/passa pelo processo de “destruição criadora”, ou seja, inovações tecnológicas, mudanças nas indústrias, novas formas de produzir, novos produtos e principalmente novas formas de gestão com a formação de monopólios e oligopólios. Os avanços das agroindústrias nas inovações tecnológicas, a expansão e, após o ano 2000, as fusões e incorporações tiveram o Estado como suporte e os empresários industriais como protagonistas.

Dessa forma, na região Oeste Catarinense, após forte investimento das agroindústrias na inovação, ampliação de plantas e expansão para o mercado interno e externo, consolidou-se o complexo produtivo suíno-avícola, um complexo produtivo territorializado que impacta diretamente na dinâmica geoeconomia da região Oeste Catarinense.

Na seção 4 desta tese, adentrou-se nas análises do complexo produtivo de suínos e aves após o ano 2000. O movimento de fusões, incorporações e formação de oligopólios na região Oeste Catarinense foi marcado pela abertura comercial e financeira das empresas locais ao capital internacional, essa abertura também está ligada ao movimento da nova conjuntura do capital financeiro global.

As fusões das agroindústrias ocorreram no período de 2009 a 2013. A Perdigão e a Sadia formaram a BRF S.A., a Seara Alimentos foi adquirida pela JBS e a Aurora Coop tornou-se uma cooperativa com 14 filiados. Todas essas agroindústrias tornaram-se corporações de grande relevância para a região oeste de Santa Catarina, impactando diretamente na dinâmica geoeconômica. Como atores econômicos tornam complexas as relações econômicas, e ao mesmo tempo integraram a região ao mercado nacional e internacional, eles também formaram um polo regional das agroindústrias do setor suíno-avícola, que se destaca como um dos maiores complexos produtivos suínos-avícolas do Brasil.

A região Oeste Catarinense tornou-se competitiva no ramo suíno-avícola, destacando-se na qualidade da produção na região, com seu status sanitário, investimento em novas tecnologias, bem-estar animal, entre outros. Conforme dados apresentados na pesquisa, no período de 2000 a 2015, que coincide com período das fusões das agroindústrias, a região passou por um momento de crise do setor suíno-avícola, devido ao aumento do custo da produção, principalmente com o aumento do custo do milho e da soja. Apesar da crise no setor, as agroindústrias mantiveram-se como líderes globais nesse segmento, devido à diversificação da produção e à maior competitividade no mercado nacional e internacional.

Nos primórdios do surgimento das agroindústrias, a região Oeste Catarinense tinha atuação de atores endógenos, que partia das potencialidades das relações geoeconômicas locais/regionais, após o processo de fusão, reestruturação e internacionalização da produção. Fatores externos trouxeram mudanças significativas para a geoeconomia regional, entre eles o sistema financeiro global, inovações, comércio global entre outros.

Além dos atores econômicos atuando nas relações de produção, comercialização da região, os atores de pesquisa e desenvolvimento também promovem significativos impactos na geoeconomia regional, ao promover pesquisas voltadas ao controle de doenças, melhoria genética de aves e suínos, entre outros.

Neste cenário, destaca-se a Embrapa Suínos e Aves, que tem como foco de pesquisa as principais demandas do complexo produtivo suíno-avícola. Nas décadas de 2000, a Embrapa contribuiu com pesquisas relacionadas à sanidade animal e meio ambiente. Hoje, Embrapa possui também parcerias com as agroindústrias da região (BRF, JBS e Aurora Coop), o que impacta diretamente na dinâmica econômica da região. Algumas pesquisas estão direcionadas ao complexo produtivo suíno-avícola, o que contribuiu significativamente com a geoeconomia regional. Entre elas destaca-se:

1. A certificação do estado de Santa Catarina de zona livre de febre aftosa sem vacinação (o que promoveu a abertura comercial e confiança de mercados internacionais).
2. Modernização do sistema de gestão federal do MAPA. Com isso, as empresas passam a ser responsáveis pela qualidade do produto.
3. Na área ambiental: projetos ligados a tratamento de dejetos de suínos, licenciamento ambiental, entre outros.
4. Melhoramento genético de suínos e aves para produtores independentes (as grandes corporações passaram a ter fornecedores internacionais de genética na década de 1990, não utilizando as matrizes da Embrapa).

A Epagri também contribui na atuação de pesquisas para o complexo produtivo suíno-avícola, com pesquisas voltadas a produção de grãos, principalmente o milho que é o principal ingrediente das rações de suínos e aves. Outro papel importante é a orientação que a Epagri/Cepa faz ao governo do estado de Santa Catarina, na elaboração de políticas públicas direcionadas à suinocultura e à avicultura.

Toda a atuação direta ou indireta dos atores endógenos e exógenos na região Oeste Catarinense tornou essa região um dos maiores polos de produção para o mercado interno e para exportação de carnes de suínos e aves do Brasil. As plantas industriais das grandes corporações do complexo produtivo suíno-avícola, presentes em cidades da região oeste, como Concórdia e Chapecó, possuem acordos comerciais com diversos países, com destaque para China, México, Chile, Cingapura, Hong Kong, Filipinas, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, dentre outros.

O estado de Santa Catarina é o maior produtor e exportador de carne suína do Brasil e o segundo maior produtor e exportador de carne de frango. E as cidades da região Oeste Catarinense destacam-se nessa produção, entre elas: Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê.

Neste sentido, não é recente as relações comerciais que o Brasil possui com o Sudeste Asiático, principalmente com a China, fortalecida devido à sua representatividade como maior economia da América Latina no BRICS. Em 2024, a China encerrou o ano em primeiro lugar com a importação de carne de frango do Brasil. Essas relações estendem-se para a região Oeste Catarinense.

De tal maneira é a importância do mercado chinês, que a única alfândega do estado de Santa Catarina em Dionísio Cerqueira faz parte do projeto das “Rotas da Integração Sul-Americana” que tem o principal objetivo de chegar mais rapidamente as mercadorias para ao Sudeste Asiático, através da navegação pelo Oceano Pacífico, que hoje é o maior parceiro comercial do Brasil. A rota Bioceânica de Capricórnio, que contempla Dionísio Cerqueira, foi agraciada com importantes obras, dentre elas o novo Porto Seco Alfandegário, a completa revitalização e adequações na BR 163 que está em fase final de término e a duplicação da BR 282, que está no projeto do Novo PAC. Ambas rodovias, são os corredores logísticos de Santa Catarina que irão ligar a região e o estado aos países vizinhos e aos mercados asiáticos.

Para que essas estratégias geoeconômicas se efetivem, os investimentos em infraestrutura de transportes, melhorias na logística, para circulação de mercadorias precisam ser prioridade. Nesse sentido, na seção 5 deste trabalho, os dados revelaram os problemas enfrentados pelas grandes corporações da região Oeste Catarinense no que trata de infraestrutura de transportes, circulação e logística.

Os sistemas de movimento e armazenamento na região Oeste Catarinense estão atreladas às principais rodovias da região. A rodoviarização trouxe limitações para as agroindústrias do complexo produtivo suíno-avícola. Toda circulação do

capital passa pelos principais eixos de integração da região oeste, a rodovia BR 282, que liga à capital Florianópolis com o oeste de Santa Catarina, e a rodovia BR 470, que liga aos portos de Itajaí e Navegantes, as rodovias BR 153 e BR 163, são rodovias para escoar a produção das agroindústrias da região Oeste Catarinense e também integram a região ao mercado interno e externo. Toda cadeia produtiva do complexo produtivo suíno-avícola passa por esses corredores logísticos.

A falta de investimentos em infraestruturas de transportes para circulação do capital, gera na região oeste, e nas grandes corporações, custos logísticos maiores no mercado interno e problemas em relação a concorrência internacional. As melhorias nas rodovias BR 163 e na BR 470 ainda são deficitárias.

O projeto da “Ferrovia do Frango ou Ferrovia da Integração ou corredor Leste-Oeste” está muito longe de se concretizar. A rodoviarização pode tornar-se um problema, devido às condições das rodovias, o que gera redução do crescimento da produção, perda na participação da região na produção nacional, além de impossibilitar a ampliação das unidades de produção. Dessa forma, algumas questões podem ser alternativas futuras para a região. É possível um novo modelo de transportes para circulação do capital (mercadorias) do complexo produtivo suíno-avícola? A intermodalidade seria um caminho para o complexo produtivo suíno-avícola? Essas questões, envolvem planejamento por parte do Estado, tanto no nível federal quanto estadual. Por outro lado, medidas paliativas no que se refere aos problemas de infraestrutura de transportes vem ocorrendo, desde o início da fundação das agroindústrias no fim de 1930.

Portanto, a dinâmica geoeconomia da mesorregião geográfica do Oeste Catarinense sofreu diferentes transformações/formações ao longo do processo de formação econômica e territorial da região. Com a atuação de atores endógenos (os primeiros frigoríficos, agroindústrias, Embrapa Suínos e Aves, Epagri entre outros) e exógenos (inovações, comércio global entre outros), que contribuíram significativamente para a região ser referência na produção e comercialização suíno-avícola, e possibilitou a região ter expressiva relevância no mercado nacional e internacional, o que impactou diretamente na dinâmica geoeconômica da região.

Essa dependência econômica, que faz a região Oeste Catarinense ser referência nacional e internacional no setor suíno-avícola, se formou juntamente uma cadeia de indústrias ligadas a equipamentos para frigoríficos, aviários e insumos agrícolas atrelados ao complexo produtivo suíno-avícola. O complexo produtivo suíno-

avícola é dinamizador da geoeconomia regional, ou seja, toda produção, desde o campo até o beneficiamento das indústrias gera renda para todos os setores da economia, caracterizando a região Oeste Catarinense como um polo econômico agroindustrial suíno-avícola.

A hipótese da tese se confirma, porque existe uma dinâmica geoeconômica difundida na região Oeste Catarinense que se dá em função do complexo suíno-avícola. Essa dinâmica impacta econômica e socialmente, gerando novos postos de trabalho, novas oportunidades de negócios, novas indústrias ligadas ao setor, e formou na região o arranjo espacial e um modo de produção particular ligada ao setor suíno-avícola.

O complexo produtivo suíno-avícola contribui para o avanço das análises sobre o desempenho dos agronegócios na região Oeste Catarinense. Este estudo demonstra que os principais fatores responsáveis pela inserção dessas cadeias produtivas na divisão internacional do trabalho é o sistema agroalimentar. Do ponto de vista conceitual, o complexo produtivo de suínos e aves é pensado como um processo econômico e social historicamente evolutivo. O termo remete a diferentes agentes: produtores, fabricante de insumos, fabricantes de máquinas, implementos, bancos, agroindústrias, Estado, comerciantes, distribuidores, transportadores, armazenadores e outros. A tese, portanto, reafirma que o complexo produtivo suíno-avícola não é uma única forma de produzir, mas sim diferentes formas interligadas. Trata-se de um sistema que integra diferentes atividades econômicas, sociais e geográficas. Portanto, combinações geoeconômicas.

De todo modo, mostrou-se que o complexo produtivo suíno-avícola representa o aprofundamento da dinâmica capitalista. O novo padrão da agricultura brasileira, fundamentado na maximização dos lucros e na intervenção direta dos agentes políticos e econômicos do sistema produtivo internacional e nacional, que tem dado uma nova configuração ao espaço agrário brasileiro, originando um processo de reestruturação das forças produtivas e das relações sociais de produção. Assim, ao contribuir para relativizar certas leituras sobre os agronegócios brasileiro a tese sobre o complexo produtivo suíno-avícola na região Oeste Catarinense constitui-se, para Geografia e áreas das ciências humanas em geral, uma nova agenda de investigação.

REFERÊNCIAS

- AMANHÃ. 500 maiores do Sul. 2024. Disponível em: <https://amanha.com.br/busca?q=500+maiores>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- AMADOR, Milton Cleber Pereira. **A colonização na pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante e o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia (1920 a 1960)**. 2010. 417 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3684>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional no local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 261-286, jun. 2001. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA. **Relatório Anual de 2013**. São Paulo: ABPA, 2013. 57 f. Disponível em: <https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2022/02/abpa-relatorio-anual-2013.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA. **Relatório Anual de 2020**. São Paulo: ABPA, 2020. 160 f. Disponível em: <https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2022/02/abpa-relatorio-anual-2020.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA. **Relatório Anual de 2023**. São Paulo: ABPA, 2023. 75 f. Disponível em: <https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2023/04/Relatorio-Anual-2023.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA. **Relatório Anual de 2024**. São Paulo: ABPA, 2024. 77 f. Disponível em: https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2024/04/ABPA-Relatorio-Anual-2024_capa_frango.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.
- ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE AVICULTURA - ACAV. **ACAV**. Florianópolis, [2025]. Disponível em: <https://www.sindicarne.org.br/acav>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CRIADORES DE SUÍNOS - ACCS. **ACCS, 60 anos com você!** Concórdia, 2024. Disponível em: <https://www.accs.org.br/60-anos-accs>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- AURORA COOP. **Aurora Coop avança no mercado externo**. [S. l.], 26 fev. 2024. Disponível em: <https://auroracoop.com.br/aurora-coop-avanca-no-mercado-externo/#:~:text=Em%202023%2C%20a%20Aurora%20Coop,a%201%2C045%20mil%20C3%A3o%20de%20toneladas>. Acesso em: 9 jun. 2025.

AURORA COOP. **Seleção de imagens**. [S. l.], 2025.

ATLAS de Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2008.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES (Brasil). **Nota BNDES sobre coluna em "O Globo"**. Rio de Janeiro, 8 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/nota-bndes-sobre-coluna-em-o-globo-08-03-2018>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES (Brasil). **O BNDES e a JBS**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://aberto.bndes.gov.br/aberto/caso/jbs/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES (Brasil). **O crescimento de grandes empresas nacionais e a contribuição do BNDES via renda variável: os casos da JBS, TOTVS e Tupy**. Rio de Janeiro, 10 abr. 2014.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES (Brasil). **Transparência**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.brde.com.br/transparencia/sobre-o-portal/>. Acesso em 25/06/2024

BARAT, Josef. Infraestrutura de logística e transporte: análise e perspectiva. *In: In: SILVEIRA, Márcio Rogério (org.). Circulação transporte e logística: diferentes perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 217-246.

BARAT, Josef. **Logística, transporte e desenvolvimento econômico: a visão macroeconômica**. São Paulo: CLA, 2007.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Os ciclos econômicos do extremo oeste catarinense: modernização, progresso e empobrecimento**. 2003. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Blumenau, 2003. Disponível em: https://bu.furb.br/docs/TE/2003/291005_1_1.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

BAUMANN, Renato. **A geoeconomia e a estrutura produtiva brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea, 2025.

BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. *In: BECKER, Bertha; COSTA, Rogério H da; SILVEIRA, Carmen B. (org.) Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BELIK, Walter. **Agroindústria processadora e política econômica**. 1992. 229 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1992. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/49012>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XIX**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BRAGA, José Carlos de Souza. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. **Economia e sociedade**: Revista do Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, v. 2, n. 1, p. 25-57, 1993. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643298>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis. (org.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRAGA, José Carlos de Souza. **Temporalidade da riqueza**: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo. 1985. 401 F. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1985.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Portal Único de Comércio Exterior. **Brasil e China buscam integração de sistemas para facilitar comércio bilateral**. Brasília, DF, 27 set. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/brasil-e-china-buscam-integracao-de-sistemas-para-facilitar-comercio-bilateral>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Rotas da integração sul – americana**: relatório de atividade (julho a setembro de 2023). Brasília, DF, set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/integracao-vai-reforçar-comercio-com-vizinhos-e-reduzir-tempo-e-custo-das-exportacoes-para-a-asia/relatorio-final-subcomite-do-mpo.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. **DNIT executa última fase das obras de pavimentação e adequação da BR-163/SC**. Brasília, DF, 26 nov. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/dnit-executa-ultima-fase-das-obras-de-pavimentacao-e-adequacao-da-br-163-sc>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. **Plano Nacional de Contagem de Tráfego**. Brasília, DF, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/planejamento/contagem-de-traffic>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Conheça o Novo PAC**. Brasília, DF, [2025a]. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/conheca-o-programa>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Receita Federal. **Dionísio Cerqueira**: unidades de atendimento e órgãos parceiros. Brasília, DF, [2025b]. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/canal_atendimento/fale-conosco/presencial/sc/dionisio-cerqueira. Acesso em: 9 jun. 2025.

BREITBACH, Área. Arranjos produtivos diversificados e especializados. *In*: CONCEIÇÃO, César Stallbaum; FEIX, Rodrigo D. (org.). **Elementos conceituais e referências teóricas para o estudo de Aglomerações Produtivas Locais**. Porto Alegre: FEE, 2014. p. 22-31.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Capitalismo financeiro-rentista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 92, p. 17-29, 2018. DOI 10.5935/0103-4014.20180003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: 1930-1983. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Modelos de Estado desenvolvimentista. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 40, n. 73, p. 231-256, 2019. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2019/350-Modelos-Estado-desenvolvimentista-UFPR-FOR.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico revisitado**. Escola de Economia de São Paulo, São Paulo, 16 jan. 2022. [material didático]. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos de Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 145-165, jul./dez. 2016. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/teoria_novo-desenvolvimentista_0.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRICS Brasil 2025. **BRICS Brasil**: Sobre o BRICS. Brasília, DF, 12 dez. 2024. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRF. **Relatório anual nos termos da seção 13 ou 15 (d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934 referente ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2020**. 2020. Disponível em: <https://ri.brf-global.com/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRF. **Relatório anual nos termos da seção de acordo com 13 ou 15 (d) da Lei de Troca de Valores Mobiliários de 1934 para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2022**. 2022. Disponível em: <https://ri.brf-global.com/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRF. **BRF recebe nova habilitação para exportação de carne de peru ao México.** Chapecó, 16 set. 2022. Disponível em: <https://imprensa.brf-global.com/pt/noticias/brf-recebe-nova-habilitacao-para-exportacao-de-carne-de-peru-ao-mexico/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRF. **Estrutura corporativa.** 2025. Disponível em: <https://brf-globale.com/sobre/a-brf/estrutura-corporativa/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRF. **Nos 87 anos de Concórdia, BRF exalta a relação com a comunidade e a história da marca Sadia.** Concórdia, 28 de julho de 2021. Disponível em: <https://imprensa.brf-global.com/pt/noticias/nos-87-anos-de-concordia-brf-exalta-a-relacao-com-a-comunidade-e-a-historia-da-marca-sadia/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRF. **Relatório intergrado 2023.** 2023. Disponível em: <https://ri.brf-global.com/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRF. **Relatório integrado 2024.** 2024. Disponível em: <https://ri.brf-global.com/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura:** trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CARDOSO, Lucas Scherer (ed.). Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2013. Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/972443?locale=pt_BR. Acesso em: 9 jun. 2025.

CARIELLO, Tulio *et al.* (org.). **Carta Brasil-China:** parcerias que moldam o futuro - 50 anos de relações diplomáticas Brasil-China. Brasília, DF: Conselho Empresarial Brasil-China, ago. 2024.

CARVALHO, Carla; PETRY, Rodrigo. Caso BRF: a história e as perspectivas para a empresa com ingresso da Marfrig. **InfoMoney**, Rio de Janeiro, 27 março 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/brf-brfs3-historia-perspectivas-marfrig-mrf3/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

CARVALHO, Laura. **Curto-circuito:** o vírus e a volta do Estado. São Paulo: Todavia, 2020.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de *et. al.* (org.). **O novo mapa do mundo:** natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica. 2. ed. Publicação: São Paulo: HUCITEC, 1994. (Geografia: teoria e realidade, 21).

CASTRO, Antônio Barros de. O Plano Real e o reposicionamento das empresas. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). **Brasil desafios de um país em transformação.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. (Fórum Nacional).

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1998.

CONTINI, Elisio *et al.* Projeções do agronegócio no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 57-83, 2006. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/issue/view/77/showToc>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CORAZZA, Gentil. Globalização financeira: a utopia do mercado e a re-inversão da política. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 31., Porto Seguro, 9-12 dez. 2003. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2003. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A24.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Do desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 261-282, maio/ago. 2006. DOI 10.17058/redes.v11i2.11033.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Pró licenciatura: geografia econômica I**. Ponta Grossa, UEPG: 2008.

DALLABRIDA, Valdir Roque; ROTTA, Edegar; BÜTTENBENDER, Pedro Luís. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021. DOI 10.54399/rbgdr.v17i2.6343.

DALLA COSTA, Armando João. A Sadia e o pioneirismo industrial na agroindústria brasileira. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, Campinas, v. 1, n. 1, p. 109-144, fev. 1998.

DALLA COSTA, Armando João. A Perdigão, a passagem de poder e a profissionalização nas empresas familiares. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6., 7., Conservatória, 5-7 set. 2005. **Anais...** Conservatória, 2005. 20 f. Disponível em: <http://www.empresas.ufpr.br/perdigao.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

DALLA COSTA, Armando João; GARCIA, Junior Ruiz. A Sadia e sua experiência no mercado internacional: das exportações à implantação de unidades no exterior. **Revista Espacios**, [S. l.], v. 34, n. 11, 2013. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a13v34n11/13341103.html>. Acesso em: 9 jun. 2025.

DALLA COSTA, Armando João. **L'agro-industrie brésilienne contemporaine: innovations organisationnelles et transformations technologiques dans l'aviculture**. Villeneuve d'Asc: Presses Universitaires du Septentrion, 2000.

DALLA COSTA, Armando João; SOUZA-SANTOS, Elson Rodrigo de. Brasil Foods: a fusão entre Perdigão e Sadia. **Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 17, p. 165-176, abr./jun. 2009. DOI 10.5380/ret.v5i2.27274.

DATAVIVA: CEDEPLAR UFMG. **Oeste Catarinense SC**: comércio internacional. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://www.dataviva.info/pt/location/5sc02/trade-partner>. Acesso em: 9 jun. 2025.

DEAN, Warren Kempto. **As multinacionais**: do mercantilismo ao capital internacional. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. *In*: ALVES, Adilson Francelino; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DESIDÉRIO, Mariana. **Relação Brasil-China muda de patamar às vésperas de nova era Trump**. Uol, São Paulo, 22 nov. 2024. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/11/22/acordos-brasil-china.htm>. Acesso em: 9 jun. 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - Embrapa. **Relatório de atividades 2012**. SOUZA, Jean Carlos Porto Vilas Boas; EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - Embrapa. **Annual Report 2020**. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2021. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1133522?locale=en>. Acesso em: 9 jun. 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - Embrapa. Embrapa Suínos e Aves. **Memória Embrapa**. Concórdia, [2025]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/a-embrapa>. Acesso em: 9 jun. 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - Embrapa. **Embrapa Suínos e Aves**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves>. Acesso em: 9 jun. 2025.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO DE SANTA CATARINA – Epagri. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2022-2023. Florianópolis: Epagri, 2024.

ENTREVISTADO 1. Aurora Coop. Entrevistadora: Ana Júlian Faccio. 20 ago. 2024.

RESPOSTA a um questionário. Associação Catarinense de Avicultura. Aplicado por Ana Júlian Faccio. 2024.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias da carne do sul do Brasil**. 2002. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/128531>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FARIAS, Fernando Rodrigo. **A dinâmica geoeconômica do cooperativismo agropecuário no sul do Brasil**. 2015. 359 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,

Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160636>. Acesso em: 22 ago. 2025.

FECOAGRO. **Lançado em Chapecó projeto em defesa da construção de ferrovias na região Oeste**. Florianópolis, 4 dez. 2023. Disponível em: <https://www.fecoagro.coop.br/site2024/lancado-em-chapeco-projeto-em-defesa-da-construcao-de-ferrovias-na-regiao-oeste/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FIESC. **Aurora Coop tem receita de R\$ 21,7 bilhões em 2023**. Florianópolis, 27 fev. 2024a. Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/aurora-coop-tem-receita-de-r-217-bilhoes-em-2023>. Acesso em 12 nov. 2024.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FIESC. **Indústria de alimentos rege a economia**. FIESC, Florianópolis, [2022-]. Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/industria-de-alimentos-rege-economia>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FIESC. **Itajaí de volta à carga**. Florianópolis, 2024b. Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/itajai-de-volta-carga>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FIESC. **Programa catarinense de logística empresarial: PROCALOG: relatório custos logísticos na indústria catarinense**. Florianópolis, 2023. 38 f. Disponível em: <https://fiesc.com.br/sites/default/files/publications/Relatorio-Tecnico-Custos-Final.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do estado**. Rio de Janeiro: Jusight, 1995.

FIORI, José Luis. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 12, n. 1 (45), p.76-89, jan./mar. 1992.

FREITAS, Gustavo Lucas Oliveira. **A inserção da China na economia global e sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC)**. 2021. 94 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32853>.

FUINI, Lucas Labigalini. Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. **GeoTextos**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 57-83, dez. 2013. DOI 10.9771/1984-5537geo.v9i2.6985. Acesso em: 9 jun. 2025.

GARCIA, A. É hora de elevar a qualidade da cooperação. *In*: CARIELLO, Tulio *et al.* (org.). **Carta Brasil-China: parcerias que moldam o futuro - 50 anos de relações diplomáticas Brasil-China**. Brasília, DF: Conselho Empresarial Brasil-China, ago. 2024. p. 21-23.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULARTI FILHO, Alcides. **A formação econômica de Santa Catarina**. 3. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2016.

GOULARTI FILHO, Alcides. Crédito, planos e planejamento em Santa Catarina. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 119-154, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/2175-7984.2012v11n22p119/23764>. Acesso em: 9 jun. 2025.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. 2001. 401 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://necat.paginas.ufsc.br/files/2011/10/Alcides-Goularti-Filho1.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

GUIMARÃES, Sonia Maria Karam. Fordismo e pós fordismo. *In*: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GUIMARÃES, Diego Duque *et al.* (org.). **Suinocultura**: estrutura da cadeia produtiva, panorama do setor no Brasil e no mundo e o apoio do BNDES. Rio de Janeiro: BNDES, 2017. p. 85-136. (BNDES Setorial, 45). Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11794>. Acesso em: 9 jun. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2. ed. Niterói: Editora da UFF; Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v. 1. n. 1, p. 15-39, set. 1999. DOI 10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13361.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HENTZ, Carla. **Relações campo-cidade no Oeste Catarinense**: da agroindústria de carnes ao consumo produtivo. 2021. 266 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geografia, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstreams/47b1acbd-b7f9-4e71-95f6-8ef32336afe2/download>. Acesso em: 9 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Divisão do Brasil mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. I. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>. Acesso em: 9 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. v. I.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Geociências. Cartas e mapas. **Bases cartográficas contínuas**. Rio de Janeiro, [2025?]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas.html>. Acesso em: 9 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produto Interno Bruto – PIB**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 9 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **SIDRA**: banco de tabelas estatísticas. Rio de Janeiro, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipp/brasil>. Acesso em: 9 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA - Ipea. **Infraestrutura econômica no Brasil**: diagnósticos e perspectivas para 2025. Brasília, DF: Ipea, 2010. (Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, Livro 6, v.1).

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA - IMA. **IMA emite licença de instalação para ampliação da empresa Seara, em São Miguel do Oeste**. Florianópolis, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/noticias/1655-ima-emite-licenca-de-instalacao-para-ampliacao-da-empresa-seara-em-sao-miguel-do-oeste>. Acesso em: 9 jun. 2025.

JABBOUR, Elias Marco Khalil; BOA NOVA, Vítor; VADELL, Javier. “O caminho chinês”: desenvolvimento desigual, projeto e socialismo. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 377-399, jan./abr. 2024. DOI 10.1590/2236-9996.2024-5917.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. **China socialismo e desenvolvimento**: sete décadas depois. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2020.

JABBOUR, Elias Marco Khalil *et al.* A (nova) economia do projeto e como estágio superior do socialismo chinês. **Revista de Desenvolvimento e Civilização**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-34, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/66264>. Acesso em: 9 jun. 2025.

JANK, Marcos Sawaya. Agronegócio versus agricultura familiar? **O Estado de São Paulo**, Espaço Aberto, 5 jul. 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/309493/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 22 ago. 2025.

JBS e BRF registram resultados financeiros recordes no segundo trimestre de 2024. Agrimídia, 22 ago. 2024. Disponível em:

<https://www.agrimidia.com.br/negocios/economia/jbs-e-brf-registram-resultados-financeiros-recordes-no-segundo-trimestre-de-2024/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

JBS. **Inovação**. [2025a]. Disponível em: <https://www.jbs.com.br/qualidade/inovacao/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

JBS. **Nossa história**. [2025b]. Disponível em: <https://www.jbs.com.br/sobre/nossa-historia/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

JBS Terminais. **JBS Terminais inicia serviço do armador MSC com rota de/para Ásia**. [2025]. Disponível em: <https://jbsterminais.com.br/jbs-terminais-inicia-servico-do-armador-msc-com-rota-de-para-asia/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

LAMOSO, Lisandra Pereira. O processo de industrialização brasileiro na encruzilhada entre retrocesso e resistência. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 46, ed esp. XVII Geocrítica, p. 1-26, 2024. DOI 10.12957/geouerj.2024.86580.

LASTRES, Helena M, M; Cassionalto, José Eduardo. **Políticas para a promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: vantagens e restrições do conceito e equívocos usuais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.

LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Rui. (org.). **Brasil século XXI – por uma nova regionalização?** Processos, escalas, agentes. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

LIPIETZ, Alain. Globalização, reestruturação produtiva e impacto intra-urbano. *In*: SÉMINAIRE INTERNATIONAL POLICICAS PÚBLICAS PARA O MANEJO DO SOLO URBANO. São José dos Campos, 4-6 ago. 1996. **Anais...** São Paulo, 1996. Disponível em: http://lipietz.net/IMG/article_PDF/article_368.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 303-335, 1989. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1381>. Acesso em: 9 jun. 2025.

LUCENA, Igor Macedo de. Geoeconomia nos custos do mundo. **Correio Braziliense**, Brasília, DF. 19 jul. 2022. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2022/07/5023156-artigo-geoeconomia-nos-custos-do-mundo.html#google_vignette. Acesso em: 22 ago. 2025.

MAIOR parque fabril da JBS está em Seara. **Folhasete.**, Seara, 15 mar. 2024. Disponível em: https://folhasete.com.br/online/geral/_maior_parque_fabril_da_jbs_esta_em_seara.581802. Acesso em: 9 jun. 2025.

MALUF, Renato S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos, sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 53-85, out. 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/177>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MAMIGONIAN, Armen. A indústria de Santa Catarina: dinamismo e estrangulamento. In: MAMIGONIAN, Armen *et al.* (org.). **Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social**. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 73-120. (Série Livros Geográficos, IV).

MAMIGONIAN, Armen. Visão geográfica do Brasil atual: estado, crises e desenvolvimento regional. **Revista Latino-Americana de Geografia Econômica e Social**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 7-44, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/geocon/article/view/2124/1884>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MARKUSEN, Ann. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MILHO e logística, dois gargalos em SC. **Agrimídia**, 14 fev. 2011. Disponível em: <https://www.auroraalimentos.com.br/comunicacao/noticia/164/milho-e-logistica-dois-gargalos-em-sc>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Senac, 2001.

MORAIS, Larissa. **Embrapa é contemplada no Novo PAC com investimento recorde**. Embrapa, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/82739167/embrapa-e-contemplada-no-novo-pac-com-investimento-recorde>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MOTTER, Crislaine. **O agronegócio de carnes de aves e suínos e a especialização regional do Oeste Catarinense**. 2020. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29981>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MUSEU DO BALSEIRO DE ITÁ. **Balseiros no Rio Uruguai I**. Itá, [19--]. 1 fotografia.

NOVA ferrovia em SC liga a fronteira Brasil/Argentina com o litoral. **Portos e navios**, Rio de Janeiro, 14 out. 2010. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/nova-ferrovia-em-sc-iga-a-fronteira-brasilargentina-com-o-litoral>. Acesso em: 9 jun. 2025.

PADILHA, Wiliam. **Capital financeiro e cooperativismo agropecuário na região sul**. 2019. 459 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa

Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214930>. Acesso em: 9 jun. 2025.

PAIM, Elison Antônio. **Aspectos da construção histórica da região Oeste de Santa Catarina**. Saeculum, João Pessoa, v. 14, jan./jun. 2006. p. 121-138.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; FERREIRA, William Rodrigues. Logística de transportes e importações de mercadorias no norte de Minas Gerais. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 374-401, 2016. DOI 10.12957/geouerj.2016.19687.

PERROUX, François. **O conceito de polo de crescimento**: teorias de regionalização. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense**. 2008. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://necat.paginas.ufsc.br/files/2011/10/Noeli-Pertile.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

PLIHON, Dominique. A globalização financeira. In: COLÓQUIO POBREZA, DÍVIDA EXTERNA E AS TRÊS INSTITUIÇÕES IRMÃS: FMI, BANCO MUNDIAL E OMC, Coimbra, 19-20 abr. 2007. **Anais...** Coimbra, 2007.

REIS, José. Uma epistemologia do território. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 51-75, abr. 2005. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/258>. Acesso em: 9 jun. 2025.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. Plano de metas, PAEG e II PND: análise e desdobramentos. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS EMPRESAS, 11., 12., Vitória, 14-16 set. 2015. **Anais...** Vitória, 2015. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/2015_carlos_henrique_lopes_rodrigues_plano-de-metas-paeg-e-ii-pnd-analise-e-desdobramentos.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006. (Coleção Milton Santos, n. 1).

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao Lugar**. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 5-20, jan./jun. 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, 1977, p. 81-99. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec. 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; ESPOSITO, Eliseu Savério. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SEARA ALIMENTOS. **Seleção de imagens**. São Paulo, 2025.

SENGER, R. **Dinâmicas e circuitos produtivos industriais na região Oeste de Santa Catarina**: uma abordagem a partir da relação de comércio internacional Brasil – China. 2023. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2023. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/7381/1/SENGER.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SILVA, Pedro Luis Barros; COSTA, V. L. C. Descentralização e crise de federação. In: AFFONSO, Rui de Britto Alvares; SILVA, Pedro Luis Barros (org.). **A federação em perspectiva**: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 261-283.

SILVEIRA, Márcio Rogério. **A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil**. 2003. 454 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade em Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/1b55d8b1-6ab2-4056-ab4c-ab970188e945>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SILVEIRA, Márcio Rogério. **Circulação, transportes e logística no estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2016.

SILVEIRA, Márcio Rogério. **Desenvolvimento econômico e transporte ferroviário**: abordagem para o caso catarinense. Ourinhos: GEDRI; UNESP, 2006.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Transportes e a logística frente à reestruturação econômica no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, e17008, 2018. DOI 10.4215/rm2018.e17008.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Geografia da Circulação, transportes e logística: construção epistemológica e perspectivas In: SILVA, Márcio Rogério (org.).

Circulação transporte e logística: diferentes perspectivas. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 21-68.

SILVESTRIN, Alvirio. **Bodanese, a geração de um pioneiro**. 2. ed. Chapecó: Mercure, 1999. (Coleção Biografias).

SOUZA, Karina. Marfrig avança e ultrapassa 50% do capital da BRF. **Exame.**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2023. Disponível em: <https://exame.com/invest/mercados/marfrig-avanca-e-ultrapassa-50-do-capital-da-brf/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SPERANCETE, Luiz Fernando Mocelin. As “quatro modernizações” e o processo reformista chinês entre 1978 e 1992: uma análise estrutural. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 87-120, 2021. DOI 10.23925/1806-9029.v33i2e54486.

STIGLITZ, Joseph. **A globalização e seus malefícios:** a promessa não-cumprida de benefícios globais. 2 ed. São Paulo: Futura, 2002.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **(Re)ligar a Geografia:** natureza e sociedade. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2017.

SZAPIRO, Marina *et al.* Panorama histórico da RedeSist e fundamentação teórica da abordagem de APL. *In:* MATOS, M. P. de *et al.* (org.). **Arranjos produtivos locais:** referencial, experiências e políticas em 20 anos da Redesist. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

TAVARES, Maria da Conceição. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. *In:* FIORI, José Luis. **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 173-202.

TEIXEIRA, Francisco J. S. *et al.* (org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva:** as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UFCE, 1996.

THE PEOPLE’S GOVERNMENT OF FUJIAN PROVINCE. **Outline of the 14th Five-Year Plan (2021-2025) for National Economic and Social Development and Vision 2035 of the People’s Republic of China**. Fujian, 9 ago. 2021. Disponível em: https://www.fujian.gov.cn/english/news/202108/t20210809_5665713.htm. Acesso em: 9 jun. 2025.

VILOMIX Holding S/A adquire participação majoritária em empresa brasileira de premixes. **O Presente Rural**, 27 de mar. 2023. Disponível em: <https://opresenterural.com.br/vilomix-holding-s-a-adquire-participacao-majoritaria-em-empresa-brasileira-de-premixes/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

VON DENTZ, Eduardo. **A dinâmica geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense:** dos agronegócios à complexidade econômica regional. 2022. 484 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro

de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2022. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234816>. Acesso em: 9 jun. 2025.

ZANELLA, Ana Paula. **Formação agroindustrial do oeste de santa Catarina:**
infraestruturas como processos de desenvolvimento regional. 2018. 100 f.
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Francisco Beltrão, 2018. Disponível em:
<https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3998/5/Ana%20Paula%20Zanella.pdf>. Acesso
em: 9 jun. 2025.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COOPERATIVA AURORA

Roteiro de entrevista para Cooperativa Aurora – Aurora Coop

A região Oeste Catarinense tornou-se uma “região produtiva” especializada no ramo alimentício de suínos e aves, essa especialização deu à região significativa importância no mercado nacional e internacional. Além disso, dinamizou a economia da região, com importantes relações de produção e comercialização.

1. Conhecendo o entrevistado: qual origem familiar? Qual seu cargo na empresa? A empresa possui filiais? Quantas e qual função de cada filial?
2. Como foi o processo de estruturação da empresa?
3. O que a empresa leva em conta para tomar as decisões de investimentos?
4. Houve momentos em que a empresa buscou recursos públicos para algum tipo de investimento?
5. Em caso de a empresa ter buscado recursos públicos, quais foram?
6. Qual era o contexto do setor em que a empresa atua quando foi criada? Quais foram as principais mudanças ocorridas ao longo do tempo?
7. Quais são as principais mudanças pensando nas estratégias de mercado e de produção da empresa após a década de 1990 e após o ano 2000?
8. Onde estão localizados os principais clientes? O mercado da empresa é local, regional, nacional, internacional? Qual o processo percorrido para chegar nesses mercados?
9. Como a produção suíno-avícola transformou a região Oeste Catarinense em um polo agroindustrial tanto regional/estadual, como nacional?
10. Qual o maior parceiro comercial da empresa hoje (externo e interno)?
11. A empresa tem perspectivas de ampliação?
12. Sobre o transporte das mercadorias, como a empresa faz os transportes dos produtos produzidos?
13. As rodovias estão satisfazendo as necessidades da empresa?
14. Qual seira a melhor forma de melhorar a logística para a empresa?
15. O transporte é terceirizado ou a empresa possui frota própria?
16. Se sim, quantos caminhões?
17. Quantos caminhões saem por dia até o terminal portuário de Itajaí/SC? Esse terminal é o único que a empresa utiliza?
18. Se possível, poderia fornecer dados, em formato de relatório empresarial, sobre as quantidades produzidas, mercado interno e externo atendidos, dentre outras informações relevantes da empresa que possam servir à esta pesquisa?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS AGRICULTORES

Roteiro de entrevista para os agricultores

A região Oeste Catarinense tornou-se uma “região produtiva” especializada no ramo alimentício de suínos e aves, essa especialização deu à região significativa importância no mercado nacional e internacional. Além disso, dinamizou a economia da região, com importantes relações de produção e comercialização.

1. Qual sua origem familiar?
2. A propriedade é familiar? Há quantos anos trabalha na propriedade?
3. O trabalho é familiar?
4. Tem empregado?
5. Qual tipo de produção tem na propriedade?
6. Você é produtor integrado de alguma empresa ou cooperativa?
7. Quanto tempo?
8. Quais as vantagens de ser produtor integrado?
9. Quais as desvantagens de ser integrado?
10. Quantos aviários tem? De quantos metros?
11. Quantos chiqueirões tem?
12. Sobre a tecnologia dos aviários e chiqueirões, as novas tecnologias de climatização, alimentação entre outros, são empregadas na propriedade?
13. Qual maior desafio e dificuldade encontrada hoje pelos produtores rurais da região Oeste Catarinense?
14. Como é os transportes da produção?
15. As rodovias satisfazem a necessidade dos produtores?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO ON-LINE PARA EMBRAPA SUÍNOS E AVES

Questionário on-line para Embrapa Suínos e Aves

1. Qual é a estrutura de organização e funcionamento da Embrapa Suínos e Aves? Quantos pesquisadores atuam nela? Quais são os órgãos que financiam a pesquisa, além da própria Embrapa? Existem parcerias com a iniciativa privada? Quais?
2. Quais os principais processos e produtos que derivaram das pesquisas realizadas pela Embrapa Suínos e Aves? Quais foram os períodos de maior avanço nas pesquisas?
3. Após o ano 2000, quais pesquisas foram determinantes para que os complexos produtivos de suínos e aves pudessem dar novo salto qualitativo? De que forma é possível ver concretamente esses saltos (nas unidades produtivas, na agroindústria, no consumo, exportações)?
4. Atualmente, é possível dizer que a Embrapa Suínos e Aves possui pesquisas e/ou ações de extensão que promovem o desenvolvimento econômico na região Oeste Catarinense? Quais? A promoção deste desenvolvimento alcança quais recortes territoriais no Brasil? Outros países já fizeram parcerias com a Embrapa Suínos e Aves? Quais países? E de que parcerias estamos falando? Pode-se dizer que a região ou o Brasil saiu ganhando com essas parcerias?
5. Quais as perspectivas em relação à produção suíno-avícola na região Oeste Catarinense?
6. A Embrapa considera que o potencial exportador de suínos e aves da região pode ser ampliado?
7. Como a Embrapa vê a expansão do comércio com países asiáticos, especialmente com a China? Os chineses (ou outros países) têm procurado a Embrapa para conhecer suas pesquisas desenvolvidas em processo e produto de suínos e aves?
8. As condições das rodovias na região Oeste Catarinense impactam na produção suíno-avícola?
9. E nas pesquisas que a Embrapa desenvolve, o suprimento de produtos importados utilizados especialmente em laboratórios e unidades para testes, existe um impacto negativo derivado da falta de eficiência logística e de transporte na Oeste Catarinense (estradas ruins, aeroporto sistematicamente com voos cancelados etc)?
10. Desde a criação da Embrapa Suínos e Aves até os dias de hoje, é possível fazer uma espécie de síntese apontando os principais resultados alcançados para esses segmentos produtivos?
11. Em que situação financeira esta unidade da Embrapa se encontra hoje?
12. Como a Embrapa Suínos e Aves projeta sua atuação para o futuro, curto, médio e longo prazo?

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO ON-LINE PARA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE AVICULTORES

Questionário on-line para Associação Catarinense de Avicultores - ACAV

1. Qual é a estrutura de organização e funcionamento da ACAV?
2. Qual é a maior dificuldade para os produtores de aves após o ano 2000?
3. Quantos produtores integrados estão presentes na região Oeste Catarinense?
4. Quais são as empresas com maior número de produtores integrados na região Oeste Catarinense?
5. Após o ano 2000, o complexo produtivo de aves deu um novo salto qualitativo?
6. Qual a importância do complexo produtivo de aves para a região/estado/Brasil e mundo?
7. Quais as perspectivas em relação à produção aves na região Oeste Catarinense?
8. A ACAV considera que o potencial exportador de aves da região pode ser ampliado?
9. Como a ACAV vê a expansão do comércio com países asiáticos, especialmente com a China?
10. As condições das rodovias na região Oeste Catarinense impactam na produção de aves?
11. Desde a criação da ACAV até os dias de hoje, é possível fazer uma espécie de síntese apontando os principais resultados alcançados para esses segmentos produtivos?
12. Como a ACAV projeta sua atuação para o futuro, curto, médio e longo prazo?

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO ON-LINE PARA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

Questionário on-line para Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

1. Qual é a estrutura de organização e funcionamento da Epagri Regional Concórdia? Quantos pesquisadores atuam nela? Quais são os órgãos que financiam a pesquisa, além da própria Epagri? Existem parcerias com a iniciativa privada? Quais?
2. Quais os principais processos e produtos que derivaram das pesquisas realizadas pela Epagri? Quais foram os períodos de maior avanço nas pesquisas?
3. Após o ano 2000, quais pesquisas foram determinantes para que os complexos produtivos de suínos e aves pudessem dar novo salto qualitativo? De que forma é possível ver concretamente esses saltos (nas unidades produtivas, na agroindústria, no consumo, exportações)?
4. Atualmente, é possível dizer que a Epagri possui pesquisas e/ou ações de extensão que promovem o desenvolvimento econômico na região Oeste Catarinense? Quais? A promoção deste desenvolvimento alcança quais recortes territoriais no Brasil? Outros países já fizeram parcerias com a Epagri? Quais países? E de que parcerias estamos falando? Pode-se dizer que a região ou o Brasil saiu ganhando com essas parcerias?
5. Quais as perspectivas em relação a produção suíno-avícola na região Oeste Catarinense?
6. A Epagri considera que o potencial exportador de suínos e aves da região pode ser ampliado?
7. Como a Epagri vê a expansão do comércio com países asiáticos, especialmente com a China? Os chineses (ou outros países) têm procurado a Epagri para conhecer suas pesquisas desenvolvidas em processo e produto de suínos e aves?
8. As condições das rodovias na região Oeste Catarinense impactam na produção suíno-avícola?
9. E nas pesquisas que a Epagri desenvolve, o suprimento de produtos importados utilizados especialmente em laboratórios e unidades para testes, existe um impacto negativo derivado da falta de eficiência logística e de transporte no Oeste Catarinense (estradas ruins, aeroporto sistematicamente com voos cancelados etc)?
10. Desde a criação da Epagri até os dias de hoje, é possível fazer uma espécie de síntese apontando os principais resultados alcançados para esses segmentos produtivos?
11. Em que situação financeira esta unidade da Epagri se encontra hoje?
12. Como a Epagri projeta sua atuação para o futuro, curto, médio e longo prazo?